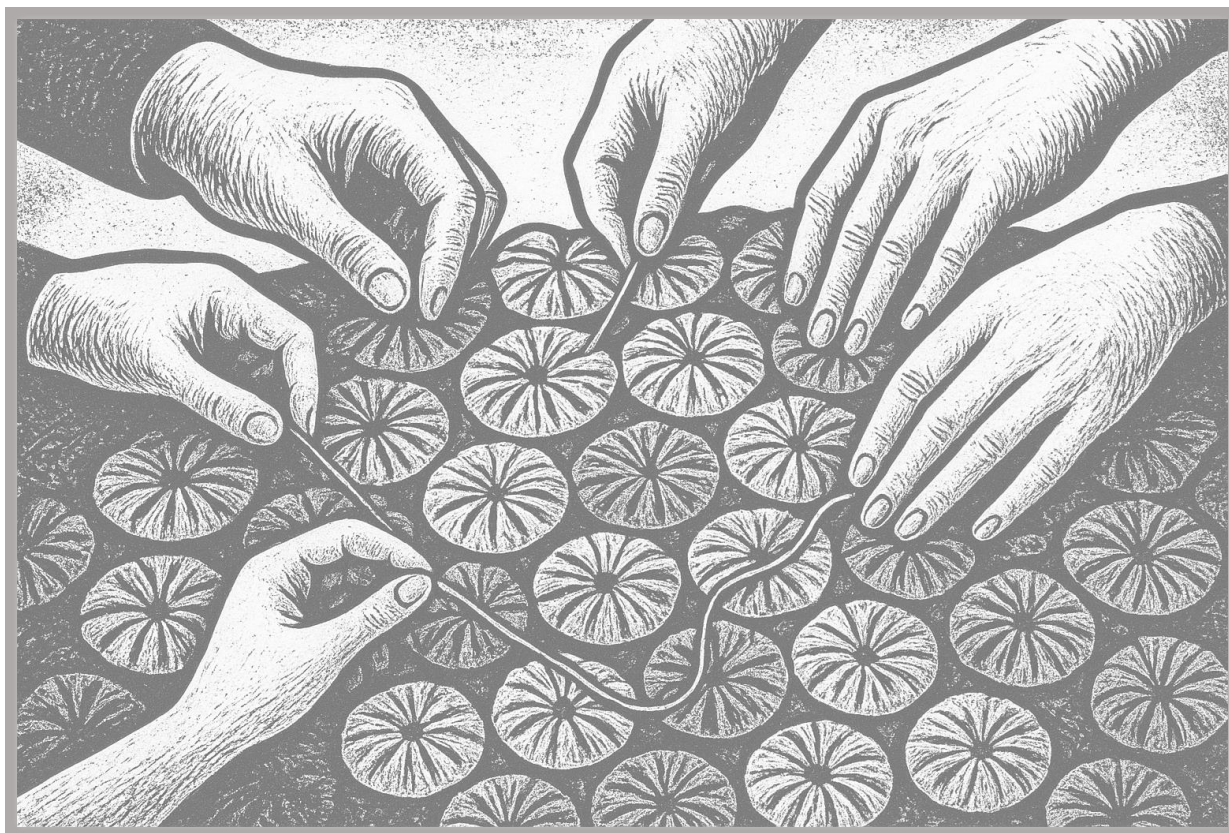




**UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FAMÍLIA NA SOCIEDADE
CONTEMPORÂNEA**

LYEGE DE LIMA BORGES BASTOS

**COCONSTRUÇÃO DE SENTIDOS E SIGNIFICADOS NOS PROCESSOS
COMUNICACIONAIS FAMILIARES: NARRATIVAS DE PAIS, MÃES E
FILHOS(AS) ADOLESCENTES**



Salvador
2025



**UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FAMÍLIA NA SOCIEDADE
CONTEMPORÂNEA**

LYEGE DE LIMA BORGES BASTOS

**COCONSTRUÇÃO DE SENTIDOS E SIGNIFICADOS NOS PROCESSOS
COMUNICACIONAIS FAMILIARES: NARRATIVAS DE PAIS, MÃES E
FILHOS(AS) ADOLESCENTES**

Salvador
2025

LYEGE DE LIMA BORGES BASTOS

**COCONSTRUÇÃO DE SENTIDOS E SIGNIFICADOS NOS PROCESSOS
COMUNICACIONAIS FAMILIARES: NARRATIVAS DE PAIS, MÃES E
FILHOS(AS) ADOLESCENTES**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Família na Sociedade Contemporânea da Universidade Católica do Salvador como requisito parcial para obtenção do grau de Doutora em Família na Sociedade Contemporânea.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Sumaia Midlej Pimentel Sá.

Salvador
2025

Dados de Catalogação na Publicação (CIP)
Ficha Catalográfica. UCSal. Biblioteca Dom Geraldo Majella Agnelo

B327 Bastos, Lyege de Lima Borges

Coconstrução de sentidos e significados nos processos comunicacionais familiares: narrativas de pais, mães e filhos(as) adolescentes / Lyege de Lima Borges Bastos.– Salvador, 2025.
180 f.

Tese (Doutorado) - Universidade Católica do Salvador. Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação. Doutorado em Família na Sociedade Contemporânea.

Orientadora: Profa. Dra. Sumaia Midlej Pimentel Sá.

1. Comunicação Parento-Filial 2. Adolescência 3. Família Nuclear 4. Narrativas
I. Sá, Sumaia Midlej Pimentel - Orientadora II. Universidade Católica do Salvador.
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação III. Título.

CDU 316.356.2-053.6

TERMO DE APROVAÇÃO

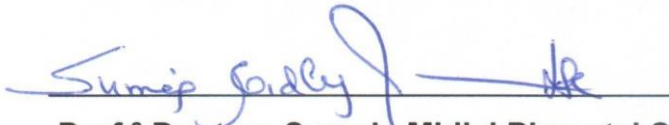
LYEGE DE LIMA BORGES BASTOS

“CO-CONSTRUÇÃO DE SENTIDOS NOS PROCESSOS COMUNICACIONAIS DA DINÂMICA FAMILIAR: NARRATIVAS DE PAIS, MÃES E FILHOS ADOLESCENTES”

Tese aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutora em Família na Sociedade Contemporânea da Universidade Católica do Salvador.

Salvador, 21 de outubro de 2025.

Banca Examinadora:



Prof.^a Doutora Sumaia Midlej Pimentel Sá (Orientadora – UCSAL)



Documento assinado digitalmente

LUCIA VAZ DE CAMPOS MOREIRA

Data: 28/10/2025 17:57:20-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Doutora Lúcia Vaz de Campos Moreira (UCP)



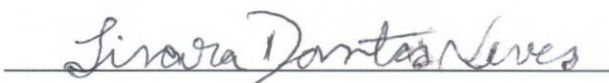
Prof.^a Doutora Rita da Cruz Amorim (UEFS)



Prof.^a Doutora Elaine Pedreira Rabinovich (UCSAL)



Prof.^a Doutora Livia Alessandra Fialho da Costa (UNEB)



Prof.^a Doutora Sinara Dantas Neves (UCSAL)

Dedico esse trabalho ao meu esposo, Rogério,
e aos meus filhos, Caio e Gabriel, sem os quais
não seria possível a sua realização.

AGRADECIMENTOS

Ao meu Deus, fonte de vida e de renovação cotidiana, agradeço pela força e coragem que me sustentaram ao longo desta caminhada e me impulsionaram em direção aos meus sonhos.

Ao meu marido, Rogério, meu companheiro de jornada e de amor, cuja presença paciente e constante suavizou os desafios e fortaleceu minha determinação. Minha eterna gratidão por sua tolerância infinita e pelo apoio incondicional que me permitiram ousar e acreditar ainda mais em mim.

Aos meus filhos, Caio e Gabriel, que são minha renovação diária, minha maior inspiração e a razão mais profunda desta trajetória.

Aos meus pais, Hélio e Sandra, e aos meus avós, Diógenes e Berenice (*in memoriam*), pela herança de valores, pelo incentivo constante e pelo exemplo de vida que me anima a prosseguir em cada conquista.

À minha irmã, Carine, pela presença constante, pelo apoio generoso e pelo estímulo sempre oferecido à minha caminhada.

Aos meus familiares e amigos, pela compreensão diante das ausências necessárias e pela paciência em compartilhar comigo este tempo de dedicação aos estudos.

À Letícia dos Reis de Jesus, pela dedicação, pelo cuidado fiel e pelo carinho com que sustentou nossa família, permitindo entregar-me com serenidade às exigências acadêmicas.

À minha orientadora, Prof.^a Dr.^a Sumaia Midlej Pimentel Sá, pela paciência, acolhimento e orientação atenta, bem como pela oportunidade de partilhar o espaço do grupo de pesquisa “Família, Inclusão e Desenvolvimento Humano”, cujas contribuições foram fundamentais para a realização deste trabalho.

Ao Programa de Pós-Graduação em Família na Sociedade Contemporânea da Universidade Católica do Salvador, representado pelo Prof. Dr. Rafael Cerqueira Fornasier, pela oportunidade de crescimento acadêmico e pelo compromisso com a formação de seus discentes.

Aos colegas de curso, em especial à amiga Giovanna Rossi Figueirôa, pelo apoio otimista, pela competência e pela parceria, que se tornaram motivo de respeito e admiração.

Por fim, aos participantes desta pesquisa e às suas famílias, que generosamente confiaram e compartilharam suas vivências, permitindo que esta investigação fosse possível. Seus relatos instigaram em mim não apenas a reflexão, mas também o desejo profundo de continuar investigando e aprendendo com a riqueza das experiências humanas.

*(...) não sei se fui claro,
não foste, mas não tem
importância, claridade e
obscuridade são a mesma sombra
e a mesma luz, o escuro é claro, o
claro é escuro, e quanto a alguém
ser capaz de dizer de fato e
exatamente o que sente ou pensa,
imploro-te que não acredites, não
é porque não se queira, é porque
não se pode.*

Saramago, 1988

BASTOS, Lyege de Lima Borges. **Coconstrução de sentidos e significados nos processos comunicacionais familiares: narrativas de pais, mães e filhos(as) adolescentes.** 2025, 180f. Tese (Doutorado). Família na Sociedade Contemporânea da Universidade Católica do Salvador – UCSAL, 2025.

RESUMO

A comunicação parento-filial é uma dimensão fundamental para a compreensão do funcionamento familiar, pois é a via pela qual se estabelecem as interações e se qualificam as relações. Ela desempenha um papel decisivo no desenvolvimento emocional, cognitivo e social de crianças e adolescentes, influenciando diretamente o bem-estar familiar e o futuro de seus membros. Diante dessa relevância, este estudo qualitativo, de caráter exploratório e descritivo, teve como objetivo identificar a coconstrução de sentidos e significados atribuídos aos processos comunicacionais na dinâmica relacional entre pais, mães e filhos(as) adolescentes. Para tanto, adotou-se a metodologia de Narrativas de Vida, fundamentada na Abordagem Sistêmica Familiar e na Teoria da Comunicação Humana. Participaram da pesquisa quatro adolescentes, dois do sexo masculino e duas do sexo feminino, entre 15 e 18 anos, membros de famílias nucleares, bem como seus respectivos genitores, todos residentes na área urbana do município de Feira de Santana-Ba. A coleta de dados envolveu um questionário sociodemográfico e entrevista narrativa, permitindo a exploração das percepções familiares acerca das trocas afetivas, das atitudes parentais e filiais diante dos conflitos emergentes, das práticas educativas cotidianas e da identificação dos sentimentos mobilizados nas partilhas de situações problemáticas. A análise dos dados foi realizada por meio do método Interpretação dos sentidos (Minayo, 2014). Os resultados evidenciaram que a afetividade foi reconhecida como recurso fundamental para o fortalecimento dos vínculos e da coesão familiar, manifestando-se por atitudes de acolhimento, aceitação incondicional, disponibilidade emocional e respeito mútuo. As mães foram percebidas como mais engajadas, especialmente na mediação de conflitos e no apoio diante de situações problemáticas, denotando sentimento de confiança mútua. Por sua vez, os pais apareceram como mais reativos e distantes, sobretudo nas relações com filhos do sexo masculino, demonstrando dificuldades nessas interações. Estratégias como a metacomunicação e a autorreferência parental mostraram-se eficazes na negociação de regras e limites, ao passo que o *time out*, adotado por adolescentes, contribuiu para a prevenção de escaladas conflituosas. Constatou-se ainda uma predominância da tipologia familiar consensual, do estilo parental autoritativo e de práticas educativas indutivas e dialógicas, atravessadas por transmissões intergeracionais de valores culturais e religiosos. Entre as limitações desta pesquisa, destaca-se a amostra com participantes pertencentes ao mesmo estrato social e contexto sociocultural. Sugere-se a replicação com ampliação da amostra e investimentos futuros em estudos comparativos entre famílias com diferentes níveis sociais e em contextos socioculturais diversificados. Ressalta-se ainda necessidade de aprofundar discussões sobre temas sensíveis, como sexualidade e uso de tecnologias digitais.

Palavras-chave: Comunicação parento-filial; Adolescência; Família nuclear; Narrativas.

BASTOS, Lyege de Lima Borges. **Coconstruction of meanings and senses in family communication processes:** narratives of fathers, mothers, and adolescent children. 2025, 180f. Thesis (Doctorate). Family in the Contemporary Society of the Catholic University of Salvador – UCSAL, 2025.

ABSTRACT

Parent–child communication is a fundamental dimension for understanding family functioning, as it is the channel through which interactions are established, and relationships are qualified. It plays a decisive role in the emotional, cognitive, and social development of children and adolescents, directly influencing family well-being and the future of its members. Given this relevance, this qualitative, exploratory, and descriptive study aimed to identify the co-construction of meanings attributed to communication processes within the relational dynamics between fathers, mothers, and adolescent children. For this purpose, the Life Narrative methodology was adopted, grounded in the Family Systems Approach and the Theory of Human Communication. The study included four adolescents, two male and two female, aged between 15 and 18 years, members of nuclear families, as well as their respective parents, all residents of the urban area of the municipality of Feira de Santana, Bahia. Data collection involved a sociodemographic questionnaire and narrative interview, allowing the exploration of family perceptions regarding affective exchanges, parental and filial attitudes toward emerging conflicts, everyday educational practices, and the identification of feelings mobilized when sharing problematic situations. The data analysis was carried out using the Interpretation of Meanings method (Minayo, 2014). The results showed that affectivity was recognized as a key resource for strengthening bonds and family cohesion, expressed through attitudes of acceptance, unconditional support, emotional availability, and mutual respect. Mothers were perceived as more engaged, particularly in mediating conflicts and providing support in problematic situations, reflecting a sense of mutual trust. Fathers, in turn, appeared more reactive and distant, especially in relationships with male children, showing difficulties in these interactions. Strategies such as metacommunication and parental self-reference proved effective in negotiating rules and boundaries, while the time-out strategy, adopted by adolescents, contributed to preventing conflict escalation. The study also identified a predominance of the consensual family typology, the authoritative parenting style, and inductive and dialogical educational practices, interwoven with intergenerational transmissions of cultural and religious values. Among the study's limitations, the sample included only participants belonging to the same social stratum and sociocultural context. It is suggested that future research replicates the study with a broader sample and invests in comparative studies among families of different social levels and diverse sociocultural contexts. Additionally, further discussions are needed on sensitive topics such as sexuality and the use of digital technologies.

Keywords: Parent–child communication; Adolescence; Nuclear family; Narratives.

BASTOS, Lyege de Lima Borges. **Coconstrucción de sentidos y significados en los procesos comunicacionales familiares:** narrativas de padres, madres e hijos(as) adolescentes. 2025, 180 hojas. Tesis (Doctorado). La familia en la sociedad contemporánea en la Universidad Católica del Salvador – UCSAL, 2025.

RESUMEN

La comunicación parento-filial constituye una dimensión fundamental para la comprensión del funcionamiento familiar, pues es la vía a través de la cual se establecen las interacciones y se cualifican las relaciones. Desempeña un papel decisivo en el desarrollo emocional, cognitivo y social de niños, niñas y adolescentes, influyendo directamente en el bienestar familiar y en el futuro de sus miembros. Ante esta relevancia, este estudio cualitativo, de carácter exploratorio y descriptivo, tuvo como objetivo identificar la co-construcción de sentidos y significados atribuidos a los procesos comunicacionales en la dinámica relacional entre padres, madres e hijos(as) adolescentes. Para ello, se adoptó la metodología de Narrativas de Vida, fundamentada en el Enfoque Sistémico Familiar y en la Teoría de la Comunicación Humana. Participaron en la investigación cuatro adolescentes, dos de sexo masculino y dos de sexo femenino, con edades entre 15 y 18 años, miembros de familias nucleares, así como sus respectivos progenitores, todos residentes en el área urbana del municipio de Feira de Santana, Bahía. La recolección de datos incluyó un cuestionario sociodemográfico y una entrevista narrativa, lo que permitió explorar las percepciones familiares acerca de los intercambios afectivos, las actitudes parentales y filiales frente a los conflictos emergentes, las prácticas educativas cotidianas y la identificación de los sentimientos movilizados en el compartir de situaciones problemáticas. El análisis de los datos se realizó mediante el método Interpretación de los sentidos (Minayo, 2014). Los resultados evidenciaron que la afectividad fue reconocida como un recurso fundamental para el fortalecimiento de los vínculos y de la cohesión familiar, manifestándose en actitudes de acogida, aceptación incondicional, disponibilidad emocional y respeto mutuo. Las madres fueron percibidas como más comprometidas, especialmente en la mediación de conflictos y en el apoyo frente a situaciones problemáticas, lo que denotó un sentimiento de confianza mutua. Por su parte, los padres aparecieron como más reactivos y distantes, sobre todo en las relaciones con hijos varones, mostrando dificultades en dichas interacciones. Estrategias como la metacomunicación y la autorreferencia parental demostraron ser eficaces en la negociación de reglas y límites, mientras que el *time out*, adoptado por los adolescentes, contribuyó a prevenir la escalada de los conflictos. Asimismo, se constató una predominancia de la tipología familiar consensual, del estilo parental autoritativo y de prácticas educativas inductivas y dialógicas, atravesadas por transmisiones intergeneracionales de valores culturales y religiosos. Entre las limitaciones de esta investigación, se destaca la muestra compuesta por participantes pertenecientes a un mismo estrato social y contexto sociocultural. Se sugiere la replicación del estudio con una ampliación de la muestra y futuras inversiones en estudios comparativos entre familias de diferentes niveles sociales y en contextos socioculturales diversos. También se resalta la necesidad de profundizar en las discusiones sobre temas sensibles, como la sexualidad y el uso de tecnologías digitales.

Palabras clave: Comunicación parento-filial; Adolescencia; Familia nuclear; Narrativas.

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	11
2.	FAMÍLIA EM TRANSFORMAÇÃO: MUDANÇAS HISTÓRICAS, CONCEITUAIS E SOCIOCULTURAIS NO CONTEXTO BRASILEIRO	20
2.1	FAMÍLIA E AS CONTRIBUIÇÕES DA TEORIA SISTÊMICA	24
2.2	FAMÍLIA E CICLO VITAL	44
3.	PERCURSO DO ESTUDO CIENTÍFICO DA ADOLESCÊNCIA	48
3.1	VISÃO CONTEXTUALISTA DO DESENVOLVIMENTO DO ADOLESCENTE	52
3.2	CONTRIBUIÇÕES DA TEORIA SISTÊMICA À COMPREENSÃO DO ADOLESCENTE	53
3.3	ADOLESCÊNCIA NO BRASIL	57
4.	A TEORIA DA COMUNICAÇÃO HUMANA COMO UM CAMPO RELACIONAL E COMPLEXO	59
4.1	AVANÇOS TEÓRICOS NA COMUNICAÇÃO FAMILIAR: REVISÃO DE TEORIAS E PESQUISAS CONTEMPORÂNEAS	62
4.2	REFLEXÕES E PERSPECTIVAS DA LITERATURA NA COMPREENSÃO DA COMUNICAÇÃO ENTRE PAIS E FILHOS ADOLESCENTES	65
5.	ESTRATÉGIA METODOLÓGICA	73
5.1	PROCEDIMENTOS PARA A SELEÇÃO DOS PARTICIPANTES	76
5.1.1	Participantes da pesquisa	77
5.2	PROCEDIMENTOS PARA A COLETA DE DADOS	79
5.3	PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DOS DADOS	80
5.4	ASPECTOS ÉTICOS	81

6.	TRILHAS INTERPRETATIVAS: ENTRE O PENSAR, O SENTIR E O DIZER NOS MODOS DE COMUNICAÇÃO PARENTO-FILIAL	83
6.1	O PENSAR, O SENTIR E O DIZER SOBRE A EXPRESSÃO DAS TROCAS AFETIVAS	87
6.2	O PENSAR, O SENTIR E O DIZER SOBRE AS ATITUDES PARENTAIS E FILIAIS DIANTE DAS SITUAÇÕES DE CONFLITOS	97
6.3	O PENSAR, O SENTIR E O DIZER SOBRE A PARTILHA DE SITUAÇÕES PROBLEMÁTICAS	108
6.4	O PENSAR, O SENTIR E O DIZER SOBRE OS ESTILOS PARENTAIS E AS PRÁTICAS EDUCATIVAS EXPERIMENTADAS NO COTIDIANO DA FAMÍLIA: REGRAS E LIMITES	120
7.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	129

REFERÊNCIAS

APÊNDICE A - SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA A REALIZAÇÃO DE PESQUISA

APÊNDICE B – CARTA-CONVITE PARA PARTICIPAÇÃO NA PESQUISA (FAMÍLIAS)

APÊNDICE C - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

APÊNDICE D - TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

APÊNDICE E - QUESTIONÁRIO SOCIODEMOGRÁFICO – PESQUISA COM PAI, MÃE E FILHO

APÊNDICE F - QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO DOS ADOLESCENTES PARTICIPANTES

APÊNDICE G - EIXOS ANALÍTICOS DE INTERESSE DA PESQUISA

ANEXO A – PARECER CONSUBSTANCIADO DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

ANEXO B – DECLARAÇÃO DA PSICÓLOGA

1 INTRODUÇÃO

Este estudo consiste em uma Tese de Doutorado inserida na linha de pesquisa Contextos familiares e Subjetividades do Programa de Pós-Graduação em Família na Sociedade Contemporânea da Universidade Católica do Salvador – UCSal, a qual aborda a coconstrução dos sentidos e significados atribuídos aos modos de comunicação vivenciados na dinâmica relacional entre pais, mães e filhos(as) adolescentes.

Ao longo da minha trajetória profissional como psicóloga atuando com crianças, adolescentes e suas famílias, voltei meu olhar analítico sobre os principais fatores que motivavam o sofrimento individual e entre os membros deste grupo. Por meio desses atendimentos, observei que o mal-estar familiar poderia não se direcionar a um ou outro indivíduo em virtude dos seus processos intrapsíquicos, mas teria um caráter mais relacional e poderia estar respondendo às dinâmicas das interações que os membros estariam mantendo.

Para conhecer melhor a complexidade dessas dinâmicas relacionais entre pais e filhos e sobre o funcionamento familiar, desenvolvi minha pesquisa de mestrado, defendida em 2019, que objetivou conhecer as concepções de crianças em transição para a adolescência, membros de famílias nucleares intactas e de famílias monoparentais acerca do significado de família, pai e mãe, atentando para as similaridades e diferenças entre esses dois grupos. Esse estudo também buscou identificar os sentimentos de pertença com relação à família atual, bem como suas perspectivas sobre suas futuras famílias.

Os dados obtidos na minha dissertação de mestrado revelaram que crianças em transição para a adolescência definem família enfatizando os aspectos afetivo e relacional, independentemente das fases pelas quais estavam passando (inicial ou final da transição) e dos arranjos familiares aos quais pertenciam (nuclear ou monoparental). Outro resultado interessante foi a conclusão de que as crianças membros de famílias monoparentais sentiam acolhimento, pertencimento e satisfação por suas famílias independentemente da ausência de um dos cônjuges, contrariando a ideia dessa família não atender ao ideal social de estrutura familiar.

Após as evidências das concepções de crianças em transição para adolescência acerca do construto família, julguei ser importante desenvolver uma pesquisa que investigasse os sentidos e significados atribuídos aos processos comunicacionais na dinâmica relacional entre pais, mães e os(as) filhos(as) adolescentes. A busca por tal compreensão mais especificamente

das relações diádicas e triádicas no núcleo familiar conduziram meu olhar em minha prática como psicóloga escolar em uma instituição estadual de grande porte no ensino público, no município de Feira de Santana, no interior da Bahia. Atualmente, a instituição funciona em tempo integral compreendendo as séries que envolvem o Ensino Fundamental e o Ensino Médio da educação básica no Brasil.

A convivência semanal com os jovens da referida instituição e suas famílias fortaleceu consideravelmente a minha iniciativa pela investigação sobre a temática deste Doutorado. Frequentemente os adolescentes me procuravam para atendimento individualizado, queixando-se de crise de ansiedade, estado de humor deprimido, tentativa de autolesão, insônia, ideação suicida e outros sintomas que anunciavam a presença de distúrbios ou de transtornos mentais mais graves. Durante os atendimentos foi possível identificar aspectos relacionais motivados pelos conflitos familiares como o principal fator disparador dos sintomas desses jovens.

Para os adolescentes daquela instituição, a comunicação entre pais e filhos estava ocorrendo de forma inadaptativa, sendo comum o relato dos filhos demonstrando intensa insatisfação com a maneira com a qual seus pais se relacionavam com eles, como eles se dirigiam a assuntos difíceis envolvendo regras, limites, práticas educativas e disciplinares, entre outros. Por essa razão, esse trabalho também me inspirou a investigar de que forma os modos de comunicação entre pai, mãe e filho(a) adolescente estão influenciando a dinâmica dessas interações.

Embora outros autores tenham abordado o ciclo vital da família sob diferentes perspectivas teóricas e culturais (Ortegón; Botero, 2016; Wiltgen Tissot; Falcke, 2017), esta tese opta por aprofundar-se na contribuição de Cerveny e Berthoud (2011), especialmente a partir da obra *Visitando a família ao longo do Ciclo Vital*. As autoras oferecem uma leitura situada e detalhada do ciclo vital familiar no contexto brasileiro, com especial atenção à fase da adolescência. De acordo com Cerveny e Berthoud, essa etapa representa um momento de intensas transformações tanto para os adolescentes quanto para seus pais e mães, sendo atravessada por tensões, redefinições de papéis e reconfigurações na forma como os membros familiares se comunicam. Trata-se, portanto, de uma fase desafiadora e, ao mesmo tempo, promissora, que exige da família a construção de novos modos de convivência e diálogo, aspectos centrais para a presente investigação.

Carter e McGoldrick (1995) também registram uma interconexão entre o desenvolvimento familiar e o dos indivíduos, considerando que cada fase do ciclo vital possui suas peculiaridades e exige dos membros novas possibilidades comunicativas que sejam mais adequadas para os desafios de cada período. Durante as etapas de mudanças familiares a partir

do desenvolvimento dos indivíduos é que vão aparecendo novas demandas que devem ser absorvidas pelos estilos parentais na possibilidade de reconstrução das regras familiares, permitindo uma melhor adaptação das interações (Dessen, 2010; Kreppner, 2000; Mcgoldrick; Shibusawa, 2016).

Além disso, essa fase é muito desafiadora porque oportuniza aos pais reviverem seus próprios conflitos oriundos da juventude. Cervenly e Berthoud (2011) afirmam que nesta fase pais e filhos estão se adaptando às novas configurações de suas interações dentro das quais valores e crenças compartilhados na fase anterior são, agora, testados e desafiados. Por esse motivo, a comunicação familiar ganha um destaque especial para essa função adaptativa, pois ela é a principal via de abertura interativa entre pais e filhos, envolvendo um amplo repertório de comportamentos verbais e não verbais (Carr, 2006).

Nessa perspectiva, a Teoria Sistêmica da família é uma abordagem privilegiada para fornecer aportes teóricos explicativos dessa relação, pois adota uma concepção de família como um sistema comunicacional complexo, formado por outros subsistemas que exercem influências mútuas, a exemplo, os subsistemas conjugais, fraternal, parental entre outros (Dessen, 1997; Dias, 2011; Kreppner, 1992, 2000).

Alguns estudos destacam que a qualidade da comunicação estabelecida pelo subsistema conjugal (casal) exerce importante influência nas trocas comunicacionais que envolvem o subsistema parental (Freitas *et al.*, 2021; Kreppner, 2000; Ortegón; Botero, 2016). Essa perspectiva amplia o conceito sobre esse sistema, reconhecendo as variedades de interações que podem ocorrer dentro dele, propondo uma análise mais minuciosa sobre os processos comunicacionais que viabilizam essas trocas interativas.

Assim, a Teoria Sistêmica percebe a família como uma unidade social, como um todo sistêmico, ou ainda, como um sistema dinâmico no qual são estabelecidas relações bilaterais entre os membros e entre os indivíduos e seus contextos. Os diferentes subsistemas existentes a partir desse todo dinâmico estão em constantes interações pela via comunicacional, exercendo funções significativas na sociedade, como: afetividade, transmissão intergeracional da cultura e dos valores, socialização, perpetuação da espécie, entre outros. (Dias, 2011; Gonçalves; Bananal, 2022; Simionato-Tozo; Biasoli-Alves, 1998).

A comunicação entre pais e filhos é uma das dimensões mais importantes para a compreensão do funcionamento familiar, pois ela é a via por meio da qual as interações acontecem e qualificam as relações. Ela exerce um papel fundamental no desenvolvimento emocional, cognitivo e social das crianças e adolescentes, influenciando diretamente no bem-

estar familiar e no futuro dos seus membros (Dias, 2011; Freitas *et al.*, 2021; Simionato-Tozo; Biasoli-Alves, 1998).

Pensar a família como um sistema comunicacional complexo fez surgir essa pesquisa de Doutorado a qual propõe investigar os modos de comunicação parento filial em famílias que estão experimentando a adolescência dos seus filhos. A investigação sobre os processos comunicacionais e suas repercussões nas interações entre os membros é relevante, pois a família é identificada como o principal agente socializador e mantenedor de vínculos afetivos. Nela ocorrem as interações diretas, promotoras das experiências mais significativas na vida dos seus membros (Matos, 2008; Schavarem; Toni, 2019; Senna, 2011; Steinberg; Morris, 2001).

No contexto familiar, a comunicação entre pais e filhos, os estilos parentais e as práticas educativas são compreendidos como principais fontes de influência no desenvolvimento dos adolescentes e promovem repertórios de comportamentos que podem ser adaptativos ou não (Schavarem; Toni, 2019; Senna, 2011). Analisar as interações familiares sob a perspectiva comunicacional e as nuances que permeiam os relacionamentos entre seus membros possibilita reconhecer quais dinâmicas familiares favorecem a emergência de contextos cotidianos associados a fatores de proteção ou de risco para o desenvolvimento desses jovens (Freitas *et al.*, 2021; Hess; Falcke, 2013; Weber; Dessen, 2011).

Levando em consideração que:

- Na literatura nacional e internacional é possível acompanhar a ênfase dada ao papel da comunicação parento-filial para o reconhecimento do funcionamento familiar e para a descrição da qualidade das interações entre seus membros (Alves; Becker, 2021; Barnes; Olson, 1985; Cummings; Cummings, 2002; Féres-Carneiro *et al.*, 2017; Koerner; Fitzpatrick, 2002; Olson, 2000; Portugal, 2013; Skinner; Steinhauer; Santa Bárbara, 1983; Wilkinson *et al.*, 1988).

- Fivush (2019) reafirma a crítica feita por Barnes e Olson (1985) de que boa parte das pesquisas enfatiza a relação da comunicação parental com o desenvolvimento social e cognitivo dos adolescentes, mas com pouco foco para a relação da comunicação com o funcionamento familiar, com os padrões de interação estabelecido entre seus membros.

Esse trabalho se justifica pelo fato de que:

- A compreensão das percepções dos pais e dos adolescentes sobre a dinâmica das interações familiares em termos comunicacionais pode contribuir com o direcionamento da prática dos profissionais que trabalham com esse público, favorecendo a reflexão sobre as estratégias de intervenção que visem à melhoria dessas interações que pode estar diretamente conectada com a positividade do desenvolvimento dos seus membros (Abaid; Dell'aglio;

Koller, 2008; Freitas *et al.*, 2021; Jackson *et al.*, 1998; Ortega Allué, 2011; Teodoro *et al.*, 2007).

- No Brasil, são escassas as pesquisas que enfatizam a importância da comunicação parento-filial para a identificação da qualidade no exercício da parentalidade durante a adolescência (Dessen, 2010; Portugal, 2013). Entre as bases de dados pesquisadas, foram consultadas: *Scientific Electronic Library Online* (SciELO); Periódicos Eletrônicos em Psicologia (PePSIC); Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS); PubMed; *Red de Revistas Científicas de América Latina y el Caribe, España y Portugal* (Redalyc);

- Há uma necessidade de investimento em pesquisas com famílias que estejam fundamentadas na epistemologia sistêmica, oferecendo uma maior compreensão da complexidade que envolve as questões relativas aos contextos familiares (Böing; Crepaldi; Moré, 2009; Dessen, 2010; Dessen; Silva; Dessen, 2009).

- Há uma deficiência em investimentos acadêmicos enfocando os aspectos subjetivos, ou seja, emoções, sentimentos, percepções e significados que as pessoas atribuem às suas interações, para uma compreensão em profundidade dos modos de comunicação experimentados pelo subsistema parental. Essa perspectiva é fundamental para entender as dinâmicas familiares complexas e as relações entre os membros da família em diferentes culturas (Dessen, 2010; Georgas; Berry; Kağitçibaşı, 2006).

- Segundo dados da Tabela 200 do Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA), com base no Censo Demográfico de 2022, a população residente no Brasil pertencente à faixa etária de 15 a 19 anos totaliza 16.720.743 indivíduos (IBGE, 2023). Dentre esses, 8.152.717 são do sexo masculino e 8.568.026 do sexo feminino. Tais números refletem a distribuição demográfica por faixa etária e sexo, constituindo uma base estatística relevante para a formulação de políticas públicas voltadas à juventude. Considerando a significância do contingente, a importância dessa população para a constituição da sociedade em formação e por ser considerada a família o principal contexto microssistêmico do desenvolvimento, se faz relevante pesquisas que investiguem quais os modos de comunicação os adolescentes estão mantendo com as suas famílias, como estão vivenciando suas experiências cotidianas, suas autonomias, suas trocas afetivas, seus conflitos familiares, os sentimentos gerados a partir das partilhas comunicacionais das situações problemáticas, como percebem as práticas educativas vivenciadas com seus pais, quais expectativas eles trazem a respeito da formação de sua própria

família, no futuro, para que novos estudos ofereçam respaldo para a formulação de políticas que focalizem também essa faixa etária do curso de vida.

Entretanto, é possível reconhecer o avanço da iniciativa científica nacional que enfatiza o papel dos modos de comunicação familiar como contexto de desenvolvimento positivo desses jovens, ultrapassando a visão conceitual que determina a adolescência apenas como um período de grandes instabilidades, marcada pelas transformações maturacionais. Tais iniciativas aderiram a uma proposta que identifica os recursos pessoais, talentos, interesses, potencialidades e o valor da estimulação social por meio das interações nos diferentes contextos (Freitas *et al.*, 2021; Senna; Dessen, 2019).

Buscando contribuir com a produção científica nacional que trata desta temática, este estudo refere-se a uma pesquisa de cariz qualitativo, cuja abordagem narrativa de vida segue uma proposta filosófica, teórica e metodológica baseada no novo paradigma da ciência conhecido como Pensamento Sistêmico. A comunicação parento-filial como unidade mínima de análise desta pesquisa nos direciona à operacionalização metodológica baseada no novo paradigma sistêmico, visto que o cerne da atenção recai sobre as interações entre pais e filhos e como os aspectos comunicacionais influenciam a qualidade da relação familiar como um sistema auto-organizado.

Diante do exposto, a pergunta norteadora desta pesquisa destina-se a conhecer:

- Quais os sentidos e significados atribuídos aos processos comunicacionais na dinâmica relacional entre pais, mães e os(as) filhos(as) adolescentes?

A partir de tal questão, este trabalho tem como Objetivo Geral:

- Compreender a coconstrução dos sentidos e significados atribuídos aos processos comunicacionais na dinâmica relacional entre pais, mães e os(as) filhos(as) adolescentes.

Como Objetivos Específicos:

- Identificar as interações de pais, mães e filhos(as) por meio das narrativas sobre expressão das trocas afetivas entre eles;

- Conhecer as percepções de pais, mães e filhos(as) sobre as atitudes parentais e filiais diante das situações de conflitos;

- Interpretar as narrativas sobre os sentimentos gerados entre os membros da família com relação à partilha de situações problemáticas;

- Descrever como pais e filhos percebem as práticas educativas experimentadas no cotidiano da família.

No intuito de responder a esses objetivos, este estudo está organizado em capítulos. No primeiro capítulo introdutório há uma contextualização, apresentando as razões pela escolha do objeto de estudo, justificando a sua relevância científica a partir das lacunas encontradas na literatura. Apresenta ainda a pergunta norteadora que a impulsionou, o objetivo geral, os objetivos específicos. Por fim, apresenta os temas que serão abordados em cada capítulo que constitui essa Tese.

No segundo capítulo consta uma descrição do percurso dos estudos científicos sobre família, apresentando as transformações nas dinâmicas familiares, suas consequências para as novas concepções do construto e as mudanças socioculturais no contexto brasileiro. São expostas as principais contribuições da Abordagem Sistêmica para a conceituação de família e suas dinâmicas relacionais, destacando a transição das formulações clássicas para enfoques contemporâneos que privilegiam a linguagem, a construção conjunta de significados e a complexidade dos vínculos. O capítulo é finalizado com uma seção sobre o conceito de Ciclo Vital Familiar discutido por Cerveny e Berthoud (1997, 2011), com ênfase na etapa do Ciclo Família Adolescente.

No terceiro capítulo é apresentado o percurso do estudo científico da adolescência, a partir de três paradigmas principais: mecanicismo, organicismo, culminando na visão contextualista para essa fase do desenvolvimento. São destacadas as contribuições da abordagem sistêmica para a compreensão da adolescência, enfatizando os principais conceitos postulados por esta teoria. Por fim, são abordados os modos de vida dos adolescentes no Brasil, provocando reflexões sobre as singularidades desta fase no contexto brasileiro.

No quarto capítulo é apresentada a Teoria da Comunicação Humana e seus axiomas como um campo relacional e complexo. Na sessão subsequente são ressaltados os avanços teóricos sobre o tema da comunicação familiar por meio de uma revisão de teorias e pesquisas contemporâneas. Por fim, são apresentadas algumas reflexões e perspectivas das pesquisas científicas existentes na literatura nacional e internacional para a compreensão da comunicação entre pais, mães e filhos adolescentes.

No quinto capítulo são apresentados os delineamentos metodológicos que nortearam a pesquisa para o alcance dos seus objetivos. O capítulo descreve os aspectos teóricos que fundamentam a pesquisa qualitativa denominada narrativa de vida, bem como os aspectos que respaldam o método da análise correspondente à interpretação de sentidos. Posteriormente, a ênfase é dada à descrição do local da pesquisa e dos procedimentos para a seleção dos participantes, contendo os critérios para a escolha. Por fim, são apresentados os procedimentos para a coleta e análise dos dados a partir das trilhas interpretativas que deram corpo à

compreensão da produção de sentidos acerca dos modos de comunicação entre pais, mães e filhos adolescentes identificados em seus relatos.

O sexto capítulo é dedicado à interpretação dos sentidos identificados nas narrativas dos participantes. Essa tarefa é conduzida por percursos interpretativos que, segundo Minayo (2014), possibilitam a compreensão sobre os sentidos atribuídos por pais, mães e filhos(as) aos modos de comunicação experimentados em suas vivências cotidianas. Esses caminhos interpretativos foram constituídos a partir da combinação de elementos dimensionais da comunicação parento filial encontrados na literatura (Portugal, 2013) e aqueles observados na produção de sentidos identificados nos relatos dos participantes.

O sétimo capítulo é dedicado às considerações finais, trazendo reflexões acerca dos principais aspectos mencionados na descrição e interpretação das narrativas. Por meio deste capítulo são apresentadas as limitações e as contribuições deste estudo para a pesquisa científica na área da comunicação parento filial e ou áreas que se interessam pelo tema. Por fim, são expostas algumas orientações para futuros estudos que queiram se debruçar por conhecer os modos de vida familiares a partir da dimensão da comunicação entre pais e filhos nessa fase do ciclo vital.

De acordo com a pesquisa bibliográfica realizada para este estudo é possível assumir os seguintes pressupostos:

- A adolescência já não é mais vista apenas como uma fase caracterizada por aspectos maturacionais e biológicos ou uma fase de grandes turbulências causadas pelas descompensações hormonais.
- As dinâmicas das relações familiares estão intimamente relacionadas às transformações socioeconômicas e culturais pelas quais a sociedade vem passando.
- Os papéis de pai, mãe e filhos vem passando por consideráveis transformações ao longo das décadas influenciando os modos de vida em família.
- Há uma influência na qualidade das interações do subsistema conjugal sobre a qualidade das interações do subsistema parental.
- A comunicação parento filial e os modos de vida familiares na sociedade brasileira sofrem a influência das desigualdades sociais, pelo nível de escolaridade dos pais, pelas diferenças de gêneros e pela fase do ciclo vital nas quais as famílias estão inseridas.

Ao compreender a complexidade que envolve as diversidades nas interações que caracterizam a dinâmica familiar na atualidade, seus modos de vida a partir da comunicação estabelecida entre os seus membros e a necessidade de se pensar a adolescência em uma

perspectiva de desenvolvimento saudável e positivo, que oportunize a ampliação dos seus talentos e potencialidades, este estudo se destaca pela contemporaneidade do objeto e pela possibilidade de produzir reflexões que possam contribuir com novos estudos que visem promoção do bem-estar desses jovens e melhorias das interações familiares.

2 FAMÍLIA EM TRANSFORMAÇÃO: MUDANÇAS HISTÓRICAS, CONCEITUAIS E SOCIOCULTURAIS NO CONTEXTO BRASILEIRO

As mudanças políticas e socioculturais vêm marcando as configurações familiares e a compreensão sobre sua estrutura e funcionamento ao longo de várias décadas. Estudos contemporâneos na área mostram transformações nas tipologias, nas definições dos papéis de gênero, na compreensão conceitual sobre ser pai e mãe na sociedade contemporânea, bem como nas formas de interações estabelecidas entre seus membros (Biasoli-Alves, 1997; Dessen, 2010; Dessen; Biasoli-Alves, 2001; Dessen; Torres, 2019; Neder, 1998; Senna; Dessen, 2019; Silva; Fornasier, 2022; Torres; Dessen, 2007; Wiltgen Tissot; Falcke, 2017).

Entre as décadas de 50 e 60, as relações familiares foram profundamente influenciadas pela inserção da mulher no mercado de trabalho, pela ascensão dos ideais feministas que motivaram a participação mais ativa da mulher nas questões políticas e sociais e pela divulgação dos novos paradigmas científicos que marcaram especialmente as ciências humanas. Esses fatores foram preponderantes para a redefinição dos papéis de gênero e da configuração familiar. Com isso, as famílias de relações verticalizadas, sustentadas pela hierarquia nas relações de poder que definiam o papel de cada membro foram cedendo espaço para famílias com relações mais igualitárias (Dessen, 2010; Trindade, 2001).

Nas décadas de 70 e 80 as relações familiares vivenciaram uma redução no número de filhos, alternando de três a quatro por família para dois a três (Dessen, 2010). Esse fenômeno ocorreu devido a alguns fatores importantes: a uma crise econômica experimentada na década de 80, às longas jornadas da mulher no mercado de trabalho, ao aumento no número de divórcios, à divulgação de métodos contraceptivos, ao aumento no nível da escolaridade da mulher e ao seu acesso às vias de informação (Dessen, 2010; Monteiro, 1998).

No início da década de 90 já foi possível contemplar relações familiares sustentadas pelo diálogo parento-filial, pela reciprocidade na confiança, pelo respeito bilateral e pelo afeto. A autoridade paterna passou a ser socialmente tensionada pelos *modi operandi* com os quais era praticada, por estilos parentais mais autoritativos que começaram a ser revistos à luz de transformações socioculturais. Com o crescimento e divulgação do conhecimento produzido por diferentes áreas das ciências humanas já era possível observar nessa década, práticas disciplinares menos punitivas e mais flexíveis pautadas na negociação e no diálogo (Arriagada, 2000; Cervený; Berthoud, 2011; Dessen, 2010; Pereira, 2003).

Além das mudanças nas concepções de família, de pai e mãe e dos papéis do masculino e feminino desempenhados no seio familiar são perceptíveis também as transformações nas configurações das tipologias familiares. Entretanto, ainda há um predomínio da família nuclear tradicional na sociedade brasileira. Compreender as transformações na estrutura e na dinâmica das relações familiares é importante porque essas mudanças influenciam diretamente as concepções de família e as percepções sobre os papéis de pai e mãe (Cerveny; Berthoud, 2011; Dessen, 2010).

As mudanças nessas dinâmicas familiares nos levam também ao reconhecimento da família como um sistema complexo interligado aos contextos sócio-histórico e cultural que influenciam seus modos de vida ao longo da história. As concepções de família, bem como dos papéis de cada um dos seus membros são inspiradas pelas mudanças estruturais e funcionais ocorridas nas dinâmicas familiares. Por sua vez, essas mudanças são caracterizadas pelos diversos fatores dentro dos contextos cultural, social e histórico dos quais as famílias fazem parte.

Estudos contemporâneos acerca do construto família têm admitido uma abrangência que integra muitas possibilidades de conceber família (Dessen, 2010; Georgas, 2003; Silva; Fornasier, 2022). Entre essas possibilidades incluem, por exemplo, arranjos formados por famílias recasadas, cônjuges divorciados que reconstroem seus lares com outras pessoas, famílias extensas formadas por pessoas coabitando em uma mesma casa, pessoas solteiras que decidem viver sozinhas, pessoas não casadas que coabitam, pessoas que decidem morar juntas antes da oficialização do casamento, cônjuges que moram em casas diferentes, famílias homoafetivas, entre outros (Dessen, 2010).

Diante dessa diversidade atual, autores contemporâneos que se dedicam à pesquisa sobre família têm afirmado que tal conceito é um sistema complexo a ser investigado (Dessen, 2010; Minuchin, 1982, 1985; Silva; Fornasier, 2022; Petzold, 1996; Weber; Dessen, 2011; Zamberlan; Biasoli-Alves, 1997). Essa complexidade se dá exatamente pela compreensão de que se trata de um conceito cuja construção é social, histórica e cultural e por essa razão, suscetível às transformações ocorridas no tempo e no espaço (Tudge, 2008).

Não há, portanto, uma única concepção acerca do conceito, mas diferentes organizações familiares que nos permitem afirmar que os indivíduos e suas relações não podem ser separados dos seus contextos para serem estudados, pois dependem da organização e das normas sociais (Dessen, 2010; Dessen; Biassoli-Alves, 2001; Gergen, 2015; Silva; Fornasier, 2022; Weber; Dessen, 2011). A convicção de que não há um modelo único de organização familiar favorece o reconhecimento de que, no Brasil, é possível nomear famílias brasileiras, ao invés de família

brasileira (Biasoli-Alves, 1997; Dessen; Biasoli-Alves, 2001; Dessen; Torres, 2019; Torres; Dessen, 2007).

É muito oportuna uma pesquisa que tenha a família como unidade de análise se debruçar em conhecer aspectos peculiares das famílias da sociedade na qual a investigação está inserida. Isso se deve ao fato de que os sentidos e significados sobre os modos de vida experimentados em cada contexto são construídos ao longo da sua história e estão intimamente relacionados com as transformações político-econômicas e socioculturais de cada sociedade (Flexor, 2015; Nascimento, 2006; Pereira, 2003; Teruya, 2000).

As relações familiares no Brasil foram historicamente estruturadas sob um modelo patriarcal, no qual o poder era centralizado na figura paterna e sustentado por uma rígida hierarquia de papéis. Com o passar do tempo, transformações econômicas, políticas e socioculturais desencadearam mudanças significativas nessas dinâmicas, favorecendo a transição para modelos familiares mais democráticos e horizontalizados. A divisão das tarefas domésticas tornou-se mais equilibrada entre os gêneros, ao passo que as mulheres passaram a ocupar espaços externos relevantes, contribuindo economicamente com o núcleo familiar (Dessen; Torres, 2019; Flexor, 2015).

Paralelamente, observou-se uma redução na fecundidade e na mortalidade infantil, além do reconhecimento de uma maior diversidade nas configurações familiares. Os filhos passaram a ter participação mais ativa nas decisões do grupo familiar, ocupando lugar de maior escuta e protagonismo. Conseqüentemente, as práticas disciplinares tornaram-se mais flexíveis e pautadas no diálogo entre pais e filhos, refletindo a crescente complexidade dos arranjos familiares contemporâneos (Flexor, 2015; Nascimento, 2006; Pereira, 2003; Teruya, 2000).

Essa complexidade crescente das configurações familiares no Brasil foi evidenciada pelo último Censo Demográfico (IBGE, 2023). Embora a família nuclear ainda represente a tipologia majoritária no país, observou-se uma desaceleração em seu crescimento quando comparada ao censo anterior, indicando uma tendência à diversificação nos modos de organização familiar. Esse fenômeno pode ser atribuído a múltiplos fatores, como o aumento expressivo no número de divórcios, a ascensão das mulheres a cargos de liderança no mercado de trabalho, os avanços científicos e tecnológicos em contracepção e reprodução assistida (como a fertilização *in vitro*) que dissociam sexualidade de reprodução biológica. Tais transformações possibilitaram o reconhecimento social e jurídico de novos formatos de família, como as monoparentais, recompostas, homoafetivas, entre outras, ampliando o espectro das experiências familiares e exigindo novas formas de compreensão das dinâmicas relacionais (Flexor, 2015; Nascimento, 2006; Pereira, 2003; Teruya, 2000).

Um grande destaque ressaltado pelos estudiosos da história da família brasileira na contemporaneidade habita na desconstrução dos valores que sustentavam o modelo nuclear tradicional [pai, mãe e filhos(as)] como o tipo ideal de constituição familiar (Bastos, 2011; Nascimento, 2006; Pereira, 2003). Para esses estudiosos, o valor atribuído à família não prevalece mais sobre o valor atribuído aos sentimentos individuais. As relações familiares passaram a ser cada vez mais definidas pelos laços afetivos e menos pelas obrigações estabelecidas em função da consanguinidade e do parentesco (Goldani, 1994; Nascimento, 2006).

Além das mudanças nos valores atribuídos à família e da diversidade das tipologias familiares, a sociedade brasileira conta com uma ampla área territorial constituída por regiões e microrregiões com uma diversidade socioeconômica e cultural muito importante que também causam impacto nos modos de vida e nas interações comunicacionais familiares. Apesar das políticas públicas voltadas para o aumento da escolaridade da população brasileira, a região Nordeste ainda experimenta índices de escolaridades menores em comparação às outras regiões do país, em especial, as regiões Sul e Sudeste (Aquino; Nascimento, 2020).

O fator escolaridade da população está intimamente relacionado a outros indicadores sociais como: renda familiar, qualidade nas condições de vida, inclusão ao mercado de trabalho, moradia digna, igualdade de oportunidades e acesso às escolas e faculdades qualificadas, entre outros. Segundo dados do IBGE (2022), 35,5% dos lares do Nordeste são dependentes das políticas públicas assistenciais (Bolsa Família), índice proporcionalmente maior que na média nacional que está em 19%, segundo o mesmo Instituto.

As desigualdades regionais no Brasil, historicamente constituídas, foram acentuadas nos últimos anos pelas consequências da pandemia de Covid-19, cujos impactos incidiram diretamente sobre os recursos de subsistência das famílias, afetando múltiplas dimensões da vida cotidiana. No campo econômico, observou-se o agravamento do desemprego, a redução da renda familiar, o aumento do endividamento e das inadimplências, comprometendo a capacidade de atendimento às necessidades básicas. No plano social, os efeitos do isolamento, o crescimento da violência doméstica, o aumento dos índices de divórcio, a intensificação da sobrecarga doméstica e os prejuízos à escolarização (como atrasos e evasões) tornaram-se evidentes. Já no âmbito da saúde, destacou-se o aumento expressivo de quadros de sofrimento psíquico, com prevalência de transtornos de ansiedade, depressão e fobias, além da sobrecarga nos sistemas de saúde, que comprometeu o atendimento às doenças crônicas preexistentes (Diniz *et al.*, 2021).

Importa salientar que tais repercussões da pandemia ocorreram de maneira desigual, afetando de forma mais intensa os grupos em maior situação de vulnerabilidade, como famílias de baixa renda, população negra, mulheres e pessoas com deficiência. No interior das relações familiares, os efeitos foram diversos: enquanto em núcleos com histórico de conflito o confinamento prolongado intensificou tensões e episódios de violência, em famílias com vínculos de maior afeto e proximidade emocional, a convivência ampliada favoreceu o fortalecimento dos laços e a valorização do tempo partilhado (Diniz *et al.*, 2021; Schmidt *et al.*, 2020).

Dessa forma, é evidente que as condições econômicas e socioculturais exercem influência decisiva sobre os modos de vida das famílias. Compreender a realidade brasileira demanda uma leitura contextualizada dos perfis familiares, situando-os tanto nos contextos macrosociais, quanto nos momentos do ciclo vital em que se encontram. Cada etapa desse ciclo implica desafios e necessidades relacionais específicas, exigindo uma abordagem investigativa capaz de acessar as subjetividades e dinâmicas familiares com maior profundidade.

Ao compreender a família como um sistema relacional em constante transformação, a Abordagem Sistêmica permite analisar os vínculos e padrões de interação não como fenômenos isolados, mas como processos interdependentes, historicamente situados e atravessados por fatores socioculturais. Essa perspectiva oferece um instrumental teórico-metodológico que amplia a compreensão dos modos como os membros familiares constroem sentidos, regulam afetos e negociam posições dentro de um contexto dinâmico e relacional. A seguir são apresentadas algumas contribuições sistêmicas para os estudos de família.

2.1 FAMÍLIA E AS CONTRIBUIÇÕES DA TEORIA SISTÊMICA

Diante das significativas transformações pelas quais a família vem passando, múltiplas definições sobre esse conceito emergiram em distintas áreas do conhecimento, como a Sociologia, a Antropologia, a Psicologia, entre outras (Cerqueira-Silva; Oliveira; Dessen, 2008). Segundo Silva e Fornasier (2022), o conceito família tornou-se polissêmico, sendo necessário estudá-lo na perspectiva interdisciplinar. No entanto, etimologicamente, o termo "família" deriva do latim *famulus*, que significa servo ou escravo doméstico e foi utilizado na Roma Antiga para designar um agrupamento social vinculado às atividades agrícolas, formado sob a autoridade do *pater familias*, dentro de uma lógica fortemente hierarquizada (Bilac, 2000; Valsiner, 2000).

No campo da Psicologia, em especial, o conceito de família tem sido objeto de investigação contínua, sobretudo no que se refere ao desenvolvimento humano e às configurações relacionais e afetivas que estruturam os vínculos familiares nas diferentes etapas do ciclo vital (Böing; Crepaldi; Moré, 2009; Rohde; Zacharias, 2017). É nesse cenário que se insere a Abordagem Sistêmica da Família, propondo uma leitura relacional dos fenômenos humanos, deslocando o foco da análise do indivíduo para o sistema de interações no qual está inserido. Essa perspectiva teórica não apenas amplia a compreensão das dinâmicas familiares diante das mudanças sociais, mas também oferece recursos metodológicos para a intervenção clínica e preventiva junto às famílias, reconhecendo-as como sistemas abertos, em constante adaptação e negociação com seus contextos históricos, socioeconômicos e culturais (Carvalho; Silva, 2011; Costa, 2010; Gomes *et al.*, 2014; Nichols; Schwartz, 2007).

A Abordagem Sistêmica da Família teve seu início entre as décadas de 1950 e 1960, majoritariamente nos Estados Unidos, em um contexto de insatisfação crescente com os modelos psicopatológicos tradicionais, que enfatizavam explicações intrapsíquicas para os transtornos mentais. Surge como um novo paradigma que emergiu inicialmente dos estudos de Gregory Bateson e os pesquisadores do *Mental Research Institute* (MRI), localizado em Palo Alto, Califórnia. Esse instituto foi fundado em 1959 e tornou-se um dos centros mais influentes para o desenvolvimento da abordagem sistêmica aplicada à psicoterapia, especialmente nas áreas da comunicação humana e da terapia familiar (Gomes *et al.*, 2014; Nichols; Schwartz, 2007; Watzlawick; Beavin; Jackson, 1973).

Um dos marcos teóricos mais importantes associados ao grupo do Palo Alto, com a influência direta de Bateson (1972) é a formulação do conceito de duplo vínculo (*double bind*), desenvolvido a partir de suas pesquisas sobre comunicação paradoxal em famílias de pacientes com esquizofrenia. O duplo vínculo é uma condição em que uma pessoa recebe mensagens contraditórias em diferentes níveis de comunicação e não pode comentar sobre essa contradição nem se esquivar dela, o que gera confusão e desorganização emocional. Essa noção foi incorporada pelos terapeutas sistêmicos para compreender como certos padrões disfuncionais podem ser mantidos por meio de mensagens ambíguas e paradoxais no contexto familiar (Bateson, 1972; Boechat; Cabral; Souza, 2015; Watzlawick, Beavin; Jackson, 1973).

Nesse sentido, Bateson (1972) propõe uma epistemologia relacional para compreender a mente como um fenômeno ecológico, reforçando a ideia de que os comportamentos individuais devem ser entendidos dentro dos padrões de interação dos sistemas dos quais fazem parte. Portanto, a Abordagem Sistêmica consolidou-se como resposta à necessidade de compreender o sofrimento psíquico não mais como um desvio exclusivamente individual, mas

como expressão de disfunções nos processos de comunicação, organização e adaptação sistêmica (Nichols; Schwartz, 2007).

A inovação dessa perspectiva residiu na substituição do modelo linear de causalidade, típico das abordagens clássicas, por uma lógica circular, que enfatiza os ciclos de retroalimentação e a coconstrução dos sintomas dentro dos sistemas de relações (Carvalho; Silva, 2011). Assim, em um ambiente de efervescência interdisciplinar que reunia ciências humanas, biológicas e da informação, a Abordagem Sistêmica Familiar emergiu como um dos marcos fundadores de uma nova forma de pensar os fenômenos humanos: dinâmica, interconectada e eminentemente contextual (Gomes *et al.*, 2014; Nichols; Schwartz, 2007).

A Abordagem Sistêmica fundamenta-se epistemologicamente nos princípios da Teoria Geral dos Sistemas, da Cibernética e da Teoria da Comunicação (Gomes *et al.*, 2014; Nichols; Schwartz, 2007). A Teoria Geral dos Sistemas (TGS), proposta por Ludwig Von Bertalanffy, criada em 1968 (Bertalanffy, 1969), exerceu profunda influência sobre a constituição da Abordagem Sistêmica da Família ao deslocar o foco da análise dos elementos isolados para a compreensão das inter-relações e da totalidade dos fenômenos. Ele propõe a ruptura com os modelos tradicionais de compreensão linear e mecanicista do comportamento humano, oferecendo um arcabouço epistemológico que favorece a leitura das dinâmicas familiares como sistemas vivos, complexos e autorregulados, cujas propriedades não podem ser reduzidas à simples soma de seus membros ou de suas ações individuais (Bertalanffy, 2012; Cesar; Costa, 2018; Costa, 2010; Costa; Missiato; Martines, 2021; Gomes *et al.*, 2014; Massad *et al.*, 2018; Nichols; Schwartz, 2007).

Dentro dessa perspectiva, a família é concebida como um sistema relacional, organizado por regras e padrões interativos, que visa manter a estabilidade e a continuidade de suas funções diante das constantes transformações do ambiente interno e externo (Nichols; Schwartz, 2007). Essa concepção sistêmica da família implica reconhecer que seus processos não se explicam apenas pelas características individuais de seus membros, mas sobretudo pelas interações que entre eles se estabelecem, configurando redes de significados que influenciam reciprocamente os comportamentos e os modos de funcionamento do grupo familiar como um todo (Costa, 2010; Gomes *et al.*, 2014; Nichols; Schwartz, 2007).

A Teoria Geral dos Sistemas forneceu à Abordagem Sistêmica da Família um conjunto de princípios fundamentais que orientam tanto a compreensão teórica quanto a prática clínica (Cesar; Costa, 2018; Costa, 2010; Massad *et al.*, 2018). Entre esses princípios, destaca-se o da globalidade, postulando que qualquer modificação em uma parte do sistema repercute sobre o todo e vice-versa. Esse conceito é essencial para a compreensão de que o sofrimento ou a

sintomatologia de um indivíduo não pode ser analisado de forma isolada, mas deve ser interpretado à luz das configurações sistêmicas mais amplas que o sustentam (Oliveira; Crepaldi, 2017).

O princípio da não somatividade complementa essa perspectiva ao indicar que o sistema familiar possui propriedades que não podem ser explicadas apenas pela soma das características de seus membros (Bertalanffy, 2012). Em outras palavras, o funcionamento do sistema não é redutível às suas partes, mas emerge das relações estabelecidas entre elas, o que requer uma atenção especial aos padrões comunicacionais, às alianças, fronteiras e papéis desempenhados no interior da família (Bertalanffy, 2012; Costa, 2010; Massad *et al.*, 2018; Nichols; Schwartz, 2007).

Outro conceito fundamental derivado da Teoria Geral dos Sistemas é o da circularidade, que se contrapõe à lógica mecanicista da linearidade de causa e efeito (Costa, 2010; Nichols; Schwartz, 2007). Na perspectiva sistêmica, os comportamentos são entendidos como parte de sequências recursivas, em que cada ação gera uma reação que retroalimenta o sistema, perpetuando determinados ciclos interativos. Isso implica dizer que o indivíduo e os seus diferentes contextos se influenciam mutuamente, ecoando na bilateralidade das interações. Assim, os eventos familiares não podem ser compreendidos em termos de causalidade simples, mas sim como coconstruções relacionais (Bertalanffy, 2012; Massad *et al.*, 2018).

O conceito da homeostase foi também divulgado pela Teoria Geral dos Sistemas. Refere-se à tendência dos sistemas a manterem um estado de equilíbrio interno diante de mudanças externas (Bertalanffy, 2012; Massad *et al.*, 2018). Nas famílias, essa busca por estabilidade manifesta-se na manutenção de padrões relacionais que conferem previsibilidade e segurança, mesmo que tais padrões sejam disfuncionais. No entanto, a homeostase não impede o sistema de se transformar; ela convive com o princípio da morfogênese, que diz respeito à capacidade de mudança, inovação e adaptação do sistema diante das novas demandas do contexto ou do ciclo vital familiar (Bertalanffy, 2012; Cesar; Costa, 2018; Costa, 2010; Nichols; Schwartz, 2007).

Por fim, o princípio da equifinalidade sustenta que diferentes trajetórias podem conduzir a um mesmo resultado, assim como uma mesma condição inicial pode levar a desfechos distintos, dependendo das interações sistêmicas envolvidas (Bertalanffy, 2012). Esse princípio reforça a ideia de que não há um único caminho para o desenvolvimento ou para a resolução de problemas familiares, valorizando a multiplicidade de possibilidades e estratégias adaptativas (Costa, 2010; Nichols; Schwartz, 2007).

Além da Teoria Geral dos Sistemas, a Abordagem Sistêmica da Família foi fortemente influenciada pelos princípios teóricos da Cibernética, especialmente em suas duas fases evolutivas conhecidas como Cibernética de 1ª ordem e Cibernética de 2ª ordem (Gomes *et al.*, 2014). Esses aportes oriundos do campo interdisciplinar da Cibernética (inicialmente desenvolvida por Norbert Wiener com o objetivo de estudar os processos de regulação e controle em sistemas automáticos), ofereceram fundamentos conceituais e operacionais cruciais para o desenvolvimento de uma epistemologia sistêmica mais sofisticada, com importantes repercussões para a prática clínica e para a compreensão das dinâmicas familiares (Cesar; Costa, 2018; Chaves; Bernardo, 2020; Costa, 2010; Vogel, 2011).

A Cibernética de primeira ordem, também chamada de Cibernética dos Sistemas Observados, concentra-se na análise dos mecanismos de autorregulação e feedback que permitem aos sistemas manter seu equilíbrio diante das mudanças do meio (Chaves; Bernardo, 2020). Na Abordagem Sistêmica da Família, essa perspectiva foi incorporada inicialmente por meio da noção de *feedback* (retroalimentação), que se tornou central para a compreensão dos padrões repetitivos de interação que se estabilizam dentro dos sistemas familiares. O *feedback* negativo atua no sentido da manutenção da homeostase, contribuindo para a preservação do *status quo*, enquanto o *feedback* positivo introduz elementos de mudança, rompendo com padrões disfuncionais e permitindo a reorganização do sistema. Essa primeira fase da Cibernética permitiu uma leitura mais técnica e funcionalista das relações familiares, valorizando a identificação de padrões comunicacionais circulares e a intervenção sobre estruturas de interação, sem, contudo, problematizar a posição do observador (Cesar; Costa, 2018; Costa, 2010; Vogel, 2011).

No entanto, a evolução do pensamento cibernético culminou na emergência da chamada Cibernética de 2ª ordem ou Cibernética dos Sistemas Observantes, que introduz uma virada epistemológica ao reconhecer que o observador não é externo ao sistema, mas parte integrante dele (Costa, 2010). Essa perspectiva, fortemente influenciada pelas ideias de Heinz Von Foerster e Humberto Maturana, coloca em questão a objetividade do conhecimento e enfatiza a construção da realidade como um processo coevolutivo, dependente das interações entre o observador e o sistema observado (Cesar; Costa, 2018). Na Abordagem Sistêmica da Família, a incorporação da Cibernética de 2ª ordem promoveu um deslocamento significativo, conferindo centralidade à reflexividade do terapeuta e ao caráter relacional da intervenção clínica (Cesar; Costa, 2018; Costa, 2010; Vogel, 2011; Nichols; Schwartz, 2007).

Portanto, a influência da Cibernética na Abordagem Sistêmica da Família não se limita à introdução de conceitos operacionais, mas envolve uma profunda transformação

epistemológica que redimensiona as concepções de realidade, conhecimento e intervenção (Costa, 2010). A transição da Cibernética de 1ª para a de 2ª ordem permitiu à abordagem sistêmica um amadurecimento teórico e prático, favorecendo a emergência de modelos terapêuticos mais sensíveis à complexidade dos vínculos familiares, à subjetividade dos atores envolvidos e à multiplicidade de sentidos construídos no processo terapêutico. Tal evolução reforça o compromisso da Abordagem Sistêmica com uma visão relacional, contextual e processual do fenômeno humano, destacando sua natureza dinâmica, autorreferente e interdependente (Cesar; Costa, 2018; Vogel, 2011).

Por sua vez, a Teoria da Comunicação também exerceu uma influência significativa na formação da Abordagem Sistêmica da Família, fornecendo subsídios conceituais fundamentais para a compreensão das interações familiares como processos comunicacionais complexo (Portugal, 2013). Essa vertente teórica contribuiu decisivamente para o deslocamento do foco clínico e teórico das causas intrapsíquicas para os padrões de comunicação que organizam os sistemas humanos, em especial o sistema familiar (Carvalho; Silva, 2011; Costa, 2010; Scapini; Luna, 2019; Watzlawick, Beavin; Jackson, 1973).

A grande contribuição da Teoria da Comunicação para a Abordagem Sistêmica está na concepção da comunicação como um processo contínuo, inevitável e estruturador das relações humanas (Portugal, 2013; Watzlawick, Beavin; Jackson, 1973). Na perspectiva sistêmica, comunicar não é apenas transmitir informações verbais, mas envolver-se em uma rede de significados construída por múltiplos canais verbais e não verbais, que expressam e moldam os vínculos interpessoais simultaneamente. Isso implica entender que todo comportamento humano em um contexto relacional possui valor comunicativo, conforme explicitado na descrição dos axiomas da Teoria da Comunicação (Watzlawick, Beavin; Jackson, 1973), conteúdo do capítulo 4 desta Tese.

Além dos axiomas fundamentais, a Teoria da Comunicação ampliou o olhar sistêmico sobre a família ao propor que os sintomas individuais podem ser compreendidos como expressões de perturbações nos padrões de comunicação do sistema familiar. Com isso, a clínica sistêmica passou a privilegiar a intervenção nos níveis relacionais e interacionais, buscando reorganizar os modos de comunicação e promover maior congruência, clareza e flexibilidade entre os membros da família (Costa, 2010; Scapini; Luna, 2019). Essa perspectiva comunicacional, ao integrar-se com os princípios da Teoria Geral dos Sistemas e da Cibernética, consolidou um modelo de compreensão e intervenção que vê a família como uma rede viva de significados em constante construção, cujo modo de comunicar é também o modo de existir juntos (Portugal, 2013; Scapini; Luna, 2019).

A Abordagem Sistêmica, ao longo de sua consolidação como referencial teórico e clínico, desenvolveu uma multiplicidade de vertentes que refletem a riqueza e a diversidade dos pensamentos produzidos pelas diferentes escolas sistêmicas formadas em diversos contextos socioculturais (Cesar; Costa, 2018; Grandesso, 2009). Essa pluralidade é resultado da evolução histórica da teoria dos sistemas e da complexidade dos fenômenos humanos, que impulsionaram pesquisadores e clínicos de diferentes lugares, como Estados Unidos, Europa, América Latina e Ásia, a adaptar e expandir os princípios sistêmicos conforme as especificidades culturais, sociais e epistemológicas locais. Assim, escolas como a de Palo Alto, a Escola Estrutural de Minuchin, o modelo Estratégico de Haley, o modelo de Milão, entre outras, introduziram variações significativas na forma de conceber o funcionamento dos sistemas familiares, o papel do terapeuta e as estratégias de intervenção (Cesar; Costa, 2018; Costa, 2010; Osorio; Do Valle, 2009).

Essa diversidade não configura uma fragmentação teórica, mas sim uma expansão que enriquece a abordagem sistêmica, tornando-a uma metaperspectiva capaz de integrar diferentes olhares sobre a complexidade relacional humana. Tal multiplicidade de modelos reflete o próprio princípio sistêmico de que o conhecimento se constrói em redes e que as realidades são múltiplas, historicamente situadas e culturalmente mediadas (Machado, 2012; Nichols; Schwartz, 2007).

Nessa perspectiva, entre as décadas de 1950 e 1970, emerge a Escola estrutural, tendo como seu principal representante o médico psiquiatra argentino Salvador Minuchin. Ao trabalhar com famílias de minorias étnicas e crianças com distúrbios psicossomáticos, Minuchin desenvolveu os princípios da Escola Estrutural, cujo objetivo era identificar como a organização interna da família (suas regras, suas fronteiras e suas hierarquias) contribuía para a manutenção dos sintomas apresentados pelos seus membros (Cesar; Costa, 2018; Minuchin, 1982; Vogel, 2011).

Um dos conceitos centrais da Escola Estrutural é o de estrutura familiar, entendida como uma ordem relacional implícita que governa as interações entre os membros da família. Essa estrutura se manifesta através de padrões relacionais que estabelecem regras de convivência, fronteiras entre subsistemas e divisão de papéis, organizando o funcionamento cotidiano da família. Segundo Minuchin (1982), a estrutura pode ser funcional, quando promove adaptação e crescimento dos seus membros ou disfuncional, quando se estabelece como rígida e inflexível ou caoticamente frouxa, comprometendo o desenvolvimento saudável dos indivíduos (Minuchin, 1982; Nichols; Schwartz, 2007).

Dentro da estrutura familiar existem diferentes subsistemas, formados por funções específicas e vínculos diferenciados: o subsistema conjugal, entre os parceiros que compartilham a liderança do núcleo familiar; o subsistema parental, responsável pela educação e proteção dos filhos; e o subsistema fraterno, que rege as relações entre irmãos. De acordo com os fundamentos da Escola Estrutural, a organização eficaz desses subsistemas é fundamental para o equilíbrio familiar, sendo necessário que mantenham fronteiras claras entre si. As fronteiras adequadas permitem a diferenciação dos papéis e promovem um espaço de pertencimento saudável; já fronteiras rígidas podem levar ao isolamento emocional, enquanto fronteiras difusas favorecem o enredamento e a perda da autonomia individual (Minuchin, 1982; Nichols; Schwartz, 2007).

A manutenção de uma hierarquia funcional dentro da família é outro ponto crucial destacado por Minuchin. Uma hierarquia saudável estabelece que os adultos exerçam autoridade e liderança sobre as crianças, favorecendo a proteção e a organização do ambiente familiar. Inversões hierárquicas, sendo caracterizada quando filhos assumem responsabilidades de adultos, indicam desequilíbrios estruturais que podem contribuir para o aparecimento de sintomas emocionais e comportamentais (Minuchin, 1982).

Além disso, a Abordagem Estrutural observa atentamente a formação de alianças e coalizões dentro da família (Minuchin, 1982). Enquanto alianças são parcerias naturais que fortalecem os vínculos afetivos e as funções familiares, coalizões refletem uniões disfuncionais, geralmente caracterizadas pela formação de conchavos contra outros membros da família. Um exemplo clássico é o filho que se alia a um dos pais contra o outro, gerando triangulações que fragilizam a hierarquia parental e alimentam a disfunção relacional (Minuchin, 1982).

Segundo Minuchin (1982), a comunicação parento-filial deve ser analisada a partir dessas posições relacionais que pais e filhos ocupam no sistema familiar. Os pais, como parte do subsistema parental, são responsáveis por estabelecer regras, exercer autoridade e prover suporte emocional e físico aos filhos. Quando essa hierarquia funcional está clara e as fronteiras entre subsistemas são bem definidas, nem rígidas nem difusas, a comunicação tende a fluir de maneira adaptativa. Por outro lado, padrões comunicacionais disfuncionais, como a triangulação, o desalinhamento hierárquico ou a inversão de papéis, são considerados indicadores de uma organização estrutural comprometida, que pode gerar conflitos persistentes ou sintomas nos filhos. Portanto, na perspectiva estrutural os problemas de comunicação entre pais e filhos não são explicados unicamente pelo conteúdo das mensagens ou por aspectos subjetivos, mas sobretudo pela estrutura das interações em que essas mensagens estão inseridas.

Em síntese, a Abordagem Sistêmica Estrutural surge como uma resposta às limitações das explicações intrapsíquicas isoladas, propondo uma visão relacional, dinâmica e contextualizada dos fenômenos humanos. Sua consolidação foi fortemente influenciada pelas transformações sociais e científicas do século XX, oferecendo uma compreensão ampliada da família como um sistema complexo, adaptativo e em constante movimento. Essa perspectiva continua a influenciar, até hoje, práticas clínicas, pesquisas e teorizações sobre as famílias e suas dinâmicas relacionais.

Outra vertente sistêmica que emergiu no final da década de 1950 e início da década de 1960 foi a Escola Estratégica, tendo entre os nomes mais importantes o psicoterapeuta norte-americano Jay Haley e a psicoterapeuta argentina Cloé Madanes (1991). Esses autores desenvolveram modelos terapêuticos nos quais o foco central era a resolução de problemas e a interrupção dos ciclos de interação patológica que sustentavam o sintoma (Vitória, 1993).

Um dos conceitos centrais da Escola Estratégica inclui a visão do sintoma como parte funcional do sistema, ou seja, o sintoma cumpre uma função dentro das dinâmicas familiares. A manutenção do sintoma anuncia uma tendência do sistema pela busca da homeostase, servindo como um elemento estabilizador, ainda que seja por meio de padrões rígidos de interação. Nesse sentido, a abordagem estratégica visa identificar a lógica interna desses padrões e intervir de modo a quebrar o ciclo vicioso que perpetua o sintoma (Haley, 1979, 1991; Nichols; Schwartz, 2007; Veiga, 2004; Vitória, 1993).

A estratégia terapêutica dessa escola é ativa, diretiva e planejada, podendo envolver paradoxos terapêuticos, prescrições do sintoma e reestruturações estratégicas das interações familiares. Com base nisso, a mudança terapêutica sugerida pela vertente estratégica não se concentra na investigação das causas profundas ou históricas do sintoma, mas sim na interrupção e modificação dos padrões atuais de comportamento de forma prática e objetiva. A lógica por trás das intervenções estratégicas é baseada na premissa de que pequenas mudanças no padrão de interação podem ter efeitos significativos e duradouros no sistema familiar (Haley, 1979, 1991; Nichols; Schwartz, 2007; Veiga, 2004; Vitória, 1993).

As Escolas Sistêmicas Estrutural e Estratégica compartilham de arcabouços teóricos semelhantes, porém diferem significativamente em seus objetivos, métodos e foco de intervenção (Nichols; Schwartz, 2007). A Escola Estrutural sustenta que o aspecto disfuncional da família está relacionado a uma estrutura familiar desorganizada ou mal definida, especialmente no que diz respeito às fronteiras entre os membros e aos papéis desempenhados por cada um. (Machado, 2012; Minuchin, 1982). Na Escola Estratégica a ênfase não está na estrutura familiar em si, mas em como os membros da família se comunicam e interagem. A

intervenção busca quebrar padrões de comunicação disfuncionais entre pais, mães e filhos, promovendo a mudança por meio de estratégias específicas, de intervenções paradoxais, como o *reframing* (ressignificação) ou a prescrição do sintoma (Haley, 1979; Veiga, 2004).

Assim, para a Abordagem Estratégica, a comunicação não é meramente um veículo de troca de informações, mas um instrumento de influência e mudança. A Teoria da Comunicação desenvolvida pelo grupo do *Mental Research Institute* (MRI), que exerceu forte influência na Escola Estratégica, propôs os conceitos de metacomunicação, mensagens de duplo vínculo e níveis lógico-comunicacionais, permitindo compreender como os pais, muitas vezes de forma inconsciente, transmitem mensagens contraditórias aos filhos (Haley, 1979, 1991; Watzlawick; Beavin; Jackson, 1973). Tais inconsistências comunicacionais podem ser fonte de confusão, insegurança e comportamento sintomático por parte das crianças ou adolescentes, especialmente quando são colocados em situações de lealdade dividida ou de triangulação relacional (Boechat; Cabral; Souza, 2015; Santos, 2008).

O conceito de metacomunicação no sentido desenvolvido pelo grupo do MRI refere-se à comunicação sobre a própria comunicação que está sendo mantida entre os interlocutores. Ou seja, é uma forma dos participantes de uma interação definirem, qualificarem ou comentarem a natureza da relação entre eles ou o contexto daquilo que está sendo dito (Watzlawick; Beavin; Jackson, 1973). Nesse sentido, a metacomunicação é vista como um fenômeno natural e estruturante de toda interação humana. Seu impacto nas relações entre pais, mães e filhos pode ser positivo ou negativo, dependendo da coerência ou incoerência entre os níveis comunicacionais (Calil, 1987; Gomes *et al.*, 2014; Nichols; Schwartz, 2007; Scapini; Luna, 2019; Watzlawick; Beavin; Jackson, 1973).

Outra vertente surge em resposta à necessidade de compreender os problemas emocionais e relacionais dos indivíduos para além da perspectiva individualista da psiquiatria tradicional e das terapias centradas apenas na dinâmica da família nuclear. A Abordagem Intergeracional proposta por Murray Bowen (1978) compreende a família como um sistema emocional que se organiza a partir de padrões relacionais que se estendem por várias gerações. A partir de uma leitura inovadora da psicanálise e de pressupostos oriundos da Teoria Geral dos Sistemas, Bowen (1978) desenvolve a Teoria dos Sistemas Familiares, que se tornaria uma das bases conceituais mais robustas da Abordagem Sistêmica Familiar.

O foco de Bowen se distancia das abordagens centradas na análise de sintomas individuais e se volta para a forma como os padrões emocionais se repetem no sistema familiar ao longo do tempo (Otto; Ribeiro, 2020). Um dos conceitos mais fundamentais que ele desenvolve é o de diferenciação do *self*, entendido como a capacidade do indivíduo de manter

sua autonomia emocional e identidade pessoal mesmo em meio à pressão relacional do grupo familiar. Indivíduos com baixo nível de diferenciação do *self* tendem a fundir-se emocionalmente com os outros ou a se afastar de forma rígida e reativa, perpetuando dinâmicas disfuncionais (Boscolo; Beltrano, 2013; Bowen, 1978; Kerr, 2003, 2019; Marin *et al.*, 2013; Otto; Ribeiro, 2020; Pellegrini *et al.*, 2015).

Outro conceito essencial da Abordagem Intergeracional é o de triângulo emocional, que descreve a tendência dos sistemas familiares de envolver uma terceira pessoa quando a tensão entre dois membros se torna intensa (Bowen, 1978). Esse padrão é uma estratégia inconsciente de regulação da ansiedade, mas geralmente mantém a disfunção ao invés de resolvê-la. O modelo também introduz a noção de ansiedade crônica, distinta da ansiedade aguda por ser persistente e enraizada nos padrões relacionais do sistema. Segundo o autor, quanto menor a diferenciação dos membros da família, maior será a suscetibilidade a essa forma de ansiedade.

A teoria de Bowen (1978) também se destacou por sua atenção à transmissão multigeracional dos padrões familiares. Ele propõe que características emocionais, formas de lidar com conflitos, expectativas e lealdades são transmitidas de pais para filhos ao longo das gerações, moldando profundamente os vínculos e a forma como os indivíduos se posicionam no sistema. Em sintonia com essa ideia, o conceito de projeção familiar descreve como os pais podem depositar suas ansiedades, conflitos ou expectativas não resolvidas em um dos filhos, expressando os sintomas do sistema como um todo. Bowen também discute a posição fraterna, sugerindo que o lugar ocupado por um filho na ordem de nascimento na prole, pode influenciar a forma como ele se envolve nos processos relacionais da família (Boszormenyi-Nagy; Spark, 1984; Bowen, 1978; Otto; Ribeiro, 2020).

Na perspectiva intergeracional, a comunicação parento-filial é compreendida não apenas como uma troca de mensagens no aqui e agora, mas como a expressão de legados relacionais e emocionais transgeracionais. Boszormenyi-Nagy e Spark (1984) ao introduz o conceito de lealdade invisível enfatiza que a comunicação entre pais, mães e filhos carrega não apenas informações, mas também obrigações éticas e afetivas herdadas. Isso se manifesta em mensagens parentais implícitas que transmitem expectativas, dívidas emocionais e papéis familiares cristalizados, os quais influenciam profundamente a posição e a comunicação com os filhos no sistema (Kerr, 2019, 2003; Otto; Ribeiro, 2020).

Além dessas três vertentes sistêmicas surge a Escola de Milão como uma das correntes mais influentes no campo da Abordagem Sistêmica Familiar, tendo se consolidado especialmente entre as décadas de 1970 e 1980, na Itália. Inicialmente foi formada por um grupo de médicos psiquiatras e terapeutas de família com formação psicanalítica, destacando-se: Mara

Selvini Palazzoli, Gianfranco Cecchin, Luigi Boscolo e Giuliana Prata. Esses terapeutas criaram um método inovador para a época, que se distanciava das abordagens psicanalíticas tradicionais e adotava uma visão mais pragmática da terapia familiar, com foco na resolução de problemas e na modificação dos padrões de interação familiar (Carvalho; Silva, 2011; Cesar; Costa, 2018; Nichols; Schwartz, 2007).

Inspirada na Teoria da Comunicação, a Escola de Milão percebe a família como um sistema relacional estruturado por padrões de interação recorrentes e autorregulados, no qual cada comportamento é compreendido em relação aos demais, de forma circular (Coelho, 2016; Costa, 2010). Para os estudiosos dessa escola o funcionamento familiar estava engajado em jogos relacionais, sustentados por padrões estáveis de interação previstos por regras implícitas. Nesses jogos, os sintomas apresentados por um dos membros eram vistos como estratégias comunicativas que mantinham a homeostase do próprio sistema (Palazzoli *et al.*, 1986).

Dentro da perspectiva relacional que orientava as práticas dessa escola, a comunicação familiar era vista como uma parte integrante desses jogos relacionais. Isso significa que todos os comportamentos comunicativos, verbais ou não verbais, não deveriam ser analisados como expressões isoladas ou intenções individuais, mas como respostas às situações interacionais específicas que repercutiam no sistema e ao mesmo tempo, eram moldadas por ele. As intervenções propostas buscavam interromper o jogo familiar (conceito adotado para identificar a trama do funcionamento familiar), identificar padrões rígidos e a função do sintoma para o equilíbrio do sistema, provocando uma reconfiguração sistêmica através de movimentos inesperados, porém cuidadosamente planejados (Palazzoli *et al.*, 1986).

No concernente à relação parento filial, os milaneses consideravam que as mensagens parentais aos filhos nas dinâmicas interativas frequentemente carregam significados ocultos, ambivalentes ou contraditórios, que escapam à consciência dos envolvidos, mas moldam comportamentos e vínculos de forma estruturante. Nesse sentido, além de buscar interromper o jogo familiar, as intervenções propostas por esta escola também deram ênfase ao conceito de metacomunicação, observando como os membros das famílias interpretam as mensagens e os significados das interações (Bucher-Maluschke; Féres-Carneiro, 2009; Féres-Carneiro, 1996). Por meio das entrevistas circulares, as intervenções reflexivas buscavam revelar os significados implícitos na comunicação parento filial, identificando entre outras tramas familiares, posições delegadas aos filhos por expectativas não verbalizadas, como por exemplo, ser o mediador dos conflitos conjugais ou o portador da identidade familiar (Bucher-Maluschke, 2008; Zordan; Dellatorre; Wiczorek, 2012).

Assim, a Escola de Milão contribuiu com a compreensão das interações familiares ao enfatizar que a comunicação é regulada por regras não ditas, padrões de lealdade e estratégias inconscientes de controle e que compreender esses elementos é fundamental para transformar as dinâmicas relacionais disfuncionais (Bucher-Maluschke, 2008; Hintz; Souza, 2009; Zordan; Dellatorre; Wieczorek, 2012). Esse modelo depois influenciaria a criação da equipe reflexiva, especialmente com a chegada das ideias do pós-modernismo e do construcionismo social à prática sistêmica (Nichols; Schwartz, 2007; Vogel, 2011).

Nos primeiros anos, a Escola de Milão tinha forte orientação estratégica, inspirada pela Cibernética de primeira ordem, por meio da qual o terapeuta era considerado um observador externo ao sistema familiar, capaz de intervir de forma planejada e objetiva. Contudo, ao longo da década de 1980, Cecchin e Boscolo passaram a adotar uma abordagem mais influenciada pela Cibernética de segunda ordem, reconhecendo que o terapeuta faz parte do sistema de observação e, portanto, constrói a realidade terapêutica junto com a família (Nichols; Schwartz, 2007; Vogel, 2011). Essa mudança levou à valorização de práticas mais colaborativas, dialógicas e reflexivas, o que culminou na separação do grupo original e na fundação de um novo centro terapêutico em Milão por esses dois autores (Acquaviva; Soares; Belmonte, 2003; Cecchin, 1996; Machado, 2012; Melo; Ribeiro, 2016; Nichols; Schwartz, 2007).

Portanto, a Escola de Milão representou um marco na história da Abordagem Sistêmica Familiar não apenas pelas suas inovações técnicas e conceituais, mas também pela sua capacidade de se transformar e incorporar novas perspectivas epistemológicas ao longo do tempo. Seu legado permanece presente nas práticas clínicas contemporâneas e na formação de terapeutas que atuam com famílias e casais sob uma ótica relacional e sistêmica (Acquaviva; Soares; Belmonte, 2003; Melo; Ribeiro, 2016; Nichols; Schwartz, 2007; Vogel, 2011).

Ao longo dos anos 1980, Boscolo e Cecchin, cofundadores da Escola de Milão, passaram a questionar os limites das intervenções diretivas e das prescrições paradoxais, muitas vezes centradas em lógicas de controle e manipulação do sistema familiar. Inspirados pelas contribuições da epistemologia construtivista, em especial pelas ideias de Humberto Maturana, Heinz von Foerster, os dois pesquisadores passaram a defender uma prática clínica mais dialógica, sensível à complexidade dos discursos familiares e ao papel criativo da linguagem na construção da realidade (Acquaviva; Soares; Belmonte, 2003; Cecchin, 1996).

A concepção Construtivista na Abordagem Sistêmica Familiar emergiu como um desdobramento da evolução epistemológica da própria prática sistêmica, quando se fortaleceu o interesse por concepções pós-modernas do conhecimento e pela crítica ao modelo diretivo e objetivista que havia marcado a primeira geração de terapeutas sistêmicos (Elkaïm, 2000;

Nichols; Schwartz, 2007). Essa mudança de paradigma se deu pela incorporação dos princípios da Cibernética de segunda ordem e com a adesão ao pressuposto da intersubjetividade nas suas práticas interventivas, as quais priorizavam a construção conjunta de significados implicados no processo terapêutico (Maesima; Barreto; Beiras, 2019; Rossato, 2017; Szymanski, 2000).

Essa transição culminou na criação, em 1987, do *Milan Systemic Family Therapy Center*, um centro de pesquisa fundado por Boscolo e Cecchin em Milão, com o objetivo de aprofundar e difundir as novas práticas colaborativas e construtivistas no campo da terapia familiar. Nesse novo cenário, a postura de curiosidade terapêutica tão enfatizada por Cecchin, passou a ser uma atitude central, orientando o terapeuta a explorar sem julgamentos as percepções, experiências e narrativas dos clientes, com genuína abertura e sem tentar impor interpretações ou soluções (Cecchin, 1996; Matheus; Bolze, 2022; Rossato, 2017).

Um dos conceitos centrais da Abordagem Construtivista é a reflexividade, ou seja, a capacidade do terapeuta de se observar enquanto atua. A reflexividade implica uma consciência ativa e contínua sobre o papel do terapeuta como coconstrutor da realidade terapêutica, reconhecendo que suas reações, perguntas e pressupostos influenciam e são influenciados pelo sistema com o qual interage. Tal conceito está diretamente relacionado à mudança epistemológica promovida pela Cibernética de segunda ordem e pelo Construcionismo Social (Elkaïm, 2005; Maesima; Barreto; Beiras, 2019; Matheus; Bolze, 2022; Rossato, 2017).

O construcionismo social é uma corrente teórica e epistemológica segundo a qual o conhecimento, a realidade e os significados não existem de forma objetiva ou isolada na mente individual, mas são construídos socialmente através das interações humanas, especialmente por meio da linguagem. Em outras palavras, o construcionismo social defende que a legitimidade daquilo que consideramos realidade é produto das práticas discursivas, culturais e relacionais que compartilhamos com os outros, e não reflexo direto de um mundo externo e objetivo (Elkaïm, 2005; Gergen, 1997; Guanaes, 2006; Rossato, 2017).

Impulsionada pelo aporte teórico do Construcionismo Social, a Terapia Construtivista destaca o caráter relacional e linguístico da construção da realidade, a multiplicidade de perspectivas e faz um convite à escuta de diferentes versões dos fatos dentro da família, sem priorizar uma visão como mais verdadeira que as demais (Guanaes, 2006). Dentro dessa perspectiva, a técnica das entrevistas circulares também foi reformulada, sendo utilizada não mais como ferramenta diagnóstica, mas como uma forma de estimular a escuta recíproca e promover o reconhecimento das diferenças entre os membros da família (Elkaïm, 1998; Rossato, 2017).

Na visão construtivista, a família é entendida como um sistema comunicacional em constante transformação, cujas realidades internas são produzidas por meio da linguagem, das crenças e das histórias compartilhadas (Guanaes, 2006). Não se busca mais corrigir estruturas disfuncionais ou eliminar sintomas, mas sim ampliar as possibilidades narrativas e facilitar o surgimento de novos significados que possam sustentar formas mais saudáveis e flexíveis de convivência. Assim, a trajetória da Abordagem Sistêmica Familiar revela um movimento de crescente complexificação e sofisticação conceitual, no qual o foco da intervenção desloca-se progressivamente da estrutura para a comunicação, da prescrição para o diálogo, do controle para a colaboração (Grandesso, 2009; Nichols; Schwartz, 2007).

Isso implica que a comunicação entre pais e filhos não pode ser reduzida a uma simples troca de informações, mas deve ser entendida como um ato criador de realidade por meio do qual palavras, silêncios, gestos e expressões constroem modos de ser e pertencer à família. A linguagem, nesse modelo, é performativa: ela não apenas descreve, mas produz vínculos, identidades e padrões relacionais (Guanaes, 2006; Rossato, 2017). Em vez de focar em disfunções ou sintomas, a concepção Construtivista convida à escuta das histórias e sentidos que sustentam as práticas comunicacionais. Isso permite uma análise mais sensível das experiências parento-filiais, ao considerar como pais e filhos constroem conjuntamente os significados que atribuem um ao outro e como esses significados orientam suas interações (Celestino; Bucher-Maluschke, 2015; Grandesso, 2009; Szymanski, 2000).

A concepção Construtivista, portanto, representa uma inflexão ética, epistemológica e prática na história da Abordagem Sistêmica, ao valorizar a linguagem como instrumento de transformação, o terapeuta como parceiro e a família como cocriadora de suas próprias soluções. Trata-se de uma abordagem que não apenas considera o contexto relacional como fundamental, mas que se compromete com o respeito à singularidade de cada história e com a promoção de mudanças que façam sentido dentro da realidade de cada sistema familiar (Guanaes, 2006; Maesima; Barreto; Beiras, 2019; Rossato, 2017; Szymanski, 2000).

A Abordagem Narrativa surge no final dos anos 1980 como um desdobramento da Abordagem Sistêmica pós-moderna, especialmente influenciada pelos paradigmas do Construcionismo Social e da epistemologia Construtivista. Seus principais fundadores são o assistente social australiano, Michael White e o antropólogo e sociólogo da Nova Zelândia, David Epston. Juntos, eles lançaram os fundamentos teóricos e metodológicos da Abordagem Narrativa enquanto uma proposta terapêutica centrada na linguagem, nas histórias e na construção de significados como elementos centrais da identidade e da mudança (Epston, 1992).

O contexto de origem da Abordagem Narrativa está diretamente relacionado ao movimento de transição da terapia familiar tradicional, marcada por uma visão técnica, estrutural ou estratégica, para modelos que passaram a compreender o sujeito e a família como construções relacionais e discursivas e não como entidades objetivas ou disfuncionais a serem corrigidas (Grandesso, 2011; Ribas; Lion; Souza, 2024). Influenciados pelas ideias de Michel Foucault sobre os discursos de poder, pelas críticas pós-estruturalistas à ideia de uma verdade única e pelas bases epistemológicas do Construcionismo Social (sugerindo a linguagem como criadora de realidades e o conhecimento como coconstruído nas relações), White e Epston (Epston, 1992) propuseram um modelo no qual o foco terapêutico não está mais na correção de padrões patológicos, mas na ressignificação das narrativas que organizam a experiência subjetiva e relacional dos indivíduos (Matheus; Bolze, 2022).

A relação da Abordagem Narrativa com a Abordagem Construtivista é estreita, pois ambas compartilham a ideia de que a realidade não é algo dado, mas interpretado e construído ativamente pelas pessoas nas interações sociais e nos sistemas simbólicos (Bruner, 2008; Morgan, 2007; Ribas; Lion; Souza, 2024). No entanto, enquanto o Construtivismo foca no processo de construção cognitiva e reflexiva dos significados, considerando a implicação do observador no sistema, o Construcionismo social, base mais explícita da Abordagem Narrativa, enfatiza a dimensão linguística, relacional e cultural da construção de sentido, ou seja, a maneira como as pessoas constroem identidades, solucionam seus problemas e ofertam possibilidades de mudança em diálogo com outras (Brito; Germano, 2013; Grandesso, 2011; Matheus; Bolze, 2022; Paula-Ravagnani *et al.*, 2016).

A Abordagem Narrativa, nesse sentido, parte do princípio de que os problemas não estão nas pessoas, mas nas histórias que elas constroem sobre si mesmas e que são moldadas por discursos sociais dominantes (White, 2007; White; Epston, 1990, 1993). Assim, um dos seus conceitos centrais é a externalização do problema, ou seja, a ideia de considerar a identidade do indivíduo separada do problema que ele enfrenta. Por exemplo, ao invés de dizer “sou depressivo”, a pessoa pode começar a dizer “a depressão tem me visitado frequentemente”, o que cria espaço para que ela possa agir sobre o problema em vez de ser definida por ele (Batista *et al.*, 2018; Ribas; Lion; Souza, 2024).

Outro conceito central é o de narrativas dominantes referentes às histórias internalizadas ao longo da vida que, por estarem alinhadas com discursos culturais normativos, acabam restringindo a percepção de si mesmo, dos outros e das possibilidades de vida (White 2007; White; Epston, 1990, 1993). Nessa abordagem, as práticas interventivas são orientadas por uma postura de curiosidade, respeito, despatologização e buscam identificar como essas narrativas

foram construídas, abrindo espaço para outras alternativas que revelam competências, valores, resistências e esperanças por meio das histórias muitas vezes esquecidas ou subvalorizadas (Batista *et al.*, 2018; Grandesso, 2011; Lion; Vilela e Souza, 2022; Ribas; Lion; Souza, 2024; White, 2007).

Assim, a Abordagem Narrativa desloca o foco do tratamento da pessoa que adoece para o processo de significação compartilhada, legitima a multiplicidade de identidades possíveis e valoriza a escuta ética e descolonizadora do sofrimento humano. Em convergência com as bases da Abordagem Construtivista e do Construcionismo Social, a Abordagem Narrativa amplia os horizontes da prática terapêutica, convidando os sujeitos a se reconectarem com suas histórias esquecidas e a se tornarem protagonistas de suas trajetórias em direção a formas mais potentes e singulares de viver (Batista *et al.*, 2018; Bruner, 2008; Gergen, 2017; Grandesso, 2011; Morgan, 2007; Ribas; Lion; Souza, 2024).

Após o desenvolvimento da Abordagem Narrativa começa a se delinear uma fase em que alguns autores denominam de pós-narrativa, particularmente com a emergência das abordagens pós-modernas e pós-estruturalistas (Lion; Vilela e Souza, 2022). Essa fase é caracterizada por práticas interventivas voltadas para a coconstrução dialógica de significados, pela valorização das múltiplas vozes e pela implicação ética e relacional do terapeuta (Anderson; Goolishian, 1992; Grandesso, 2019). Neste contexto, destaca-se o conjunto de abordagens conhecidas como práticas colaborativas e dialógicas, cuja matriz epistemológica também está alinhada ao Construcionismo social (Anderson, 2009, 2007; Gergen, 2019; Lenzi, 2020; Shotter, 2017).

Essas práticas promoveram uma profunda reformulação nos modos de compreender os vínculos familiares, os processos de subjetivação e a comunicação entre os membros do sistema. A partir dessa nova compreensão, a família é concebida não mais como uma entidade com padrões fixos, mas como um espaço relacional, constituído por narrativas, práticas discursivas e encontros dialógicos que moldam e expressam seus modos singulares de existir e de se organizar ao longo do tempo (Bruner, 2018; Grandesso, 2019).

Essas práticas colaborativas desafiam a noção de um terapeuta detentor do saber clínico e propõem uma postura mais horizontalizada, na qual terapeuta e cliente compartilham um processo relacional de significação. Anderson e Goolishian (1992) são precursores dessa vertente ao desenvolverem a Terapia Colaborativa, baseada na escuta respeitosa, na conversação aberta e na ética do “não saber”, ou seja, na disposição do terapeuta de aprender com e sobre o cliente, sem impor interpretações prévias (Batista *et al.*, 2018; Grandesso, 2011, 2019; Lenzi, 2020; Lion; Vilela e Souza, 2022).

Situadas dentro do paradigma pós-narrativo, as Práticas Colaborativas e Dialógicas propõem uma concepção relacional da linguagem e da subjetividade em oposição aos modelos lineares e às intervenções diretivas. Essas abordagens enfatizam a construção conjunta de sentidos entre terapeuta, pais, mães e filhos, entendendo que os conflitos relacionais e comunicacionais devem ser abordados a partir da escuta mútua e do reconhecimento das múltiplas vozes presentes nas narrativas familiares (Grandesso, 2011, 2019). Conforme afirmam Anderson e Goolishian (1992), o terapeuta deve manter uma postura ética de curiosidade e abertura para cocriar com os membros da família, novas compreensões acerca de seus modos de se relacionar e comunicar.

Nesse sentido, a comunicação parento-filial é compreendida como um processo coconstruído, permeado por valores culturais, histórias compartilhadas e disputas simbólicas. A Abordagem Colaborativa favorece a reconstrução de vínculos comunicacionais fragilizados, muitas vezes marcados por julgamentos, mal-entendidos ou silenciamentos ao enfatizar o diálogo e a escuta recíproca (Guimarães; Costa, 2002; Morgan, 2007). Ao propiciar um ambiente relacional seguro, o terapeuta colabora para que pais, mães e filhos possam reconhecer e validar as experiências uns dos outros, criando possibilidades de significação para os afetos e conflitos vividos (Lion; Vilela; Souza, 2022; Paschoal; Grandesso, 2014; Paschoal; Mofarrej; Medina, 2020).

Essa postura encontra seu fundamento no conceito de reflexividade proposto por Tom Andersen (2007a, b; 2002, 2004), que promove o deslocamento do foco das intervenções terapêuticas para um espaço dialógico em que os sujeitos são convidados a ouvir a si mesmos enquanto se expressam, instaurando um movimento de escuta interna e de abertura à alteridade. Nesse sentido, a fala e a escuta se entrelaçam num campo de coconstrução de significados, permitindo que novas compreensões sobre si e sobre os vínculos se tornem possíveis.

Lenzi (2020), ao dialogar com o conceito de reflexividade desenvolvido por Andersen (2007a, b; 2002, 2004), amplia sua compreensão, incorporando as contribuições de Shotter (2017), especialmente no que diz respeito à noção de responsividade terapêutica. Essa perspectiva propõe que a escuta e a fala no contexto clínico não se dão de forma neutra ou distanciada, mas como gestos implicados, atravessados por uma ética do cuidado e da presença. Nesse sentido, o terapeuta não é apenas um observador das narrativas familiares, mas um participante ativo que, ao escutar responsivamente, coconstrói os sentidos que emergem no encontro.

A reflexividade, nesse horizonte, deixa de ser compreendida como um exercício puramente individual ou introspectivo e passa a ser entendida como uma prática relacional,

situada e dialógica, na qual a escuta sensível, a suspensão do julgamento e a abertura ao outro constituem dispositivos potentes de transformação. Ao sustentar essa implicação ética e política, Lenzi (2020) enfatiza que a linguagem é sempre performativa e que os modos como terapeutas e famílias se afetam mutuamente no processo comunicacional podem abrir espaço para novas formas de existir e de se vincular.

A partir do exercício desse conceito, Andersen (2004) propõe a prática dos Grupos Reflexivos, que valorizam a criação de um espaço terapêutico ampliado, no qual diferentes participantes da rede de apoio do cliente (familiares, colegas, terapeutas) refletem em voz alta sobre o que escutaram, gerando assim novas possibilidades de sentido. O foco deixa de ser a resolução de um problema isolado e passa a ser a construção de narrativas que favoreçam o reconhecimento mútuo, a escuta ética e a ressignificação de experiências.

O modelo dos Grupos Reflexivos também se mostra potente no contexto das relações parento-filiais, sobretudo por promover o que Andersen (2004) denominou de conversas reflexivas, nas quais os participantes da sessão escutam interpretações alternativas sobre suas falas. Esse processo facilita a emergência de novas perspectivas sobre a comunicação familiar, sem imposição ou correção, mas por meio da escuta generosa e do espelhamento entre membros do grupo. Assim, a escuta entre pais, mães e filhos pode se tornar mais sensível e coesa, gerando uma compreensão mais empática e menos defensiva dos pontos de tensão nas interações cotidianas.

A perspectiva sistêmica pós-narrativa, especialmente em suas vertentes Colaborativas e Dialógicas, desloca o foco da técnica para a ética da presença, da autoridade para a responsividade e da intervenção para o diálogo (Gergen, 2017; Lenzi, 2020; Shotter, 2017). Em um cenário marcado pela complexidade das relações humanas e pelas múltiplas formas de sofrimento social e subjetivo, essas abordagens propõem uma clínica voltada para a construção compartilhada de sentidos, respeitando a singularidade e a diversidade dos sujeitos. O terapeuta passa a ser compreendido como um agente ético e linguístico, cuja principal ferramenta é o encontro dialógico, sensível às nuances culturais, relacionais e políticas que atravessam os vínculos familiares e sociais (Batista *et al.*, 2018; Grandesso, 2019; Lion; Vilela e Souza, 2022).

Dessa forma, a Teoria Sistêmica pós-narrativa oferece importantes contribuições para a compreensão da comunicação parento-filial na contemporaneidade. Suas Práticas Colaborativas e Dialógicas valorizam a experiência subjetiva de cada membro da família, acolhem a diversidade de histórias e promovem uma clínica da presença, na qual o terapeuta atua como um parceiro na construção de significados (Lion; Vilela e Souza, 2022). Tal abordagem se mostra especialmente relevante diante dos desafios atuais da parentalidade e do

desenvolvimento infanto-juvenil, que exigem escuta, diálogo e corresponsabilidade relacional (Batista *et al.*, 2018; Grandesso, 2019; Lenzi, 2020).

É válido ressaltar que esta Tese está estruturada a partir da perspectiva pós-narrativa inserida no campo mais amplo da Abordagem Sistêmica da Família. Ao adotar essa orientação teórica, assume-se uma concepção pós-moderna das relações humanas, na qual os significados são coconstruídos socialmente e as identidades são moldadas por meio das narrativas que as pessoas elaboram sobre si mesmas, suas experiências e seus vínculos. Dentro dessa lógica, a família é compreendida não como um sistema estático e previsível, mas como um espaço de múltiplas vozes, influenciado por discursos culturais mais amplos e em constante renegociação simbólica. A escolha pela vertente pós-narrativa como lente interpretativa está alinhada ao interesse desta pesquisa por valorizar os discursos subjetivos, a multiplicidade de sentidos atribuídos às vivências parentais e o papel ativo dos sujeitos na ressignificação de suas histórias e relações.

Ao compreender a comunicação como prática social e simbólica, mediada por narrativas que circulam e são reproduzidas no interior das relações familiares, torna-se possível explorar como os membros da família constroem conjuntamente interpretações sobre suas experiências, negociam posições e reconfiguram identidades ao longo do tempo. A abordagem pós-narrativa, ao enfatizar o valor das histórias pessoais, da linguagem e da autoria das experiências, contribui para evidenciar os modos pelos quais essas narrativas comunicacionais são construídas, sustentadas e, potencialmente, transformadas no contexto das interações entre gerações.

É válido ressaltar que cada etapa do desenvolvimento familiar impõe novos desafios relacionais e exige adaptações nas formas de expressão afetiva e nos padrões de comunicação. Isso nos leva à compreensão de que o ciclo vital da família, com suas transições e reconfigurações, influencia diretamente os significados atribuídos às práticas comunicacionais entre pais, mães e filhos(as). Na sequência, são abordados aspectos referentes ao ciclo vital da família, considerados fundamentais para a compreensão dos sentidos atribuídos às práticas comunicacionais das famílias participantes desta investigação.

2.2 FAMÍLIA E CICLO VITAL

Essa pesquisa apresenta o conceito de Ciclo Vital Familiar discutido por Cerveny e Berthoud (1997, 2011), por considerar a sua proposta pela definição das etapas da vida uma formulação apropriada para a temática. As autoras conceituam Ciclo Vital como um conjunto de fases pelas quais as famílias passam desde o início da sua formação, até a chegada da morte de um dos membros que a formou. Essas fases são definidas a partir de alguns critérios específicos orientados pela idade das pessoas que formaram aquele sistema familiar, presença ou ausência de filhos, idade em que os filhos estão passando em seu desenvolvimento, tempo da relação conjugal, envelhecimento e morte de membros. Ressaltam ainda que o sentido de Ciclo de Vida Familiar está associado ao processo de vida do próprio ser humano: nascimento, infância, adolescência, idade adulta, senilidade e morte e que em ambos os casos estão presentes as mudanças de cada fase que exigirão um equilíbrio entre a estabilidade e a flexibilidade.

A escolha pelo conceito de Ciclo Vital defendido por Cerveny e Berthoud (1997, 2011), se deu também em função das suas formulações serem frutos de pesquisas realizadas pelo Núcleo de Família e Comunidade do Programa de Pós-graduação em Psicologia Clínica da PUC-SP que particularizaram dentro das realidades brasileiras os significados de crises nos sistemas familiares, bem como modelos culturais usados no seu enfrentamento e que são considerados mais apropriados para a investigação com famílias brasileiras.

Alguns pesquisadores da área do desenvolvimento humano e familiar preferem utilizar o termo Curso de Vida em lugar de Ciclo de Vida (Baltes; Smith, 2003; Elder Jr.; Shanahan, 2006; Senna; Dessen, 2019). A escolha entre os termos possui essa variação devido ao enfoque teórico e metodológico que cada pesquisador deseja utilizar em seus trabalhos. As justificativas mais compartilhadas entre esses autores atribuem ao Curso de Vida a ideia de um processo mais dinâmico e contínuo, atento às mudanças e transições que ocorrem ao longo do tempo, focando na trajetória individual e nas singularidades das experiências pessoais. Com isso eles sugerem que o sentido de Ciclo Vital pode ser interpretado como mais rígido, focado especialmente nas etapas e nos estágios uniformes do desenvolvimento pessoal e familiar.

Essas diferenças semânticas e conceituais traduzem as diversidades entre as abordagens que se debruçam sobre a compreensão do desenvolvimento humano e familiar ao longo da vida. A adoção do sentido do Ciclo Vital familiar nesta investigação está relacionada com os objetivos da pesquisa e com a Abordagem Sistêmica da Família que fundamentará o seu trabalho investigativo.

Apesar de adotar o sentido de Ciclo Vital em seus estudos, Cervený e Berthoud (1997, 2011) fazem ressalvas sobre a ideia de transpor as etapas do ciclo associadas ao significado de crise, pois o que acontece em cada estágio pode ou não ser seguido por uma crise. A autora também possui uma visão ampla sobre a interconexão entre os indivíduos e a sociedade que moldam as trajetórias em longo prazo. Salienta que o olhar investigativo que considerar o Ciclo vital familiar separado das contingências sociais contemporâneas oferece uma ótica falsamente teórica e desvinculada da realidade.

Nesse sentido, Cervený e Berthoud (1997) denomina de Fase de Aquisição a primeira etapa do Ciclo Vital da Família que inicia desde a escolha do parceiro para a formação do novo casal, passando pela chegada do primeiro filho e pela vida da família com os filhos pequenos. Nessa fase há o predomínio da tarefa de adquirir conforme salienta Cervený e Berthoud (1997, p. 49):

E adquirir em todos os sentidos: material, emocional e psicológico. É este momento no qual os indivíduos estão bastante envolvidos no complexo movimento de dar e receber; conquistar e ceder; ser e vir a ser. As transições necessárias para a adaptação a essa nova fase da vida familiar exigem maturidade e demandam tempo [...] é da resolução dos conflitos típicos que aqui ocorrem, que as fases futuras irão depender.

Assim, essa fase pode estar atendendo às várias condições em formação familiar, como: casais jovens constituindo família, casais maduros reconstruindo outras, casais adolescentes que permanecem com a família de origem pela dificuldade em adquirir um espaço próprio para um início de relação conjugal, casais formados por pessoas em diferentes idades que possuem demandas de faixas etárias diferentes, entre outros. Ainda podem se encontrar nessa fase outras tipologias familiares como famílias monoparentais, homoafetivas, entre outras, que também precisarão de várias modalidades de aquisição, tais como da independência da família de origem, da redefinição de papéis, de ajustes de metas e objetivos comuns, de recursos materiais, da aceitação aos novos membros, de redefinição de projetos de vida em comum, entre outros.

A segunda fase foi reconhecida como Ciclo Vital da Família Adolescente, marcada por grandes desafios incitados, principalmente, pela crise de identidade que acomete não apenas os jovens, mas seus pais em um mútuo processo emocional de transição (Bastos, 2011; Carter; Mcgoldrick, 1995; Cervený; Berthoud, 1997). Conforme mencionado no capítulo introdutório desta Tese, Cervený e Berthoud (1997) definem essa fase como um momento em que os pais revisitam suas próprias adolescências, ou seja, eles experimentam um novo período de transição

caracterizado por uma ‘segunda adolescência’, divididos entre os cuidados com a geração mais velha, seus pais e sogros e o cuidado com as flexibilizações e negociações com filhos adolescentes.

Nesse sentido, as autoras sugerem que nessa fase é preciso fortalecer a ideia de aumentar a flexibilidade das fronteiras familiares, alterando antigos padrões de relacionamentos que não atendem mais as novas demandas. O aumento dessas fronteiras deve incluir uma maior autonomia e independência dos filhos, permitindo o movimento para dentro e para fora do sistema e maior modulação da autoridade paterna, além de permitir uma maior abertura fronteirística para o cuidado intergeracional.

Cervený e Berthoud (2011) salientam que a tarefa de educar os filhos adolescentes na contemporaneidade não é uma tarefa fácil, primeiro pelas características próprias dessa faixa etária que nos desafiam em seus múltiplos aspectos biopsicossocial e espiritual; segundo, porque os aspectos culturais da nossa sociedade brasileira, associados aos processos migratórios, às diversidades regionais, amplitudes territoriais, as diferenciações na distribuição de renda, nas classes sociais, entre outros, nos remete à necessidade de compreender o desenvolvimento individual e familiar como um fenômeno multifacetado, instável e probabilístico em nossa sociedade.

A terceira fase do Ciclo Vital é traduzida pelo amadurecimento da família a qual Cervený e Berthoud (1997) identificaram como Família em fase madura. Essa fase corresponde ao momento em que os filhos chegam à fase adulta, assim como os seus pais. Nessa fase, algumas mudanças são apontadas pela autora, como: a saída do primeiro filho de casa, inclusão da terceira geração e de parentes por afinidades, mudanças relacionais a partir da necessidade dos cuidados dispensados à geração mais velha, ajustes na relação conjugal na busca de novos sentidos e projetos de vida.

A quarta fase é reconhecida como a Família em Fase Última, caracterizada pelas rupturas e pelas continuidades. É nessa fase que se rompem os laços com o trabalho formal, com a ideia de ser produtivo para a garantia da provisão familiar. Essa nova estrutura deve se preparar para lidar com a perda do status do “eu produtivo” e aceitação do “eu aposentado convivendo com a ideia de um “desvalor social”. É preciso enfrentar também o “tempo livre” que sobra quando não se trabalha atendendo a uma formalidade. Porém, segundo a autora, a maior ideia de ruptura experimentada na fase tardia é aprender a lidar com as questões da existência humana, envolvendo os processos de vida e morte. No entanto, a respeito das continuidades que caracterizam a fase, homem e mulher maduros podem estabelecer o contrato

de velhice a dois, buscando novos sentidos de vida a partir das reflexões sobre a história da família que formaram e na convivência com os seus descendentes (Cervený; Berthoud, 1997).

Compreender essas fases do Ciclo Vital Familiar é importante para a caracterização do período do desenvolvimento em que as famílias deste estudo se encontram, marcado pela fase adolescente. Na sequência, para uma melhor compreensão acerca dos modos de comunicação entre pais, mães e filhos que estão experimentando a fase adolescente do ciclo familiar é apresentada uma reflexão acerca do percurso do estudo científico da adolescência nos séculos XX e XXI, chegando à compreensão das perspectivas atuais, já que tais estudos embasaram direcionamentos importantes para a definição dos estilos parentais e práticas educativas e modelos comunicacionais entre pais, mães e filhos.

3 PERCURSO DO ESTUDO CIENTÍFICO DA ADOLESCÊNCIA

A evolução do estudo científico concernente às questões voltadas para a adolescência é identificada a partir de dois períodos teóricos expressivos (Goosens, 2006; Lerner; Steinberg, 2009). O primeiro período se concentrou no início do século XX até meados de 1970 sendo marcado pelos estudos descritivos e não teóricos. O segundo período iniciou a partir da década de 1970 focando nos estudos teóricos e nas formulações de hipóteses para a compreensão do desenvolvimento humano (Lerner; Steinberg, 2009).

Ao considerar a evolução dos estudos científicos, Tudge (2008) menciona três perspectivas ou paradigmas através dos quais é possível encontrar as mais importantes teorias da psicologia e do desenvolvimento humano: mecanicismo, organicismo e contextualismo. Cada um tem sua própria ontologia (visão a respeito da realidade), sua epistemologia e a sua particular metodologia (Moreira; Carvalho, 2012).

Tudge (2008) salienta que o mecanicismo é um paradigma positivista que sustenta a utilização dos métodos adequadamente concebidos para refutar visões incorretas da realidade, são métodos conhecidos como experimentais. Eles visam controlar cuidadosamente a influência do contexto ou do pesquisador. Segundo esse autor, esse paradigma permite o teste de hipóteses causais e destina o seu foco na influência do ambiente. São algumas principais teorias psicológicas e do desenvolvimento humano do paradigma mecanicista: teoria da aprendizagem, a teoria sociocognitiva, teoria do processamento da informação e a genética do comportamento (Tudge, 2008).

O autor ressalta que o organicismo segue outra lógica ao adotar uma epistemologia dialética. Nesse sentido, para esse autor, tal paradigma se aproxima mais do contextualismo ao utilizar métodos que não buscam criar separação entre o indivíduo e o contexto, seja entre o participante e o pesquisador. Porém, o autor enfatiza que o paradigma organicista diverge do contextualismo no nível ontológico. Os organicistas acreditam que o desenvolvimento ocorre em uma determinada ordem em direção a um estado final definido, considerando as condições favoráveis para isso. Os principais representantes destacados pelo autor foram Freud, Erikson e Piaget (Tudge, 2008).

Ainda segundo o autor, o contextualismo segue uma lógica dialética, através da qual o conhecimento é entendido como uma construção social e o que é visto como realidade depende, em parte, da cultura, da história e do poder. Os indivíduos não podem ser separados de seus

contextos para serem estudados. Os métodos usados consistem em estudos dos indivíduos em seus próprios contextos e o uso de entrevistas abertas. Tudge (2008) esclarece que as teorias contextualistas não são teorias sobre como o contexto determina o desenvolvimento, mas sobre como o desenvolvimento emerge da inter-relação entre indivíduos e seus contextos. Como principais representantes dessa visão sobre o desenvolvimento destacam-se Vygotsky e Bronfenbrenner.

A compreensão desses três paradigmas e o surgimento das teorias psicológicas do desenvolvimento nos oferecem explicações teóricas acerca do funcionamento humano nas mais distintas fases do curso da vida. No que concerne à adolescência, a tentativa de descobrir se esta é uma fase diferenciada no desenvolvimento, marcada ou não por características normativas e universais incluindo os diferentes níveis de turbulências, estruturaram essas teorias sob a égide organísmica ou contextualista.

Sob os princípios organísmicos, o nome pioneiro que se destaca no estudo mais amplo sobre a psicologia da adolescência foi Granville Stanley Hall com seus dois volumes clássicos publicados em 1904 intitulados ‘Adolescência’ (Campos, 2012). O autor definiu essa fase do curso da vida como um estágio de desenvolvimento que ocorre entre as idades de 14 e 24 anos marcado como um período de transição, de maturação biológica e de comportamentos subversivos (Ozella; Aguiar, 2008). Nesse sentido, a adolescência foi compreendida como uma fase de transição que traz características universais e inevitáveis.

Foi a partir dos estudos de Stanley Hall (1904) que houve um reconhecimento social da adolescência como um período do curso da vida que compreende uma transição da infância para a vida adulta (Villela; Doreto, 2006). Em torno de 1904, as ideias de Hall foram moldadas pela Teoria da Evolução Biológica de Darwin. Como resultado, ele passou a enfatizar que o desenvolvimento da personalidade era influenciado por fatores biológicos e geneticamente determinados, imutáveis e universais, pouco motivado por fatores ambientais (Campos, 2012).

Outra abordagem pautada no paradigma organicista foi a psicanálise desenvolvida por Sigmund Freud (1856-1939) (1996). Após seus estudos e consequente evolução da teoria, a adolescência foi compreendida como um ajustamento da personalidade às transformações fisiológicas da puberdade e mais especificamente com as reações libidinais (Campos, 2012). Para Freud, a adolescência não foi identificada como uma fase diferenciada no desenvolvimento. Segundo esse autor, na adolescência ocorre uma atualização dos impulsos sexuais vivenciados anteriormente pelas crianças em cada estágio psicosssexual do desenvolvimento: fase oral, fase anal e fase edípica.

O autor ainda destaca que o adolescente usa a intelectualização como mecanismo de defesa transpondo sua libido voltada às questões corporais concretas para as questões mais abstratas. Nesse sentido, as turbulências encontradas durante esse período, são consideradas, sob esta perspectiva teórica, normais e necessárias para a adaptação do adolescente na sua jornada pela busca de identidade e por um novo sentido do seu papel social (Freud, 1996).

Em meados do século XX, Erikson (1998) formula a teoria psicossocial do desenvolvimento humano baseada nas ideias de Ana Freud acerca dos estágios de busca do domínio do ego. Inserindo a perspectiva da antropologia cultural, Erikson (1998), enfatiza em sua teoria uma concepção ampliada do ego considerando que esse sofre as pressões sociais e suas influências. Assim, o autor compreende que o curso de vida é um contínuo no qual cada fase influencia a fase seguinte e são moldadas pelo ambiente e pelas relações sociais que os indivíduos mantêm (Rabello; Passos, 2001).

Em sua teoria dos estágios do desenvolvimento psicossocial, Erikson considera que o ego passa por uma crise que pode ter um desfecho positivo ou negativo. Quando a resolução da crise de cada fase acontece de forma positiva, surge um ego mais consolidado e fortalecido. Entretanto, quando a resolução acontece de forma negativa forma-se um ego mais frágil e instável. Através dessas crises e das experiências vivenciadas em cada estágio, a personalidade vai reformulando e o ego vai buscando adaptações (Erikson, 1976).

A fase da puberdade e da adolescência foi analisada por Erikson (1976) como uma etapa que compõe o quinto estágio evolutivo e tem suas peculiaridades, pois se trata de um período no qual se abandona a infância e dá-se início à vida adulta. Alguns autores (Erikson, 1976; Kehl, 2004) atribuem a esse período o sentido de moratória, já que se caracteriza como um tempo de espera vivido pelos que já não são mais crianças, mas ainda não estão empoderados de uma autonomia e maturidade da vida adulta (Esteves; Abramovay, 2007; Kehl, 2004; Souza; Paiva, 2012).

Erikson (1976) considera que essa fase é a que mais necessita de segurança em virtude de todas as transformações físicas e psicológicas próprias desse período. O autor salienta que nessa fase os adolescentes estão em busca de muitas respostas sobre sua identidade e seu papel na sociedade. Em razão dessas demandas, podem experimentar momentos de instabilidades que geram diferentes sentimentos (Esteves; Abramovay, 2007; Souza; Paiva, 2012).

Para falar sobre a adolescência enquanto uma crise de identidade, Erikson dedicou um livro inteiro intitulado como *Identity, youth and crisis* (Erikson, 1976). Essa crise se constitui a partir de muitas indagações por parte dos jovens acerca da sua identificação ou não com os pais, sobre seu papel social e suas projeções futuras (Erikson, 1976). Eles começam a formação de

grupos de identificação intensificando a necessidade de relação com seus pares e gradativamente se afastam do convívio com os pais. Esse afastamento decorre, segundo Campos (2012) da tentativa de separar sua identidade da de seus pais e da necessidade intensa em se inserir em um grupo social.

Ainda segundo Erikson (1976) o adolescente pode enfrentar a confusão de identidade na tentativa de encontrar seu papel social e o seu espaço no mundo. Essa confusão de identidade corresponde ao nível de preocupação que esses jovens têm com a opinião dos outros, em especial dos seus grupos de pertença. Essa preocupação os leva a mudarem de opinião e de atitudes com muita frequência em um curto espaço de tempo (Rabello; Passos, 2001).

A forma como o adolescente vai lidar com a crise de identidade tem a ver com a solução das crises em estágios anteriores (Erikson, 1976). Nesse sentido, quanto melhor o adolescente tiver solucionado as crises relativas aos estágios anteriores, maior a probabilidade dele conquistar, nessa fase, a estabilidade da identidade sendo capaz de, posteriormente, alcançar a lealdade e a fidelidade com suas convicções e de desenvolver um senso de identidade contínua (Rabello; Passos, 2001).

Outros dois grupos de teorias que seguem o modelo organicista são as teorias socioculturais e as cognitivas. Margaret Mead (1928), nome que merece destaque entre os antropólogos sociais e culturais, relaciona as turbulências desta fase considerada universal ao idealismo que o jovem vive a partir do seu estilo de vida e da sua cultura. Por outro lado, o precursor das teorias cognitivas foi Jean Piaget. Essas teorias privilegiam os processos cognitivos e afirmam que os comportamentos turbulentos dos adolescentes são originados pelas transformações próprias dessa fase que alteram a forma de pensar e de compreender a realidade para se adaptar e mudar o mundo ao seu redor (Inhelder; Piaget, 1976).

De acordo com Goosens (2006) e Lerner e Steinberg (2009), essas teorias clássicas apresentadas anteriormente, foram insuficientes para explicar o desenvolvimento humano, pois priorizavam a apresentação das características individuais entre aspectos maturacionais e genéticos separadas de seus contextos. O segundo período que caracterizou os avanços científicos sobre a adolescência teve início a partir da década de 1970, à proporção que as pesquisas empíricas foram associadas aos novos modelos teóricos explicativos do desenvolvimento humano.

Sob a égide contextualista, esses novos modelos ressaltavam a dinâmica das inter-relações entre a díade indivíduo/contexto, assim como enfatizavam a importância do tempo e do espaço nas questões voltadas para o desenvolvimento humano e consideravam a pessoa em

desenvolvimento contínuo em virtude das constantes mudanças ocorridas nas relações com o contexto (Goosens, 2006).

Nesse período em que disseminavam os princípios contextualistas, pesquisadores do desenvolvimento iniciaram uma tentativa de sintetizar conhecimentos de diversas teorias sociais, psicológicas e biocomportamentais no intuito de investigar melhor o desenvolvimento considerando sua complexidade. A ciência do desenvolvimento surge como um modelo proposto por esses estudiosos compreendendo o desenvolvimento em sua dimensão multifatorial (Magnusson; Cairns, 1996).

3.1 VISÃO CONTEXTUALISTA DO DESENVOLVIMENTO DO ADOLESCENTE

Para pensar o desenvolvimento sob essa perspectiva faz-se necessária uma investigação acerca das propriedades estruturais e funcionais do indivíduo e do contexto, suas interações e como estas produzem continuidades e descontinuidades no desenvolvimento de acordo com o tempo. Nesse sentido, o desenvolvimento passou a ser reconhecido como epigenético e probabilístico considerando a interação bilateral entre aspectos biológicos e contextuais para investigar a complexidade dos processos que o influenciam diretamente (Dessen; Costa Junior, 2005; Sifuentes; Dessen; Oliveira, 2007).

Dentro desse cenário, a abordagem Bioecológica de Bronfenbrenner (1979, 1996) é a orientação teórica que melhor representa essa visão acerca do desenvolvimento, pois este autor acreditava que para compreender o seu funcionamento era preciso analisar os modelos relacionais e as interações entre os indivíduos e seus contextos e não considerar somente as características biológicas e psicológicas dos indivíduos. De acordo com essa abordagem, o adolescente enquanto sujeito ativo (pessoa) está em constante interação (processo) com diferentes contextos (contexto) organizados por sistemas interdependentes (micro – meso – exo – macrossistemas) produzindo mudanças ou constâncias sucessivas em seu desenvolvimento ao longo do tempo (tempo) (Bronfenbrenner; Evan, 2000).

Os compêndios mais antigos que se encarregaram de definir e ampliar as reflexões acerca da adolescência tomaram como base epistemológica, ontológica e metodológica, o paradigma organicista por priorizar a apresentação das dicotomias entre as características maturacionais e genéticas e fatores particularmente contextuais (Goosens, 2006; Lerner; Streinberg, 2009). Assim, os indivíduos eram separados dos seus contextos para serem estudados e muitas vezes, esses estudos retratavam uma relação de causa/efeito como

explicação da realidade ao propor investigar, por exemplo, sobre como o contexto determina o desenvolvimento (Tudge, 2008).

Entretanto, os compêndios mais atuais buscam as bases epistemológica, ontológica e metodológica do paradigma contextualista para as reflexões sobre a família e sobre a adolescência. Ao contrário das teorias organicistas, as teorias contextualistas propõem a investigação sobre como o desenvolvimento emerge da inter-relação entre indivíduos e seus contextos, segundo Tudge (2008). Nesse sentido, os indivíduos não podem ser separados dos seus contextos para serem investigados.

Dessa forma, este estudo propõe a compreensão da adolescência dentro de uma visão mais integradora e contextualista sugerida pelo modelo bioecológico de desenvolvimento humano e pelas teorias sistêmicas da família que remetem a uma visão mais atualizada e que leva em consideração mais as inter-relações entre os indivíduos e seus contextos, o que realmente interessa para um percurso promotor de desenvolvimento positivo, do que a restrição apenas nas características dessa passagem no curso da vida. É válido ressaltar ainda que, cada adolescente é singular e seus aspectos maturacionais (biológico, social e emocional) ocorrem diferentemente de indivíduo para indivíduo, sendo muito equívoca a tarefa de delimitar seu início e do seu término.

Reconhecendo a adolescência enquanto um fenômeno biopsicossocial, a UNESCO (2004) considera que se trata de um período não necessariamente delimitado pela idade, mas por intensas transformações biológicas, psicológicas, sociais e culturais que sofrem variações de acordo com as distintas classes sociais, culturais, em diferentes momentos históricos. Essa perspectiva é a que mais se aproxima da proposta desta pesquisa. Por essa razão, os participantes serão considerados adolescentes entre 15 e 18 anos sem, contudo, intencional uma delimitação para a fase adolescente rígida e inflexível tendo em vista toda complexidade e singularidade já mencionados.

3.2 CONTRIBUIÇÕES DA TEORIA SISTÊMICA À COMPREENSÃO DO ADOLESCENTE

A Teoria Sistêmica adota uma visão holística e interconectada dos fenômenos, atentando para a integralidade dos indivíduos em seus aspectos biopsicossocial e espiritual e para a qualidade das suas interações. Nesse sentido, a Teoria oferece importantes contribuições

para a compreensão do adolescente e as peculiaridades típicas do desenvolvimento nessa fase da vida, levando em consideração as complexas interações mútuas que ocorrem nesse processo (Nichols; Schwartz, 2007).

A teoria sistêmica considera a adolescência uma fase do desenvolvimento humano marcada por intensas transformações físicas, emocionais, cognitivas e sociais. Além dessas mudanças, ela destaca as diferenças culturais que marcam os vários modos de existências dos indivíduos, configurando diferentes adolescências a partir do contexto em que se insere. Dentro dessa perspectiva a Teoria Sistêmica contribui para oferecer um olhar mais integrado e contextualizado a respeito do desenvolvimento adolescente em suas singularidades e nas relações com os diferentes sistemas com os quais se relaciona (Mcgoldrick; Shibusawa, 2016; Nichols; Schwartz, 2007).

Uma importante contribuição da Teoria Sistêmica para a compreensão da adolescência consiste na ideia de conceber o adolescente como um elemento interdependente dentro de vários sistemas como: a família, a escola, a comunidade, grupos de amigos, entre outros. Essa conexão entre o adolescente e seus contextos é explicada pela Teoria Sistêmica como uma relação de causalidade não-linear, ou seja, numa perspectiva de causalidade circular de influência bilateral. Nessa ideia, o trabalho investigativo sobre o adolescente não o percebe de forma isolada dos seus contextos, mas em constantes interações mútuas, influenciando e sendo influenciado por eles, ampliando a compreensão sobre os fatores que moldam os seus comportamentos e os níveis de análises das pesquisas com esse público (Bacal; Magalhães; Féres-Carneiro, 2014; McGoldrick; Shibusawa, 2016).

Outra contribuição importante da Teoria Sistêmica para a compreensão da adolescência consiste na valorização das relações interpessoais para o desenvolvimento do indivíduo. Suas proposições sugerem que as dinâmicas familiares, as amizades e as constantes interações em diferentes contextos com figuras significativas colaboram com a construção da identidade do adolescente, moldando seu comportamento e a sua autoestima, influenciando em suas escolhas e nas suas autonomias (Mcgoldrick; Shibusawa, 2016). Diante disso, a Teoria Sistêmica concebe o contexto social, cultural e histórico em que o adolescente vive um fator determinante para o seu desenvolvimento. Fatores como classe social, etnia, questões de gênero e eventos históricos podem exercer grande influência nas experiências e nas tomadas de decisões do adolescente (Bacal; Magalhães; Féres-Carneiro, 2014; McGoldrick; Shibusawa, 2016).

Além desses avanços científicos, os estudos sobre o desenvolvimento do adolescente numa perspectiva sistêmica também se beneficiam da superação da visão tradicional da adolescência como uma etapa da vida humana caracterizada por conflitos e turbulências. Em

seu lugar, adota-se uma abordagem mais otimista e construtiva, alinhada aos princípios da Psicologia Positiva que enfatiza as potencialidades, os recursos e os aspectos saudáveis do desenvolvimento dos jovens (Senna; Dessen, 2019; Theokas; Lerner, 2006).

Considerar o desenvolvimento positivo dos jovens implica investir esforços por conhecer aspectos do desenvolvimento humano que não ressaltem apenas os fatores maturacionais característicos, mas que avaliem os recursos psicológicos, sociais e culturais que os jovens tenham e os utilizem como estratégias de enfrentamento das questões que envolvem os seus cotidianos. Para tanto, o fazer científico referente à essa temática deve estar associado à prevenção de riscos e otimização dos sucessos fortalecendo as potencialidades individuais e grupais, em lugar de destacar os problemas, evidenciando as fraquezas e as limitações desta fase (Senna; Dessen, 2019; Theokas; Lerner, 2006).

A aplicação prática proveniente dessas novas perspectivas deve empreender ações que considerem as diversidades entre etnias, classe social, gênero, diferenças individuais ressaltadas pelas singularidades dos adolescentes, associadas aos aspectos do desenvolvimento normativos e não normativos, bem como os aspectos relacionais, incluindo as relações bilaterais mantidas em seus diferentes contextos (Lerner; Wertlieb; Jacobs, 2005; Senna; Dessen, 2019).

Segundo Oliveira (2006), estudos que abordam a adolescência apenas como um período de mudança e transitoriedade do desenvolvimento não contemplam as novas perspectivas teóricas da ciência do desenvolvimento humano. Segundo essa autora, é preciso disseminar uma visão normativa da adolescência como um *continuum* da vida humana, consolidando uma nova epistemologia da adolescência a partir do diálogo interdisciplinar sobre as subjetividades humanas, tais como propostas pela Psicologia Narrativa e a perspectiva do *self* dialógico. É válido ressaltar que a adolescência não é um período bem definido, com início e fim bem delimitados. As condições que traçam algum delineamento acerca desse limite ultrapassam os fatores cronológicos e biológicos, mas se firmam nas condições individuais, sociais, culturais, históricas e psicológicas como foi dito anteriormente (Senna; Dessen, 2019).

Alguns conceitos apresentados pela abordagem sistêmica também se aplicam para a compreensão do funcionamento adolescente, como o de *feedback* e de homeostase. No que diz respeito ao conceito de *feedback*, é possível que algumas escolhas comportamentais do adolescente o levem ao risco e à vulnerabilidade social. Tal comportamento deverá afetar as pessoas do seu convívio que poderão intervir com respostas comportamentais que reforcem ou que ofereçam mudança. Esses *feedbacks* ou respostas comportamentais podem ter conotação negativa, quando reforçam o comportamento de risco, mantendo o funcionamento inadequado do adolescente, ou conotação positiva, quando essas respostas promovem a mudança do

funcionamento interno de todo o sistema repercutindo em comportamentos mais adaptativos (Nichols; Schwartz, 2007).

Com relação ao conceito de homeostase, a Teoria Sistêmica aponta para uma tendência dos sistemas pela busca de um equilíbrio funcional. No caso das fases de transições nas etapas do desenvolvimento humano é previsível um desequilíbrio do sistema, bem como nas dinâmicas relacionais pela busca de ajustes em função da manutenção da homeostase. Então, na fase adolescente permeada por mudanças significativas que alteram o seu funcionamento, a abordagem sugere que o sistema familiar ao qual o indivíduo está inserido, buscará por uma nova forma de equilíbrio, seja por meio de adaptação das regras e normas mantidas pela família, seja pela construção de novos modelos e práticas educativas ou mesmo pela redefinição dos papéis entre os membros (Nichols; Schwartz, 2007).

Em ambos os conceitos postulados pela abordagem sistêmica que modulam as interações familiares, a comunicação ganha um destaque primordial. Na fase adolescente, tanto o indivíduo quanto a família estão vivendo as transformações próprias do período, enquanto adquirem habilidades comunicativas que atendam as novas demandas relacionais. Na perspectiva sistêmica a comunicação que se estabelece é preditiva para as possíveis adaptações durante essas transições desenvolvimentistas, para a qualidade das interações e bem-estar dos membros (Schoen-Ferreira; Aznar-Farias; Silvares, 2010).

Por fim, a teoria Sistêmica pode contribuir oferecendo explicações sobre como essas transições podem afetar o adolescente e com informações sobre como ele pode ser apoiado pelos seus diferentes contextos para lidar com essas mudanças complexas. Essa abordagem pode ser utilizada para desenvolver programas de prevenção que fortaleçam as relações familiares e promovam um ambiente social mais saudável para os adolescentes. No contexto escolar, ela pode ainda oferecer aporte teórico para as práticas educativas mais eficazes, considerando as necessidades individuais e grupais (Mcgoldrick; Shibusawa, 2016).

Em síntese, a Teoria Sistêmica contribui para uma visão mais holística e humanista do adolescente, atuando como uma ferramenta poderosa para compreender o desenvolvimento adolescente em toda sua complexidade, considerando as relações, os contextos e a dinâmica dos sistemas (Bacal; Magalhães; Féres-Carneiro, 2014; Mcgoldrick; Shibusawa, 2016; Nichols; Schwartz, 2007). Diante do exposto, este estudo não tem a pretensão de esgotar as questões que envolvem as experiências dos adolescentes e das suas famílias, mas de apresentar diferentes formas de se pensar o fazer científico por meio do olhar sistêmico, considerando as particularidades das subjetividades humanas.

3.3 ADOLESCÊNCIA NO BRASIL

O termo adolescência ganhou conotação a partir do século XIX e início do século XX com objetivo de atender as expectativas civilizatórias e ao mercado capitalista que enxergou nesse extrato populacional, um exército poderoso de consumidores (Kehl, 2004). Nesse sentido, tal reconhecimento teve como principais objetivos a urbanização, a retirada dos jovens do mercado de trabalho e o desenvolvimento da educação para além da primária que era bastante predominante na época (Larson; Wilson; Mortimer, 2002).

A educação primária estava sob a responsabilidade familiar com desenvolvimento de valores, ética e educação formal. A partir desse novo olhar sobre a adolescência e muitas contribuições de pesquisas que foram surgindo em torno da temática, houve uma separação mais acentuada do âmbito educacional, cabendo a escola o desenvolvimento de conteúdos formais e a família o ensino de ética, valores e princípios básicos (Larson; Wilson; Mortimer, 2002; Vila, 2007).

Com a mudança de olhares sobre o que é adolescência e a expansão da educação secundária, abre-se um leque de possibilidades de atuação social e surgem novas formas de interação entre os jovens. As mudanças sociais no ocidente permitiram uma nova forma de ser adolescente, havendo uma expansão da educação secundária, aumento do período de formação, possibilidades de absorção de jovens em novas fatias do mercado de trabalho e o adiamento do casamento (Oliveira, 2018; Oliveira; Pinto; Souza, 2003).

Além dessas mudanças, no Brasil a urbanização proporcionou trocas culturais através de tecnologias e mídias sociais. O uso das redes sociais tornou possível diversas faces vividas pelos adolescentes, principalmente o aprendizado da língua inglesa através dos usos de termos que eram restritos apenas para a informática, como também foram criadas novas formas de comunicação e compartilhada entre todos os brasileiros (Anjos-Santos; Gamero; Gimenez, 2014; Braga, 2010).

As mídias também ofereceram diversas formas de percepção de mundo e formação do self, apresentando influência direta na vida dos adolescentes, contribuindo na formação de opinião. Os “mundos midiáticos” são formados por eles e partilhados valores, crenças e ideologias. Essas informações podem ser como inspirações da realidade contendo uma amplitude de diversos conteúdos. Cada vez mais se torna possível uma comunicação à distância e surgem novas formas de relacionamentos e aquisição de diferentes amigos que, em sua maioria, é virtual ou que compartilha de uma mesma linguagem cotidiana (Castells, 2001; Stengel; Moreira; Lima, 2015).

As linguagens disseminadas entre os adolescentes nem sempre são bem aceitas ou compreendidas pelos adultos por estarem diante de algo novo, tendo choque entre gerações. Mesmo com esse fator, para alguns adolescentes, a família é o porto seguro e eles a consideram como um modelo futuro de criação para seus filhos (Geraldês; Soares; Martins, 2013; Neves; Soares; Silva, 1999). Nesse sentido, é possível afirmar que a família divide com esses elementos sociais, com a escola e com os amigos, seu papel formador e juntos podem formar uma extensa rede de apoio social que se encarregam de oferecer suporte ao desenvolvimento do jovem (Castells, 2007; Snyder, 2009).

Mas ainda existem outros fatores que são presentes no Brasil, como as desigualdades sociais que influenciam diretamente na vida de jovens da classe menos favorecida que em sua grande maioria está vulnerável a muitas situações adversas e nem sempre pode contar com a família como uma rede de apoio social e financeira (Mandelli; Soares; Lisboa, 2011). Uma das características que permeiam no comportamento desses jovens é a evasão escolar por conta de uma dupla jornada entre o trabalho e a escola, com o objetivo de ajudar na renda familiar. Muitos jovens abdicam dos seus estudos por não darem conta dessa rotina difícil e optam por permanecer trabalhando (Dayrell, 2007).

Por outro lado, existem os jovens de classe média e classe média alta que, apesar de viverem algumas dificuldades com a fase da adolescência, têm uma perspectiva de vida melhor em relação aos estudos, acesso a uma educação de qualidade explorando outras áreas de conhecimento e ainda contam com a família como uma rede de apoio financeiro e social. Apesar de considerar o atual cenário da realidade brasileira ao qual os jovens estão submetidos, não será o foco dessa pesquisa, trabalhar com as questões que envolvem as diferentes formas de vulnerabilidades sociais.

4 A TEORIA DA COMUNICAÇÃO HUMANA COMO UM CAMPO RELACIONAL E COMPLEXO

A Teoria da Comunicação humana é um campo interdisciplinar que surgiu a partir da contribuição de vários teóricos de diferentes áreas do conhecimento. Os estudos iniciais sobre comunicação foram fortemente influenciados por modelos clássicos de transmissão linear de mensagens, como os propostos por Claude Shannon e Warren Weaver (1998), Harold Lasswell (1948) e Erving Goffman (1959). Esses modelos focavam na emissão e recepção de informações, sem considerar adequadamente os elementos contextuais e relacionais das interações humanas. Com o tempo, surgiram críticas a essas abordagens por desconsiderarem a complexidade do processo comunicacional, especialmente no que diz respeito à influência dos aspectos não verbais, culturais e ao papel ativo dos interlocutores na construção de significados.

Em resposta a essas limitações, autores como Paul Watzlawick, Janet Beavin e Don Jackson (1973), Jurgen Habermas (1981) e Yves Winkin (1998) passaram a conceber a comunicação como um fenômeno relacional e interativo. Suas contribuições destacam o papel do contexto sociocultural e das trocas simbólicas na produção de sentidos. Na obra: *A Pragmática da Comunicação Humana*, Watzlawick, Beavin e Jackson (1973) exploram os padrões de interação e os efeitos pragmáticos da comunicação, incluindo seus desdobramentos em distúrbios de comportamento, enquanto Winkin (1998) enfatiza a coconstrução de significados entre os participantes do processo comunicativo, ancorada na cultura e nas interações sociais.

Watzlawick, Beavin e Jackson (1973) produziram fundamentos teóricos para a compreensão da comunicação humana a partir de uma abordagem sistêmica e pragmática. O estudo da pragmática considera que todo e qualquer comportamento tem valor de mensagem, ou seja, qualquer comportamento é comunicação (Scapini; Luna, 2019; Watzlawick; Beavin; Jackson, 1973). Nessa perspectiva, eles postularam cinco axiomas básicos que regem a comunicação, são eles: 1) É impossível não se comunicar; esse axioma postula que toda interação comunica algo mesmo que não tenha intenção. Nesse sentido, a ausência de resposta ou o silêncio têm significado comunicativo; 2) Toda comunicação ocorre em níveis de conteúdo e de relação, ou seja, toda comunicação é caracterizada pelo que é dito (retratando o nível do conteúdo da mensagem) e por como é dito (revelando o nível da relação). Ambos influenciam

na forma como a mensagem é interpretada; 3) Pontuação na sequência dos eventos; refere-se à forma como as pessoas organizam, interpretam e atribuem significado às interações comunicativas com base em sua percepção subjetiva de causa e efeito; 4) A comunicação pode ser digital ou analógica; a comunicação digital ocorre na forma verbal com a utilização de símbolos e palavras e a analógica acontece na forma não verbal por meio dos gestos, expressões e entonações; 5) As interações podem ser simétricas ou complementares; esse axioma postula que as interações podem ser baseadas na igualdade nas hierarquias de poder (simétricas) ou nas diferenças hierárquicas (complementares).

Segundo os pressupostos teóricos da *Pragmática da Comunicação Humana*, a comunicação não deve ser analisada de maneira dissociada do contexto relacional em que se insere, uma vez que são as relações interpessoais que conferem significado às mensagens. Dessa forma, a compreensão dos modos comunicacionais exige uma abordagem ampliada, que vá além do conteúdo verbal expresso, incorporando elementos como dinâmicas de poder, trocas afetivas, manifestações expressivas, expectativas comunicacionais, bem como ausências e silêncios que emergem na interação entre os interlocutores.

Sob essa perspectiva, os autores defendem uma abordagem sistêmica da comunicação, fundamentada na premissa de que os comportamentos comunicativos devem ser compreendidos como parte integrante de um sistema relacional, no qual cada indivíduo simultaneamente exerce influência e é por ela afetado. Nessa lógica, os padrões comunicacionais considerados disfuncionais ou patológicos são compreendidos como resultantes de interações inadequadas que se consolidam no interior do sistema e se vinculam aos axiomas propostos pela teoria. Tais padrões, uma vez estabilizados, tendem a perpetuar-se, podendo desencadear ou intensificar problemáticas de ordem psicológica e/ou relacional.

Na impossibilidade de não se comunicar¹, os autores apontam alguns comportamentos comunicativos que incidem significativamente nas trocas interativas influenciando a qualidade e os efeitos da comunicação, são eles: a rejeição da comunicação, a aceitação da comunicação e a desqualificação da comunicação. A rejeição da comunicação ocorre quando uma pessoa recusa explicitamente a participar de uma experiência comunicacional interrompendo a interação proposta. Apesar de ser uma forma clara e diretiva de recusa, seus efeitos podem gerar desconforto, defesa e distanciamento relacional.

¹ A impossibilidade de não se comunicar refere-se ao primeiro axioma da comunicação postulado por Paul Watzlawick, Janet Beavin e Don Jackson (1973).

Diferentemente da rejeição, a desqualificação pode não ser tão clara ou direta, gerando ambiguidades, contradições e mensagens paradoxais. Ela se configura quando uma pessoa invalida o que foi dito pela outra (em nível de conteúdo da mensagem) ou quando a posição do emissor é questionada mediante a dinâmica de poder existente na relação (em nível relacional). A desqualificação é considerada uma forma disfuncional de comunicação, pois enfraquece os vínculos relacionais, aumenta o sentimento de frustração e mantém situações conflituosas. Por fim, a aceitação da comunicação ocorre quando a pessoa acolhe a interação proposta, validando a mensagem recebida e respondendo de maneira condizente, tanto no nível de conteúdo quanto no nível relacional. A aceitação promove o fortalecimento de vínculo e a confiança mútua na relação (Watzlawick; Beavin; Jackson, 1973).

Além do destaque dado à influência de alguns comportamentos comunicativos incidindo sobre a qualidade de uma proposta comunicacional, os autores discutem ainda outros conceitos que refletem de que forma a comunicação pode influenciar a formação e validação do “eu” no processo de construção da identidade de uma pessoa. Nessa análise, eles introduzem os conceitos de rejeição do eu, confirmação do eu e desconfirmação do eu. Na concepção sistêmica, a maneira como os outros respondem às mensagens emitidas por uma pessoa (validando ou invalidando) pode influenciar diretamente na sua autopercepção e na construção da sua identidade.

Nesse sentido, a rejeição se configura quando a mensagem ou identidade da pessoa é explicitamente negada ou invalidada. No entanto, na rejeição ainda há um reconhecimento da existência da pessoa e da sua mensagem, mesmo que o conteúdo seja desvalorizado ou invalidado. Já a desconfirmação do eu, ocorre quando a mensagem ou a identidade da pessoa é ignorada, anulada como se ela não estivesse presente, levando à sensação de invisibilidade ou sentimento de anulação. Os efeitos da desconfirmação tende a ser mais prejudicial do que os efeitos da rejeição, pois invalida a própria existência do eu, gerando sentimento de isolamento, insegurança e baixa autoestima. Por outro lado, a confirmação ocorre quando a mensagem ou a identidade de uma pessoa é reconhecida e validada tanto no nível de conteúdo (o que foi dito) quanto no nível relacional (quem a pessoa é na relação). Isso reforça a identidade da pessoa e promove segurança e autovalorização (Watzlawick; Beavin; Jackson, 1973).

No concernente às patologias oriundas da pontuação da sequência de eventos, os autores consideram que os conflitos e disfunções relativos a esse axioma estão relacionados à tendência do indivíduo em achar que as suas ações são meras reações ou respostas às ações do outro, sem reconhecer que a comunicação possui uma causalidade circular (não linear), mantida pelas influências mútuas. Assim, quando há diferenças marcantes na pontuação, pequenas

divergências podem rapidamente escalar para conflitos maiores, promovendo o que os autores denominaram de escalada de conflitos. Como consequência da percepção subjetiva de causa e efeito (visão linear dos eventos) surgem os conflitos que parecem intermináveis ao lado do sentimento de incapacidade de resolução dos mesmos.

Os autores destacaram ainda os erros na tradução entre a comunicação analógica e a digital. Os erros surgem quando há inconsistências na tradução entre essas duas formas de comunicação. Essas inconsistências podem ser identificadas por meio das contradições entre o que se fala e o que se faz, tradução inadequada de conteúdos emocionais para a linguagem digital, ambiguidades na comunicação analógica, entre outras.

Com relação às patologias potenciais da interação simétrica e complementar, os autores ressaltaram que ambas as interações podem ser saudáveis e funcionais, desde que não sejam distorcidas pela rigidez e pelos extremos. Na interação simétrica (baseada na igualdade entre os participantes nas dinâmicas de poder) uma competição extrema pela igualdade pode gerar disputas pelo mesmo nível ou nível superior um em relação ao outro, ciclos intermináveis de conflitos e negação das diferenças individuais. Na interação complementar os indivíduos assumem uma posição de dominância e submissão em relação uns aos outros, caracterizando diferenças de papéis. As disfunções geralmente ocorrem no desequilíbrio extremo nesses papéis, se configurando como abuso de poder, rigidez nas posições de superioridade e inferioridade, submissão excessiva, inibição da autonomia, relações de dependência e opressão.

A contribuição desses autores para os estudos sobre a comunicação humana é inquestionável. O olhar sistêmico da Pragmática da Comunicação Humana proporcionou fundamentos para orientar a Terapia Sistêmica Familiar em seus estudos sobre padrões de interações e funcionamento familiar. Entretanto, novos aportes teóricos foram surgindo, oferecendo contribuições para as pesquisas referentes à área. A seguir será apresentada uma breve revisão sobre os avanços teóricos que vem fundamentando os estudos em comunicação familiar.

4.1 AVANÇOS TEÓRICOS NA COMUNICAÇÃO FAMILIAR: REVISÃO DE TEORIAS E PESQUISAS CONTEMPORÂNEAS

Galvin, Braithwaite e Bylund (2014) atribuíram uma valoração constitutiva à comunicação quando afirmaram que os discursos comunicativos moldam e refletem as

dinâmicas familiares, argumentando que a comunicação se configura mais do que uma via pela qual as interações acontecem. Ela é o elemento constitutivo que define e constrói o que é ser uma família em uma dada sociedade.

Dentro dessa perspectiva, os autores ressaltam a existência de dois modelos discursivos pelos quais as concepções acerca do construto família vão se moldando nos diferentes contextos: o discurso constitutivo e o discurso reflexivo. Os discursos constitutivos são elaborações por meio das histórias de cada família que revelam seus ritos, suas tradições, seus hábitos, peculiaridades que diferenciam as famílias umas das outras e as tornam singulares. Os discursos reflexivos são modulados pelas conjunturas culturais e valores sociais mais amplos que definem o que é ser família a partir de um modelo ideal baseado nas normas de comportamento familiar compartilhadas socialmente.

Os pesquisadores mais contemporâneos da comunicação familiar reconhecem a importância da adoção do enfoque constitutivo na comunicação para o desenvolvimento em profundidade de uma melhor contribuição acadêmica (Baxter; Braithwaite, 2006; Craig, 1999; Galvin; Braithwaite; Bylund, 2014). Diante desse reconhecimento, Galvin, Braithwaite e Bylund (2014) revisaram algumas Teorias da Comunicação Familiar que promoveram o crescimento da área, são elas: Teoria da Acomodação da Comunicação (TAC); Teoria do Gerenciamento da privacidade da Comunicação; Teoria dos Padrões de Comunicação; Teoria da Narrativa; Teoria da dialética Relacional.

Segundo Galvin, Braithwaite e Bylund (2014), a Teoria da Acomodação da Comunicação, criada pelo psicólogo Howard Giles na década de 1970, aborda como as pessoas adaptam sua comunicação ao interagir com outras, considerando as diferenças tanto as individuais, quanto as culturais. Adaptada ao contexto da comunicação familiar por Galvin, Braithwaite e Bylund, a teoria é utilizada para compreender como os membros da família adaptam seus modos de comunicação, visando o entendimento mútuo, a diminuição das tensões e a proximidade com os outros. Os autores apontam três elementos primordiais dessa teoria: a convergência, referenciada pelo esforço de uma pessoa em ajustar os modos de comunicação, buscando proximidade e semelhança ao interlocutor; a divergência, ocorrendo quando uma pessoa diferencia a sua comunicação para marcar a distância com o interlocutor; e a manutenção referindo-se a uma pessoa que mantém o seu estilo comunicacional ao interagir com alguém de um contexto diferente.

A convergência e a divergência são elementos importantes destacados pela teoria da acomodação, pois nos ajudam a entender como as diferenças geracionais afetam a comunicação: os pais podem optar por tentar convergir na comunicação com os filhos na fase

adolescente, por exemplo, enquanto os filhos podem escolher divergir dos seus pais, para preservar sua identidade e manter suas autonomias. Além disso, em contextos de famílias multiculturais, geralmente oriundas de processos migratórios, os membros podem adaptar os seus estilos comunicativos, buscando uma proximidade entre as tradições culturais diferentes (Galvin; Braithwaite; Bylund, 2014).

Os autores mencionam outras duas teorias da comunicação familiar que tiveram repercussão em pesquisas na área: a Teoria do Gerenciamento da Privacidade e a Teoria dos Padrões de Comunicação Familiar apresentada por Koerner e Fitzpatrick (2002), esta última será discutida na seção posterior. A Teoria do gerenciamento da privacidade, idealizada pela pesquisadora Sandra Petrônio (2002), é utilizada para a compreensão sobre como os membros estabelecem os limites e fronteiras no compartilhamento das informações, para a investigação dos segredos familiares, bem como dos aspectos presentes nas dinâmicas relacionais, como: a intimidade e a confiança entre os membros (Galvin; Braithwaite; Bylund, 2014).

As Teorias da Narrativa foram idealizadas por um corpo interdisciplinar compostos por diversos pesquisadores de diferentes áreas, como: Comunicação, Psicologia e Sociologia. Galvin, Braithwaite e Bylund (2014) destacaram que se trata de uma perspectiva importante para a compreensão sobre como as famílias constroem e mantêm suas identidades, transmitem seus valores, resolvem seus conflitos e se constituem com suas singularidades. No contexto da comunicação familiar, as histórias narradas entre os membros fortalecem seus vínculos afetivos, promovem a coesão, mantêm as tradições e ritos familiares, oferecem o senso de pertencimento e dão significados às interações.

As narrativas familiares compartilhadas diminuem as distâncias intergeracionais, compartilhando modos de enfrentamentos nas adversidades e ajudando a preservar as memórias. Segundo os autores, elas são eficazes também na resolução de conflitos, adaptação às mudanças em situações de perdas, divórcios ou transições, além de oferecer repertórios de enfrentamentos em momentos de crises, contribuindo para a formação da resiliência familiar (Galvin; Braithwaite; Bylund, 2014).

Por fim, os autores enfatizam ainda a Teoria da Dialética Relacional, desenvolvida por Leslie Baxter e Barbara Montgomery (1996). Segundo os autores, essa teoria enfatiza os discursos concorrentes (ou contradições dialéticas) que marcam as relações familiares, causando tensões. Esses discursos são sistemas de significados culturalmente compartilhados que modulam a forma como as pessoas dão sentido às suas experiências e interpretam as suas interações. A teoria revela a existência de três principais discursos ou contradições dialéticas importantes nas dinâmicas relacionais em famílias: 1) conexão versus autonomia; 2) abertura

versus privacidade; 3) estabilidade versus mudança. Os estudiosos dessa teoria identificam esses discursos como inevitáveis e essenciais para as relações e para o funcionamento familiar.

Os discursos concorrentes que modulam a competição entre a conexão e a autonomia referem-se à tensão que se estabelece nas relações envolvendo a necessidade de intimidade e proximidade (conexão) e a necessidade de preservar a individualidade e a independência (autonomia). O dilema estabelecido pela contradição entre a abertura e a privacidade representa a tensão entre o compartilhamento ou não de informações entre os membros. A contradição firmada entre a estabilidade e a mudança é compatível à tensão provocada pelo desejo de segurança, coesão, previsibilidade e a necessidade de mudança por circunstâncias improváveis (Galvin; Braithwaite; Bylund, 2014).

A teorização da comunicação familiar é uma construção contínua e suas considerações são inconclusivas diante da complexidade que envolve a dinâmica das relações familiares. Baxter e Braithwaite (2006) apontam a necessidade de maiores investimentos em pesquisas qualitativas de cunho interpretativo e crítico na área da comunicação familiar, tendo em vista que um pouco mais de 80% dos estudos referentes à área estão voltados para o paradigma pós-positivista (focados em análise de variáveis e teste de hipóteses). A seguir serão apresentadas algumas reflexões e perspectivas que contribuirão para a compreensão do funcionamento familiar a partir dos processos comunicacionais entre pais e filhos.

4.2 REFLEXÕES E PERSPECTIVAS DA LITERATURA NA COMPREENSÃO DA COMUNICAÇÃO ENTRE PAIS E FILHOS ADOLESCENTES

A família é considerada o berço dos comportamentos comunicativos influentes nas relações humanas. O comportamento de comunicação familiar e as crenças da família sobre como os membros devem se comunicar uns com os outros estão intimamente relacionados na combinação de padrões típicos de comunicação. Esses padrões, por sua vez, têm implicações importantes para o bem-estar psicológico dos membros e para o seu funcionamento social familiar (Koerner; Fitzpatrick, 2002).

A literatura internacional tem oferecido contribuições para a compreensão da influência dos modos de comunicação relacionada a algum aspecto do desenvolvimento humano ou familiar (Arias; Punyanunt-Carter, 2017; Barnes; Olson, 1985; Dyess, 2017; Fitzpatrick; Koerner, 2005; Galvin; Braithwaite; Bylund, 2014; Koerner; Fitzpatrick, 2002; Olson, 2000; Skinner; Steinhauer; Sitarenios, 2008; Smetana; Capione-Barr; Metzger, 2006; Wilkinson *et*

al., 1988). No entanto, há uma concordância de que existem poucos estudos que se concentram na influência dos modos de comunicação para a qualidade do funcionamento familiar e das interações mantidas entre os seus membros (Barnes; Olson, 1985; Koerner; Fitzpatrick, 2002).

Embora ainda haja uma lacuna na literatura sobre os modos de comunicação e sua influência no funcionamento familiar, diversos estudos mencionados anteriormente têm se dedicado a essa temática. Essas pesquisas buscam qualificar a comunicação entre pais e filhos, identificando dimensões que caracterizam essas interações. Um exemplo relevante é o estudo de Barnes e Olson (1985), que analisou essa relação com base nas dimensões de Coesão e Adaptabilidade, conforme estabelecido no Modelo Circumplex de Sistemas Conjugais e Familiares, desenvolvido pelos próprios autores.

A coesão familiar refere-se ao nível de conexão emocional entre os membros de uma mesma família, caracterizado pela proximidade, harmonia e apoio mútuo, com respeito à individualidade de cada membro. Trata-se de um conceito definido pelo equilíbrio entre a independência e a proximidade. A adaptabilidade familiar refere-se à capacidade familiar de ajustamento e reorganização diante de situações adversas ou de mudanças, mantendo a funcionalidade e o bem-estar dos membros (Barnes; Olson, 1985).

Barnes e Olson (1985) postulam que a comunicação positiva facilita a transição para os diferentes níveis dessas dimensões na organização familiar, enquanto a comunicação negativa é considerada um obstáculo para o sistema familiar realizar mudanças nos níveis de coesão e adaptabilidade. Os autores constataram que as famílias que mantinham uma comunicação aberta e fluída entre seus membros apresentaram maior satisfação e equilíbrio nos seus relacionamentos. Eles concluíram ainda que houve diferenças geracionais nas percepções dos participantes sobre seus modos de comunicação, sugerindo que pais e filhos podem perceber a comunicação entre eles de forma diferente.

Outras dimensões relacionadas às dinâmicas comunicacionais entre pais e filhos e a qualidade do funcionamento familiar foram descritas pelo modelo de avaliação conhecido como *Family Assessment Measure* (Skinner; Steinhauer; Sitarenios, 2008). Nesse modelo são identificadas sete dimensões principais: a) Realização de tarefas; b) Desempenho de papéis; c) Comunicação; d) Expressão Afetiva; e) Envolvimento; f) Controle; g) Valores e Normas. A definição das tarefas e a realização delas podem estar intimamente relacionadas com as normas e os valores da cultura em um contexto macrossistêmico (Skinner; Steinhauer; Sitarenios, 2008).

Com base nesse modelo, o elemento vital da comunicação é a expressão afetiva que inclui aspectos críticos e constitutivos, como: 1) conteúdo; 2) intensidade; 3) sentimentos

envolvidos. O tipo de envolvimento que os membros mantem uns com os outros também se constitui fator decisivo que colabora ou dificulta a realização de tarefas. Outros fatores importantes que descrevem o envolvimento afetivo, incluem: a capacidade da família em atender as necessidades emocionais e de segurança dos seus membros, bem como flexibilizar a autonomia de pensamento oferecendo apoio e reciprocidade (Skinner; Steinhauer; Sitarenios, 2008).

O modelo ainda traduz o controle como uma dimensão pela qual a família estabelece sua autogestão, equilibrando regras, disciplinas, independência e autonomia. A forma como se dá o equilíbrio dessas combinações dá origem a quatro estilos de funcionamento a partir da gestão do controle: 1) rígido; 2) flexível; 3) *laissez-faire* e 4) caótico. Assim, tal modelo enfatiza a dinâmica familiar, a saúde e bem-estar dos membros, a interrelação entre as dimensões básicas do funcionamento familiar, reconhecendo que tantos fatores intrapsíquicos como situacionais influenciam-no (Skinner; Steinhauer; Sitarenios, 2008).

Outras duas dimensões determinantes para o estabelecimento de padrões de comunicação familiar e caracterização do seu funcionamento, são: a) Orientação para a conversação e; b) Orientação para a conformidade. Koerner e Fitzpatrick (2002) salientam essas duas dimensões da comunicação familiar como centrais para a definição dos estilos parentais, dos tipos de famílias a partir dos seus modos de funcionamento e as repercussões das mesmas para o desenvolvimento dos seus membros.

Relevantes estudos identificaram a relação entre a orientação para a conversação e a orientação para a conformidade e os modos de funcionamento familiar (Baumrind, 1991; Burlison; Delia; Applegate, 1995; Noller; Bagi, 1985). Segundo Noller e Bagi (1985), a forma como os pais lidam com a conformidade está correlacionada com a formação da identidade dos adolescentes, com suas autonomias e autoestima. Da mesma maneira, essa autora observou que a orientação para a conversação e apoio parental também são preditivos para a socialização dos adolescentes e para a construção da sua identidade.

Os diferentes estilos parentais são ressaltados a partir dessas duas dimensões comunicacionais mantidas na relação parento filial, a saber: pais autoritários, pais autoritativos e pais permissivos. Segundo Baumrind (1991), pais autoritários vão exigir maior conformidade de seus filhos, oferecendo-lhes menos apoio e abertura para a conversação. Pais autoritativos exigem um grau menor de conformidade, mais equilíbrio no apoio parental e abertura para a conversação. Por outro lado, pais permissivos não exigem conformidade e são os mais apoiadores às liberdades das escolhas individuais.

A orientação para a conversação estabelece uma socialização menos hierarquizada entre pais e filhos. É possível compreender essa socialização como favorável às interações nas quais a comunicação está centrada na pessoa e não na posição em que ela ocupa na relação. Por outro lado, a orientação para a conformidade é marcada pela socialização em que a posição hierárquica dos pais prevalece. Burleson, Delia e Applegate (1995) afirmam que as interações mais intensas e com alto nível de envolvimento entre pais e filhos são aquelas que estão relacionadas a um estilo de comunicação centrado na pessoa, também responsável pelo melhor desenvolvimento social e cognitivo dos filhos.

A combinação dessas dimensões comunicacionais, orientação para a conversação e orientação para a conformidade, foi utilizada para definir diferentes tipologias familiares. Essas tipologias incluem: a) Famílias Consensuais, caracterizadas por alta conversação e conformidade; b) Famílias Pluralistas, com alta conversação e baixa conformidade; c) Famílias Protetoras, que apresentam baixa conversação e alta conformidade; e d) Famílias *Laissez-faire*, marcadas por baixa conversação e baixa conformidade (Koerner; Fitzpatrick, 2002).

Nas famílias consensuais os pais querem manter uma comunicação aberta com seus filhos, mas ao mesmo tempo acreditam que a tomada de decisões deve partir deles. Os filhos costumam adotar valores e crenças dos seus pais e valorizam as conversas em família. A comunicação familiar é caracterizada pela tensão entre concordar e preservar a hierarquia existente (Koerner; Fitzpatrick, 2002).

Já nas famílias pluralistas os pais aceitam facilmente a opinião dos filhos e permitem que eles participem das decisões. Os filhos aprendem a valorizar as conversas familiares, mas priorizam atitudes independentes e autônomas. Eles geralmente são influenciados por argumentos mais racionais mesmo distantes dos valores e crenças dos seus pais. A comunicação nessas famílias é caracterizada por diálogos abertos, sem intenção de persuasão ou controle e todos os membros participam igualmente (Koerner; Fitzpatrick, 2002).

Nas famílias protetoras os pais acreditam que devem tomar as decisões por seus filhos sem ter a preocupação em lhes explicar seus motivos. Os filhos aprendem a dar pouco valor aos diálogos abertos e se sentem inseguros para tomar decisões próprias. Por essa razão, são facilmente influenciados por pessoas externas à família mesmo que seus argumentos sejam falhos. A comunicação familiar enfatiza a obediência aos pais com pouca ênfase às conversas familiares (Koerner; Fitzpatrick, 2002).

Por outro lado, nas famílias *laissez-faire* os pais consideram que todos os membros podem tomar decisões próprias, mas eles têm pouco interesse nas decisões dos filhos, são emocionalmente distantes e não valorizam conversas abertas. Os filhos aprendem a não

valorizar os diálogos, são facilmente influenciados por colegas ou pessoas externas à família e questionam a sua capacidade de tomar decisões. A comunicação nessa família é caracterizada pelo número reduzido de interações e envolvimento emocional restrito entre os membros (Koerner; Fitzpatrick, 2002).

A literatura destaca ainda a influência da orientação para a conversação e da orientação para a conformidade nos comportamentos familiares. Essas dimensões afetam o funcionamento das famílias e de seus membros em diferentes contextos, como: na resolução de conflitos, na produção de atos de fala, na realização de rituais familiares, na realização de tarefas, na divisão de papéis, entre outros (Baxter; Clark, 1996; Koerner, 1995; Koerner; Fitzpatrick, 1997).

Na resolução de conflitos, pesquisas apontam que as famílias consensuais tendem a evitar pequenos conflitos, mas enfrentam as confrontações significativas com positividade e apoio mútuo (Koerner; Fitzpatrick, 1997; Patterson; McCubbin; Warwick, 1990). Entretanto, nessas famílias, os conflitos também foram marcados por comportamentos afetivos negativos. As famílias pluralistas são as que experimentam os conflitos com mais frequência, porém com mais facilidade para lidar com os mesmos. Por essa razão, são mais habilidosas para enfrentar essas situações de forma mais positiva e com maior apoio entre os membros.

Já as famílias protetoras possuem mais dificuldades em lidar com conflitos, embora sejam eficientes em evitá-los. Por esse motivo, seus membros demonstram baixas habilidades na resolução de conflito e um nível alto em hostilidade verbal. Por outro lado, nas famílias *laissez-faire* a maioria das situações conflituosas são evitadas pela falta de envolvimento entre os membros. Porém quando ocorrem podem levar as consequências muito negativas como o aumento do distanciamento ou rupturas familiares (Koerner; Fitzpatrick, 1997).

Outros estudos concentraram esforços em identificar a influência dos padrões de comunicação familiar (orientação para conversação e para conformidade) em resultados que ressaltam aspectos psicossociais dessas interações, como: ansiedade e depressão (Koerner; Fitzpatrick, 1997); resiliência (Fitzpatrick; Koerner, 1996); apreensão da comunicação (Elwood; Schrader, 1998). No que concerne aos aspectos psicossociais relacionados à ansiedade e depressão, Koerner e Fitzpatrick (1997) orientaram a sua pesquisa, tomando como base a Teoria da autodiscrepância entre o Eu Real e o Eu Ideal na constituição do *self*, proposta por Higgins, 1987, citado por Koerner e Fitzpatrick (1997).

Segundo a Teoria da discrepância de Higgins (1987) o Eu Real refere-se à percepção atual que a pessoa tem sobre si mesma e o Eu Ideal refere-se a uma versão sobre si mesma que a pessoa gostaria de ser, segundo suas metas, aspirações e desejos. Segundo esse autor, há também o *Eu Ought*, uma espécie de Eu Obrigatório que se refere ao que a pessoa acredita que

deva ser com base nas expectativas dos outros agentes sociais. De acordo com essa Teoria, a discrepância ou diferença entre o Eu Real, o Eu Ideal e o Eu Obrigatório pode impactar significativamente o bem-estar psicológico das pessoas. Se o Eu Real está distante do Eu ideal a pessoa pode sentir frustração, tristeza e depressão, pois há uma percepção de falha no alcance das aspirações do *self*. Por outro lado, se o Eu Real não estiver em sintonia com o Eu Obrigatório, essa discrepância pode gerar sentimento de ansiedade. Nesse caso, conclui-se que menores discrepâncias entre o Eu Real e os outros “eus” (Ideal e Obrigatório), podem estar associadas a maior satisfação pessoal e bem-estar.

Segundo Koerner e Fitzpatrick (1997) famílias com alta orientação para a conformidade (consensuais e protetoras) produzem resultados menos favoráveis à depressão e mais favoráveis à ansiedade em condições de discrepâncias significativas entre o Eu real e o Eu Obrigatório (baseado na expectativa dos pais). Por outro lado, em famílias com baixa orientação para a conformidade (pluralistas e *laissez-faire*), em condições de discrepâncias significativas entre o Eu real e o Ideal, há uma inclinação favorável para resultados favoráveis à depressão.

Ainda foram identificadas outras sete dimensões que modulam as dinâmicas comunicacionais entre pais e filhos, qualificando as suas interações, são elas: a) metacomunicação; b) Problemas comunicacionais; c) Partilhas de situações problemáticas; d) Atitudes filiais; e) Atitudes parentais; f) Expressões afetivas; g) Estabelecimento de regras e limites. Para cada uma dessas dimensões foram identificadas subcategorias relacionadas (Portugal, 2013).

A metacomunicação refere-se à comunicação sobre a comunicação, favorecendo o esclarecimento de conteúdos e de aspectos relacionais presentes nos processos comunicativos, conforme explicitado na seção anterior (Portugal, 2013; Watzlawick; Beavin; Jackson, 1973). Essa dimensão inclui como subcategorias a livre expressão, a satisfação com a comunicação, a pontuação da comunicação, a adequação da linguagem, a clarificação dos papéis e de conteúdos e o otimismo comunicacional (Portugal, 2013).

A dimensão que retrata os problemas comunicacionais está relacionada aos padrões de interações negativos associados aos conflitos, aos paradoxos, aos ruídos, à desvalorização e às coligações. As subcategorias incluídas nessa dimensão envolvem: conflito simétrico, conflito complementar, interações negativas, paradoxalidade, coligações, desvalorização. Por outro lado, a categoria partilha de situações problemáticas está relacionada à confiança ou dificuldade na partilha de problemas entre pais e filhos (Portugal, 2013).

As subcategorias referentes às atitudes filiais correspondem à responsabilidade filial, *time-out*, empatia e negociação. Por sua vez, as referências relativas às atitudes parentais

envolvem proteção, autorreferência, expectativas e disponibilidade. A categoria afeto se vincula ao comportamento verbal ou não verbal (para a expressão da afetividade na relação parento filial) ou a inibição do afeto.

Por último, a categoria que trata da definição de regras e limites diz respeito à maneira como os pais negociam e exercem sua autoridade. Esse aspecto envolve a função executiva parental e inclui diferentes subcategorias, como o consenso entre os pais (acordo parental), o processo de negociação e o uso de advertências (Portugal, 2013).

A comunicação parento filial ainda foi analisada a partir da interconexão entre os padrões de comunicação mantidos pelas famílias e as dinâmicas culturais que modulam os valores, as crenças e as práticas educativas familiares (Arias; Punyanunt-Carter, 2017). Cada cultura estabelece suas normas e tradições específicas, incluindo o que é convencional ou não falar, como as emoções são expressas, como são estabelecidos os papéis familiares, as hierarquias de poder entre os membros, até mesmo as especificidades da linguagem gestual que acompanham as interações. Em outras palavras, a cultura estabelece sua própria forma de comunicação para orientar as relações dentro da família e da sociedade, ajudando a preservar a sua identidade (Arias; Punyanunt-Carter, 2017).

Arias e Punyanunt-Carter (2017) destacam a relevância de reconhecer a soberania cultural como um fator central que influencia a maneira como os membros de uma família definem suas regras de convivência, se comunicam entre si e atribuem significados às mensagens nas trocas interativas. Esse reconhecimento é essencial para pesquisadores que se dedicam a estudos sobre comunicação familiar. Eles analisam o papel da comunicação como o principal veículo de transmissão intergeracional dos valores e crenças compartilhados pelas famílias e pela sociedade (Arias; Punyanunt-Carter, 2017).

Para esses autores as transformações sociais que ocasionaram mudanças nas tipologias familiares, por exemplo, afetam significativamente a comunicação dentro da família. Eles justificam que essas mudanças oportunizam novas dinâmicas hierárquicas, redefinições de papéis, reestabelecimento de regras, diferenças nas práticas familiares e em atividades cotidianas que moldam as interações, podendo gerar desafios nos processos comunicativos. Eles ressaltam ainda que as diferenças culturais decorrentes das uniões em contextos migratórios, assim como os distanciamentos nos valores transmitidos entre gerações, podem ocasionar ruídos e conflitos, representando uma complexa dificuldade a ser analisada pelos pesquisadores da área (Arias; Punyanunt-Carter, 2017).

Podemos inferir que a cultura exerce um papel central nesses processos, pois define normas, estilos comunicacionais e expectativas dentro da família. Diferentes contextos culturais

moldam a forma como afeto, disciplina e autoridade são expressos na interação cotidiana. Além disso, os modos de comunicação entre pais e filhos impactam a resolução de conflitos, a construção de vínculos e a transmissão de valores.

Para captar com profundidade as múltiplas camadas que compõem essas interações, tornou-se necessário o emprego de uma abordagem metodológica qualitativa, capaz de acessar as experiências subjetivas dos participantes.

A seguir, são apresentados os delineamentos metodológicos adotados neste estudo, que permitiram analisar de forma situada os modos de comunicação entre pais, mães e filhos(as) adolescentes no contexto familiar.

5 ESTRATÉGIA METODOLÓGICA

A abordagem metodológica desta pesquisa está orientada pela técnica de pesquisa qualitativa descritiva denominada narrativa de vida caracterizada por enfatizar a coleta e análise de dados extraídos a partir das histórias e experiências narradas pelos indivíduos que dela participam. Essas narrativas serão obtidas por meio de entrevista aprofundada que oportuniza ao pesquisador uma melhor compreensão a respeito das experiências subjetivas de cada participante. Elas ainda possibilitam as pessoas interpretarem os acontecimentos e conflitos experimentados em suas vivências cotidianas (Bertaux, 2010; Minayo, 2014).

Uma pesquisa direcionada para a narrativa de vida tem como objetivo primordial compreender as vivências humanas de maneira contextualizada, ampla e com profundidade, intencionando identificar os significados que as pessoas atribuem às suas histórias de vida. Além deste propósito, a narrativa de vida é um recurso importante para o desvelamento dos fenômenos psicológicos e sociais, considerando que os participantes estão inseridos em contextos sociais, históricos e culturais mais amplos, evidenciando as interações entre o indivíduo e a sociedade (Bertaux, 2010; Minayo, 2014).

A pesquisa narrativa pode ser um processo de empoderamento para os participantes já que oferece a oportunidade de refletir sobre suas vidas e compartilhar suas histórias (Costa; Gualda, 2010). As histórias narradas podem ser vistas como referências para as histórias de vida de outras pessoas e ou grupos (Rabinovich *et al.*, 2016). Essas histórias também poderão ajudar a compreender a dinâmica das relações dentro de um grupo sociocultural específico, reconhecendo homogeneidades e diversidades dessas interações em um mesmo contexto social (Bertaux, 2010; Minayo, Deslandes; Gomes, 2015). Por esse motivo, a narrativa de vida é uma abordagem que se destaca ainda pela relevância social que assume.

É válido ressaltar que a narrativa de vida é uma estratégia metodológica coconstruída entre o pesquisador e o participante, pois ao mesmo tempo em que oportuniza o contato das pessoas com as suas experiências subjetivas, suas percepções, emoções, crenças e valores, identificando os significados atribuídos aos fatos gerados pela sua própria história de vida, também possibilita ao pesquisador a interpretação desses significados, imprimindo a sua forma de compreender e interpretar o fenômeno a partir da sua percepção da realidade (Dessen; Silva; Dessen, 2009; Duarte, 2002; Minayo, 2014; Minayo; Deslandes; Gomes, 2015).

Para o estudo sobre os modos de comunicação familiar, a narrativa de vida se faz eficaz porque o tema nos convoca a conhecer as percepções, os sentimentos e as interpretações pessoais, compartilhados entre os membros, que influenciam diretamente os aspectos relacionais de suas vivências. Essa abordagem ainda permite um detalhamento sobre a vida dos participantes, incluindo experiências passadas, partilha das situações no momento presente e suas perspectivas e projeções futuras. Segundo Minayo (2014, p. 158).

Sob as mais diferentes modalidades, as histórias de vida são consideradas no âmbito da pesquisa qualitativa, poderosos instrumentos para a descoberta, exploração e a avaliação de como as pessoas compreendem o seu passado, vinculam sua experiência individual a seu contexto social, interpretam-na e dão-lhes significado, a partir do momento presente.

Na estratégia de história de vida “o indivíduo não relata fatos sobre a sua vida, mas faz um trabalho reflexivo enquanto está narrando, buscando dar sentido aos fatos narrados, a partir das vivências do presente e das suas projeções futuras” (Minayo, 2014, p. 161). A autora considera que esse trabalho reflexivo e inquiridor oferece às pesquisas de narrativas de vida o valor etnológico e etnográfico que tanto se pretende nessa modalidade investigativa.

Para tanto, alguns componentes essenciais são observados numa narrativa de vida: a) o enredo que corresponde aos fatos narrados, os temas abordados, acontecimentos, situações experimentadas, entre outros; b) o tempo, elemento referente ao momento histórico em que os fatos ocorreram; c) o espaço, local onde são vivenciados os fatos ou ações; d) o ambiente ressaltado pelos aspectos socioeconômicos e culturais em que estão inseridas as experiências (Lalanda, 1998; Silva; Trentini, 2002).

Minayo (2014) afirma que a narrativa de vida não revela a sua importância apenas pela sua operacionalidade técnica que permite o acesso aos fenômenos em profundidade, mas ressalta que a maioria dos historiadores e cientistas sociais voltam a sua atenção à “articulação empírica, contextualizadora e teórica que faz da história de vida (com todas as suas variantes) uma eminente forma de pesquisar o sentido da experiência humana no tempo e no espaço” (Minayo, 2014, p. 158).

A despeito da sua operacionalidade técnica é possível afirmar que a análise dos dados em pesquisas qualitativas narrativas de vida é uma etapa que exige do pesquisador considerável habilidade interpretativa, criatividade e grande sensibilidade. O pesquisador precisa adentrar com profundidade nas histórias dos participantes, identificando temas, padrões, significados, atribuição de sentidos que surgem das narrativas para a viabilização de uma análise

interpretativa mais profunda sobre a complexidade da experiência humana (Bertaux, 2010; Minayo; Deslandes; Gomes, 2015).

É preciso observar a organização da narrativa, identificando os componentes mencionados anteriormente: enredo, personagens, tempo e espaço, atentando para os temas que se repetem e para o uso de metáforas nas narrativas que denunciam sentimentos, percepções, valores e crenças dos participantes. Nesse sentido, o método da interpretação de sentidos se faz eficaz, pois busca ir além da simples descrição dos fatos narrados pelos participantes. Por meio desta estratégia metodológica, o pesquisador busca compreender os significados subjacentes às histórias, desvendando as razões pelas quais os eventos foram vividos e interpretados de determinada forma pelos indivíduos (Minayo, 2014; Minayo; Deslandes; Gomes, 2015).

A interpretação de sentidos é um processo subjetivo e reflexivo, que envolve um aprofundamento analítico dos dados, atentando para os detalhes apresentados por meio da linguagem verbal e não verbal. Envolve a codificação dos temas e ideias recorrentes nas narrativas e o agrupamento destes em categorias mais amplas. Por fim, possibilita a teorização, relacionando os dados obtidos aos conceitos relevantes apresentados pela literatura nas diferentes áreas de estudos. Assim, a partir da análise das narrativas, impulsionada pela interpretação dos sentidos é possível construir teorias e modelos explicativos sobre determinados fenômenos, contribuindo para o avanço do conhecimento em diversas áreas (Minayo, 2014; Minayo; Deslandes; Gomes, 2015).

Thompson (1980) citado por Minayo (2014) considera que a abordagem narrativa de vida é uma técnica potencialmente profunda e rica em detalhes e que a flexibilização viabilizada permite reformulações de pressupostos durante o processo de trabalho de campo, o que facilita o curso de uma teorização.

É a flexibilidade intrínseca à abordagem da etno-história (história oral, história de vida, narrativas de vida) que é a chave de suas potencialidades, uma vez que ela se move entre a exploração e o questionamento dos fatos e sobre os fatos, à medida que as entrevistas ocorrem, permitindo a verificação e a reformulação de hipóteses durante o processo de trabalho de campo, criando-se uma teoria (não empiricista), mas fortemente ancorada na realidade social (p.157)

Nesse interim, após situar esta pesquisa em seus aspectos teóricos metodológicos, esse capítulo aborda ainda os procedimentos adotados para a seleção dos participantes e para o estudo de campo.

5.1 PROCEDIMENTOS PARA A SELEÇÃO DOS PARTICIPANTES

Os adolescentes foram recrutados em um Colégio de grande porte que atende, atualmente, mais de dois mil alunos que estão experimentando a adolescência em idades entre 13 e 18 anos. A instituição está localizada na área urbana de Feira de Santana - BA, pertencente à rede pública estadual e contempla as séries referentes ao Ensino Médio da Educação Básica no Brasil. Ao longo de sua trajetória, esta instituição de ensino vem contribuindo para o desenvolvimento das habilidades socioemocionais, formação para a cidadania e para o mercado de trabalho, além do conhecimento acadêmico.

O Colégio funciona em tempo integral, proporcionando aos alunos participação em diversos projetos extracurriculares, como olimpíadas científicas, atividades culturais, projetos sociais, entre outros. Com relação à estrutura física, a instituição se beneficia com salas bem equipadas, laboratórios de aprendizagens, biblioteca, quadras esportivas e área livre arborizada. Para atender as demandas psicossociais, a instituição constrói parcerias com o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) para o suporte com a formação de Grupo de Apoio Psicológico.

Inicialmente foi feito o contato com a direção da instituição para a apresentação do projeto, com a explanação dos objetivos deste e a entrega de uma solicitação de autorização (APÊNDICE A), visando obter a permissão da entrada da pesquisadora na instituição para a realização desse estudo. Somente após a autorização do diretor foi disponibilizado o acesso aos dados dos alunos e das suas famílias.

A seleção dos alunos participantes foi realizada de forma aleatória, considerando apenas os seguintes critérios de inclusão: serem estudantes com idades entre 15 e 18 anos, provenientes de famílias nucleares. Essa escolha é considerada adequada, pois possibilita a análise das interações em uma relação tríade pai/mãe/filho(a), permitindo observar semelhanças e diferenças nos processos de comunicação, levando em conta as variáveis de gênero nas relações entre pais, mães e filhos, bem como a idade dos adolescentes. Portanto, neste estudo, o critério para a definição da tipologia familiar nuclear baseia-se na presença de ambos os cônjuges e nas diferenças nos estilos comunicativos relacionadas ao gênero dos pais, conforme indicado pela literatura.

Estudos sobre famílias nucleares são relevantes, pois, conforme os dados do recente censo do IBGE (2023), o núcleo familiar mais prevalente no Brasil ainda é o formado por um casal com filhos, representando 42,3% dos lares. Em seguida, estão os casais sem filhos (20,0%) e as mulheres sem cônjuge que têm filhos (16,3%). No entanto, é importante destacar que esta

pesquisa reconhece e legitima todas as outras configurações familiares, confirmando a relevância de cada uma delas na construção da sociedade.

Após a observância de que os critérios básicos de seleção foram atendidos por meio da análise dos dados dos alunos, a pesquisadora fez contato com cada adolescente e seus pais para agendar a data e o horário do primeiro encontro. Por meio de uma carta (APÊNDICE B), os pais foram convidados para um encontro com a pesquisadora na escola para uma apresentação completa do projeto, previamente aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Católica do Salvador (UCSal), na cidade de Salvador - BA.

Esse encontro ocorreu nas dependências da escola, enfatizando a importância da participação de cada membro da família. Destaque especial foi dado para a justificativa, a relevância social, os objetivos, os riscos e os benefícios para os participantes, as garantias de proteção e sigilo das informações. Na ocasião foram apresentados o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (APÊNDICE C) e o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE) (APÊNDICE D) e coletadas as assinaturas, daqueles que desejaram participar, conforme diretriz do Comitê de Ética em Pesquisa com seres humanos. Para uma melhor caracterização dos participantes, o encontro foi finalizado após o preenchimento do questionário sociodemográfico pelos pais (APÊNDICE E), e de um questionário de identificação, pelos adolescentes (APÊNDICE F).

5.1.1 Participantes da pesquisa

O presente estudo contou com a participação de quatro adolescentes, com idades entre 15 e 18 anos, bem como de seus respectivos pais e mães, totalizando doze participantes (n=12), todos pertencentes a famílias nucleares residentes no município de Feira de Santana, interior do estado da Bahia. A amostra incluiu adolescentes de ambos os sexos, distribuídos entre duas faixas etárias: 15–16 anos e 17–18 anos, o que possibilitou observar possíveis variações nos padrões de comunicação parento-filial em função da idade e do gênero.

Foram estabelecidos critérios claros para os participantes: incluíram-se apenas famílias residentes no perímetro urbano do município de Feira de Santana, com um ou mais filhos, uma vez que o foco da investigação recaiu sobre as relações estabelecidas entre os(as) adolescentes, seus pais e suas mães, independentemente da estrutura fraterna da família. Por fim, as entrevistas foram conduzidas individualmente com cada integrante da tríade familiar: pai, mãe

e filho(a) adolescente, a fim de assegurar a autonomia das narrativas e favorecer a compreensão das experiências relacionais sob diferentes perspectivas.

As informações sociodemográficas das famílias foram obtidas por meio da aplicação de um questionário² aos pais e mães. Nesse questionário foram feitas perguntas como: quantidade de habitantes por domicílio, o número de filhos existentes, lugar do adolescente na prole, sexo e idade dos mesmos, tipo de moradia, renda familiar, nível de escolarização dos genitores, nível socioeconômico da família, religião, raça/cor autorreferida, estado civil, entre outras.

Segundo Alves e Soares (2009), o nível socioeconômico das famílias é um constructo teórico que não pode ser diretamente verificado, mas que se manifesta através da escolaridade dos genitores e de suas ocupações e rendimentos. Nesse estudo, utilizaremos o nível socioeconômico (NSE) produzido pelo IBGE no âmbito da PNAD e do Censo Demográfico, que tem como base a renda familiar em salários mínimos³ (Brasil, 2017).

Para fins de preservação da identidade dos participantes foram adotados nomes fictícios. Além disso, para diferenciação das famílias, foram utilizadas iniciais iguais nos nomes dos membros de cada grupo. Os dados sociodemográficos revelaram uma tessitura social diversa entre as famílias, marcada por diferentes níveis de escolaridade, atividades ocupacionais e práticas religiosas, embora todas compartilhem um traço comum: a presença de relações intergeracionais que se articulam entre trabalho, escolarização e modos de vida.

A família por sobrenome Gomes é composta por Andrey (pai), Ana (mãe) e a filha Analú. Esse núcleo apresenta um perfil em que ambos os responsáveis possuem escolaridade média ou superior, inseridos no mercado de trabalho com rendas equivalentes a três salários mínimos cada um. Ana é servidora pública com pós-graduação e Andrey é operador de som autônomo. A filha, Analú é estudante do 3º ano científico e ocupa o lugar de primogênita. Trata-se de uma família de crença evangélica compartilhada por todos os membros.

A família Silva é formada por Normando (pai), Neide (mãe) e o filho Natan, exibindo outro tipo de composição socioeconômica. Normando trabalha como técnico agropecuário com carteira assinada e renda equivalente a dois salários mínimos, enquanto Neide é dona de casa e beneficiária do Bolsa Família. A escolaridade do casal situa-se no ensino médio completo.

² Para este estudo, o questionário sociodemográfico foi aplicado para fim de caracterização do sistema familiar dos participantes. No entanto, as informações obtidas por meio da sua aplicação poderão ser utilizadas em estudos posteriores.

³ De acordo com os dados fornecidos pelo IBGE (2017) através da lista de classes sociais, são pertencentes à Classe A famílias que possuem rendimento superior a 15 salários mínimos; a Classe B refere-se àquelas famílias cujo rendimento se encontra entre cinco a 15 salários mínimos; a Classe C diz respeito às famílias que possuem renda mensal que varia de três a cinco salários mínimos; na Classe D, a variação fica entre um a três salários; e a Classe E refere-se àquelas famílias que recebem até um salário mínimo.

Natan é o último filho da prole e estuda no 1º ano científico do ensino médio, acompanhando a rotina escolar típica de sua faixa etária. A religião católica aparece como elemento comum aos três membros.

O grupo familiar por sobrenome Barros é composto por Evandro (pai), Eva (mãe) e o filho Edu. Evandro é motorista contratado pelo Regime Especial de Direito Administrativo (REDA), possui ensino superior incompleto e recebe dois salários. Eva é dona de casa e também beneficiária do Bolsa Família. O filho Edu é estudante do 3º ano científico do ensino médio e ocupa o lugar de primogênito na prole. A religião católica se apresenta como referência identitária de todos os integrantes.

Por fim, a família Couto é formada por Sandro (pai), Suely (mãe) e a filha Susy. Os dados revelaram um equilíbrio ocupacional entre os responsáveis: Sandro é radialista contratado e Suely é operadora de caixa, ambos com carteira assinada e com renda aproximada de dois salários cada. Susy é filha única, estudante do 2º ano científico do ensino médio. Diferentemente das demais famílias de menor renda materna, nesse núcleo, ambos os responsáveis exercem atividades remuneradas. A religião compartilhada entre os membros é a evangélica.

O panorama dos dados sociodemográficos das quatro famílias apresenta variações em trajetórias profissionais, níveis de escolaridade, pertencimentos religiosos, renda mensal, entre outras. As condições socioeconômicas se caracterizam com duas famílias dependentes apenas da renda paterna e de programas sociais, enquanto as outras duas contam com a participação laboral de ambos os responsáveis. Esses dados oferecem uma moldura inicial para compreender como cada família organiza seus cotidianos, divisões de papéis, estilos e práticas de cuidado parentais, lida com suas vulnerabilidades e produz sentidos e significados nos seus modos de existência, dimensões que influenciam diretamente os modos de comunicação parento-filial analisados na pesquisa.

5.2 PROCEDIMENTOS PARA A COLETA DE DADOS

Após as assinaturas do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e do Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE), pelos pais e adolescentes, respectivamente, foi dado início às entrevistas conduzidas pela pesquisadora, de forma individualizada, em uma única sessão. As entrevistas ocorreram em uma data acordada

previamente com a escola e os participantes, em uma sala reservada para este fim no interior da própria instituição, para reduzir os efeitos das interferências de outras pessoas durante a aplicação.

A entrevista narrativa teve início por meio da pergunta geradora: Como você percebe a sua conversa no dia a dia com seu [pai/ mãe, seu(sua) filho(a)]? A partir da pergunta geradora, as narrativas fluíram espontaneamente. Entretanto, a pesquisadora abordou, quando oportuno, aspectos dos eixos analíticos de interesse da pesquisa, como: a) Percepções dos membros sobre ser pai, mãe e filho na família que fazem parte; b) Expressão das trocas afetivas; c) Atitudes parentais e filiais diante das situações de conflitos; d) Sentimentos gerados com relação à partilha de situações problemáticas; e) Percepções sobre as práticas educativas experimentados no cotidiano da família; Esses eixos analíticos foram flexibilizados, considerando o fluxo das narrativas dos participantes o elemento norteador (APÊNDICE G).

As narrativas foram gravadas por meio do gravador de voz do celular de uso exclusivo da pesquisadora e em seguida foi realizada a transferência do áudio para um HD externo, onde foram armazenados todos os dados desta pesquisa. A pesquisadora fez ainda registros de suas impressões pessoais a respeito de todos os aspectos observáveis na linguagem verbal e não verbal dos participantes em um diário de campo.

Ao final das entrevistas, as narrativas foram transcritas *ipsis litteris* para a organização dos dados, realização cuidadosa da leitura, codificação dos temas e ideias presentes e recorrentes nos relatos, o agrupamento destes temas em categorias mais amplas que foram submetidas à análise em seguida.

5.3 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DOS DADOS

A partir das respostas obtidas nas entrevistas com os adolescentes e suas famílias, foi iniciada a análise dos dados, realizada por meio do Método de Interpretação de Sentidos identificados nas experiências subjetivas relatadas pelos participantes. Para tanto, foram adotadas as trilhas do compreender como ferramentas metodológicas que nortearam a análise (Minayo, 2025; Minayo; Deslandes; Gomes, 2015).

O termo: ‘trilhas do compreender’ é proposto por Minayo (2025) como um conceito metafórico que remete à ideia de um percurso interpretativo correspondente ao caminho que o pesquisador terá que percorrer para a busca da construção de significados a partir dos dados

coletados. Para Minayo, Deslandes e Gomes (2015) essa ferramenta metodológica “é uma tentativa de avançarmos mais na interpretação, caminhando além dos conteúdos de textos na direção de seus contextos e revelando as lógicas e as explicações mais abrangentes presentes numa determinada cultura acerca de um determinado tema” (Minayo; Deslandes; Gomes, 2015, p. 105).

Para a análise das questões deste estudo, foram utilizadas as categorias *a priori*, conforme proposta por Bardin (1977), servindo como base para as trilhas interpretativas. Segundo Bardin (1997), as categorias *a priori* (dedutivas) são definidas previamente com base em um referencial teórico ou modelo já existente. As categorias de referência para esse estudo são as dimensões comunicacionais identificadas por Alda Portugal em sua tese de doutorado, intitulada *O papel da comunicação no exercício da parentalidade: avaliação da comunicação em famílias pós-divórcio*, defendida em 2013 na Universidade de Coimbra (Portugal (2013).

De acordo com a análise qualitativa das entrevistas realizadas por Portugal (2013), em sua pesquisa, a comunicação mantida entre pais e filhos parece se caracterizar por meio de sete categorias gerais as quais a autora denominou de dimensões, a saber: a) metacomunicação (com seis subcategorias); b) problemas comunicacionais (com seis subcategorias); c) atitude parental (com quatro subcategorias); d) atitude filial (com quatro subcategorias); e) estabelecimento de regras e limites (com três subcategorias); f) afeto (com três subcategorias); g) partilha de situações problemáticas (com duas subcategorias).

Assim, para as questões deste estudo, foram feitas algumas adaptações do sistema de categorias encontrado por Portugal (2013) nas conclusões das suas análises, especialmente para construção dos eixos analíticos que nortearam as entrevistas. Portanto, a elaboração do Sistema Integrado de Categorias deste estudo tem como base a adaptação das respostas dos participantes (atentando para os aspectos temporais e socioculturais nos quais os participantes estão inseridos) a um sistema de categorias preexistentes na literatura empírica sobre o tema.

5.4 ASPECTOS ÉTICOS

No desenvolvimento desta pesquisa, foram rigorosamente observados os princípios éticos que regem estudos com seres humanos, conforme as diretrizes estabelecidas pela Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde. Em especial, foi assegurado o

cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018 — LGPD), que dispõe sobre a necessidade de garantir a segurança na coleta, armazenamento, tratamento e eventual compartilhamento dos dados pessoais dos participantes. Todas as informações obtidas foram utilizadas exclusivamente para os fins delineados nesta pesquisa, conforme explicitado no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e no Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE), previamente apresentado e assinado pelos participantes. A pesquisa preservou o direito à autonomia, à privacidade e ao sigilo, pilares essenciais para a manutenção da integridade ética e para o fortalecimento da relação de confiança entre pesquisadores e sujeitos de pesquisa.

Este projeto foi submetido à Plataforma Brasil e somente após a aprovação por meio do Parecer emitido pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Católica do Salvador - BA (CEP) (ANEXO A), a coleta de dados pode ser iniciada. Todos os participantes foram devidamente informados sobre os objetivos e procedimentos da pesquisa, sendo-lhes assegurados o anonimato e a confidencialidade das informações fornecidas.

A transcrição das entrevistas foi realizada pela própria pesquisadora que substituiu os nomes dos participantes por nomes fictícios. Os participantes foram esclarecidos sobre sua liberdade em se retirar da pesquisa a qualquer momento em que desejar, bem como sobre seu direito de obter informações a respeito do estudo. Não houve restrições relacionadas à etnia, religião ou classe social e a pesquisa assegurou apoio psicológico, conforme declaração da Psicóloga (ANEXO B), minimizando eventuais riscos potenciais aos participantes.

A participação foi inteiramente livre e voluntária, formalizada por meio da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e do Termo de Assentimento Livre e Esclarecido, em conformidade com a Resolução de nº 510/16 do Comitê Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) para pesquisas na área de Ciências Humanas e Sociais.

6 TRILHAS INTERPRETATIVAS: ENTRE O PENSAR, O SENTIR E O DIZER NOS MODOS DE COMUNICAÇÃO PARENTO-FILIAL

Neste capítulo, apresenta-se a análise dos dados obtidos por meio das entrevistas narrativas de vida, realizadas com os membros das famílias participantes. A partir dessas narrativas foi possível identificar a coconstrução de sentidos e significados atribuídos aos modos de comunicação presentes na dinâmica relacional de cada núcleo familiar. A análise foi conduzida pelas trilhas do compreender, utilizadas como ferramentas metodológicas que nortearam todo processo analítico.

As categorias de referência que serviram de base para a construção das trilhas interpretativas foram inspiradas nas dimensões comunicacionais identificadas por Alda Portugal em sua tese de doutorado intitulada *O papel da comunicação no exercício da parentalidade: avaliação da comunicação em famílias pós-divórcio* (Portugal, 2013), defendida na Universidade de Coimbra. No entanto, essas categorias foram adaptadas à luz das respostas dos participantes, considerando os contextos temporais e socioculturais em que estão inseridos, se configurando nos eixos analíticos deste estudo.

Assim, os resultados são apresentados a partir desses eixos analíticos norteadores, com as devidas adequações categóricas: (a) expressão das trocas afetivas, englobando aspectos verbais, não verbais e a inibição do afeto; (b) gerenciamento dos problemas comunicacionais, evidenciando conflitos simétricos e complementares, interações negativas, paradoxalidade, coligações e desvalorização, com atenção às atitudes parentais e filiais que influenciam a harmonia comunicacional; (c) partilha de situações problemáticas, com ênfase no sentimento de confiança e nas dificuldades expressas; e (d) estabelecimento de regras e limites, destacando-se os processos de negociação, as formas de advertência e o acordo no exercício da regulação e organização parental.

Para a análise das narrativas foi utilizado o método de Interpretação de Sentidos, o qual se fundamenta na compreensão das experiências subjetivas relatadas pelos participantes, permitindo captar as nuances simbólicas e afetivas que permeiam suas interações (Minayo, 2014; Minayo; Deslandes; Gomes, 2015). A análise está fundamentada na articulação entre duas principais matrizes teóricas interpretativas: a Abordagem Sistêmica da Família, em sua vertente Colaborativa e Dialógica (Anderson; Goolisian, 1992), e os fundamentos conceituais da teoria da comunicação humana desenvolvida por Paul Watzlawick e seus colaboradores (Watzlawick; Beavin; Jackson, 1973).

O enquadramento sistêmico colaborativo parte da compreensão de que as relações familiares são construídas e reconstruídas continuamente nas interações cotidianas, sendo atravessadas por padrões de linguagem, significados compartilhados e processos de coautoria. De forma complementar, os princípios da Teoria da Comunicação Humana oferecem um aporte fundamental para a análise dos modos como os membros da família se comunicam, não apenas por meio da linguagem verbal, mas também através dos aspectos não verbais, contextuais e relacionais da interação (Watzlawick; Beavin; Jackson, 1973).

A intersecção entre essas duas perspectivas fornece uma base sólida para examinar os processos comunicacionais na família como fenômenos complexos, coconstruídos e situados culturalmente, com especial atenção à maneira como pais, mães e filhos(as) adolescentes constroem sentidos sobre seus modos de se comunicar. A compreensão de que "não se pode não comunicar", princípio central da Teoria da Comunicação Humana (Watzlawick; Beavin; Jackson, 1973), orienta a análise das dinâmicas familiares como sistemas de significação em constante movimento, nos quais cada comportamento comunica algo e está inserido em uma lógica relacional em coautoria, conforme também propõe a Abordagem Sistêmica Colaborativa (Anderson; Goolisian, 1992).

Nesse sentido foram analisadas doze narrativas ao todo, sendo oito de adultos, entre pais e mães, e quatro de adolescentes, com idades entre 15 e 18 anos. Entre os jovens participantes, dois eram do sexo masculino e dois do sexo feminino, o que permitiu observar nuances comunicacionais a partir de diferentes posições de gênero e geração. As entrevistas, conduzidas de forma individual, possibilitaram o acesso a percepções singulares sobre as dinâmicas comunicacionais vividas no contexto familiar.

A diversidade de experiências relatadas enriqueceu a análise ao evidenciar pontos de convergência e divergência nos modos como pais, mães e filhos(as) adolescentes percebem e vivenciam a comunicação no cotidiano. As narrativas foram examinadas com base na coconstrução de sentidos entre os membros da tríade familiar, contribuindo para aprofundar a compreensão dos modos de comunicação em famílias nucleares contemporâneas.

Além da descrição apresentada na metodologia, esta seção sintetiza a caracterização sociodemográfica dos genitores e os dados pessoais dos adolescentes participantes, por meio do Quadro 1 para facilitar a visualização das informações. É válido ressaltar que todos os nomes originais foram substituídos por nomes fictícios, de modo a preservar o anonimato dos participantes e que foi adotado o uso de iniciais iguais para os membros de cada família, a fim de favorecer a identificação dos núcleos familiares e manter a coerência na apresentação dos dados.

Quadro 1 - Caracterização sociodemográfica dos genitores e adolescentes participantes, Feira de Santana, Bahia

FAMÍLIA	SEXO	IDADE	ESCOLARIDADE	OCUPAÇÃO	RENDA PESSOAL	SITUAÇÃO DE TRABALHO	LUGAR NA PROLE	RELIGIÃO
Andrey Gomes	M	49	Ensino médio completo	Operador de som	3 salários	Autônomo		Evangélico
Ana Gomes	F	50	Pós-graduação	Professora	3 salários	Servidora pública		Evangélica
Analú Gomes	F	17	3º ano científico	Estudante	—	—	Primogênita	Evangélica
Normando Silva	M	50	Ensino médio completo	Técnico Agropecuária	2 salários	Carteira Assinada		Católico
Neide Silva	F	41	Ensino médio completo	Dona de casa	Bolsa Família	—		Católica
Natan Silva	M	15	1º ano científico	Estudante	—	—	Caçula	Católico
Evandro Barros	M	41	Ensino Superior Incompleto	Motorista	2 salários	Reda		Católico
Eva Barros	F	45	Ensino médio completo	Dona de casa	Bolsa família	—		Católica
Edu Barros	M	18	3º ano científico	Estudante	—	—	Primogênito	Católico
Sandro Couto	M	45	Ensino Superior Incompleto	Radialista	2 salários	Contrato		Evangélico
Suely Couto	F	44	Ensino médio completo	Operadora de Caixa	2 salários	Carteira Assinada		Evangélica
Susy Couto	F	16	2º ano científico	Estudante	—	—	Filha única	Evangélica

Fonte: elaboração própria com dados colhidos na pesquisa.

6.1 O PENSAR, O SENTIR E O DIZER SOBRE A EXPRESSÃO DAS TROCAS AFETIVAS

A família pode ser compreendida como um sistema relacional no qual se articulam vínculos que exercem papel fundamental no desenvolvimento dos seus membros (McGoldrick; Garcia-Preto; Carter, 2016). Trata-se de um sistema aberto, com uma organização singular, cuja dinâmica se transforma ao longo do tempo, acompanhando os movimentos do ciclo de vida dos seus integrantes (Freitas *et al.*, 2021).

A fase do ciclo vital da família adolescente, em particular, representa um período de intensas reconfigurações, marcado por processos como a consolidação da identidade e a busca por autonomia frente às figuras parentais (McGoldrick, 2016; Melo; Mota, 2013). Diante dessas transformações, é comum observar um aumento dos conflitos familiares e maior frequência dos problemas comunicacionais entre pais, mães e filhos (Freitas *et al.*, 2021; Baumrind, 1978).

As configurações relacionais familiares estabelecidas nesse contexto têm potencial tanto para favorecer o bem-estar quanto para gerar riscos à saúde emocional e física de seus integrantes. Relações marcadas por apoio mútuo e vínculos afetivos consistentes funcionam como fatores de proteção, enquanto padrões interacionais disfuncionais, como alta incidência de conflitos e ausência de demonstrações afetivas, podem ampliar a vulnerabilidade dos membros da família a adoecimentos psíquicos e físicos (Freitas *et al.*, 2021; Hess; Falcke, 2013; Pinquart, 2017).

Le Breton (2017) destaca que as mudanças nos modos de interação entre pais, mães e filhos(as) na contemporaneidade parece sofrer influência da forma como a cultura lida com o processo natural do envelhecimento, tendendo a rejeitar a velhice e hipervalorizar a juventude. Segundo o autor, há uma recusa por parte dos pais e mães em estabelecerem uma melhor clarificação de seus papéis, evitando assumir plenamente o exercício de suas funções parentais.

Essa postura compromete a presença simbólica e afetiva dos pais, tornando-os ausentes no exercício da autoridade e na mediação das experiências dos filhos com o mundo. Ao se posicionarem mais como amigos do que como figuras responsáveis pela orientação e educação, os pais acabam negligenciando sua função formativa, impactando negativamente o processo de amadurecimento dos adolescentes (Barreto; Rabelo, 2015; Le Breton, 2017; Paula; Stengel, 2022; Viola; Vorcaro, 2018).

A ausência de um posicionamento claro dos pais como educadores e responsáveis pela mediação simbólica do mundo pode agravar os efeitos da instabilidade emocional típica dessa fase do desenvolvimento. Os transtornos de saúde mental despontam como causas relevantes

de mortalidade entre os jovens, configurando-se como um desafio de saúde pública (WHO, 2025). Nesse sentido, a literatura aponta que vínculos afetivos sólidos e relações de confiança entre pais e filhos atuam como importantes fatores de proteção, contribuindo para o bem-estar psíquico dos adolescentes e reduzindo significativamente as chances de adoecimento mental e comportamentos autodestrutivos (Aggarwal; Berk, 2015; Avanci *et al.*, 2007; Freitas *et al.*, 2021; Conceição, 2012; WHO, 2025).

Diante disso, a adolescência se configura como um período especialmente sensível à qualidade da comunicação e da afetividade nas relações parentais. O desejo de autonomia, frequentemente acompanhado de intensas oscilações emocionais, exige dos pais e mães uma postura que combine firmeza e empatia. Hughes (2007, 2009), ao tratar da parentalidade baseada no vínculo afetivo, enfatiza que a mutualidade responsiva dos cuidadores, traduzida em escuta ativa, validação emocional, envolvimento, proteção e segurança, contribui decisivamente para o fortalecimento do apego seguro e da correção emocional. Isso implica reconhecer o(a) adolescente como sujeito ativo, cujas experiências emocionais devem ser consideradas e integradas ao cotidiano familiar.

No processo de transição da fase infantil para a adolescência é possível observar uma modificação significativa nas formas de troca afetiva estabelecidas entre pais, mães e filhos(as). Enquanto na infância essas trocas se expressam predominantemente por meio de cuidados concretos e manifestações de dependência emocional, marcadas por forte presença física e regulação parental, na adolescência essas interações tornam-se mais complexas e demandam novas formas de conexão (Brazelton; Greenspan, 2002; Portugal, 2013).

Os vínculos afetivos passam a ser mediados por reconhecimento mútuo, respeito à individualidade emergente e abertura ao diálogo, exigindo dos adultos um reposicionamento nas relações (Brazelton; Greenspan, 2002). Como observam Freitas *et al.* (2021), a manutenção de laços afetivos saudáveis nessa fase da vida exige que pais e mães desenvolvam uma escuta sensível e uma disponibilidade emocional que favoreçam a reciprocidade, sustentando o vínculo mesmo diante dos desafios típicos do desenvolvimento adolescente.

Essa dinâmica de transformação nas trocas afetivas entre infância e adolescência pode ser observada nas falas de pais, mães e adolescentes, revelando como a comunicação afetiva vai se resignificando ao longo do tempo, acompanhando as mudanças nas necessidades emocionais e nos posicionamentos subjetivos dos filhos(as). Durante as entrevistas, foi possível identificar percepções divergentes sobre o modo como o afeto é expresso e recebido nas diferentes fases do desenvolvimento, evidenciando tanto continuidades quanto mudanças nos vínculos estabelecidos. Essas experiências, relatadas pelos próprios integrantes das famílias,

ilustram concretamente os desafios e as reconfigurações que marcam a vivência afetiva no contexto das relações parentais na adolescência.

Quando ela era mais nova a gente era mais afetiva, aí quando ela chegou na fase da adolescência a gente não é mais tão afetiva como era antes. A semana passada quando a gente estava vindo da igreja no carro, aí a gente estava conversando e ela reclamou porque eu demonstrei carinho a outra criança. Ela já se trava e fica chateada. E aí, eu falei assim... mas eu não sou carinhosa com você, filha? aí ela falou: é, mas a senhora era mais. Porém, eu acho que foi ela que se afastou de mim. Eu continuo amando-a da mesma proporção desde quando ela nasceu (Suely).

Quando você tem um filho, uma criança, você tem sonhos, propósitos e ideias e a partir do momento que essa criança começa a crescer, quando chega na adolescência e já tem suas próprias vontades, isso já muda um pouco. Então essa comunicação acaba sendo diferente do que era no início... Hoje em dia, por conta da idade, por ela ser uma adolescente, já mulher praticamente, as trocas afetivas já não é como quando ela era criança, passa a ser diferente em relação a isso. Eu pirraçava muito ela quando ela pequena, hoje quando eu brinco, ela já não gosta desse abuso, já é uma coisa diferente... Você puxar o cabelo, dar uma apertadinha na orelha, hoje já não é legal porque ela já não se sente mais criança. Então assim, já é mais complicado. (Sandro).

Quando Analú era menor, a gente era de grude, de colo. Mas não é muito da minha natureza grude não. Eu lembro que a gente tinha uma brincadeira que eu sempre dizia pra ela como ela é linda, inteligente e falava um monte de coisa. Então, ela tinha essa coisa de dizer, mamãe é linda, é inteligente, repetindo aquilo que eu também dizia pra ela. Hoje ela se expressa menos, mas sempre me dá boa noite antes de dormir. (Ana).

Edu parou de me abraçar quando entrou na puberdade. (Evandro).

Quando eu era criança a gente se abraçava, se beijava o tempo todo. Agora a gente não é muito de abraçar, beijar porque eu também não gosto muito de abraço. Mas a gente demonstra carinho com palavras. (Susy)

Embora a maioria dos pais, mães e filhos(as) entrevistados(as) tenha apontado mudanças significativas nas formas de expressão afetiva ao compararem a infância com a adolescência, destacando uma diminuição nas manifestações físicas de afeto e um aumento nas demandas por autonomia, uma mãe, em particular, destacou que para demonstrar afeto não tem idade, sublinhando que o vínculo emocional e as expressões de carinho podem e devem ser preservados ao longo de toda a trajetória do desenvolvimento, reforçando a importância da continuidade do cuidado parental afetivo, ainda que em formatos adaptados à nova fase da vida dos(as) filhos(as).

Aqui graças a Deus, eu tenho essa experiência de conversa, carinho e abraço, independente até da idade. Com Natan a gente tem muito isso, dessa comunicação, de diálogo, de carinho, de abraço, de beijo. A gente diz 'eu te amo' todos os dias. E essa é uma experiência que eu não tive como filha. Mas, graças a Deus, eu tenho desde sempre com os meus filhos. (Neide).

Nesse sentido, as trocas afetivas enquanto dimensão comunicacional importante no desenvolvimento familiar, ganham destaque. Segundo Freitas *et al.* (2021), a afetividade na relação parento filial é definida como construção de vínculos considerados seguros e estáveis e a baixa frequência nas expressões das trocas afetivas possibilitam a criação de um ambiente desestabilizador e propício para a formação de psicopatologias tanto para os filhos(as), quanto para os pais e mães.

As lentes interpretativas da abordagem sistêmica colaborativa e dialógica também revelam a afetividade entre pais, mães e filhos(as) adolescentes como um processo relacional que ultrapassa a expressão emocional individual para se constituir como experiência intersubjetiva, construída nas interações cotidianas e nas práticas comunicacionais familiares. Essa perspectiva considera que cada membro do núcleo familiar influencia e é influenciado pelas relações que estabelece (Andersen, 1995). Essa circularidade das relações familiares foi evidenciada nas narrativas dos participantes:

Eu sinto que ele tem muita paciência comigo porque eu sou chato, viu? Ele demonstra isso com a sua lealdade à minha posição de pai. Ele nunca foi desrespeitoso e eu devolvo a lealdade para ele na mesma intensidade. (Evandro).

A gente fez um pacto de nunca se separar, então a gente faz o possível e o impossível para manter esse pacto. (Eva).

Além do destaque à circularidade nas relações, alguns autores enfatizam a importância do diálogo reflexivo e da escuta aberta na construção de vínculos afetivos (Andersen, 1995, 1991; Seikkula; Arnkil, 2014; Seikkula; Trimble, 2005). Eles propõem que, ao invés de abordagens centradas na correção ou na autoridade parental unilateral, a comunicação familiar deve favorecer a multiplicidade de vozes, a validação da experiência emocional de cada membro e a coautoria nas decisões relacionais. Nesse modelo, a afetividade emerge como resultado do encontro entre subjetividades, sendo construída nos espaços em que pais, mães e filhos(as) adolescentes se sentem escutados, reconhecidos e valorizados. Essa abertura ao diálogo como demonstração da afetividade familiar também foi observada nos discursos:

Eu e o meu filho conversamos muito. Muito carinho, muito beijo, muito abraço... a gente dialoga sobre tudo. Ele fala sobre os sentimentos, o que ele está passando... aqui não temos dificuldades em conversar, não. (Neide).

O Natan é um menino muito bom. De manhã ele sempre me pede a benção. A vivência aqui em casa é bem simples, mas temos uma boa troca de palavras... às vezes, percebo que está acontecendo alguma coisa, vejo ele triste, então eu me preocupo e pergunto para dar um apoio a ele e ele se sentir mais seguro. (Normando).

Analú é muito defensora. No momento em que minha esposa reclama sobre algo comigo, ela simplesmente diz: meu pai chegou agora do trabalho, está cansado. Como pai, me sinto muito amado e protegido por Analú. (Andrey)

A vertente colaborativa da abordagem sistêmica desenvolvida por Anderson e Goolishian (1988), sustenta que as famílias devem ser vistas como sistemas linguísticos e narrativos, dentro dos quais o significado das experiências é construído relacionalmente. A afetividade, nesse contexto, é entendida como parte dessas narrativas compartilhadas, sendo sustentada não apenas por palavras afetuosas, mas por gestos cotidianos de acolhimento, disponibilidade e respeito mútuo. Quando pais e mães se posicionam como parceiros dialógicos, e não como autoridades que impõem verdades, cria-se um ambiente relacional propício ao florescimento da afetividade genuína.

Meus pais não são muito de impor as coisas. Quando há situações em que eles precisam intervir. Meu pai chega e conversa comigo, já a minha mãe fala e depois fica na dela, esperando para ver o que vou fazer (risos). (Analú).

Cabe ressaltar também que a Abordagem Sistêmica Colaborativa reforça a importância da reflexividade nas relações familiares. A capacidade dos cuidadores de refletirem sobre suas próprias reações, padrões de comunicação e modelos relacionais herdados permite a transformação de práticas disfuncionais em interações mais empáticas e flexíveis (White; Epston, 1990). Essa disposição reflexiva favorece não apenas o bem-estar emocional dos(as) adolescentes, mas também o fortalecimento de laços baseados em confiança, mutualidade e respeito à alteridade.

A gente já teve fases difíceis, pois, às vezes, sou muito duro com ele devido a minha criação. Mas aqui em casa a gente consegue se odiar, se amar, se perdoar e ficar de boa, tranquilo. Então, quando eu vejo que exagerei vou lá e abraço ele forçado mesmo e pronto. (Evandro).

Grandesso (2022) também enfatiza a importância de práticas colaborativas e dialógicas na construção de relações familiares saudáveis. Ela reforça que escuta ativa e a validação das experiências dos membros da família são fundamentais para o desenvolvimento de vínculos afetivos sólidos e para a promoção do bem-estar emocional de todos os envolvidos. Portanto, a afetividade entre pais, mães e filhos(as) adolescentes, na perspectiva sistêmica colaborativa e dialógica, deve ser compreendida como um processo relacional e coconstruído. Ela se materializa nos espaços de encontro, nos gestos de escuta e na disposição ética de estar com o outro em sua diferença. O vínculo afetivo não é pré-existente, mas produzido continuamente por meio das práticas comunicacionais que reconhecem o outro como legítimo interlocutor.

Durante as entrevistas foi possível perceber que os vínculos estabelecidos pelas trocas afetivas entre pais, mães e filhos(as) adolescentes, realmente se constituem como uma dimensão essencialmente comunicacional, permeada por códigos verbais e não verbais, construindo sentidos e moldando as relações ao longo do tempo. Nessa perspectiva a afetividade não pode ser compreendida como um conceito isolado, mas sim como uma expressão relacional, que se manifesta nas interações cotidianas por meio de gestos, silêncios, expressões, olhares e tonalidades emocionais que compõem o repertório comunicativo da família.

As narrativas construídas pelos participantes deste estudo alinham-se a importantes contribuições da literatura especializada ao evidenciar que a expressão de afeto se configura como um comportamento adaptativo, fundamental para a sustentação e continuidade dos vínculos humanos (Floyd; Morman, 2003; Portugal, 2013; Segrin; Flora, 2004). Apesar da importância direcionada para a coocorrência de mensagens verbais e não verbais nas manifestações afetivas, Segrin e Flora (2004) afirmam que a expressão do afeto não verbal é a mais impactante para a manutenção dos vínculos familiares. Essa constatação ressoou nos discursos dos participantes deste estudo, os quais revelaram que as demonstrações de afeto ocorrem em grande parte por meio de ações e comportamentos cotidianos, mais do que por verbalizações explícitas.

Não é muito da minha natureza falar sobre essas coisas (verbalizações afetivas). Mas procuro sempre ter um bom diálogo com ela. Sabe, tentar entender, conversar, saber as coisas da vida dela. Mas não é muito da minha natureza o beijo e o abraço, não! (Ana).

Aqui em casa os quatro tem seus limites, não são de ficar se abraçando, não. Meu pai é mais do toque, mas minha mãe não é do toque, não. Os pais podem não ser de abraçar e de beijar, mas demonstram afeto e até dizem 'eu te amo' de outras formas, perguntam como foi o dia, cuidam, demonstram preocupação. (Analú).

Essa compreensão também foi inspirada pela Teoria da Comunicação Humana de Watzlawick, Beavin e Jackson (1973), a qual permite situar a afetividade como parte integrante das dinâmicas comunicacionais familiares. Segundo esses autores, "é impossível não se comunicar" (p. 67), o que implica dizer que mesmo a ausência de resposta, a omissão ou o afastamento físico comunicam significados que impactam diretamente a construção dos vínculos afetivos familiares. A afetividade, assim, é transmitida e percebida nas entrelinhas das interações cotidianas, operando de forma contínua e inevitável.

Outro princípio essencial dessa teoria é a distinção entre os aspectos de conteúdo e relação em toda mensagem. Enquanto o conteúdo refere-se à informação explícita transmitida, a dimensão relacional diz respeito ao modo como a mensagem é enviada e recebida, e é precisamente nesse nível que a afetividade se revela com maior intensidade. Como destacam Seikkula e Trimble (2005), a forma como algo é dito pode expressar mais sobre o estado afetivo da relação do que o conteúdo em si.

Assim, uma crítica feita com tom acolhedor pode ser interpretada como cuidado, enquanto uma orientação dita de forma fria ou ríspida pode ser recebida como rejeição, ainda que as palavras sejam semelhantes. Durante as entrevistas, a fala de um adolescente conseguiu exemplificar bem essa distinção entre os aspectos de conteúdo e a dimensão relacional na comunicação parento-filial, evidenciando variações nos modos de comunicação a depender da figura parental envolvida.

Minha mãe é a minha melhor amiga. Ela demonstra amor me dando conselhos, me elogiando e até me criticando. Ela me ajuda com tudo... com meu pai é diferente. Ele teve problemas com o pai dele e não sabe como agir comigo também. (Edu).

As narrativas indicaram que, embora pais e mães compartilhem responsabilidades comunicacionais, a forma e o envolvimento com que interagem com os filhos(as) variam significativamente. Mesmo diante das buscas por autonomia e maior independência, características da adolescência, as mães continuam sendo mais procuradas pelos filhos(as) para conversas que envolvem tanto questões práticas quanto emocionais.

Essa tendência encontra respaldo na literatura, que aponta a figura materna como referência predominante nos vínculos afetivos e comunicacionais durante o desenvolvimento dos(as)filhos(as), especialmente por sua disponibilidade comunicacional e papel tradicionalmente associado ao cuidado (Féres-Carneiro, 2009; Koerner; Fitzpatrick, 2002). Assim, a análise reforça a ideia de que a dimensão relacional da comunicação é fortemente

influenciada pelas construções culturais e afetivas que ainda colocam as mães como principais mediadoras dos diálogos familiares.

Eu tenho 22 anos de convívio com o pai dele... sempre tivemos responsabilidade e preocupação com os nossos filhos. Mas o pai teve uma educação muito rígida, no grito. O pai dele é protestante, o avô militar radical e a avó seguia a cartilha dos pais... então ele não é muito de conversa. Eu converso muito com ele sobre isso, porque os filhos são nossos. Precisamos ter uma relação aberta com eles. (Eva).

Eu tenho dificuldade em demonstrar afeto e para o meu pai é um pouco mais difícil ainda. A gente já passou por algumas coisas, eu e ele, e aí acabou criando uma pequena distância entre a gente... eu me vejo em uma posição e vejo meu pai em outra, então eu me dirijo a ele de modo diferente de como eu ajo com a minha mãe, por exemplo. (Edu).

Meu pai é diferente... eu e minha mãe demonstramos mais afeto um com o outro. Fico abraçado com ela o tempo todo... com meu pai já não tem tanto isso. (Natan).

Estipulamos um dia na semana pelo menos pra gente almoçar juntos, tomar café da manhã, ela e mãe, principalmente, pois comigo nem sempre dá. A gente sente que esse contato deveria ser mais próximo, mas infelizmente por conta do dia a dia, está mais difícil. (Sandro).

Embora as filhas adolescentes participantes deste estudo tenham reconhecido uma maior disponibilidade comunicacional por parte das mães, também foi evidente em suas narrativas a percepção de que seus pais desempenham um papel afetivo, cuidador e presente nas responsabilidades familiares compartilhadas. As falas das duas adolescentes entrevistadas revelaram um olhar sensível sobre a figura paterna, destacando o envolvimento dos pais não apenas em tarefas práticas do cotidiano, mas também na construção de vínculos emocionais significativos.

Essa valorização do papel paterno encontra respaldo na literatura contemporânea, como apontam Bastos e Dessen (2024), ao descreverem a transformação da paternidade tradicional para uma atuação mais afetiva, sensível e socializadora. Esse movimento reflete uma mudança nos modelos de masculinidade e nas práticas parentais, em que os pais passam a ocupar uma posição mais ativa na mediação emocional e no cuidado dos filhos, contribuindo para relações mais equilibradas.

Meu pai é do toque...ele é uma pessoa afetuosa. Todas as vezes quando ele chega do trabalho pergunta como foi o nosso dia de forma afetuosa, demonstrando preocupação. Minha mãe pergunta, mas não é tanto. (Analú).

É que meu pai é mais de brincar, então a nossa troca afetiva é brincando. Eu não sou de falar 'eu amo o senhor', porque sou a mais retraída da família. Então, quando ele brinca comigo a gente troca afeto um com o outro. (Susy).

Em contrapartida, as narrativas dos adolescentes do sexo masculino revelaram percepções diferentes em relação às interações parentais quando comparadas com as narrativas das adolescentes. Esses jovens expressaram insatisfações quanto aos modos de comunicação com os seus pais, criticando a forma como se relacionam com eles. No entanto, atribuíram às mães um papel mais significativo nas vivências afetivas cotidianas, ressaltando nelas atitudes de acolhimento, escuta e disponibilidade. Essa valorização da figura materna, associada a críticas ao modelo relacional paterno, sugere uma assimetria na experiência comunicacional e afetiva, especialmente no que diz respeito à construção do vínculo com os pais durante a adolescência.

Meu pai não é uma pessoa ruim. Só que todo mundo tem defeitos e ele tem muitos também. Minha mãe já mencionou a história dele com o pai e não foi muito boa. Então, ele não tem boa experiência de pai com filho. Mas assim, hoje não está ruim, mas também não está bom. Estamos indo. (Edu).

Desde pequeno sempre fui mais próximo da minha mãe, mesmo estando com os dois, minha proximidade maior é com ela. Com meu pai é diferente, já não tem tanto isso. (Natan).

Nessa dinâmica, a pontuação das sequências de comunicação (o terceiro axioma de Watzlawick; Beavin; Jackson, 1973) torna-se crucial para entender os conflitos intergeracionais. Pais, mães e os(as) filhos(as) frequentemente interpretam de forma distinta os eventos comunicacionais: um pai pode perceber o silêncio do filho como desrespeito, enquanto o adolescente o experimenta como tentativa de autopreservação diante de uma comunicação entendida como autoritária (Teodoro, 2006). Como argumentam Ortegón e Botero (2016), esses desencontros interpretativos são fontes frequentes de crises familiares e revelam a necessidade de práticas comunicacionais mais dialógicas e responsivas.

Esse argumento está em consonância com o axioma postulado pela Teoria da Comunicação Humana sobre padrões de relações simétricas e complementares. Nesse sentido, é possível considerar que a afetividade também se articula aos padrões de simetria e complementaridade nas relações familiares. Interações muito assimétricas, marcadas por rigidez hierárquica ou ausência de reciprocidade emocional, podem dificultar o

desenvolvimento de uma comunicação afetiva fluida. Em contrapartida, relações que acolhem a interdependência e a mutualidade favorecem trocas afetivas mais autênticas e construtivas (Boechat; Cabral; Souza, 2015; Scarpini; Luna; 2019). Nas entrevistas foi possível perceber alguns desencontros entre as narrativas, especialmente da figura parental paterna e seus filhos:

Eu brinco com ele, abraço ele e digo que amo. Eu só tenho amor por ele, nunca me decepcionou em nada. (Normando).

Meu pai é mais distante. Converso com ele, mas muito pouco. Com ele é diferente. (Natan).

Edu é o mais velho e foi o que mais eu dei afeto. Quando mais novo dei muito amor. Eu não gosto de usar da autoridade. Prefiro inspirar as pessoas a decidirem por si só. Mas quando eles não me deixam alternativa, aí eu uso. (Evandro)

Meu pai é meio bipolar. Ele fala umas coisas, mas depois aparenta outras. (Edu).

Além disso, a afetividade familiar se expressa de maneira marcante pela comunicação analógica (não verbal), como destacado por Watzlawick, Beavin e Jackson, (1973). Em contextos familiares, muitos afetos são comunicados não pelas palavras, mas pela presença, pelo tom de voz, pela disponibilidade emocional e pelas atitudes diárias. Como enfatiza Ríos González (2005), o afeto na família é menos uma declaração e mais uma prática relacional incorporada na rotina. Pais e mães que escutam ativamente, mantêm contato visual e validam as emoções de seus filhos estão, mesmo sem o uso de palavras afetuosas, comunicando aceitação, reconhecimento e segurança.

Em suma, os dados da pesquisa revelaram que pais, mães e filhos(as) atribuem grande importância à afetividade nas relações familiares, percebendo-a como uma base essencial para a construção e manutenção dos vínculos. Foi observado que essa afetividade é expressa de diferentes formas nas interações cotidianas, especialmente por meio de gestos não verbais, como escuta ativa, diálogo aberto, disponibilidade emocional e demonstrações de cuidados e proteção, refletindo relações marcadas pela empatia e pelo acolhimento.

Notou-se também uma mudança nas formas de expressão do afeto na transição da infância para a adolescência representada pela diminuição das manifestações físicas e verbais e aumento de expressões ligadas à alteridade, ética, respeito, reconhecimento e cuidado mútuo. Nesse contexto, as mães continuam desempenhando o papel de principal mediadora emocional dentro do núcleo familiar, embora ambas as figuras parentais tenham demonstrado a adoção de

posturas mais dialogadas e menos autoritárias. Esses posicionamentos parecem promover relações mais horizontais e circulares, nas quais todos se percebem influenciando uns aos outros.

A pesquisa também identificou diferenças nas experiências afetivas conforme o gênero dos filhos adolescentes, especialmente em relação à figura parental paterna. As adolescentes relataram relações mais próximas e afetivas com seus pais, enquanto os adolescentes perceberam suas relações mais distantes, permeada por certa rigidez hierárquica e com pouca reciprocidade emocional.

Entretanto, os pais se percebem como mais presentes e afetivos com seus filhos adolescentes do que os próprios filhos relatam, indicando uma diferença na percepção relacional entre as partes. Assim, esses achados dialogam com discussões contemporâneas sobre gênero e masculinidades, sugerindo que padrões tradicionais ainda influenciam a maneira como pais e filhos adolescentes se relacionam emocionalmente (Ambra, 2021; Connell, 2005).

6.2 O PENSAR, O SENTIR E O DIZER SOBRE AS ATITUDES PARENTAIS E FILIAIS DIANTE DAS SITUAÇÕES DE CONFLITOS

Entretanto, os pais se percebem como mais presentes A perspectiva da Abordagem Sistêmica Familiar não concebe o conflito entre os membros como uma crise disfuncional ou como eventos patológicos, mas como uma expressão natural e inevitável nas relações humanas, particularmente nas fases de transição do ciclo vital, como a adolescência (Portugal, 2013). Walsh (2016) destaca o potencial construtivo da família em utilizar-se de momentos de conflitos como uma busca por abertura de novos caminhos, novas possibilidades de se refazer, principalmente durante o enfrentamento das transições familiares.

Segundo Minuchin (1982), os conflitos revelam tensões inerentes à reorganização de papéis, regras e fronteiras no sistema familiar. Sob esse prisma, o conflito pode ser um elemento positivo nas dinâmicas relacionais funcionando como um elemento catalisador de mudanças, ao denunciar padrões disfuncionais e impulsionar o sistema para novos modos de convivência. Minuchin (1982) percebe o surgimento dos sintomas e dos conflitos como elementos reguladores da reorganização familiar e sugere que as situações de crise surgem como uma tentativa de proteger o sistema contra eventos ameaçadores, funcionando como um mecanismo de homeostase do sistema familiar.

Em concordância com essa visão, Satir (1988) propõe que os conflitos podem eclodir como mensagens que visam manter a coerência interna e a estabilidade do sistema, ainda que em padrões relacionais disfuncionais. Nesse sentido, o conflito emerge como uma evidência de que as demandas emocionais familiares estão em desarmonia e as suas diferentes expressões objetivam o reequilíbrio emocional nas relações entre os seus membros. Ambos os autores veem o conflito como um movimento do sistema em busca de equilíbrio, especialmente frente a desafios do ciclo vital, como a adolescência. Essa visão se ancora, principalmente, na ideia de que os sintomas e os conflitos cumprem funções homeostáticas e comunicacionais no sistema familiar.

Macedo e Carvalho (2019) enfatizam que o conflito é necessário para ajustes e adequações relacionais, porém ressaltam que a falta de estratégias para o trato com os eventos de crise familiar pode ser prejudicial às relações. A problemática inerente não é a existência do conflito em si, mas a forma como ele é comunicado, reconhecido e elaborado no vínculo.

Ampliando esse olhar, a vertente Sistêmica Colaborativa e Dialógica, desenvolvida por Anderson e Goolishian (1992) e Andersen (1995), compreende o conflito como o resultado das múltiplas narrativas que coabitam no sistema. A diversidade de vozes e sentidos oriundos das relações entre pais, mães, filhos e filhas pode gerar discordâncias que não são vistas como problemáticas, mas como oportunidades dialógicas. Para esses autores, o conflito é um momento privilegiado para a reconstrução de significados e relações, desde que haja um espaço de conversação que acolha as diferenças sem hierarquizá-las. Assim, o foco desloca-se do problema em si para a qualidade das conversações que o sistema é capaz de manter. Como afirmam Anderson e Goolishian (1992), é na conversação que se constroem as possibilidades de mudança.

A análise dos achados deste estudo sob a orientação da Abordagem Sistêmica Colaborativa Dialógica permite a compreensão dos conflitos não como uma possibilidade de ruptura dos vínculos, mas como momentos constituintes em que as famílias se reestruturam utilizando seus próprios recursos de linguagem e afetividade para renegociar significados. Nesse contexto, o conflito é um convite à coautoria de novos modos de convivência.

Quando eu era mais nova, apareceram alguns conflitos por algumas discordâncias. Acho que eu estava começando a ter um senso crítico e ainda não entendia que existiam coisas que eu não poderia mudar em meus pais. Mas depois a gente conversava, se desculpava e buscava melhorar. (Analú).

Eu estou sempre conversando quando tem algo que é preciso consertar. Às vezes chamo pra sair, tomar um café. No passeio aproveito pra tocar no

assunto e fazer ela pensar de forma mais descontraída. Acho que assim ela me entende melhor. (Ana).

A comunicação parento-filial nas famílias participantes desta pesquisa mostra-se sustentada por três eixos interdependentes que formam a base relacional dos vínculos. O primeiro eixo ancora-se na abertura para o diálogo, ressaltada pela escuta ativa, pela disponibilidade emocional dos pais e mães e na validação dos sentimentos dos filhos que favorece o reconhecimento mútuo e o acolhimento das diferenças perceptivas (Oliveira, 2006). Essa disponibilidade ao diálogo abre espaços para a livre expressão das ideias e dos sentimentos e rompe com padrões autoritários de comunicação (Macedo; Conceição, 2015). A narrativa abaixo traduz essa abertura dialógica como inerente ao modo de educar dos seus genitores.

É sempre através do diálogo que a gente tenta resolver as coisas aqui em casa. Meus pais sempre conversam muito comigo nessas situações mais complicadas. É a forma deles de educar. (Natan).

O segundo eixo se refere a afetividade traduzida como uma linguagem primordial nessas relações, pois indica que os vínculos não são construídos apenas por meio de mensagens verbais, mas, principalmente, por meio de expressões de afeto, gestos de cuidado, envolvimento emocional, disponibilidade corporal e simbólica, conforme foi explicitado na primeira seção sobre as trocas afetivas deste capítulo. Essa dimensão afetiva da comunicação funciona como mediadora na construção de sentido, atribuindo segurança relacional e favorecendo o pertencimento mútuo. Ela potencializa a qualidade das interações, tornando o ambiente familiar mais acolhedor e responsivo com o desenvolvimento emocional dos seus membros, conforme foi possível observar na fala dessa adolescente.

Temos os nossos conflitos, o que é normal nas famílias, mas eu não tenho nenhum trauma por causa disso. Eu não me vejo em outra família porque, realmente, amo muito a minha e acho que a gente tem uma boa relação. (Analú).

Por fim, o terceiro eixo diz respeito flexibilidade relacional demonstrada pela capacidade de renegociar regras, redefinir as expectativas compartilhadas e ajustar papéis parentais e filiais em conformidade às demandas dos desafios enfrentados. Essa flexibilidade é decisiva no trato relacional durante as transições da adolescência, pois permite que pais e filhos se redirecionem em suas funções, descontinuem com estruturas rígidas ou inflexíveis,

possibilitando a reconstrução de negociações e o fortalecimento dos vínculos de confiança recíproca (McGoldrick; Shibusawa, 2016). A articulação entre esses três eixos promove um padrão comunicacional marcado por responsividade, coautoria e vínculo, prevenindo desacordos e conflitos desestruturantes nas famílias analisadas. O discurso desse pai evidencia que essa articulação entre a flexibilidade, vínculos construídos e a abertura ao diálogo, favorece as mudanças nessa fase do ciclo familiar.

Me sinto um pai raiz. Quando algo não está bem procuro ouvir o que está acontecendo pra tentar entender o lado dela também. Depois deixo claro o que penso sobre as responsabilidades que ela também precisa assumir. Um bom diálogo ajuda nessas mudanças. (Sandro)

Walsh (2005) destaca que essas características dialogam com o conceito de famílias emocionalmente disponíveis, ou seja, sistemas em que há espaço para a expressão emocional, segurança relacional e resiliência intersubjetiva. Segundo a autora, nesses contextos, as mães desempenham papel central como mediadoras afetivas, favorecendo um ambiente favorável para a escuta e corresponsabilidade.

Em contrapartida, os pais podem demonstrar maior dificuldade em sustentar a comunicação emocional em momentos de conflitos, embora presentes e afetivos na maioria dos casos. Essa diferença na forma de lidar com as trocas emocionais encontra ressonância nas subcategorias associadas à dimensão comunicacional descrita por Portugal (2013) como Problemas Comunicacionais, que neste estudo está sendo tratada como Conflitos Familiares. Entre essas subcategorias, estão: a) Conflito Simétrico; b) Conflito Complementar; c) Interações Negativas; d) Paradoxalidade; e) Coligações; f) Desvalorização.

Nos relatos advindos das entrevistas com os participantes do seu estudo, Portugal (2013) ainda identificou outras subcategorias para as dimensões comunicacionais relacionadas com Atitudes Parentais, como: proteção, expectativas, autorreferência e disponibilidade e Atitudes Filiais, a saber: *time-out*, responsabilidade, negociação e empatia. Algumas dessas unidades categóricas também emergiram durante as entrevistas com os participantes desta pesquisa.

Boa parte das subcategorias descritas na dimensão dos Problemas Comunicacionais identificadas por Portugal (2013) são fundamentadas pela Teoria da Comunicação Humana proposta por Watzlawick, Beavin e Jackson (1973). Segundo tal abordagem, o conflito é expresso por meio dos padrões das interações. Ele pode ocorrer tanto em padrões simétricos nos quais os membros disputam posições de igualdade e controle (por exemplo, pai e filho que se enfrentam como iguais em uma escalada de resistência), quanto em padrões complementares,

nos quais um assume uma posição dominante e o outro, assume uma posição subordinada (como uma mãe excessivamente protetora e um filho dependente ou resistente passivo). Em ambos os casos, a desarmonia não acontece em virtude do padrão em si, mas pela forma rígida em que a interação pode estar ocorrendo, impedindo ajustes e renegociações.

Outro aspecto importante da Teoria da Comunicação Humana é o conceito de comunicação paradoxal, ou seja, mensagens contraditórias que ocorrem simultaneamente em diferentes níveis (verbal e não verbal), ampliando a probabilidade em que conflitos aconteçam. Por exemplo, um pai que se coloca verbalmente disponível e aberto à conversação, mas reage com indiferença ou julgamento quando o filho expressa o que pensa ou sente. Essas formas de comunicação geram interações ambíguas que desvalorizam, rejeitam ou desqualificam o sujeito, impedindo-o de validar sua própria experiência. Em contrapartida, as interações que aceitam, acolhem ou reconhecem o outro possibilitam desenvolvimento e flexibilidade relacional (Watzlawick; Beavin; Jackson, 1973).

Entre os relatos coletados durante a realização das entrevistas deste estudo, um adolescente destacou a presença da comunicação paradoxal no vínculo interativo com a figura paterna. Em sua narrativa, afirmava que o pai frequentemente se dizia aberto ao diálogo e ao entendimento mútuo, mas em algumas situações estressantes apresentava intensa reatividade emocional e instabilidade no humor, provocando interações negativas ou agindo com indiferença quando o adolescente tentava expressar sua opinião ou seus sentimentos.

Essa incompatibilidade entre o discurso verbal (conteúdo explícito de disponibilidade ao diálogo) e a atitude comportamental (nível relacional da mensagem) gera distorção na interpretação da mensagem, sentimentos ambíguos e insegurança no receptor. Para o adolescente, esse padrão comunicacional dificultava a espontaneidade nas interações e o levava a reprimir ou ajustar sua fala para evitar conflitos, mesmo em um contexto familiar que afirmava ser aberto ao diálogo.

No início de um conflito, meu pai tenta resolver dizendo que é do diálogo, mas na prática ele acaba jogando mais lenha na fogueira (Edu).

Entretanto, estudos apontam que pais, mães e os(as) filhos(as) tendem a perceber seus modos de comunicação de maneira diferente, o que pode gerar assimetria entre a intenção parental e a recepção das mensagens pelos adolescentes (Souza; Hutz, 2007; Koerner; Fitzpatrick, 2002). Enquanto os pais tendem a considerar suas práticas comunicacionais como

condizentes e protetivas, os filhos podem interpretar como controladoras, autoritárias ou pouco responsivas.

Essa assimetria nas percepções de pais, mães e os(as) filhos(as) é recorrente em pesquisas que analisam padrões relacionais, indicando que a comunicação familiar é marcada por divergências geracionais e por diferentes expectativas quanto ao papel de cada membro (Oliveira; Marturano, 2010; Souza; Hutz, 2007). Nesse sentido, Walsh (2005) ressalta que a disponibilidade emocional mantida no seio familiar não depende apenas da intenção dos pais em se apresentarem acessíveis, mas se articula com a maneira como essa disponibilidade é percebida pelos os(as) filhos(as), podendo existir distanciamentos significativos entre ambas as perspectivas.

Em concordância, a Teoria dos Padrões de Comunicação Familiar, desenvolvida por Koerner e Fitzpatrick (2002), apresenta evidência empírica sobre essa distinção nas percepções de pais, mães e os(as) filhos(as) acerca dos modos de comunicação familiar. Segundo os autores, famílias com alta orientação para a conversação tendem a manter a comunicação mais aberta e horizontalizada, favorecendo um melhor alinhamento nas percepções de pais, mães e filhos sobre a qualidade das interações.

Já em contextos atravessados pela orientação à conformidade, a comunicação tende a ser mais unilateral e verticalizada, centrada na obediência e na submissão, o que favorece o distanciamento nas percepções entre os pais e mães, que acreditam estar exercendo um cuidado protetor e os filhos, que podem perceber essa comunicação como controladora e autoritária (Koerner; Fitzpatrick, 2002). Assim, os padrões comunicacionais familiares postulados por esses autores ajudam a explicar as assimetrias relatadas entre intenções parentais e experiências subjetivas dos adolescentes. Essa discrepância foi observada nos discursos dos dois adolescentes e seus genitores:

As situações conflituosas com meu pai são insustentáveis pra mim como filho. Sempre vai ser. Mas agora estou ficando mais velho e o mundo está se abrindo pra mim. Estou tendo outras oportunidades de sair daqui e conhecer o mundo. (Edu)

A gente se fala muito porque eu procuro manter ele perto de mim. Eu não gosto de usar autoridade. Só uso quando é preciso, o que é raro, porque aqui em cada tudo é negociado e decidido juntos. (Evandro).

O pai dele tem uma forma rígida de falar e já bateu nele depois de grande. Eu sempre digo: não se prende passarinho dizendo chô! Eu não sou de bater, mas também não aliso. Se precisar eu meto a mão também... mas não precisa não...rsrsrs. (Eva)

A nossa vivência dentro de casa é excelente. Eu sou um pai muito amoroso para os meus filhos. Eu acho que, como pais, não devemos xingar, nem bater porque isso não vai educar. Isso vai gerar um conflito e ele vai ficar com raiva da gente. Então, nunca tivemos problema nenhum. (Normando).

Procuro resolver os nossos conflitos com diálogo. Mas isso é mais com a minha mãe. Com meu pai é mais diferente. (Natan).

No início eu era mais explosiva, impulsiva e já cheguei a bater, mas hoje já tenho maturidade maior. Já entendi que não é necessário gritar, muito menos bater. Com Natan funciona elevando um pouco mais a voz. Aí já é o suficiente. (Neide).

Ainda que boa parte das narrativas das famílias indiquem um predomínio de interações positivas, foi perceptível por meio dos relatos que os jovens atribuíram à figura paterna um estilo mais rígido, autoritário e menos acessível para as negociações nos momentos de conflito em comparação ao posicionamento percebido como mais empático e colaborativo da figura materna. Esse achado é compatível com estudos contemporâneos que apontam persistências culturais no modelo de paternidade tradicional, em que os pais assumem uma posição mais autoritária, ainda que em contextos familiares majoritariamente afetivos (Féres-Carneiro *et al.*, 2017; Piccinini; Tudge, 2010).

Nesse sentido, foram observadas algumas coligações provisórias entre as mães e esses filhos adolescentes em situações específicas que demandavam maior proximidade emocional, mas sem que isso comprometesse o equilíbrio ou a funcionalidade do sistema familiar como um todo. Essas coligações, longe de configurar alianças patológicas, revelam vínculos protetivos e estratégias de apoio mútuo dentro da dinâmica relacional.

Geralmente eu sinto mais apoio da parte da minha mãe. Com meu pai eu não converso tanto. (Natan).

Eu tenho uma relação boa com a minha mãe. Quando discutimos ela sempre me aconselha ou me critica para o meu bem. Ela me ajuda com tudo. Minha mãe fala que o meu pai teve muitos problemas com o pai dele, então ele também não sabe o que fazer como pai. Eu entendo. (Edu).

Contudo, a metacomunicação está presente nessas relações familiares, ainda que incipiente, sugerindo níveis de consciência relacional que favorecem a elaboração das tensões.

Essa capacidade de refletir sobre a relação e nomear os efeitos da comunicação está alinhada ao conceito de *reflexividade relacional* proposto por Andersen (1995), o qual defende que as transformações nas relações familiares emergem da escuta mútua e da abertura a novas formas de significação.

Das subcategorias referentes às atitudes filiais que emergiram nos relatos dos adolescentes, foi observado com maior frequência o uso do *time-out*, ou seja, comportamento de evitação das dinâmicas familiares promotoras de escaladas conflituosas (Portugal, 2013). Segundo Portugal (2013), essa subcategoria da dimensão relativa à atitude filial pode ser também compreendida como uma pausa autorreguladora frente a situações de tensão. Essa estratégia atitudinal não está associada ao distanciamento afetivo, mas sim à tentativa consciente de evitar confrontos desnecessários, reorganizar o estado emocional e retomar o diálogo em melhores condições.

Alguns autores indicam que o *time-out* atua como recurso funcional na gestão de conflitos intergeracionais e o classificam como uma atitude positiva dos filhos (Portugal, 2013; Segrin; Flora, 2004; Silveira *et al.*, 2005). Assim, os discursos dos jovens apresentaram não apenas o seu uso, mas a adesão por uma orientação responsável e empática pela clarificação de papéis no seio familiar e uma percepção favorável à aceitação da hierarquia de poder direcionada à figura parental em casos de situações conflituosas:

Aí no fogo cruzado, eu tento me manter calado e neutro do meu canto porque, como filho, não devo fazer nada. (Edu).

Eu não retruco, fico mais calada porque eles são meus pais e eu sei que eles reclamam quando eu estou errada mesmo. (Susy).

Essas coisas quando acontecem eu fico na minha porque se eu falar pode resultar em algo pior. Então, evito falar para não piorar a situação no calor do momento. (Analú).

Não sou muito de questionar não. Fico mais calado porque eles sabem a forma certa de educar. (Natan).

Embora as atitudes filiais observadas nos relatos revelem traços importantes de empatia, responsabilidade e compreensão dos papéis familiares e da hierarquia de poder, os discursos dos participantes também evidenciam a presença de interações negativas no contexto familiar. No entanto, essas interações são descritas como eventos pontuais, sem configurar um padrão relacional disfuncional. Segundo os relatos de pais, mães e os(as) filhos(as), os conflitos emergentes são acolhidos com abertura ao diálogo, flexibilidade nas negociações e respeito

mútuo, indicando a existência de um ambiente comunicacional favorável ao enfrentamento das divergências sem que isso comprometa a qualidade dos vínculos estabelecidos entre os membros da família.

Às vezes acontecem aquelas conversas mais duras em que eu sento com ela e digo, venha cá, sente aqui, vamos conversar. Durante a conversa eu falo o que está errado, escuto o que ela tem a dizer. Algumas vezes posso alterar o tom de voz, me exaltar um pouco mais, ameaçar tomar o celular, por exemplo. Mas isso é para mostrar que de alguma forma a gente está no comando dentro de casa (risos). (Sandro).

Meus pais não me batem mais, não. São só de reclamar mesmo. A gente tem muita conversa. A minha mãe briga mais comigo, grita e fala umas coisas exageradas, mas eu já sei que é de boca pra fora, só de raiva mesmo. Já o meu pai é de conversar. Aí a gente senta no sofá e conversa. Eu fico mais calada porque não tenho o que falar. (Susy).

Natan não é um adolescente rebelde. Com ele já funciona conversando mesmo. (Neide).

Nessa perspectiva, as narrativas analisadas indicam um alto potencial de conversação no interior dessas famílias, que optam pela metacomunicação como uma estratégia eficaz para lidar com essas diferenças de forma saudável. Em situações adversas, é possível identificar um esforço consciente para preservar a coesão familiar por meio da valorização da livre expressão dos sentimentos, da escuta ativa e da adequação das opiniões em torno de diferentes temas. Além disso, as famílias demonstram atenção à sequência comunicacional na interação, priorizando a valorização do conteúdo e a satisfação emocional dos seus membros. Esses elementos configuram um funcionamento relacional pautado pela corresponsabilidade e pela reciprocidade nas trocas afetivas e simbólicas.

Quando percebo que algo não vai bem, chamo pra conversar. O que eu posso fazer é orientar, dizer o que não está certo, dar apoio, fazer com que ele se sinta mais seguro. (Normando).

Nós temos a convicção de que as pessoas têm o direito de ir e vir mesmo sendo os nossos filhos. Eles são pessoas diferentes de nós. Então, o nosso papel não é de impor, mas orientar o caminho que eles devem seguir. Nos confrontos nós procuramos mostrar com diálogo e com nossas atitudes que aquele erro não é algo normal pra se fazer, (Andrey)

O meu pai é uma pessoa de se desculpar quando ele percebe que exagerou. Principalmente na hora de dormir ele chega, me beija e pede desculpas. Já a minha mãe, quando a gente discute, ela fica mais na dela e eu fico na minha e depois ela vem do nada e fala que vai fazer alguma coisa que a gente gosta de comer juntas. Acho que os atos de serviço que ela se propõe a fazer são uma forma de pedir desculpas. (Analú)

A análise das atitudes parentais nas famílias participantes evidenciou principalmente a presença da autorreferência como estratégia para a orientação de suas condutas com seus os(as) filhos(as) (Portugal, 2013). A autorreferência é representada pela capacidade dos pais e mães expressarem seus sentimentos com relação às experiências passadas que tiveram enquanto filhos, podendo demonstrar maior disponibilidade para a construção de uma relação mais próxima e mais aberta do que aquela que tiveram com seus pais. Essa postura pode favorecer ao estabelecimento de uma relação mais horizontalizada, na qual a figura parental não se limita ao exercício da autoridade, mas se mostra aberta e disponível ao encontro genuíno com o outro.

Quando eu era adolescente era muito cobrado, então eu quis fazer diferente. Hoje eu acho que sou muito flexível. (Sandro)

Eu apanhei, mas tomava vergonha na cara e não fazia mais. Então, eu fui uma boa filha. Hoje eu tento passar isso pra ela e digo: olhe, minha filha, sua mãe era uma boa filha e não dava trabalho para a mãe. Ela sempre me ouve e não me dá trabalho também. (Suely).

Eu fui criada por pais extremamente sem diálogo. Por isso eu pensei: quando tiver a minha família vai ser diferente. Porém, quando Analú era menor já a corrigi com tapinhas, mas parei porque percebi que isso eu trouxe da minha criação, da pouca leitura do meu pai. Hoje prefiro ter sempre um bom diálogo com Analú.. (Ana).

Não sou uma mãe fofinha, amorzinho, até mesmo pela minha própria história. Minha mãe trabalhava muito e eu precisei morar com a minha avó. Ela não tinha aquela afetividade. E isso passou de geração para geração. Hoje eu não sou uma pessoa amorosa, mas faço carinho no meu filho. (Eva).

Em síntese, a análise das percepções de pais, mães e filhos(as) adolescentes desta pesquisa revelou que as situações de conflito não representam um fator desestruturante da qualidade dos vínculos familiares, mas assumem um papel organizador dessas relações. Sustentados pelas contribuições da Abordagem Sistêmica na perspectiva colaborativa-dialógica e da Teoria da Comunicação, os dados evidenciaram que o conflito pode ser ressignificado como um recurso relacional que promove reorganização afetiva, fortalecimento de vínculos e ampliação para o reconhecimento mútuo por meio do diálogo. Esses achados estão em

consonância com a literatura que compreende a família como um sistema vivo, dinâmico e em constante processo de negociação e adaptação (Walsh, 2005; Falcke; Wagner, 2005).

Nos relatos das famílias estudadas foram observados três eixos interdependentes fundamentais para a manutenção da coesão e da disponibilidade emocional: o diálogo, a afetividade e flexibilidade nas negociações. Apesar da existência de eventos pontuais marcados por uma comunicação paradoxal entre um filho e a figura paterna e de coligações específicas entre mães e os filhos, ficou evidente a prevalência de uma dinâmica familiar caracterizada pela abertura para as negociações, compreensão e valorização mútua, confirmando o potencial dessas famílias para construir narrativas favoráveis compartilhadas sobre si mesmas.

Entretanto, as figuras parentais foram percebidas de modo diferenciado: os pais foram frequentemente associados por seus filhos homens aos estilos comunicacionais mais autoritários e menos disponíveis à negociação, enquanto as mães foram vistas pelos mesmos como mais colaborativas e empáticas. Essa diferenciação ecoa os achados prévios sobre assimetrias de gênero na parentalidade e sua influência na comunicação familiar (Carter; Mcgoldrick, 2011).

Outro aspecto importante entre os achados refere-se à assimetria nas percepções de pais, mães e filhos(as) sobre seus modos de comunicação. Apesar do potencial para a construção de relações mais horizontalizadas, as narrativas revelam que cada membro atribui sentidos diferentes à dinâmica comunicacional, o que confirma o aspecto subjetivo e singular situado na experiência familiar, em consonância com estudos que apontam a diferenças entre percepções parentais e filiais sobre seus modos de comunicar (Schneider; Ramires, 2007).

Além disso, este estudo revelou a observância de atitudes parentais atravessadas pela disponibilidade emocional, proteção e cuidado com o bem-estar familiar, expectativas positivas sobre o futuro dos seus filhos e a autorreferência. As atitudes filiais relatadas mostram que os filhos enfatizam recursos como o *time-out*, a negociação, a empatia e o respeito às hierarquias. Em conjunto, essas atitudes parentais e filiais revelam um campo relacional sustentado por corresponsabilidade e presença afetiva, indicando um sistema familiar com forte potencial de escuta e negociação.

Foi possível constatar ainda que as famílias investigadas apresentam recursos relacionais que lhes permitem transformar as situações conflituosas em oportunidades de crescimento e reorganização. Para essas famílias a utilização da metacomunicação, associada à flexibilidade nas negociações, emerge como estratégias fundamentais para a manutenção dos seus vínculos e da qualidade interacional. Apesar das tensões pontuais pelas assimetrias nas percepções sobre os modos de comunicação entre pais e filhos e nas percepções dos filhos sobre

as figuras paterna e materna, os vínculos estabelecidos entre eles permanecem marcados pelo cuidado mútuo e pela abertura à transformação.

6.3 O PENSAR, O SENTIR E O DIZER SOBRE A PARTILHA DE SITUAÇÕES PROBLEMÁTICAS

Nessa seção serão analisados o pensar, o sentir e o dizer coconstruídos na relação entre pais, mães e os(as) filhos(as) adolescentes acerca da partilha das situações problemáticas experimentados em seus cotidianos e aquelas que dizem respeito às questões que circundam o próprio desenvolvimento adolescente e ou atravessam a fase correspondente do ciclo familiar.

Nesta pesquisa optou-se pela denominação ‘partilha de situações problemáticas’ em substituição à diversificação do termo por Portugal (2013), referindo-se ora à ‘partilha de situações problemáticas’, ora à ‘partilha de problemas’. A escolha se justifica pelo fato de que a expressão ‘partilha de situações problemáticas’ apresenta maior amplitude semântica, considerando não tão somente problemas em sentido estrito, mas também os dilemas próprios dessa fase do desenvolvimento, assim como as preocupações e os desafios cotidianos, bem como circunstâncias específicas que demandam diálogo aberto entre pais, mães e os(as) filhos(as). Dessa forma, o conceito é conservado, mas adquire uma maior abrangência e adequação ao contexto comunicacional analisado, evitando um sentido reducionista ou estritamente negativo.

Portugal (2013) afirma que essa dimensão comunicacional se orienta por meio de duas subcategorias, envolvendo: a) a confiança mútua ou b) a dificuldade em efetivar a partilha. Segundo essa autora, a abertura do adolescente em partilhar seus dilemas está diretamente conectada ao nível de confiança que é sustentado na relação com as figuras parentais. Essa confiança é percebida pelos adolescentes por meio da aceitação incondicional por parte dos genitores, pela disponibilidade emocional, abertura ao diálogo e ausência de julgamentos (Meeus *et al.*, 2005).

Nesse período de construção da identidade, a atuação efetiva dos pais e mães é essencial para o desenvolvimento saudável do jovem. Apesar da transição da fase infantil e da busca por maior autonomia, a família continua sendo um espaço primordial de estabilidade e acolhimento para os adolescentes (Meeus *et al.*, 2005). Por essa razão, torna-se fundamental que o vínculo familiar permaneça ativo e fortalecido.

Embora os adolescentes comecem a buscar maior autonomia, eles ainda não possuem maturidade emocional suficiente para enfrentar sozinhos os desafios da vida. É nesse contexto que a figura parental se destaca como um suporte seguro. Mesmo que o jovem almeje experimentar o mundo ao seu redor, é fundamental que ele saiba que pode retornar e encontrar apoio nos momentos difíceis. Para tanto, os pais devem construir uma relação baseada na empatia, aceitação e confiança, evitando comportamentos como julgamentos, críticas excessivas, rejeição ou tentativas de controle exagerado (Beyers; Goossens, 2008).

Na visão dos pais e mães, a busca por independência pode ser interpretada, equivocadamente, como um alerta de que os(as) filhos(as) não desejam ou precisam mais do suporte parental. No entanto, evidências científicas indicam que um afastamento completo e precoce da figura dos cuidadores pode comprometer o desenvolvimento emocional e social dos adolescentes, dificultando a formação de uma identidade sólida e saudável (Allen; Land, 1999; Beyers; Goossens, 2008; Meeus *et al.*, 2005).

Os pais e as mães deste estudo evidenciaram que estão atentos às transformações físicas, psicológicas, emocionais e comportamentais típicas dessa fase do desenvolvimento. Os relatos de duas adolescentes demonstraram a capacidade dos seus genitores de atuarem preventivamente, reduzindo tensões, inibindo a ocorrência de comportamentos de riscos e os impactos negativos decorrentes, promovendo interações baseadas em confiança, afeto e segurança.

Eles são bem atentos a tudo que eu faço ou que acontece comigo. Até hoje eles se preocupam com o horário de dormir, se eu tomei banho (risos). No meu aniversário marquei pra comer uma pizza com meus amigos e minha mãe foi também porque ela é a responsável por mim. A gente tem isso, eu só saio acompanhada por eles e eu gosto porque me sinto mais confortável. (Susy).

Às vezes eu me questiono se é o certo falar certos assuntos com eles, mas com o tempo eu acabo falando porque confio neles. (Analú).

A literatura mostra que essa atuação fortalece a construção de experiências emocionais positivas e saudáveis, favorecendo a autorregulação emocional por parte dos jovens (Allen; Land, 1999; Smetana *et al.*, 2006). Por isso é urgente que as figuras parentais se mantenham como referências, oferecendo orientação, estabilidade e segurança durante essa fase de tantas mudanças. Pais e mães que conseguem se colocar como interlocutores sensíveis e empáticos favorecem a abertura comunicacional, criando um ambiente em que o filho se sente seguro para expor suas vulnerabilidades e incertezas (Silva; Freire, 2014). Assim, a confiança não se reduz

a uma característica individual, mas se configura como um atributo relacional, construído ao longo da convivência e constantemente reafirmado por meio de práticas comunicativas de escuta e apoio (Walsh, 2005).

Ela não é de sair de casa e quando sai é acompanhada da mãe. Ela não é de ter amizades fora, nem de tá no meio da rua conversando. Procuramos dar um pouco de liberdade, mas com controle. (Sandro).

Já aconteceu dela ficar chateada porque a gente não deixou ir para certos lugares. Mas explicamos que eram festas em locais onde eu e a mãe não frequentaríamos. Depois ela entendeu que não era um ambiente para ela estar. Não é por proibição. É uma questão de conscientização. (Andrey).

Nesse sentido, a subcategoria da confiança referente à dimensão comunicacional sobre partilhas de situações problemáticas apresentada por Portugal (2013) desempenha um papel crucial na relação entre pais, mães e seus(suas) adolescentes, uma vez que é ela que sustenta a abertura dos(as) filhos(as) em compartilhar suas questões com os responsáveis. Assim, a confiança se constrói ao longo do tempo e está diretamente associada à maneira como os pais e mães acolhem e respondem às iniciativas de diálogo, tornando-se um indicador importante da qualidade do vínculo familiar.

A existência dessa confiança mútua permite que os(as) filhos(as) se sintam seguros(as) para revelar pensamentos e sentimentos relativos aos dilemas próprios dessa fase da vida sem constrangimento, julgamento ou repreensão, favorecendo a criação de um espaço de escuta e apoio genuíno. Quando essa confiança mútua está fortalecida, a comunicação ocorre com maior intimidade, contribuindo para o desenvolvimento emocional saudável dos filhos e o fortalecimento do vínculo na relação familiar. Em contrapartida, a ausência dessa confiança pode limitar a partilha, favorecendo ao distanciamento ou a busca por suporte fora do núcleo familiar. Assim, Portugal (2013) destaca que a confiança mútua na relação comunicacional parento-filial não apenas auxilia no enfrentamento conjunto de situações difíceis, como também revela o nível de abertura, empatia e segurança emocional existentes nas interações cotidianas entre pais, mães e os(as) filhos(as).

A subcategoria contrária à confiança encontrada por Portugal (2013) incide na dificuldade na partilha dessas situações por parte dos pais, mães e os(as) filhos(as) que se manifestam de diferentes formas. Aquelas enfrentadas pelos(as) adolescentes podem se relacionar ao receio por repreensões, críticas, represálias, punições, julgamentos, interpretação

equivocada e a previsão de que seus pais e ou suas mães não compreenderão a complexidade dos seus dilemas pessoais.

Considerando a perspectiva dos pais e mães, as dificuldades podem estar associadas a uma postura excessivamente conservadora em proteção aos valores geracionais ou religiosos que sustentam a cultura familiar, a dificuldades em lidar com a própria ansiedade diante das revelações dos(as) filhos(as), tendo em vista que eles não obtiveram abertura com seus próprios pais e, por esse motivo, se sentem despreparados sobre como passar algumas informações para os(as) seus(suas) filhos(as). Há ainda uma limitação dos pais e mães que se refere à tendência de minimizar problemas que consideram pouco relevantes (Costa; Missiatto; Martines, 2021). Esses entraves comunicacionais contribuem para o silenciamento e podem gerar um distanciamento progressivo entre gerações, limitando a possibilidade de construção conjunta de soluções e de fortalecimento dos vínculos afetivos (Gonçalves; Faleiro; Malafaia, 2013).

Portanto, a partilha de situações problemáticas enquanto dimensão importante da comunicação parento-filial pode ser compreendida como um campo tensionado entre confiança e dificuldade. A presença da confiança abre espaço para uma comunicação fluida marcada pela coconstrução de sentidos. Por outro lado, as dificuldades atuam como entraves que limitam a expressão de sentimentos e experiências. Reconhecer essas duas dimensões é fundamental para compreender a qualidade da comunicação parento-filial no ciclo familiar adolescente e suas repercussões no desenvolvimento psicossocial dos jovens (Portugal, 2013).

As situações problemáticas frequentemente partilhadas entre pais, mães e filhos(as) adolescentes, estão mais relacionadas aos aspectos normativos do desenvolvimento nessa etapa da vida e podem ser identificadas em diferentes culturas. Entre as questões que envolvem as experiências adolescentes destacam-se a sexualidade, a amizade, o namoro, o uso de substâncias psicoativas (como álcool e drogas), a participação em festas e eventos sociais, bem como o uso indiscriminado das mídias digitais. Tais situações podem se tornar mais desafiadoras quando estão associadas à transgressão das regras familiares e ou das normas socialmente aceitas, envolvendo comportamentos de risco e suas consequências à segurança e ao futuro dos jovens (Carmona, 2000).

Entre as narrativas dos participantes deste estudo não foram observadas restrições por parte dos(as) jovens em manterem-se disponíveis ao diálogo franco e aberto com as suas mães, porém em alguns relatos essas dificuldades foram percebidas principalmente entre os filhos do sexo masculino com a figura parental paterna conforme descrito nas seções anteriores. Contudo, tanto nos relatos dos(as) filhos(as), quanto nos relatos dos genitores ficou evidente a preferência

pela partilha dessas experiências com a figura parental materna, seja por maior proximidade relacional, seja pelo apelo paterno a favor da sua mediação com os(as) filhos(as).

Sobre alguns assuntos eu peço a mãe que converse. A mãe passa mais tempo com ela e tem um jeito melhor pra falar. (Sandro).

Ele tem abertura para falar comigo. Se não falar é porque não quer. Com alguns temas Edu fica sem saber como vai ser a minha reação por eu ser mais imprevisível. Então, ele recorre mais à mãe para que ela diga como acha que vou reagir. Daí, depois que a mãe dá o retorno, ele vem a mim. (Evandro).

Tem alguns assuntos que não falo com ninguém, nem com os meus amigos. Coisa mais particular, sabe? Mas tem outras coisas que tenho mais proximidade pra falar com a minha mãe. (Natan).

Eu converso mais com a minha mãe obviamente, porque ela é mulher, ela entende mais essas questões de hormônio, dos sentimentos, amizades, relacionamentos, sobre os garotos que eu gosto (risos) sobre tudo. (Susy).

Meus pais sempre me deram muita abertura para falar com eles sobre todas as coisas. Mas eu sinto essa abertura mais com a minha mãe, porque ela convive mais tempo em casa comigo. Mesmo com essa abertura, têm coisas que eu prefiro conversar com meus amigos e até com os meus professores durante as aulas. (Analú).

Eu tenho mais abertura para falar com a minha mãe do que com o meu pai. Em uma escala de um a dez, meu relacionamento com meu pai é cinco. Então, tem coisas que não daria certo conversar. (Edu).

Eu converso muito com ele, tento orientar, mostrar a realidade como é lá fora. Tento orientar pra ter cuidado com amizades na escola, pra ele ter cuidado com as coisas que oferecem. (Neide).

Ela conversa mais comigo. Fala sobre os namorinhos. Mas eu sempre falo pra ela: você pode gostar porque gostar ninguém vai impedir, mas você ainda não tem responsabilidade pra namorar de verdade. (Suely).

Esses relatos estão em consonância com a literatura que aponta serem as mães as principais mediadoras do núcleo familiar com os pais assumindo papéis mais periféricos nas iniciativas de orientações e cuidados com os(as) filhos(as) (Costa; Missiatto; Martines, 2021). Os dados estão alinhados com estudos que evidenciaram a predominância da figura materna como a principal responsável pela mediação das relações familiares, enquanto os pais estão mais propícios a ocupar posições mais adjacentes nas atividades relacionadas ao cuidado e à orientação dos(as) filhos(as). Essa revelação apresenta traços de uma construção cultural historicamente preservada, na qual o papel da mulher esteve vinculado ao cuidado com os filhos e às atividades domésticas, enquanto ao papel dos homens foi associada a responsabilidade pela

provisão e sustento financeiro do lar (Costa, Missiatto; Martines, 2021; Faria; Ponciano, 2018; Savegnago; Arpini, 2016).

Nesse sentido, embora as transformações sociais significativas tenham almejado flexibilizar essa divisão, favorecendo uma maior inserção feminina no mercado de trabalho e ampliando os movimentos que impulsionaram uma atuação mais afetiva e socializadora dos homens na vida familiar, os dados ainda revelam que a carga do cuidado com os atributos domésticos recai predominantemente sobre as mulheres. Dessa forma, é possível apreender que os sentidos dessas coconstruções, para as famílias deste estudo, persistem em manter padrões que reforçam a desigualdade na distribuição das responsabilidades parentais, evidenciando que, mesmo em um contexto de transformações, a função educativa e afetiva ainda é majoritariamente desempenhada pelas mães.

Savegnago e Arpini (2016) destacam ainda que o gênero dos filhos influencia na escolha parental sobre qual figura (paterna ou materna) cabe a responsabilidade de abertura ao diálogo sobre certos temas. Essa evidência também foi observada nos discursos paternos apresentados anteriormente e nos relatos dessas figuras parentais.

Eu falo para o meu marido: converse com seu filho, rapaz! Anatomicamente você tem a mesma estrutura corporal que ele. Então, essas questões que envolvem, masturbação, sexo, site pornô, ele deveria conversar mais. (Eva).

Questões como menstruação, momento certo pra namorar, a educação sexual, a mãe sabe lidar melhor com ela, por ser mulher. (Sandro).

Das questões normativas do desenvolvimento adolescente ficaram evidentes as dificuldades de pais, mães e os(as) filhos(as) nas expressões de suas percepções acerca do tema da sexualidade. Estudos apontam que pais e mães sentem dificuldades com a temática pela ausência de orientação e de informações adequadas por parte dos seus pais durante suas adolescências, conforme mencionado na introdução desta seção (Costa; Missiatto; Martines, 2021; Faria; Ponciano, 2018; Gonçalves; Faleiro; Malafaia, 2013).

Segundo Gonçalves, Faleiro e Malafaia (2013) essa ausência representa uma das principais barreiras para o estabelecimento do diálogo entre pais, mães e os(as) filhos(as). Essa restrição dialógica pode estar associada a uma experiência de juventude atravessada pela omissão relacionada ao tema, sustentada por meio dos tabus alimentados pelas antigas gerações. Neste estudo, alguns pais usaram a autorreferência para tratarem do assunto com os(as) seus (suas) filhos(as).

Não gosto de fazer disso um tabu como foi na minha época. Mas sou direto: sabe qual é a consequência de se fazer sexo? Ter um filho. Se você vacilar vai acontecer como aconteceu comigo e com sua mãe. Até hoje pago as consequências em parar de estudar pra ter que trabalhar cedo. É isso que você quer? Você está precisando se concentrar nos estudos e pronto. (Evandro).

Me sinto desconfortável em tratar desses assuntos porque na minha adolescência quando vim ter essas informações já foi bem mais tarde, com colegas da escola. Não foi como eu gostaria que tivesse sido. (Suely)

Eu fui muito reprimida, por isso não é tão fácil pra mim lidar com esse assunto. Eu sempre digo a ela: minha filha, eu não sou de ficar proibindo porque eu fui muito proibida. Mas o fruto disso é que eu também tenho as minhas dificuldades. (Ana).

No que concerne ao tema sobre a sexualidade na comunicação parento filial, a confiança é determinante para que o(a) adolescente sinta-se aberto(a) para partilhar com seus pais e ou mães as suas dúvidas, incertezas, percepções, sentimentos variados e vivências cotidianas. Quando essa interação comunicativa favorece a abertura sem julgamentos e com acolhimento incondicional, os pais e ou mães tornam-se referências de orientação segura, ajudando a mediar informações pertinentes e os valores geracionais que, muitas vezes, são inegociáveis para aquele núcleo familiar.

Entretanto, a dificuldade na partilha pode existir pelo receio de críticas moralizantes ou da reatividade emocional decorrente das ansiedades parentais, levando o adolescente a recorrer ao suporte dos pares, em fontes pouco confiáveis, escola e às mídias sociais. Essa adolescente destacou certa dificuldade da genitora ao saber que a escola estava ensinando sobre questões relativas ao sexo em ciências biológicas.

Uma vez ela decidiu falar sobre essa questão de sexo comigo. Ela começou a conversa perguntando se eu sabia o que era isso. Quando respondi que foi assunto de ciências na escola, ela censurou dizendo que esse assunto cabia aos pais, mas a conversa encerrou aí. Nunca mais a gente falou sobre isso (risos). [Analú].

Costa, Missiato e Martines (2021) destacam que o livre acesso às informações expostas nas mídias sociais tem se tornado um condicionante negativo para a abertura dialógica entre pais, mães e filho (as) especialmente sobre o tema da sexualidade. Primeiro, pela limitação parental em lidar com a temática pelos fatores já mencionados. Segundo, pelo tempo dispensado ao uso do celular e das interações virtuais experimentadas pelos(as) adolescentes, levando-os(as) às informações de forma imediata, autônoma e muitas vezes, anônima. Essas interações

virtuais conduzem à restrição de um espaço para o diálogo e a transmissão de valores no ambiente familiar real.

Essa situação pode fortalecer uma dinâmica de retroalimentação em que os pais deixam de propiciar oportunidades de diálogos abertos sobre o tema por considerarem que os(as) filhos(as) já estão informados(as). Por outro lado, os(as) adolescentes, desprovidos de uma orientação segura dentro do contexto familiar, submetem suas dúvidas e incertezas majoritariamente às informações oriundas dos conteúdos digitais. Em decorrência disso é possível que ocorra uma ampliação do distanciamento entre pais, mães e os(as) filhos(as), enfraquecendo ainda mais a possibilidade de conversas abertas e construtivas sobre sexualidade (Costa; Missiatto; Martines, 2021; Silva; Campos; Santos, 2012).

No entanto, nos relatos das famílias participantes deste estudo foram perceptíveis as preocupações dos genitores quanto aos acessos aos conteúdos das mídias sociais, às influências negativas por meio de amizades na escola, às saídas de casa com amigos, às ofertas de substâncias em locais frequentados pelos(as) jovens. Nos discursos não foram economizadas demonstrações de proteção, cuidado por meio de orientações sucessivas e vigilâncias constantes:

Meus pais sempre me orientam a observar o local que frequento, observar as pessoas que vão estar lá. Eu nunca tive proibição, mas a gente sempre conversou sobre festas, horários, cuidados que tenho que ter com bebidas. Alertam sobre não deixar meu copo na mão de ninguém, por exemplo. (Analú)

Eu vigio mesmo. Olho o que tem dentro da mochila quando chega da escola, pego o celular dele pra ver os sites que consultou, investigo quem são os colegas mais próximos, principalmente por ser escola pública. Olho tudo mesmo. (Eva).

Então, eu sempre digo a ela que não dá pra sair todo final de semana, ela precisa escolher qual a festa quer ir. O pai não gosta que durma na casa de ninguém porque ele quer ir buscar pra ver como foi que ela saiu da festa. Se ela bebeu, se não bebeu. (Ana).

As dificuldades que esses pais enfrentam ao lidar com as diversidades de temas que dizem respeito às vivências dos(as) adolescentes, em especial com as questões sobre a sexualidade dos(as) seus(suas) filhos(as), podem não está associadas apenas à ausência de diálogo com seus pais e mães em suas adolescências, mas é possível que se relacionem também com o desconhecimento acerca da complexidade e da abrangência que essa temática envolve (Costa; Missiatto; Martines, 2021).

Segundo Costa *et al.* (2014), a sexualidade é habitualmente percebida numa perspectiva conservadora e tradicional, limitada às orientações sobre o uso de preservativos, prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, riscos de gravidez precoce e a definição de uma idade considerada adequada pelos pais e ou mães para o início da vida sexual. Essa visão restrita, herdada de gerações passadas, limita as reflexões sobre o tema a um acervo de informações biomédicas e normativas, que, apesar de relevantes, não configuram toda a complexidade da sexualidade humana.

Segundo Costa, Missiatto e Martines (2021), essas orientações referem-se aos chamados aspectos visíveis da sexualidade, aqueles mais aceitos socialmente, ainda assim, na maioria das vezes, evitados pelos pais em suas interações comunicativas com os(as) filhos(as). Os autores destacam que os outros aspectos da sexualidade não visibilizados pela sociedade como o prazer, o desejo e as identidades sexuais não binárias são geralmente marginalizados, seja por desconhecimento, seja resistência.

De fato, a educação experimentada pela maioria desses pais não os habilitou a lidar com a pluralidade nas expressões sexuais e afetivas presentes na sociedade contemporânea, tornando um impeditivo para a construção de um espaço de diálogo aberto, acolhedor e livre de preconceitos no contexto familiar. A comunicação parento filial sobre a partilha de situações que envolvem a sexualidade permanece restrita às orientações informativas ou até marcada por silêncios, contribuindo para a perpetuação de uma educação sexual insuficiente e desatualizada, o que leva os(as) filhos(as) a buscar essas informações em fontes externas, como em mídias sociais, amigos ou na escola (Gullamo-Ramos; Bourls, 2009).

Um estudo conduzido por Nery *et al.* (2015) revelou que, apesar de avanços significativos nos modos como pais, mães e filhos(as) se comunicam, essas interações ainda apresentam lacunas importantes. A pesquisa aponta que as condições socioeconômicas da família, os aspectos culturais, os valores geracionais e religiosos exercem grande influência sobre esse processo comunicativo, incidindo tanto na qualidade dos diálogos, quanto na transmissão de experiências. Esses aspectos também contribuem para a continuidade de padrões parentais ao longo das gerações, já que os ensinamentos transmitidos nas relações familiares tendem a ser reproduzidos pelas gerações vindouras em suas futuras práticas parentais.

Costa, Missiatto e Martines (2021) apontam que há uma propensão das famílias em proteger os valores culturais que foram transmitidos ao longo das gerações. Nesta pesquisa foi observada essa inclinação por meio de algumas expressões. Esses discursos evidenciam o anseio das figuras parentais em manter uma permanência dos valores intergeracionais sem que esses sofram alterações significativas:

Eu procurei ensinar sobre tudo a ela antes que a escola ou a internet viesse trazer essas informações de forma distorcida. (Suely)

Eu digo sempre pra ela antes de sair pra uma festinha: lembre quem você é e de onde você vem. (Ana).

A partir dessas manifestações é possível compreender que os genitores se sentem mais seguros quando assumem o protagonismo nesse tipo de orientação aos(as) filhos(as), pois reconhecem esse momento não apenas como uma prática educativa, mas como uma garantia de proteger a continuidade da cultura familiar. Esse protagonismo parental reforça a função da educação doméstica como principal via de transmissão de valores que asseguram a permanência da identidade do sistema familiar frente às transformações sociais.

Nas narrativas das famílias participantes deste estudo, a conservação dos valores culturais e religiosos configurou o desempenho de uma função que ultrapassa a sustentação da identidade familiar e da coesão nas relações entre pais, mães e filhos(as). Essa proteção simbólica foi relacionada adicionalmente aos efeitos positivos na qualidade das interações familiares, colaborando para a prevenção de comportamentos considerados de risco e oportunizando um desenvolvimento mais equilibrado e saudável para os jovens.

Quando eu comecei a sair de casa, os meus pais me ensinaram a tomar cuidado e lembrar da minha verdade, dos ensinamentos que eles me passaram. Por mais que eu esteja crescendo e deseje estar em ambientes diferentes, eu não posso esquecer quem eu sou e as coisas que aprendi com eles. (Analú).

Susy passou por muitos questionamentos acerca da sua sexualidade, sofria com baixa autoestima. Daí a gente começou a ir juntas pra igreja e ela começou a mudar, ficar mais segura e satisfeita com sua aparência. (Suely).

.Analú foi criada em um lar cristão e desde cedo ela também professa uma fé em Cristo. Compartilhamos valores diferentes das coisas que o mundo oferece. Então, ela mesmo entende o que é certo ou errado, escolhe amizades saudáveis e evita lugares ruins. (Andrey).

As coconstruções simbólicas promovidas pelo cultivo das práticas religiosas nas dinâmicas relacionais dessas famílias estão em consonância com a literatura ao evidenciar que a aderência ao movimento religioso tem se constituído como uma oportunidade de formação de uma rede de apoio social e de suporte afetivo, possibilitando transformações efetivas nos subsistemas conjugal e filial com repercussões no subsistema parental, especialmente pelo

fortalecimento dos vínculos familiares (Assis; Prece; Avanci, 2006; Becker; Maestri; Bobato, 2015; Weber *et al.*, 2008).

Assis, Pesce e Avanci (2006) ressaltam que as práticas religiosas, expressas por meio de ritos, das orações e do contato com o Sagrado, funcionam como fator protetivo para o desenvolvimento individual, refletindo positivamente na qualidade das relações familiares. De acordo com os autores, a experiência da religiosidade pode colaborar para o fortalecimento da autoestima, o aperfeiçoamento do autocontrole e a transformações nos traços temperamentais, possibilitando comportamentos mais afetuosas e flexíveis. Além disso, essas práticas são promotoras do respeito mútuo, do suporte emocional em momentos difíceis e reforçadora de valores fundamentais como o amor, a empatia, a confiança nas pessoas e o sentimento de pertencimento, gerando impactos significativos na convivência familiar e social.

Em síntese, o pensar, o sentir e o dizer presentes nas narrativas sobre a partilha de situações problemáticas entre pais, mães e filhos(as) adolescentes, na perspectiva da Abordagem Sistêmica Colaborativa e Dialógica, revelaram que a confiança mútua é o elemento primordial que sustenta a abertura ao diálogo, possibilitando que os jovens comuniquem seus dilemas sem receio de julgamento ou repreensão. Quando essa confiança é alimentada pelo respeito mútuo, o ambiente familiar torna-se um espaço dialógico seguro, favorecendo o desenvolvimento emocional dos adolescentes. Em contrapartida, a ausência de confiança gera dificuldades no compartilhamento desses dilemas, ampliando o distanciamento entre pais, mães e filhos(as) e promovendo a busca de suporte fora do núcleo familiar (Gullamo-Ramos; Bourls, 2009).

Os relatos dos participantes confirmaram que a figura materna continua a assumir o papel principal na mediação das interações comunicativas, sendo a referência central para os(as) filhos(as) em situações problemáticas características desta fase da vida, especialmente aquelas associadas à sexualidade, relacionamentos e emoções. Nessas famílias, o envolvimento paterno, apesar de existente, comparece de forma mais limitada ou mediada pela figura materna, reproduzindo padrões culturais e históricos que direcionam o cuidado com a casa e com os(as) filhos(as) às mulheres. Esses dados revelam a continuidade de desigualdades na divisão das responsabilidades parentais, ainda que transformações sociais tenham se voltado para ampliar o envolvimento paterno no cuidado e na socialização dos(as) filhos(as).

Outro resultado relevante deste estudo diz respeito às dificuldades dos pais, mães e filhos(as) com as questões referentes ao trato da sexualidade. Muitos pais e mães admitiram limitações dialógicas sobre esse tema em virtude da ausência de orientações dispensadas em suas próprias adolescências e pela existência dos tabus geracionais. Dessa forma, mesmo

preocupados com as consultas dos(as) filhos(as) às redes sociais, aos colegas de escola e professores, a conversa entre pais, mães e filhos(as) demonstrou limitações, se restringindo aos alertas sobre os riscos biomédicos e ou ações de intervenção, como: o uso de preservativos como medida protetiva contra gravidez precoce ou doenças sexualmente transmissíveis, sem considerar a complexidade que envolve a sexualidade enquanto dimensão identitária, afetiva e relacional. Essas limitações das informações relevantes sobre o tema, abre precedente para que os adolescentes recorram às fontes externas.

No entanto, o estudo demonstrou que os valores culturais e religiosos cultivados pelas famílias têm incidido positivamente na qualidade das interações desses pais, mães e filhos(as). Apesar das crenças e valores herdados nesses casos também funcionarem como uma barreira para uma compreensão mais ampla e inclusiva acerca da sexualidade foi possível observar que esses mesmos elementos culturais e religiosos têm desempenhado um papel estruturante nas práticas educativas dessas famílias.

Nesse sentido, pais, mães e filhos(as) demonstraram que essas referências geracionais são compartilhadas, fortalecendo os vínculos afetivos, reforçando um sentimento de identidade coletiva e de pertencimento ao grupo familiar. Esse alinhamento de valores contribui para a coesão e continuidade de tradições que são vistas como fundamentais para a estabilidade dessas relações e também funcionam como ponto de conexão entre as duas gerações, ressaltando que o desafio não está em romper com essas crenças, mas em ampliar sua interpretação especialmente sobre questões que envolvem a complexidade da existência humana.

Além disso, neste estudo, a preservação desses valores também esteve associada à prevenção de comportamentos considerados de risco. As práticas religiosas, em especial, foram identificadas como fator protetivo, reforçando autoestima, autocontrole, suporte emocional, fortalecimento dos vínculos e maior envolvimento parental. Assim, apesar da dimensão da comunicação parento filial sobre a partilha de situações problemáticas se configurar como um espaço tensionado entre confiança e dificuldade, ela também se revelou um campo favorável para a manifestação das potencialidades relacionais entre pais, mães e adolescentes por meio da busca do equilíbrio entre mudanças e continuidades no percurso do desenvolvimento desses jovens.

6.4 O PENSAR, O SENTIR E O DIZER SOBRE OS ESTILOS PARENTAIS E AS PRÁTICAS EDUCATIVAS EXPERIMENTADAS NO COTIDIANO DA FAMÍLIA: REGRAS E LIMITES

Nessa seção, o pensar, o sentir e o dizer coconstruídos a partir das interações comunicativas entre pais, mães e filhos(as) adolescentes estão associados à dimensão referente às regras e limites vivenciados na comunicação parento filial, identificada por Portugal (2013) em seu estudo. Segundo a autora, essa dimensão integra outras subcategorias nomeadamente descritas como: a) Advertência; b) Negociação; c) Acordo parental.

Portugal (2013) aponta a advertência como a principal estratégia de orientação parental motivada pela preocupação dos genitores diante dos possíveis riscos envolvidos nas experiências vividas pelos adolescentes. Nesse contexto, a autora atribui à advertência uma ação norteadora para a determinação das regras e limites justificados pela função protetiva referente ao cuidado parental.

A negociação emergiu nos estudos de Portugal (2013) como outra subcategoria importante, exercendo uma função mediadora dos impasses e conflitos, especialmente nessa fase do ciclo de vida familiar e se consolidando como um elemento essencial para a qualidade da comunicação parento filial. Por fim, a autora destaca o papel primordial do acordo parental na dimensão comunicativa envolvendo as regras e limites, frente às estratégias educativas utilizadas. Segundo a autora, o acordo parental diz respeito ao esforço do casal em manter o alinhamento e consenso na tomada de decisões relacionadas às orientações e práticas educativas.

A dimensão denominada por Portugal (2013) como ‘regras e limites’ pode ser mais bem compreendida à luz do conceito de regulação parental, conforme proposto por Corrêa *et al.* (2022). A regulação parental não se limita à prescrição de condutas reguladoras das regras e dos limites. Ela envolve a forma com a qual o casal parental percebe, organiza e comunica seus modos de interação e seus acordos sobre as estratégias educativas (Corrêa *et al.*, 2022; Lawrenz *et al.*, 2020).

Este construto amplia a discussão sobre os estilos parentais e sobre o acordo parental, ou por práticas educativas indutivas, atravessadas pela orientação e negociação ou coercitivas marcadas pelo uso de punições negativas e imposições das regras e limites pretendidos (Hoffman, 1975, 1994). Nesse sentido, ao se adotar o conceito regulação parental, amplia-se o campo semântico da categoria analítica, contribuindo para uma compreensão mais complexa

das interações parento-filiais (Corrêa *et al.*, 2022; Darling; Steinberg, 1993; Maccoby; Martin, 1983).

Os estilos parentais decorrentes dessa regulação e da organização parental foram investigados por Baumrind (1971) e posteriormente ampliados por Maccoby e Martin (1983) por meio da análise de duas dimensões: a) exigência, ou seja, pelos níveis de controle dos comportamentos filiais no estabelecimento das regras e dos limites e b) responsividade, referindo-se à disponibilidade e envolvimento para o suporte emocional na relação com seus(suas) filhos(as). Segundo os autores a combinação dessas duas dimensões resulta nos seguintes estilos parentais: a) autoritativo indicando altos níveis de exigência e responsividade; b) autoritário revelando alto nível de exigência e baixa responsividade; c) indulgente sugerindo alto nível de responsividade e baixa exigência; e d) negligente sinalizando baixos níveis em ambas as dimensões.

Os discursos dos pais e mães deste estudo mostraram coerência com o estilo parental autoritativo, favorável ao diálogo, respeito mútuo e confiança. Segundo Looze *et al.* (2018) esse estilo parental pode ser promotor de proteção contra os desvios comuns em comportamentos dos jovens. Assim, foi observado por meio das narrativas que a regulação e organização destes genitores operam como fator de proteção contra comportamentos de risco que poderiam envolver a adolescência dos(as) seus(suas))filhos(as), permeadas pela orientação/ advertência, negociação, engajamento, disponibilidade, supervisão.

Eu procuro conversar com ele, mostrando que as coisas precisam de uma certa ordem. A escolha é da pessoa se ela quer viver em um ambiente de paz ou de caos. (Evandro).

Aqui em casa as regras são claras. Todos têm responsabilidades e eles cumprem. Edu sabe que eu sustento o que falo, não porque dou dura, mas porque quero que ele aprenda o que é certo ou errado. E ele entende e aceita. (Eva).

Não somos de bater. Eu prefiro sempre conversar com ela e mostrar o que está errado. Ela já está na adolescência, não existe mais isso de dar uns tapinhas como a gente faz com criança. Quando você bate em um adolescente está incentivando-o a ser violento. (Suely).

Desde quando Analú era pequena construímos regras, conversando e ensinando nossas crenças e valores. Então, ela já cresceu sabendo o que pode e o que não pode. Aqui em casa não precisamos fazer imposições, punições, porque nunca houve motivos para isso. (Ana).

De fato, esses achados estão em consonância com descrição de Prativa e Deeba (2019) que qualificam os pais autoritativos como encorajadores da liberdade e da autonomia dos seus(suas) filhos(as). Possuem padrão de comportamento baseado do respeito à individualidade, com abertura ao diálogo. Exercem o controle equilibrado, monitoramento, engajamento com as atividades cotidianas, explicando aos jovens o porquê das atitudes de supervisão constante. São claros em relação às suas expectativas e quanto ao cumprimento das regras e limites. São adeptos das negociações e não costumam punir com privações rígidas, conforme a declaração desses pais.

Eu sempre converso com ele. Nos momentos mais difíceis tento mostrar o que não está certo. Às vezes sou mais firme, mas não sou de bater, castigar ou dar punição porque um pai não pode tratar um filho desse jeito. (Normando).

Eu não imponho regras porque prefiro lidar com responsabilidades. Não vejo que as coisas precisam ser tratadas de forma hierárquica, verticalizada. Os filhos não precisam bater continência aos pais. Prefiro conscientizar que todos ali tem que ter responsabilidades. (Evandro).

É válido ressaltar que Baumrind (1967) sustentou a ideia dos estilos parentais como um conjunto de atitudes modeladas pelos valores, crenças dos pais diante dos temperamentos e comportamentos dos(as) filhos(as), o que qualifica a relação entre eles. Neste estudo observou-se que, apesar dos pais e das mães investigados(as) demonstrarem convergência quanto às práticas educativas adotadas nas interações comunicativas disciplinares com os(as) seus(suas)filhos(as), tais escolhas parecem ser moduladas pela forma como os(as) jovens as recebem e interpretam. Por sua vez, as narrativas dos(as) adolescentes evidenciaram conformidade com as estratégias parentais, sugerindo que essa aceitação possa ser reforçadora para a sustentação de um estilo comunicativo mais dialógico e flexível por parte dos genitores.

Sob a ótica da Abordagem Sistêmica, essa dinâmica permite supor a existência de uma relação de circularidade, na qual a responsividade dos filhos frente às exigências dos genitores, favorecida por aspectos ligados aos temperamentos mais adaptativos às regras e limites, retroalimenta a percepção parental de eficácia sobre as suas escolhas disciplinares e abre espaço para práticas mais democráticas. De modo correspondente, os adolescentes procuram colaborar favoravelmente na construção e no cumprimento dos acordos estabelecidos em família ao identificarem esse ambiente de maior abertura e negociação.

Em todas as famílias existem regras. Aqui em casa temos também. Já crescemos sabendo desses limites, então a gente não ultrapassa. Quando a minha mãe acha que estou saindo demais, por exemplo, ela sugere que eu dê uma parada, foque em outras coisas. Aí eu entendo, realmente, que eu preciso dar uma descansada. (Analú).

Às vezes eles me pedem pra fazer algo, mas eu tenho certa facilidade de esquecer as coisas. Não é porque não quero fazer, mas é porque fico deixando pra depois. Então, eles reclamam porque não fiz na hora. E eu entendo eles. (Neto).

Meus pais são muito abertos para a gente negociar as coisas, mas acho também que é pelo fato de que nunca fiz nada contrário ao que eles me orientam. Então, eles procuram me entender também. (Susy).

Aqui em casa as punições são raras porque eu não faço tantas coisas assim que outros adolescentes teriam prazer em fazer, tipo sair de noite e chegar tarde, beber... essas coisas. (Edu).

A literatura ainda aponta para outras duas dimensões importantes para o estabelecimento de padrões de comunicação familiar e qualificação dos seus modos de interação e funcionamento: a) Orientação para a conversação e; b) Orientação para a conformidade. Koerner e Fitzpatrick (2002) demonstraram que a orientação para a conversação e o suporte parental são dimensões essenciais para a formação da identidade dos jovens, para a socialização com pares e com futuros relacionamentos, incidindo sobre a responsividade parental. Por outro lado, os autores destacam que a forma como as figuras parentais manejam a conformidade está correlacionada com a formação da autoestima e da autonomia dos jovens, revelando o nível de exigência parental reivindicado.

A partir da combinação dessas duas dimensões comunicacionais, orientação para a conversação e orientação para a conformidade apontada pela literatura (Koerner; Fitzpatrick, 2002), foi observado um predomínio da tipologia familiar consensual entre os grupos participantes deste estudo. Segundo Koerner e Fitzpatrick (2002), as famílias consensuais são qualificadas pela alta orientação para a conversação e conformidade, simultaneamente.

Essa constatação ocorreu pelas narrativas dos pais, mães e filhos(as) que revelaram práticas parentais mantenedoras de uma comunicação aberta, permeadas por orientações, supervisões, disponibilidade emocional, mas ao mesmo tempo preservando a ideia da hierarquia e da autoridade parentais nas tomadas de decisões, no esclarecimento das expectativas pelo cumprimento das regras e limites socializados e negociados por meio das interações entre eles.

Por sua vez, os(as) filhos(as) participantes deste estudo, assim como na descrição sobre as atitudes dos(as) filhos(as) de famílias consensuais (Koerner; Fitzpatrick, 2002), costumam

preservar os valores e as crenças dos seus pais e perceber de forma bastante positiva as conversas em família. Nesse sentido o pensar, o sentir e o dizer tensionam entre o desejo por autonomia e independência e a preservação da hierarquia parental e dos vínculos estabelecidos pela via comunicativa.

Quando penso no modelo dos meus pais, vejo meu pai como um monarca e a minha mãe como um parlamento (risos). Ele coloca a minha mãe pra negociar, mas pensam igual e no final dá tudo certo. (Edu).

Minha mãe é mais de tomar atitude, de explicar o que pode e o que não pode. Ela conversa muito comigo. Mas não sou de descumprir as regras. Então, não há necessidade de castigos, nem punições. (Natan).

Um dado relevante identificado neste estudo refere-se à utilização da autorreferência por pais e mães como recurso para justificar as práticas educativas adotadas nas interações familiares. A autorreferência foi recorrente tanto nas narrativas que abordavam as atitudes parentais nas situações de conflitos, quanto naquelas que tratavam da partilha de situações problemáticas, demonstrando que a memória das próprias experiências de interação familiar exerce influência direta sobre as escolhas pelas estratégias educativas atuais. Nesse sentido, a autorreferência desempenha um papel regulador das práticas parentais, orientando o que os genitores consideram adequado ou inadequado, tendo como referência os modos de comunicação que vivenciaram com suas famílias de origem durante a adolescência (Portugal, 2013).

Quando eu tinha 12 anos tomei uma surra por chegar tarde em casa. Mas eu não estava fazendo nada demais. Estava em um curso de crochê. Me senti tão agredida e pensei nunca vou fazer isso com uma filha minha. (Suely).

Eu sempre converso muito com ela. Não gosto de ficar proibindo, porque sempre fui muito proibida. (Ana).

Analú não apanha. Eu adotei essa regra de não disciplinar batendo porque na minha infância eu apanhei muito. (Andrey).

Não acho certo a repreensão a respeito de nada. Na minha adolescência cheguei a dormir na rua com uns colegas por não cumprir uma ordem de meu pai. Por causa de uma repreensão, eu sei o risco que corri dormindo na rua. (Evandro).

Eu acho que algumas coisas boas da educação que meus pais me deram, eu mantive com os meus filhos. Não tem como você desvincular de tudo. A questão da autoridade dos pais, por exemplo, acho necessário. (Sandro).

Os dados evidenciaram que a espiritualidade dos genitores e as crenças vinculadas às tradições religiosas também emergiram como elementos reguladores parentais, norteando as escolhas das práticas educativas. Esse repertório composto por experiências simbólicas que proporcionam sentido e coerência à existência, se estabelece como uma herança intergeracional, transmitida de maneira implícita ou explícita aos(as) filhos(as) (Celestino; Bucher-Maluschke, 2015). Estes (as) podem internalizar os valores extraídos dessas experiências como parte constitutiva de seus modos de ser e conviver em família.

Existem regras que não há o que negociar. Assuntos como sexo e drogas deixamos bem claro os limites do que é certo e errado. Não aceitamos certas atitudes, porque somos cristãos evangélicos. Acreditamos que o sexo é uma prática para depois do casamento, por exemplo. (Andrey).

Eu acho que por ter nascido em um lar cristão, Analú já entende o que aceitamos ou não. (Ana).

A regra lá de casa é a Palavra de Deus. Ela é o nosso norte sobre a educação de Susy. A partir dela ensinamos tudo o que podemos ou não fazer. Ela vai pra igreja comigo. Quando converso com ela sobre alguma coisa que acho errado, ela concorda dizendo: 'eu sei mãe, a senhora sabe que não sou de fazer essas coisas' e eu acredito nela. (Suely).

Desde a minha infância eu cresci em um lar cristão. Meu pai era muito severo e exigia muita responsabilidade da gente. De certa forma, eu acabo transferindo isso pra educação dela. Graças a Deus, Susy não é uma menina rebelde e compreende o que passamos pra ela. (Sandro).

Nesse sentido, ainda que se perceba tensões, divergências ou resistências próprias do processo de desenvolvimento e construção da autonomia, observou-se que os jovens demonstraram aceitação, respeito e responsividade pelos ensinamentos transmitidos por seus genitores, revelando a força dessas transmissões parentais na conformação de suas identidades e manutenção dos seus vínculos familiares.

Às vezes, a opinião deles é contrária à minha, mas eles são abertos pra negociar. Mas tem coisas que jamais aceitariam que eu fizesse, tipo, dormir com namorado, essas coisas de adolescentes. Eu sei porque somos evangélicos e eu não faço isso porque sei que não é o certo. (Susy).

Tem coisas que meus pais não gostam de usar como disciplina, principalmente por questões religiosas. Eles não gostam de usar do poder que têm sobre os filhos pra humilhar, bater ou usar palavras que poderiam ofender a gente. (Analú).

Durante as entrevistas dois relatos se destacaram por indicarem a tensão entre a resistência materna apoiada em crenças e valores oriundos de suas experiências e a forma como os jovens costumam reconhecer a naturalização das questões relacionadas à sexualidade na contemporaneidade. Em particular, essas duas mães utilizaram argumentos de cunho religioso como estratégia de proteção, justificando sua posição contrária à naturalização da homoafetividade. Essas resistências expõem um distanciamento geracional, em que pais e mães interpretam essa condição de existência de forma distinta daquela que seus(suas) filhos(as) vivenciam em suas interações sociais externas. Apesar dessa diferença geracional atravessada pelas experiências distintas, observou-se que os jovens mostraram compreensão e certa conformidade às posições maternas, sinalizando a complexidade das negociações familiares relacionadas com esse tema.

Tive algumas divergências com ela sobre a questão da homoafetividade. Ela tem amigos homoafetivos, mas eu alerto sempre que devemos respeitar o ser humano, pois todos merecemos respeito, mas não precisamos achar tudo normal. Deus fez o homem e a mulher e pra mim isso é um princípio inegociável. Mas acho que ela entendeu o nosso ponto de vista. No fundo ela sabe que não está certo. (Ana).

Quando ela tinha 13 anos veio me dizer que achava que ela era lésbica e que estava gostando de uma menina. Aí foi de estremecer! Eu falei que não aceitava, que isso não entrava na minha cabeça e que era influência das amizades da escola. Após um período, a gente estava voltando da igreja, ela começou a dizer que estava enganada, que Deus não aprova isso, que ela acha que foi confusão da cabeça porque na escola as colegas estavam “pegando umas às outras” e que ela teve curiosidade. Ela ainda disse que Deus tinha feito ela mulher e isso vai ser sempre o certo. (Suely).

Embora as famílias participantes deste estudo tenham revelado uma tendência a organizar e regular suas práticas educativas a partir de estratégias indutivas, favoráveis o desenvolvimento emocional e psicológico dos(as) adolescentes, em alguns relatos ficou evidente a ocorrência de estratégias coercitivas moduladas, sobretudo, por meio de ameaças e privações. Entretanto, não foram identificadas punições físicas ou severas nas relações nessa fase do ciclo de vida familiar, o que sugere uma transição para práticas indutivas, mais dialogadas e menos coercitivas e punitivas, mesmo apresentando estratégias pontuais ressaltadas por ameaças e privações leves.

Ela só desobedece quando o assunto é o bendito celular. É uma luta! Antes, determinamos um tempo para o uso, mas ela nunca conseguia cumprir. Então, quando percebemos que está muito fora de limite, tomamos o celular mesmo. (Suely).

É difícil Analú não obedecer às regras, porque são simples. Quando ela era menor, a maior dificuldade era manter a paz com o irmão. Eles tanto traquinavam, quanto brigavam. Já cheguei a colocar os dois de castigo juntos abraçados (risos). Hoje, já usei de tomar o celular, de não deixar sair por alguma malcriação. Quando precisa, faço essas coisas (risos). (Ana).

Não sou de bater. Edu tem uma natureza mansa. Mas de vez em quando ocorre uns castigos, principalmente a retirada do celular. (Eva).

O problema lá de casa é o uso abusivo do celular. Já ameacei muito tirar de vez. Mas volta e meia tenho que dar limites a ela, dizendo: 'hoje o celular vai dormir com a sua mãe'. Não ameaço mais, vou lá e faço. (Sandro).

Nas poucas vezes que discordamos, dei limites a ela colocando de castigo, proibindo de ir pra alguma festa com as amigas. Ela fez birras, coisas de adolescente mesmo, mas entendeu direitinho que não podia ter agido daquela forma. (Andrey).

Em síntese, a análise das percepções de pais, mães e filhos(as) sobre as práticas educativas no cotidiano familiar evidenciou que a dimensão denominada por Portugal (2013) como “regras e limites” pode ser mais bem compreendida a partir do conceito de regulação parental (Corrêa *et al.*, 2022), que amplia a discussão para além da prescrição de condutas, abarcando também a forma como o casal parental organiza, negocia e comunica suas estratégias educativas.

Os resultados mostraram coerência com o estilo parental autoritativo, marcado pelo diálogo, pela confiança e pelo respeito mútuo, ainda que permeado por tensões relacionadas às interpretações juvenis. As narrativas dos(as) adolescentes revelaram aceitação e conformidade com as estratégias parentais, sugerindo um movimento de circularidade no qual a responsividade dos filhos reforça a sustentação de práticas comunicativas mais abertas e flexíveis.

Também foi identificado um predomínio da tipologia familiar consensual (Koerner; Fitzpatrick, 2002), caracterizada pela valorização simultânea da conversação e da conformidade. Assim, embora as famílias mantenham práticas pautadas pela abertura ao diálogo, supervisão e disponibilidade emocional, permanece a preservação da hierarquia parental e da autoridade nas tomadas de decisão. Os relatos mostraram ainda que a autorreferência dos pais atua como recurso regulador na justificativa das práticas educativas, transmitindo valores simbólicos de caráter intergeracional, muitas vezes vinculados à

espiritualidade e às crenças religiosas, que os jovens internalizam como parte constitutiva de seus modos de ser em família.

Apesar das divergências geracionais, como no caso da resistência de duas mães em relação à naturalização da homoafetividade, os(as) filhos(as) demonstraram respeito, compreensão e conformidade às posições parentais, evidenciando a complexidade das negociações familiares em torno desses temas. Por fim, embora tenham surgido relatos de estratégias coercitivas moduladas, baseadas em ameaças e privações, não foram observadas punições físicas ou severas, o que sugere um processo de transição para práticas educativas predominantemente indutivas, mais dialogadas e menos punitivas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta tese pretendeu identificar a coconstrução dos sentidos e significados atribuídos aos processos comunicacionais estabelecidos na dinâmica relacional entre pais, mães e filhos(as) adolescentes. De maneira articulada objetivou também conhecer as interações familiares a partir das narrativas que revelam as trocas afetivas entre seus membros; descrever as percepções de pais, mães e filhos(as) quanto às atitudes parentais e filiais diante de situações de conflito, bem como identificar os sentimentos mobilizados na partilha de experiências problemáticas e explorar como as práticas educativas são percebidas pelos membros da família.

Esses objetivos foram contemplados por meio da escuta e análise das narrativas, que se configuraram como o ponto de partida e, ao mesmo tempo, a força propulsora das trilhas interpretativas que orientaram esta pesquisa. A partir delas, foi possível acessar o modo como os participantes pensam, sentem e significam as dimensões da comunicação parento-filial, tomando como referência o arcabouço teórico proposto por Portugal (2013), ao mesmo tempo em que se reconheceu a necessidade de adaptá-lo às especificidades sociais, histórico-culturais e relacionais que atravessam as famílias participantes em seus contextos.

Com base nas narrativas analisadas é possível concluir que as trocas afetivas entre pais, mães e filhos(as) adolescentes se manifestam de forma dinâmica e diferenciada, acompanhando as transformações do ciclo vital familiar. As expressões dessas trocas afetivas não se limitam às manifestações verbais explícitas, embora em alguns casos elas estejam presentes, nem apenas às demonstrações físicas por meio de beijos e abraços, mas se estendem aos gestos cotidianos, contato visual, tons de voz, envolvimento emocional, escuta atenta e disponibilidade comunicacional.

Tais ações cotidianas se configuram um repertório revelador da importância dessas interações como portadoras de sentido e significados nessas relações familiares. Ficou evidente, por exemplo que, mesmo diante das mudanças nas trocas afetivas na transição da infância para a adolescência, os pais e as mães deste estudo demonstram estratégias adaptativas para manter o vínculo com seus(suas) adolescentes, reforçando a continuidade da presença afetiva.

As falas dos participantes revelam que o diálogo aberto e transparente é um dos principais canais de manutenção da proximidade emocional. Foi percebido que os pais e mães que se posicionam como figuras disponíveis à escuta sensível às experiências dos(as) filhos(as), favorecem o fortalecimento da confiança mútua e a construção de vínculos baseados no

reconhecimento recíproco. A escuta ativa, a validação das emoções e o respeito às singularidades dos(as) filho(a) emergem como pilares da afetividade nessa fase da vida, especialmente em contextos em que a autoridade parental é exercida de forma ética, flexível e responsiva. Os participantes deste estudo destacaram a importância de pequenas ações para a manutenção do vínculo afetivo, como oferecer apoio nos momentos difíceis, demonstrar afeto através do toque, das brincadeiras ou do simples "eu te amo" diário, perguntar 'como foi o dia', entre outras.

Além disso, os participantes enfatizaram o papel do suporte emocional oferecido especialmente pelas mães nas rotinas cotidianas, bem como o valor das expressões não verbais de afeto, como o olhar atento, o tom de voz acolhedor, o toque afetuoso e os gestos espontâneos de cuidado. Essas demonstrações reforçam o entendimento de que o afeto, na adolescência, se sustenta menos em declarações explícitas e mais em práticas relacionais contínuas e significativas, que transmitem segurança, reconhecimento e pertencimento. Ainda que as formas de expressão se transformem com o amadurecimento, a qualidade das interações permanece como fator central na construção de vínculos afetivos saudáveis.

Em contrapartida, as diferenças nas formas de demonstração de afeto entre mães e pais também se destacaram nas narrativas, indicando um processo assimétrico influenciado por padrões culturais e históricos de gênero. Enquanto as mães são frequentemente percebidas como mais presentes emocionalmente, os pais, apesar de envolvidos e afetuosos, ainda enfrentam desafios para estabelecer um canal de comunicação mais aberto e íntimo com seus filhos, especialmente do sexo masculino. Essa constatação aponta para a necessidade de ampliar os modelos de paternidade, de modo que os homens se sintam mais autorizados e preparados a exercerem também a função de mediadores afetivos.

Dessa forma, ao conhecer as interações entre pais, mães e filhos(as) por meio das narrativas sobre as trocas afetivas, foi possível compreender que a afetividade na adolescência é construída nas ações cotidianas por meio das interações estabelecidas e está fortemente vinculada às práticas comunicacionais que reconhecem o outro em sua subjetividade. A qualidade dessas interações pode atuar tanto como fator de proteção, quanto como elemento de vulnerabilidade, a depender da forma como os vínculos são mantidos ou negligenciados. A adolescência, portanto, exige um novo repertório de trocas afetivas entre pais, mães e filhos(as), sustentado pela escuta ativa e sensível, presença simbólica, respeito mútuo e disposição comunicacional de forma contínua. Esses achados contribuem para ampliar a compreensão sobre os modos de ser e se relacionar no contexto das famílias contemporâneas e podem

subsidiar práticas de cuidado mais éticas e sensíveis à singularidade das experiências parento-filiais.

Essa positividade nas percepções sobre seus modos de comunicar suas trocas afetivas foi extensiva também às atitudes parentais e filiais diante de situações de conflito. As análises realizadas mostraram que os conflitos familiares funcionam como oportunidades de reorganização e crescimento, não denotando ameaças à estabilidade do sistema. As percepções de pais, mães e filhos(as) revelaram que as situações de tensão são favoráveis para a redefinição de papéis, ajustamento de fronteiras e aumento da compreensão mútua. A abordagem Sistêmica Colaborativa-dialógica demonstrou adequação para explicar como esses encontros, na maioria das vezes atravessados pelas divergências entre as opiniões, se transformam em espaços dialógicos, abertos para a negociação e construção de novos significados e modos de convivência.

Um aspecto muito importante nesse estudo é o destaque para o reconhecimento da afetividade como um recurso facilitador na mediação dos conflitos nessas relações. Foi observado que tanto os pais quanto as mães demonstraram empenho em manter a coesão do grupo familiar, ainda que de maneira distinta. Essas demonstrações favorecem a formação do senso de pertencimento e oferece uma sensação de segurança, percebidos pelos(as) filhos(as) mesmo diante de situações conflituosas. Por sua vez, os adolescentes mostraram reconhecer e valorizar os gestos de cuidado e proteção dos genitores, associando-os ao sentimento de acolhimento que sustenta a qualidade da comunicação familiar.

No entanto, a comunicação paradoxal foi identificada no relato de um jovem em relação à figura parental paterna, revelando discrepâncias entre discurso e comportamento e a fragilização da confiança nessa interação. Esse achado confirma a importância da congruência comunicacional, conforme destacam os estudos clássicos da Teoria da Comunicação Humana (Watzlawick; Beavin; Jackson, 1973), uma vez que a consistência entre mensagem verbal e não verbal é fundamental para a evitação de ruídos e paradoxalidades na comunicação entre pais e filhos(as), podendo incidir na validação das experiências subjetivas dos adolescentes.

Foi constatada a manutenção da figura materna associada aos comportamentos mais empáticos e sensíveis relacionados aos momentos de tensões. Os pais apareceram, em algumas narrativas, como mais rígidos ou indiferentes, ainda que ocasionalmente afetivos. Essa diferenciação na percepção das figuras parentais pode estar refletindo reproduções culturais relacionadas ao exercício da paternidade, sustentando a figura materna no papel de principal mediadora emocional em situações de conflitos. Apesar disso, os relatos também indicaram

esforços dos pais em utilizar práticas baseadas no diálogo, ainda que marcadas por maior reatividade emocional.

A análise das narrativas revelou a presença do *time-out* como uma estratégia filial de autorregulação utilizada pelos(as) adolescentes para evitar escaladas conflituosas na relação com os genitores. Essa atitude filial demonstra responsividade no reconhecimento dos próprios limites emocionais, confirmando que os jovens não apenas estão receptivos às orientações parentais, mas atentos aos recursos próprios para a sustentação da qualidade dessas interações. Esse achado fortalece a importância da corresponsabilidade nas relações por meio da qual pais, mães e filhos(as) interagem mutuamente com o compromisso de manter a coesão familiar.

Por outro lado, a autorreferência foi utilizada como uma estratégia parental de regulação e organização sobre as escolhas das ações mediadoras dos conflitos. A atitude parental expressa por meio da autorreferência se constitui como um resgate das memórias sobre as experiências vividas na família de origem, possibilitando tanto a transmissão de valores e significados intergeracionais, garantindo a sua continuidade, quanto a reflexividade dos genitores sobre as práticas consideradas inadequadas dos seus próprios pais, de modo a evitar sua reprodução na relação com os(as) filhos(as). Essa postura favorece relações mais horizontalizadas, nas quais a autoridade parental se articula ao reconhecimento da singularidade dos(as) filhos(as), possibilitando um encontro menos tenso entre as gerações.

Além da autorreferência e do *time out*, destacadas respectivamente como atitudes parentais e filiais favoráveis à manutenção dos vínculos, observou-se que a metacomunicação (Watzlawick; Beavin; Jackson, 1973), também desempenhou papel relevante atuando um recurso eficaz para promover a adequação das fronteiras relacionais. Essa abertura comunicacional dessas famílias vem contribuindo para a liberdade de expressão das opiniões e sentimentos compartilhados, para a clarificação de papéis e conteúdos, esclarecimento das expectativas recíprocas e para a melhoria do clima familiar.

Nesse sentido, as percepções de pais, mães e adolescentes revelam uma convivência em um ambiente comunicacional marcado pela abertura ao diálogo, pela afetividade e pela flexibilidade mesmo em situações de conflito. Apesar de tensões pontuais, os vínculos dessas famílias não se mostraram fragilizados, mas fortalecidos pelas possibilidades de negociação. A coconstrução de um espaço dialógico, mediado pela escuta ativa e pelo respeito mútuo, ofereceu as condições necessárias para que o conflito desempenhasse um papel organizador no sistema, favorecendo tanto às mudanças próprias do desenvolvimento dos(as) adolescentes quanto a adaptação às transformações no ciclo vital familiar.

A análise referente às narrativas sobre a partilha de situações problemáticas entre pais, mães e filhos(as) adolescentes revelou dificuldades dos genitores em tratar sobre assuntos considerados delicados, relacionados à sexualidade com seus(suas) filhos(as). Os discursos mostraram que essa dificuldade pode se relacionar com a falta de orientação adequada oferecida pelas suas figuras parentais em suas próprias adolescências. A omissão das conversas ou a sua limitação aos alertas biomédicos revelam que há lacunas significativas que persistem nessa comunicação intergeracional e podem contribuir para o distanciamento dos(as) filhos(as) ou à busca pelas informações em pares, em espaços fora da família ou mídias sociais.

O impacto da busca dos(as) jovens pelas mídias digitais têm sido destacado na literatura como negativo, especialmente por competir com a comunicação direta entre pais, mães e filhos(as). Se por um lado essas plataformas oferecem acesso imediato à informação, por outro, acabam inibindo a formação de um espaço dialógico no ambiente familiar. Os pais relataram sentimento de insegurança diante da facilidade de acesso e da ampla oferta de conteúdos potencialmente distorcidos, o que reforça a urgência de estratégias preventivas para lidar com essa realidade.

Foi possível constatar que os jovens participantes deste estudo percebem o ambiente familiar favorável para uma escuta acolhedora em boa parte dos assuntos que envolvem aspectos dos seus desenvolvimentos. Esse acolhimento contribui para que eles se sintam seguros para expressão das suas demandas e vulnerabilidades. A abertura comunicacional cumpre um papel essencial de indicador da qualidade das relações estabelecidas no núcleo familiar. Dessa forma, os(as) adolescentes revelaram sentir-se mais confortáveis em recorrer às mães sobre temas variados, tanto pela disponibilidade emocional que elas dispensam aos(as) filhos(as), quanto pela proximidade relacional percebida em seus cotidianos. Esse dado corrobora com a literatura a qual aponta a centralidade da figura materna como mediadora dos processos comunicativos dentro da família.

Por outro lado, mesmo reconhecendo os pais como cuidadores e protetivos, as narrativas também revelaram tensões e limites dos jovens do sexo masculino em partilhar determinados assuntos com a figura parental paterna, seja pelo receio à reatividade emocional, seja por julgarem haver pouca disponibilidade comunicativa. Essa assimetria confirma que há dificuldade dos jovens do sexo masculino em partilhar aspectos das suas vivências com a figura paterna e que a confiança não está distribuída igualmente entre as figuras parentais. Mais uma vez, essa dificuldade reforça os padrões culturais que atribuem às mães a maior responsabilidade pela mediação dessas partilhas.

Outro dado importante deste estudo foi a dupla função desempenhada pela sustentação dos valores culturais e religiosos na construção da confiança ou dificuldade na partilha das situações problemáticas. Se de um lado podem funcionar como aparatos impeditivos para o diálogo aberto sobre temas complexos como a diversidade sexual, por exemplo, por outro, aparecem como recursos de proteção simbólica, reforçando sentimentos de pertencimento, identidade e continuidades. Essa ambivalência mostra que essas transmissões intergeracionais tanto podem estabelecer conexões seguras e modelar positivamente as práticas comunicativas familiares, como podem promover dificuldades e distanciamentos.

Entretanto, os relatos apontaram que, quando as práticas religiosas familiares são vividas de forma compartilhada, podem contribuir com pais, mães e filhos(as) para a regulação das emoções e para o reforço de comportamentos considerados protetivos. A oração, a fé, a conexão com o sagrado e a participação em atividades religiosas surgiram como estratégias norteadoras para orientação dos(as) filhos(as), enfrentamento de dificuldades, gerando sentimentos de pertencimento e reforçando vínculos. Esses elementos demonstram a espiritualidade como fator de proteção contra comportamentos considerados de risco e como recurso positivo para lidar com situações de vulnerabilidade familiar. Portanto, pode-se afirmar que a dinâmica observada nas famílias participantes reflete tanto permanências culturais, como as transmissões de valores e crenças religiosas, quanto movimentos de mudança, representados pelo esforço de pais e mães em acompanhar as transformações sociais que atravessam a adolescência.

Em um modo geral, as narrativas acerca dos sentimentos gerados entre os membros da família com relação à partilha de situações problemáticas, demonstraram uma construção conjunta de sentidos sobre como enfrentar os desafios do desenvolvimento nessa fase do ciclo vital. Assim, foram identificados sentimentos de confiança, empatia, respeito, compreensão mútua na partilha dos dilemas cotidianos, favoráveis à redução dos comportamentos de risco dos(as) adolescentes e melhorias na qualidade dos vínculos familiares. Contudo, as dificuldades no trato de certos temas revelam a necessidade de ampliar espaços de diálogo que contemplem a complexidade da vida adolescente.

A análise das percepções de pais, mães e filhos(as) acerca das práticas educativas cotidianas demonstrou que as regras e limites estabelecidos assumem uma função reguladora das interações e expressam tanto as atitudes de proteção dos genitores, quanto o modo como os(as) adolescentes acolhem, interpretam e respondem a essas orientações. Tal perspectiva se articula ao conceito de regulação parental proposto por Corrêa *et al.* (2022) e Lawrenz *et al.* (2020), que permite compreender essa dimensão comunicativa de modo mais abrangente, não

se restringindo à imposição de normas e limites, mas realçando os processos de interação e de organização que norteiam os estilos parentais e as escolhas das práticas educativas.

Os discursos dos participantes apontaram a advertência, destacada por Portugal (2013), como estratégia recorrente, especialmente pela função protetiva atribuída ao cuidado parental. No entanto, a advertência em formato de orientação não se apresentou de forma isolada durante as narrativas, mas articulada com as dinâmicas de negociação e acordo parental. Essas subcategorias comunicacionais ressaltadas pelas figuras parentais, revelaram um esforço para a manutenção da autoridade e uma aposta em estratégias mais dialógicas, democráticas e flexíveis. Essa combinação promovida por níveis altos de exigência e responsividade simultaneamente aproxima-se da concepção de estilos parentais autoritativos caracterizados por Baumrind (1971) e Maccoby e Martin (1983).

Do ponto de vista dos(as) adolescentes, os dados sugerem que o diálogo, a flexibilização das negociações e a clareza das expectativas parentais colaboram com o acolhimento, a aceitação e responsividade dos(as) filhos(as) no cumprimento das regras. Apesar da presença de divergências pontuais, observou-se uma disposição filial para respeitar as decisões familiares, indicando que a comunicação marcada pela confiança e explicações claras se configura como fator de proteção, conforme defendem Steinberg e Morris (2001) e Looze *et al.* (2018). Essa responsividade mútua revela a circularidade das relações, por meio da qual a receptividade dos filhos reforça a legitimidade das práticas parentais e vice-versa, favorecendo a retroalimentação dos modos comunicativos mais abertos e horizontalizados.

Outro achado significativo deste estudo refere-se ao reconhecimento da tipologia familiar consensual como prevalente nessas famílias, segundo as características apontadas pelos padrões de interação propostos por Koerner e Fitzpatrick (2002), que integram simultaneamente a orientação para a conversação e a conformidade. As famílias investigadas demonstraram alta orientação para a conversação, ao mesmo tempo em que exigiam conformidade dos(as) seus(suas) filhos(as), reafirmando a valorização da hierarquia parental. Essa ambivalência corrobora por um equilíbrio entre autonomia dos jovens e manutenção da autoridade dos genitores, resultando em um espaço relacional que combina abertura dialógica com responsabilidade.

Assim como nas narrativas referentes aos sentimentos gerados na partilha de situações problemáticas, a autorreferência também apareceu nos discursos dos genitores sobre suas percepções a respeito das escolhas por determinadas estratégias educativas. Nesse sentido, ao recorrerem às próprias histórias nas convivências passadas com a suas famílias de origem, os genitores utilizaram a autorreferência para a transmissão de valores intergeracionais com o

intuito de legitimizar suas práticas. A análise desses discursos constatou que autorreferência desempenha uma função reguladora que oferece direção aos genitores sobre o que eles percebem como adequado ou inadequado a partir das experiências herdadas, de modo a repetir práticas vistas como positivas e evitar aquelas percebidas como negativas. O papel regulador da autorreferência confirma os achados de Baumrind (1991), segundo os quais estilos e práticas parentais são modulados pelos valores culturais e pelas crenças das figuras parentais.

De forma análoga, observou-se que a espiritualidade dos genitores, associados ou não à instituição religiosa, emergiram como moderadores das escolhas parentais também. Os relatos mostraram que os valores simbólicos e as tradições religiosas atuam como suportes de proteção e coesão familiar, sendo assimilados pelos filhos como parte constitutiva de sua identidade. Esse achado corrobora com Celestino e Bucher-Maluschke (2015), os quais ressaltam a transmissão intergeracional de significados como um recurso de continuidade e pertencimento. Apesar da observância de algumas tensões nas interações entre mães e filhas(as), especialmente relacionadas ao tema da sexualidade, envolvendo assimetrias nas percepções sobre a homoafetividade, as filhas revelaram aceitação e respeito, indicando a complexidade dessas relações.

As práticas educativas apresentaram predominância de estratégias indutivas favoráveis à qualidade das interações. Porém, os dados também revelaram a persistência de algumas ações coercitivas por meio de ameaças e privações leves, especialmente relacionadas ao controle do uso das tecnologias. Ainda assim, não foram identificadas punições físicas e ou severas, o que sugere uma transição da preferência por práticas mais dialógicas e menos punitivas, em concordância com estudos de Pinquart (2017) e Prativa e Deeba (2019). Esse achado revela que os genitores estão buscando por estratégias mais construtivas e positivas mesmo diante de tantos desafios contemporâneos.

Nesse contexto, a análise das percepções dos participantes sobre as escolhas das práticas educativas revelou uma orientação parental aos estilos autoritativos, promotores de espaços dialógicos, favoráveis à constante negociação. Portanto, a adoção de práticas indutivas pelos genitores mostrou a busca pelo equilíbrio entre o exercício da autoridade e a responsividade, embora atravessadas por valores culturais, crenças religiosas, experiências intergeracionais e demandas sociais contemporâneas. Essa dinâmica confirma que a educação parental, quando sustentada pelos modos de comunicação saudáveis, positivos e abertos ao diálogo, contribui para o fortalecimento dos vínculos e para a construção de interações familiares mais adaptativas e protetivas.

Embora os resultados desta pesquisa tenham sido de grande relevância para a identificação das coconstruções de sentido atribuídos aos modos de comunicação entre pais, mães e filhos(as) adolescentes, é necessário reconhecer algumas limitações que restringiram o alcance de suas conclusões. Assim sendo, é possível considerar que o número reduzido de participantes conteve a diversidade de experiências analisadas, impedindo a contemplação da pluralidade nas conjunturas familiares e as particularidades dos seus modos de se comunicar.

No que se refere aos procedimentos metodológicos, a adoção exclusiva das entrevistas narrativas como instrumento de coleta de dados e a ausência de observação *in loco* das interações no momento em que elas ocorriam, reduziu a observância dos outros aspectos verbais e não verbais das linguagens cotidianas, das sequências de pontuações nas conversações, dos conteúdos e das relações estabelecidos por essas interações, das demonstrações das hierarquias de poder, das presenças de coligações e alianças e das demarcações de fronteiras entre os subsistemas.

Ademais, o recorte social das famílias participantes não se estendeu aos diferentes estratos de classe, limitando a análise sobre os atravessamentos socioeconômicos à identificação dos sentidos coconstruídos sobre os modos de comunicação e à qualidade das interações. Adicionalmente, a impossibilidade de um acompanhamento longitudinal dessas famílias e a demarcação da coleta centrada em apenas uma região, compromete a identificação de mudanças ao longo do tempo e a aplicabilidade em outros contextos socioculturais.

Ressaltadas as limitações deste estudo, sugere-se a sua replicação por meio de pesquisas futuras que ampliem o escopo das análises, diversificando a amostra e os diferentes arranjos familiares, de modo a englobar sua pluralidade na sociedade contemporânea. Do ponto de vista metodológico, recomenda-se novas estratégias que complementem a entrevista narrativa, como observação participante, análise de interações em tempo real e a utilização dos recursos audiovisuais. Tais diretrizes possibilitariam a observação e o registro de maneira mais detalhada com a captura dos aspectos verbais e não verbais da comunicação. Pesquisas que articulem métodos qualitativos e quantitativos também poderiam oferecer uma compreensão mais profunda a respeito da dinâmica das relações parento-filiais, ampliando a validade dos dados.

Outra recomendação promissora seria o investimento em estudos comparativos entre famílias com diferentes estratos sociais e contextos socioculturais, com o propósito de identificar em que medida as condições socioeconômicas incidem nos modos de comunicação parento-filial, nos estilos e nas práticas educativas parentais, no funcionamento e na qualidade das interações. Somada a essa proposta, indica-se a realização de estudos longitudinais para

uma melhor compreensão sobre como os sentidos atribuídos à comunicação parento-filial se transformam ao longo do tempo, acompanhando as mudanças no ciclo vital familiar.

Considerando os eixos analíticos, ressalta-se a importância de investimento em pesquisas futuras que abordem de forma mais detalhada a comunicação parento-filial em situações de conflitos envoltos por temas sensíveis às relações nessa fase do ciclo familiar como sexualidade, diversidade de gênero e o uso de tecnologias digitais, os quais podem intensificar os paradoxos comunicacionais entre pais, mães e filhos(as). Tais pesquisas poderiam ampliar a discussão sobre atitudes parentais e filiais favoráveis à qualidade das interações em momentos de tensão, articuladas aos indicadores de saúde mental e emocional familiar, conforme observado neste estudo com o uso da autorreferência pelos genitores e do *time out* pelos(as) filhos(as).

Propõe-se ainda investigações sobre como os adolescentes percebem e interpretam a afetividade paterna, considerando os fatores associados às normas culturais e experiências familiares que podem estar influenciando essa percepção. Essa proposta inclui a necessidade em promover a reflexividade crítica sobre esses padrões culturais de masculinidade construídos historicamente que direcionam os homens ao distanciamento emocional e à rigidez afetiva. Romper com esses tabus, especialmente no que se refere às trocas emocionais entre pais e filhos adolescentes, é essencial para o estabelecimento de relações mais acolhedoras, empáticas e saudáveis.

Por fim, a valorização das narrativas como expressões singulares, revelou-se essencial para a compreensão das múltiplas vozes que atravessam o cotidiano de cada família e permitiu escutar sensivelmente os modos de pensar, sentir e dizer dos participantes, fazendo uma convocação à ética que envolve essas relações. Tal escuta não apenas viabilizou a identificação das coconstruções de sentidos e significados atribuídos aos modos de comunicação, mas evidenciou o seu potencial como a principal via interativa no fortalecimento dos vínculos familiares, contribuindo para o bem-estar emocional e psicológico dos indivíduos e para a manutenção de relações mais saudáveis, coesas e duradouras.

REFERÊNCIAS

- ABAID, J.; DELL'AGLIO, D.; KOLLER. Preditores de sintomas depressivos em crianças e adolescentes institucionalizados. **Univ. Psicol.**, Bogotá, v. 9, n. 1, p. 199-212, jan 2008. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1657-92672010000100016&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 04 ago 2024.
- ACQUAVIVA, N. L.; SOARES, A. M.; BELMONTE, A. P. K. Cecchin & Boscolo 2003: experiência de um grupo de brasileiros em Milão. **Pensando Fam.**, ano 5, n. 5, nov., novo p. 113-120, 2003. Disponível em: <https://domusterapia.com.br/wp-content/uploads/2019/12/PF5CecchinBoscolo2003Nira.pdf>. Acesso em: 28 set 2024.
- AGGARWAL, S.; BERK, M. Evolution of adolescent mental health in a rapidly changing socioeconomic environment: a review of mental health studies in adolescents in India over last 10 years. **Asian journal of psychiatry**, v.13, p.3-12, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.ajp.2014.11.007>. Acesso em: 23 out 2024.
- ALLEN, J. P.; LAND, D. Attachment in adolescence. *In*: CASSIDY, J.; SHAVER P. R., (Eds). **Handbook of attachment theory and research**. New York: Guilford Press, 1999, p. 319-331.
- ALVES, M. T. G.; SOARES, J. F. Medidas de nível socioeconômico em pesquisas sociais: uma aplicação aos dados de uma pesquisa educacional. **Opinião Pública**, v. 15, n. 1, p. 1-30, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-62762009000100001>. Acesso em: 05 nov 2024.
- ALVES, Y. C.; BECKER, A. P. S. Prática esportiva e relacionamento familiar: uma revisão da literatura. **Pensando Fam.**, Porto Alegre, v. 25, n. 2, p. 3147, dez., 2021. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci>. Acesso em: 20 mai. 2025.
- AMBRA, P. **O que é um homem?** Psicanálise e história da masculinidade no Ocidente. 2. ed. São Paulo: Zagodoni, 2021.
- ANDERSEN, T. Conversation with Per Jensen: Crossroads. *In*: H. Anderson & P. Jensen (Eds.). **Innovations in the Reflecting Process**. London: Karnac Books, p.158-174, 2007a.
- ANDERSEN, T. Human Participating: human “being” is the step for human “becoming” in the next step. *In*: H. Anderson & D. Gehart (Eds.). **Collaborative Therapy: Relationships and Conversations That Make a Difference**, London: Routledge, p. 81-94, 2007b.
- ANDERSEN, T. **Processos reflexivos**. 2. ed. ampliada, Rio de Janeiro: Noos, 2002.
- ANDERSEN, T. **Reflecting processes; Acts of informing and forming**: You can borrow my eyes, but you must not take them away from me!. *In*: FRIEDMAN, S. (Ed.). **The Reflecting Team in Action: Collaborative practice in family therapy**. New York: Guilford Press, 1995, p. 11-35.

ANDERSEN, T. Reflexões sobre a reflexão com as famílias. *In*: MCNAMEE, S.; GERGEN, K. J. (Orgs.). **A terapia como construção social**. Porto Alegre: Artmed, 2004, p. 69-85.

ANDERSEN, T. **The reflecting team: Dialogues and dialogues about the dialogues**. New York: W. W. Norton & Company, 1991.

ANDERSON, H. **Conversação, linguagem e possibilidades: um enfoque pós-moderno da terapia**. São Paulo: Roca, 2009.

ANDERSON, H. The heart and spirit of Collaborative Therapy: the philosophical stance - a way of being” in relationship and conversation. *In*: H. ANDERSON & H. GEHART (Eds.). **Collaborative Therapy: relationships and conversations that make a difference**, London: Routledge, 2007, p. 43-59.

ANDERSON, H.; GOOLISHIAN, H. Human systems as linguistic systems: preliminary and evolving ideas about the implications for clinical theory. **Family Process**, v.27, n.4, p.371-393, dez 1988. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1545-5300.1988.00371.x>. Acesso em: 01 mai 2025

ANDERSON, H.E; GOOLISHIAN, H. The client is the expert: a not-knowing approach to therapy. *In*: MCCNAMEE, S.; GERGEN, K. (Orgs.). **Therapy as social construction**. London: Sage Publications, 1992, p. 25-39.

ANJOS-SANTOS, L. M.; GAMERO, R.; GIMENEZ, T. N. Letramentos digitais, interdisciplinaridade e aprendizagem de língua inglesa por alunos do ensino médio. **Trab. Linguíst. Aplic.**, v. 53, n. 1, p. 79-102, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-18132014000100005>. Acesso em: 06 out 2025

AQUINO, J. R. de; NASCIMENTO, C. A. do. Heterogeneidade e dinâmicas das fontes de ocupação e renda das famílias rurais nos estados do Nordeste brasileiro. **Revista Grifos**, [S. l.], v. 29, n. 50, p. 126-141, 2020. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/grifos/article/view/5417>. Acesso em: 24 ago 2024

ARIAS, V. S.; PYNANUNT-CARTER, N. M. **Family, culture and communication**. Oxford Research Encyclopedia, Aug., 2017.

ARRIAGADA, I. Nuevas familias para um nuevo siglo?. **Paidéia** (Ribeirão Preto), v. 10, n. 18, jan. 2000. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-863X2000000100003>. Acesso em: 14 mai 2024.

ASSIS, S. G.; PESCE, R. P.; AVANCI, J. Q. **Resiliência: enfatizando a proteção dos adolescentes**. Porto Alegre: Artmed. 2006.

AVANCI, J. Q. *et al.* Fatores associados aos problemas de saúde mental em adolescentes. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v.23, n.3, p.287-294. 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-37722007000300007>. Acesso em: 17 ago 2024.

BACAL, M. E. A., MAGALHÃES, A. S., FÉRES-CARNEIRO, T. Transmissão geracional da profissão na família: Repetição e diferenciação. **Psico**, [S. l.], v. 45, n. 4, p. 454–462, 2014. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/revistapsico/article/view/15344>. Acesso em: 25 jun 2024.

BALTES, P.; SMITH, J. New frontiers in the future of aging: From successful aging of the young old to the dilemmas of the fourth age. **Gerontology**, v. 49, n. 2, p. 123-135, 2003. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/12574672/>. Acesso em: 15 mai 2024.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BARNES, L. H.; OLSON, D. H. Parent-adolescent communication and the circumplex model. **Child Development**, v. 56, n. 2, p. 438-447, 1985. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/1129732>. Acesso em: 23 jan 2024.

BARRETO, M. J.; RABELO, A. A. A família e o papel desafiador dos pais de adolescentes na contemporaneidade. **Pensando família**, Porto Alegre, v.19, n.2, 2015. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2015000200004&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 25 jul 2024.

BASTOS, E. R. Atualidade do pensamento social brasileiro. **Sociedade e Estado**, v. 26, n.2, p. 51-70, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-69922011000200004> . Acesso em: 20 jan 2024.

BASTOS, L.L.B.; DESSEN, M. A. Diferentes arranjos familiares na perspectiva de pré-adolescentes. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v.40, p. 1-9, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102.3772e40306.en>. Acesso em: 15 ago 2024.

BATESON, G. *Steps to an Ecology of Mind*. New York: Ballantine Books, 1972.

BATISTA, J. B. *et al.* Terapia narrativa de reautoria. In: LEAL, I. (coord.). **Psicoterapias**. Lisboa: Editora Pactor, 2018, p. 186-202.

BAUMRIND, D. Child care practices anteceding three patterns of preschool behavior. **Genetic Psychology Monographs**, v.75, n.1, p. 43-88, 1967. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/6032134/>. Acesso em: 15 mar 2024.

BAUMRIND, D. Current patterns of parental authority. **Developmental Psychology Monograph**, v.4, n.1, part 2, p.1-103, 1971. Disponível em: <https://doi.org/10.1037/h0030372>. Acesso em: 01 ago 2024.

BAUMRIND, D. Parental disciplinary patterns and social competence in children. **Youth & Society**, v.9, n.3, p.239-267, 1978. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0044118X78009003>. Acesso em: 16 jul 2024.

BAUMRIND, D. The influence of parenting style on adolescent competence and substance use. **The Journal of Early Adolescence**, v. 11, n. 1, p. 56-95, 1991. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1177/0272431691111004>>. Acesso em: 20 jan. 2025.

BAXTER, L. A.; BRAITHWAITE, D. O. Social dialectics: The contradictions of relating.. *In: WHALEY, B; SAMTER, W. (eds.). Contemporary communication theories and exemplars.* Mahwah, NJ: Erlbaum, p. 275-292, 2006.

BAXTER, L. A.; CLARK, C. L. Perceptions of family communication patterns and the enactment of family rituals. **Western Journal of Communication**, v. 60 n.3, p. 254–268, 1996. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/10570319609374546> . Acesso em 25 jan. 2025.

BAXTER, L.; MONTGOMERY, B. **Relating dialogues and dialectics.** Nova York-NY: The Guilford Press, 1996.

BECKER, A. P. S.; MAESTRI, T. P.; BOBATO, S. T. Impacto da religiosidade na relação entre pais e filhos adolescentes. **Arquivos brasileiros de psicologia**, v. 67, n. 1, p. 84-98, 2015. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672015000100007&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 28 jul 2025.

BERTALANFFY, L. Von. **General System Theory: Foundations, development, applications.** New York: George Brazillier, 295 p, 1969.

BERTALANFFY, L. Von. **Teoria Geral dos Sistemas.** 6 ed., Petrópolis, Vozes, 2012.

BERTAUX, D. **Narrativas de vida.** A pesquisa e seus métodos. São Paulo: Paulus/EDUFRN, 168p, 2010.

BEYERS, W.; GOOSSENS, L. Dynamics of perceived parenting and identity formation in late adolescence. **Journal of adolescence**, v.31, n.2, p.165-184. 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.adolescence.2007.04.003>. Acesso em: 03 ago 2025.

BIASOLI-ALVES, Z. M. M. Famílias brasileiras do século XX: Os valores e as práticas da educação da criança. **Temas psicol**, Ribeirão Preto, v. 5, n. 3, p. 33-49, dez. 1997. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X1997000300005&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 10 set 2024

BILAC, E. D. Família: algumas inquietações. *In: CARVALHO, M. C. B. (Org.). A família contemporânea em debate*, São Paulo: EDUC, Editora da PUC-SP e Cortez Editora, p. 29-38, 2000.

BOECHAT, I. T.; CABRAL, H. L. T. B.; SOUZA, C. H. M. A comunicação na família caracterizada pela pseudomutualidade e pelo duplo vínculo. **Revista Transformar**, n. 7, p. 227-238, 2015. Disponível em: <https://fsj.edu.br/ransformar/index.php/transformar/article/view>. Acesso em: 20 mai. 2025.

BÖING, M. E.; CREPALDI, A.; MORÉ, C. L. O. O. A epistemologia sistêmica como substrato à atuação do psicólogo na atenção básica. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 29, n. 4, p. 828-845, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-98932009000400013>. Acesso em: 13 out 2024

BOSCOLO, L.; BERTRANDO, P. **Terapia sistêmica individual: Manual prático na clínica.** Belo Horizonte, MG: Artesã, 2013.

BOSZORMENYI-NAGY, I; SPARK, G. M. **Invisible loyalties**: Reciprocity in intergenerational family therapy. New York: Brunner/Mazel, 1984.

BOWEN, M. **Family therapy in clinical practice**. NY: Editora J. Aronson Inc. (Edição Digital), 1978.

BRAGA, D. B. Tecnologia e participação social no processo e consumo de bens culturais: novas possibilidades trazidas pelas práticas letradas digitais mediadas pela internet. **Trab. Linguíst. Aplic.**, Campinas, v. 49, n. 2, p. 373-391. 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-18132010000200005>. Acesso em: 15 ago 2025.

BRAZELTON, T. B.; GREENSPAN, S. I. **Children's essential needs**: what every child needs to grow, learn and develop. Porto Alegre: Artmed, 2002.

BRITO, R. M. DE M.; GERMANO, I. M. P. Terapia narrativa e abordagem colaborativa: contribuições do construcionismo social para a clínica pós-moderna. **Nova Perspectiva Sistêmica**, v. 22, n. 47, p. 57-73, 2013. Disponível em: <https://www.revistanps.com.br/nps/article/view/7>. Acesso em: 24 jun 2025.

BRONFENBRENNER, U. **A ecologia do desenvolvimento humano**: experimentos naturais e planejados. Trad. M. A. V. Veronese Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

BRONFENBRENNER, U. Contexts of child rearing: problems and prospects. **American Psychologist**, Washington, v. 34, n. 10, p. 844-850, oct. 1979. Disponível em: <https://doi.org/10.1037/0003-066X.34.10.844>. Acesso em: 22 nov 2023.

BRONFENBRENNER, U.; EVANS, G. W. Developmental science in the 21st century: Emerging questions, theoretical models, research designs and empirical findings. **Social Development**, v. 9, n. 1, p. 115–125, 2000. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/1467-9507.00114>. Acesso em: 25 nov 2023.

BRUNER, J. **Actos de significado**. Coimbra: Edições 70, 2008.

BRUNER, J. **Fabricando histórias**: direito, literatura, vida. São Paulo: Letra e Voz, 2018.

BUCHER-MALUSCHKE, J. S. N. F. Do transgeracional na perspectiva sistêmica à transmissão psíquica entre as gerações na perspectiva da psicanálise. In: PENSO, M. A; COSTA, L. F. (Orgs.), **A transmissão geracional em diferentes contextos**: Da pesquisa à intervenção. São Paulo: Summus. 2008, p. 76-96.

BUCHER-MALUSCHKE, J. S. N. F.; FÉRES-CARNEIRO, T. *A perspectiva sistêmica para a clínica da família*. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 25, n. 4, p. 533–541, 2009.

BURLESON, B. R.; DELIA, J. G.; APPLGATE, J. L. A socialização da comunicação centrada na pessoa: contribuições dos pais para as habilidades sociocognitivas e de comunicação de seus filhos. In: FITZPATRICK, M. A.; VANGELISTI, A. L. (Eds.). **Explicando as interações familiares**. Thousand Oaks, CA: Sage, 1995 p. 34–76.

CALIL, V. L. L. **Terapia Familiar e de Casal**. São Paulo: Summus, 1987.

CAMPOS, D. M. S. **Psicologia do Adolescente**. Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

CARMONA, J. **Linha cruzada**: a comunicação entre pais e filhos sobre sexualidade. 2000. Dissertação (Mestrado. Dissertação não publicada) – Faculdade de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000.

CARR, A. **Family therapy**. Concepts, process and practice. 2. ed., John Wiley & Sons: Chichester, England, 2006, 560p.

CARTER, B.; MCGOLDRICK M. **As mudanças no ciclo de vida familiar**: uma estrutura para a terapia familiar. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2011.

CARTER, B.; MCGOLDRICK, M. As mudanças no ciclo de vida familiar. Uma estrutura para a terapia familiar. *In*: CARTER, B.; MCGOLDRICK, M. (Eds.). **As Mudanças no ciclo de vida familiar**. Uma estrutura para a terapia familiar. 2. ed., Porto Alegre: Artes Médicas, 1995, cap. 1, p. 7-27.

CARVALHAL, P. N. M.; SILVA, C. P. F. da. Terapia Familiar Sistêmica: uma breve introdução ao tema. **Psicologia.pt. O portal dos psicólogos**, 2011. Disponível em: <https://portalidea.com.br/cursos/terapia-familiar-sistmica-apostila01.pdf>. Acesso em: 28 mai. 2025.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

CASTELLS, M. Communication, Power and counter-power in the network society. **International Journal of Communication**, California, v.1, p.238-266. 2007. Disponível em: <https://ijoc.org/index.php/ijoc/article/view/46/35>. Acesso em: 14 fev 2024.

CECCHIN, G. Construcionismo social e irreverência terapêutica. *In*: SCHNITMAN D. F., (Org.). **Novos paradigmas, cultura e subjetividade**. Porto Alegre: ArtMed, p. 216-224, 1996.

CELESTINO, V. R. R.; BUCHER-MALUSCHKE, J. S. Um novo olhar para a abordagem sistêmica na psicologia. **FACEF Pesquisa: Desenvolvimento e Gestão**, v. 18, n. 3, p. 318-329, set-dez., 2015. Disponível em: <http://periodicos.unifacef.com.br/facefpesquisa/article/view/1109>. Acesso em: 15 jul 2025.

CERQUEIRA-SILVA, S.; OLIVEIRA, N. R.; DESSEN, M. A. **A Dinâmica das Famílias brasileiras em foco**: passado e presente (Relatório de Pesquisa). Brasília: Laboratório de Desenvolvimento Familiar, Universidade de Brasília, 2008.

CERVENY, C. O.; BERTHOUD, C. M. E. (Orgs.). **Família e ciclo vital**: nossa realidade em pesquisa. 2. ed, São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997.

CERVENY, C. O.; BERTHOUD, C. M. E. **Visitando a família ao longo do ciclo vital**. 3. ed., São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011

CESAR, C. C. F., COSTA, J. S. **Terapia familiar sistêmica**. Londrina: Editora e Distribuidora Educacional S.A. 2018.

CHAVES, V. H. C.; BERNARDO, C. H. C. Norbert Wiener: história, ética e teoria. *História* (São Paulo), v. 39, p. e2020017, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-4369e2020017>. Acesso em: 02 mai 2025.

COELHO, V. M. Como a Psicologia Sistêmica pode contribuir no processo terapêutico de casais em conflito. *Revista Pretextos*, v. 1, n. 1, 2016. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/pretextos/article/view/13587>. Acesso em: 05 mai 2025.

CONCEIÇÃO, L. S. L. da. **Estilos educativos parentais (EMBU-A), sintomatologia depressiva/ansiosa, stress e autoestima, numa amostra de adolescentes**. 2012. 63f. Dissertação (Mestrado em Psicoterapia e Psicologia Clínica) - Instituto Superior Miguel Torga, Coimbra, Portugal, 2012.

CONNELL, R. W. Growing up masculine: rethinking the significance of adolescence in the making of masculinities. *Irish Journal of Sociology*, v. 14, n.2, p.11-28, dez. 2005. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/267446995>. Acesso em: 05 jul 2025.

CORRÊA, R. *et al.* Empatia, regulação parental e violência em adolescentes. *Revista Psicologia, Saúde e Doenças*, v. 23, n. 3, p. 775-786, 2022. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/369483272>. Acesso em: 06 jul 2025.

COSTA, A. C. A.; MISSIATTO, L. A. F.; MARTINES, E. A. L. M. Diálogo sobre sexualidade na comunicação entre pais e filhos adolescentes. *Revista Brasileira de Sexualidade Humana*, v. 32, n. 2, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.35919/rbsh.v32i2.978>. Acesso em: 08 jul 2025.

COSTA, G. M. C.; GUALDA, D. M. R. Antropologia, etnografia e narrativa: caminhos que se cruzam na compreensão do processo saúde-doença. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, v. 17, n. 4, out-dez., p. 925-937, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-59702010000400005>. Acesso em: 04 abr 2025.

COSTA, L. F. A Perspectiva sistêmica para a clínica da família. *Psic.: Teor. e Pesq.*, n. 26 [spe], p. 95–104, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-37722010000500008>. Acesso em: 28 mai. 2025

COSTA, M. A. *et al.* Fatores que obstam na comunicação entre pais e filhos adolescentes sobre sexualidade. *Revista de Enfermagem da UFSM*, v. 4, n. 1, p. 123-132, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.5902/2179769210216>. Acesso em: 28 mai. 2025.

CRAIG, R. T. Communication theory as a field. *Communication Theory*, v. 9, n.2, 119–161, 1999. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1468-2885.1999.tb00355.x>. Acesso em: 28 jan. 2025.

CUMMINGS, E. M.; CUMMINGS, J. S. Parenting and attachment. *In: BORNSTEIN, M. H. (Ed.), Handbook of parenting: volume 5: practical issues in parenting*, 2. ed., New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, 2002, cap 2, p. 35-58.

DARLING, N.; STEINBERG, L. Parenting style and context: an integrative model. **Psychological Bulletin**, v.113, p. 487-496, 1993. Disponível em: <https://doi.org/10.1037/0033-2909.113.3.487>. Acesso em: 25 jul 2025.

DAYRELL, J. A escola "faz" as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. **Educação & Sociedade**, v. 28, n. 100, p. 1105-1128, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302007000300022>. Acesso em: 28 jul 2025.

DESSEN, M. A. Desenvolvimento familiar: transição de um sistema triádico para poliádico. **Temas psicol.**, n. 3, p. 51-61, 1997. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X1997000300006&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 13 out 2024.

DESSEN, M. A. Estudando a família em desenvolvimento: desafios conceituais e teóricos. **Psicologia Ciência e Profissão**, v. 30, n. spe., p. 202-219, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-98932010000500010>. Acesso em: 20 out 2024.

DESSEN, M. A.; BIASOLI-ALVES, Z. M. M. O estudo da família como base para a promoção da tolerância. In: BIASOLI-ALVES, Z. M. M.; FISCHMANN, R. (orgs.). **Crianças e adolescentes: construindo uma cultura de tolerância**. São Paulo: Edusp, 2001, p. 183-193.

DESSEN, M. A.; COSTA JUNIOR, A. L. (Orgs.). **A ciência do desenvolvimento humano: tendências atuais e perspectivas futuras**. Porto Alegre: Artmed, 2005.

DESSEN, M. A.; TORRES, C. Family and socialization factors in Brazil: an overview. **Online Readings in Psychology and culture**. v. 6, n. 3, p. 1-19, 2019. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/228744078_Family_and_Socialization_Factors_in_Brazil_An_Overview. Acesso em: 15 nov 2024.

DESSEN, M. C.; SILVA, S. C.; DESSEN, M. A. Pesquisa com família: Integrando métodos quantitativos e qualitativos. In: Weber, L.; Dessen, M. A. **Pesquisando a família: instrumentos para coleta e análise de dados**. Curitiba: Ed. Juruá, 2009, p. 17-28.

DIAS, M. O. Um olhar sobre a família na perspectiva sistêmica: o processo de comunicação no sistema familiar. **Gestão e Desenvolvimento**, n. 19, p. 139-156, 2011. Disponível em: <https://pt.scribd.com/presentation/863098881/Um-Olhar-Sobre-a-Familia-Na-Perspetiva-Sistemica>. Acesso em: 20 out 2024.

DINIZ, D. S. *et al.* Covid-19 e Doenças Negligenciadas ante as desigualdades no Brasil: uma questão de desenvolvimento sustentável. **Saúde Debate**, v. 45, n. spe2, p. 43-55, dez.2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-11042021E203>. Acesso em: 15 set 2024.

DUARTE, R. Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo. **Cadernos de Pesquisa**, n. 115, p. 139-154, mar. 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0100-15742002000100005>. Acesso em: 02 fev 2024.

DYESS, P. Family communication pattern and power theory. **Integrated Studies**. v.101, dec., 2017. Disponível em: <https://digitalcommons.murraystate.edu/bis437/101>. Acesso em: 03 mar 2024.

ELDER JR., G. H.; SHANAHAN, M. J. The life course and human development. *In*: LERNER, R. M.; DAMON, W. **Handbook of child psychology**, v.1, Theoretical models of human development, 6 ed., New York: Wiley, 2006p. 665-715.

ELKAÏM, M. Construtivismo, construcionismo social e técnicas narrativas: limites da teoria sistêmica? *In*: ELKAÏM, M. (org.). **Panorama das terapias familiares**. v. 2, Trad. E. C. Heller, São Paulo: Summus, 1998, Seção VIII, p. 225-251.

ELKAÏM, M. Observing systems and psychotherapy: what I owe to Heinz von Foerster. **Kybernetes**, v. 34, n. 3-4, p. 385-392, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/03684920510581567> Acesso em: 24 jul 2024.

ELKAÏM, M. **Terapia familiar em transformação**. Trad. Nicole Camacho, São Paulo: Summus editorial, 2000.

ELWOOD, T. D.; SCHRADER, D. C. Family communication patterns and communication apprehension. **Journal of Social Behavior & Personality**, v.13, n. 3, p. 493–502, 1998.

EPSTON, D. **Experience contradiction narrative & imagination**: select papers of David Epston & Micheal White (1989-1991). South Australia: Dulwich Centre Publications, 1992.

ERIKSON, E. H. **Identidade, juventude e crise**. 2. ed., Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

ERIKSON, M. J. Revisioning the family life cycle theory and paradigm in marriage and family therapy. **The American Journal of Family Therapy**, v. 26, n. 4, p. 341-355, 1998. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/01926189808251112>. Acesso em: 25 jan 2024.

ESTEVES, L. C. G., ; ABRAMOVAY, M. Juventude, juventudes: pelos outros e por elas mesmas. *In*: ABRAMOVAY, M.; ANDRADE, E. R.; ESTEVES, L. C. (Orgs.), **Juventudes: outros olhares sobre a diversidade**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; UNESCO. 2007, p. 19-54.

FALCKE, D.; WAGNER, A. A dinâmica familiar e o fenômeno da transgeracionalidade: definição de conceitos. *In*: WAGNER, A. (Org.). Como se perpetua a família? A transmissão dos modelos familiares. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005.

FARIA, A. P. S.; PONCIANO, E. L. T. Conquistas e fracassos: os pais como base segura para a experiência emocional na adolescência. **Pensando famílias**, v. 22, n. 1, p. 87-103, 2018. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2018000100008&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 10 ago 2025.

FÉRES-CARNEIRO, T (Org.). **Casal e família: permanências e rupturas**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2009.

FÉRES-CARNEIRO, T. Terapia familiar: das divergências às possibilidades de articulação dos diferentes enfoques. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 16, n.1, p. 38-42, 1996. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-98931996000100007>. Acesso em: 19 ago 2024.

FÉRES-CARNEIRO, T. *et al.* Falhas na comunicação: queixas secundárias para demandas primárias em psicoterapia de família. **Temas em Psicologia**, v. 25, n.4, p. 773-1783, 2017. Disponível em: https://www.redalyc.org/pdf/5137/Resumenes/Resumo_513754923013_5.pdf. Acesso em: 12 out 2024.

FITZPATRICK, M. A.; KOERNER, A. F. Family communication schemata and social functions of communication. **Paper presented at the International Research Colloquium on Communication Research**, Moscow, Russia, jul., 1996.

FITZPATRICK, M. A.; KOERNER, A. F. **Family Communication Schemata: effects on children's resiliency**. Hampton Press, abr. 2005.

FIVUSH, R. **Family narratives and the development of an autobiographical self: Social and cultural perspectives on autobiographical memory**. Routledge/Taylor & Francis Group, 2019.

FLEXOR, M. H. O. História da família no Brasil. *In*: BASTOS, M. C. de S. *et al.* **Família no Brasil: recurso para a pessoa e a sociedade**. Coleção Família e Interdisciplinaridade. Curitiba: Juruá, 2015, p. 67-110.

FLOYD, K.; MORMAN, M. Human affection exchange: II. Affectionate communication in father-son relationships. **The Journal of Social Psychology**, v.143, n.5, p.599-612, 2003. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/14609055/>. Acesso em: 04 jul 2025.

FREITAS, P. M. do *et al.* Influência das Relações Familiares na Saúde e no Estado Emocional dos Adolescentes. **Rev. Psicol. Saúde**, 2021. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2177-093X2020000400009&lng=pt&nrm=iso . Acesso em: 21 jun 2025.

FREUD, S. **O caso de Schreber, artigos sobre técnica e outros trabalhos (1856/1939)**. Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud, Vol. XII. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

GALVIN, K. M.; BRAITHWAITE, D. O.; BYLUND, C. L. **Family Communication: Cohesion and Change**. 9. ed., Nova Iorque: Routledge, 2014.

GEORGAS, J. Family: variations and changes across cultures. **Online Readings in Psychology and Culture**. v. 6, n. 3, 2003. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/267237461_Family_Variations_and_Changes_Across_Cultures. Acesso em: 15 out 2024

GEORGAS, J.; BERRY, J. W.; KAĞITÇIBAŞI, Ç. Synthesis: How similar and how different are families across cultures? *In*: GEORGAS, J. *et al.* (Eds.). **Families across cultures: A 30-nation psychological study**. Cambridge: Cambridge University Press. 2006, cap 8, p. 186-240.

GERALDES, R.; SOARES, I.; MARTINS, C. Vinculação no contexto familiar: relações entre cônjuges, entre pais e filhos adolescentes e entre irmãos. **Psicologia do desenvolvimento: Reflexão e Crítica**, v. 26, n.4, p. 799-808, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-79722013000400021>. Acesso em: 16 abr 2025.

GERGEN, K. J. From mirroring to world-making: Research as future forming. **Journal for the Theory of Social Behaviour**, v. 45, n. 3, p. 287-310, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/jtsb.12075>. Acesso em: 10 abr 2025.

GERGEN, K. J. Construção Social e Comunicação Terapêutica. *In*: M. A. GRANDESSO (Org.). **Práticas Colaborativas e Dialógicas em Distintos Contextos e Populações: um diálogo entre teoria e práticas**. Curitiba: CRV, 2017, p. 143-166.

GERGEN, K. J. From mirroring to world-making: research as future forming. **Journal for the Theory of Social Behaviour**. V. 45, n.3, p. 287-310, 2019. Disponível em: <https://www.doi.org/10.1111/jtsb.12075>. Acesso em: 20 mai. 2025.

GERGEN, K. J. **Realities and relationships: Soundings in Social Construction**. Cambridge: Harvard University Press. 1997.

GOFFMAN, E. **A representação do eu na vida cotidiana**. São Paulo, Perspectiva, 1959.

GOLDANI, A. M. As Famílias Brasileiras: Mudanças e Perspectivas. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, n. 91, p. 7-22, nov., 1994. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/872>. Acesso em: 24 nov 2024.

GOMES, L. B. *et al.* A. As origens do pensamento sistêmico: das partes para o todo. **Pensando Fam.**, Porto Alegre, v. 18, n. 2, p. 3-16, dez. 2014. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2014000200002&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 12 mai 2025.

GONÇALVES, A. C. O.; BANANAL, R. S. **Desafios da comunicação nas relações entre pais e filhos**. 2022. 21 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) - Universidade de Uberaba, Minas Gerais, 2022.

GONÇALVES, R. C.; FALEIRO, J. H.; MALAFAIA, G. Educação sexual no contexto familiar e escolar: impasses e desafios. **Holos**, v. 5, p. 251-273, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.15628/holos.2013.784>. Acesso em: 14 jul 2025.

GOOSENS, L. Adolescent development: Putting Europe on the map. *In*: JACKSON, S.; GOOSENS, L. (eds.). **Handbook of adolescent development**. New York: Psychology Press, p. 1-10, 2006.

GRANDESSO, M. A. **Construcionismo social e práticas colaborativo-dialógicas a serviço de ações generativas e humanizadoras**. Curitiba: Editora CRV, 2022.

GRANDESSO, M. A. Práticas narrativas coletivas: o efeito rizomático dos documentos coletivos como contextos de transformação. *In*: GUANAES-LORENZI, C. *et al.* (Orgs): **Construcionismo social: discurso, prática e produção de conhecimento**. Rio de Janeiro: Instituto Noos, 2014, p. 249-264.

GRANDESSO, M. A. Desenvolvimentos em terapia familiar: das teorias às práticas e das práticas às teorias. *In*: OSORIO, L. C.; DO VALLE, M. E. P. (Orgs.). **Manual de terapia familiar**. Porto Alegre: Artmed, 2009, p. 104–118.

GRANDESSO, M. A. Práticas pós-modernas: que lugar ocupa o diagnóstico?. *In:* GRANDESSO, M. A. (org.). **Construcionismo social e práticas colaborativas dialógicas:** contextos de ações transformadoras. 2019, Cap. 5, Curitiba: CRV, p. 93-114.

GRANDESSO, M. A. **Sobre a reconstrução do significado:** uma análise epistemológica e hermenêutica da prática clínica. 3. Ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011.

GUANAES, C. **A construção da mudança em terapia de grupo:** Um enfoque construcionista social. São Paulo: Vetor, 2006.

GUIMARÃES, F. L.; COSTA, L. F. Clínica psicológica do adolescente: do sistema à abordagem narrativista. **Paidéia (Ribeirão Preto)**, v. 24, p. 163-174, 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-863X2002000300005>. Acesso em: 18 jun 2025.

GULLAMO-RAMOS, V.; BOURLS, A. Working with parents to promote healthy adolescent sexual development. **The Prevention Researcher**, v. 16, p. 7-12, 2009. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/234595313>. Acesso em: 09 jul 2025.

HABERMAS, J. **The theory of communicative action. Lifeworld and system:** A critique of functionalist reason. v. 2, Boston, Beacon Press, 1981.

HALEY, J. **Psicoterapia familiar:** um enfoque centrado no problema. Belo Horizonte: Ed. Interlivros, 1979.

HALEY, J. **Terapia não-convencional:** as técnicas psiquiátricas de Milton H. Erickson. São Paulo: Ed. Summus, 1991.

HALL, G. S. **Adolescence:** Its psychology and its relations to physiology, antropology, sociology, sex, crime, religion and education. Vol.1 New York: D. Appleton & Company, 1904.

HESS, A. R. B.; FALCKE, D. Sintomas internalizantes na adolescência e as relações familiares: Uma revisão sistemática da literatura. **Psico-USF**, v.18, n.2, p. 263-276. 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-82712013000200010>. Acesso em: 25 abr 2025.

HIGGINS, E. T. Self-Discrepancy: A Theory Relating Self and Affect. **Psychological Review**, n. 94, n.3, p. 319–340, 1987. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/19545638_Self-Discrepancy_A_Theory_Relating_Self_and_Affect. Acesso em: 26 jan. 2025.

HINTZ, H. C; SOUZA, M. O. A terapia familiar no Brasil. *In:* OSORIO, L. C.; DO VALLE, M. E. P. (Orgs.). **Manual de terapia familiar.** Porto Alegre: Artmed, 2009, p. 91-103.

HOFFMAN, M. L. Discipline and internalization. **Developmental Psychology**, v.30, n.1, p.26-28, 1994. Disponível em: <https://doi.org/10.1037/0012-1649.30.1.26>. Acesso em: 25 set 2024.

HOFFMAN, M. L. Moral internalization, parental power, and the nature of parent-child interaction. **Developmental Psychology**, v.11, n.2, p.228-239, 1975. Disponível em: <https://doi.org/10.1037/h0076463>. Acesso em: 20 set 2024.

HUGHES, D. A. **Attachment-Focused Family Therapy**. New York: W. W. Norton & Company. 2007.

HUGHES, D. A. **Attachment-Focused Parenting: Effective Strategies to Care for Children**. New York: W. W. Norton & Company. 2009.

INHELDER, B.; PIAGET, J. **Da lógica da criança a lógica da adolescente**: ensaio sobre a construção das estruturas operatórias formais. Trad. D. M. Leite, São Paulo: Pioneira. 1976.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. **Características gerais dos domicílios e dos moradores: 2020-21**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101957_informativo.pdf. Acesso em: 25 nov. 2024

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. **Características gerais dos moradores 2012-2016 e Características gerais dos domicílios 2016**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101377_informativo.pdf. Acesso em: 25 nov. 2024

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. **Características gerais dos domicílios e dos moradores: 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102004_informativo.pdf. Acesso em: 25 nov. 2024

JACKSON, S. *et al.* Adolescents' perception of communication with parents relative to specific aspects of relationship with parents and personal development. **Journal of Adolescence**, v. 21, n. 3, p. 305-322, 1998. Disponível em: <https://doi.org/10.1006/jado.1998.0155>. Acesso em: 01 abr 2024.

KEHL, M. R. A juventude como sintoma da cultura. *In*: NOVAES, R. ; VANNUCHI, P. (Orgs). **Juventude e Sociedade: Trabalho, Educação, Cultura e Participação**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, Instituto Cidadania, 2004, p. 89-114.

KERR, M. E. **Bowen theory's secrets**: Revealing the hidden life of families. New York: W. W. Norton & Company (Digital edition), 2019.

KERR, M. E. **One family's story**: A primer on Bowen theory. Washington, DC: Bowen Center for the Study of the Family. Georgetown Family Center, 2003.

KOERNER, A. F. **Family communication patterns**: Differences in collectivistic and individualistic families. Paper presented at: annual conference of the Speech Communication. San Antonio, Texas, 1995.

- KOERNER, A. F.; FITZPATRICK, M. A. Family type and conflict: The impact of conversation orientation and conformity orientation on conflict in the family. **Communication Studies**, v. 48, n. 1, p. 59–75, 1997. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/233013471_Family_type_and_conflict_The_impact_of_conversation_orientation_and_conformity_orientation_on_conflict_in_the_family. Acesso em: 27 jul 2024.
- KOERNER, A. F.; FITZPATRICK, M. A. Toward a theory of family communication. **Communication Theory**, v. 12, n. 1, 70-91, 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1468-2885.2002.tb00260.x>. Acesso em: 01 ago 2024.
- KREPPNER, K. Developing in a developing context: Rethinking the family's role for children's development. In: WINEGAR, L.T.; VALSINER, J. (orgs.). **Children's development within social context**: Vol. 1. Metatheory and theory; Vol. 2. Research and methodology. Hillsdale: Lawrence Elbaum Associates, 1992, p. 161-179.
- KREPPNER, K. The child and the family: Interdependence in developmental pathways. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 16, n. 1, p. 11-22, jan. 2000. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-37722000000100003>. Acesso em: 28 mar 2024.
- LALANDA, P. Sobre metodologia qualitativa na pesquisa sociológica. **Análise Social**, v. 33, n. 148, p. 871-883, 1998. Disponível em: <https://doi.org/10.31447/AS00032573.1998148.09>. Acesso em: 11 nov 2023.
- LARSON, R. W., WILSON, S.; MORTIMER, J. T. Conclusions: Adolescents' preparation for the future. **Journal of Research on Adolescence**, v. 12, n.1, p. 159-166, 2002. Disponível: https://www.researchgate.net/publication/227969728_Conclusions_Adolescents'_Preparation_for_the_Future. Acesso em: 12 abr 2024.
- LASSWELL, H. D. The Structure and Function of Communication in Society. In: BRYSON, L (Ed.). **The Communication of Ideas**. New York: Harper, 1948, p. 32-51.
- LAWRENZ, P. *et al.* Estilos, práticas ou habilidades parentais: como diferenciá-los. **Rev. Bras. Ter. Cogn.**, v.16, n.1, p. 2-9, 2020. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-56872020000100002&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 21 jun 2025.
- LE BRETON, D. **Uma breve história da adolescência**. Belo Horizonte: Ed. PUC Minas. 2017.
- LENZI, B. Responsividade Reflexiva: um conceito para meios criativos de transformação em práticas colaborativas-dialógicas. **Nova Perspectiva Sistêmica**, [S.l.], v. 29, n. 66, p. 22–35, 2020. Disponível em: <https://revistanps.emnuvens.com.br/nps/article/view/503>. Acesso em: 30 mai. 2025.
- LERNER, R. M.; STEINBERG, L. The scientific study of adolescent development: Historical and contemporary perspectives. In: LERNER, R. M.; STEINBERG, L. (Eds.). **Handbook of adolescent psychology**. 3. ed., New Jersey: Wiley, 2009, p. 3-14.

LERNER, R. M.; WERTLIEB, D.; JACOBS, F. Historical and theoretical bases of applied developmental science. *In*: LERNER R. M.; JACOBS F.; WERTLIEB, D. (Eds.). **Applied developmental science: An advanced textbook**. Thousand Oaks, CA: Sage, 2005, p. 3-29.

LION, C. M.; VILELA E SOUZA, L. Terapia narrativa: aspectos relevantes sobre o processo e a relação terapêutica. **Nova Perspectiva Sistêmica**, [s.l.], v. 31, n. 74, 18-35, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.38034/nps.v31i74.687>. Acesso em: 28 mai. 2025.

LOOZE, M. E. de *et al.* The Happiest Kids on Earth. Gender Equality and Adolescent Life Satisfaction in Europe and North America. **Journal of Youth and Adolescence**, v.47, n.5, 2018. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/320325139>. Acesso em: 30 mai 2025.

MACCOBY, E. E.; MARTIN, J. A. Socialization in the Context of the Family: Parent-Child Interaction. *In*: MUSSEN, P. H.; HETHERINGTON, E. M. (Eds.). **Handbook of Child Psychology: Vol. 4. Socialization, Personality, and Social Development**. New York: Wiley, 1983, p. 1-101.

MACEDO, E. O. S. de; CARVALHO, A. de S. A. V. O atendimento psicológico ao adolescente e o caráter terapêutico da orientação de pais: estudo de caso em terapia sistêmica individual. **Nova Perspec. Sist.** São Paulo, v. 28, n. 64, p. 61–81, 2019. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-78412019000200006&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 22 mai 2025.

MACEDO, E. O. S. de; CONCEIÇÃO, M. I. G. Significações sobre adolescência e saúde entre participantes de um grupo educativo de adolescentes. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 35, n. 4, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703000552014>. Acesso em: 22 mai 2025.

MACHADO, M. **Compreendendo a Terapia Familiar**. Portal dos Psicólogos, 2012.

MADANES, C. Strategic family therapy. *In*: GURMAN, A. S.; KNISKERN, D. P. (Eds.). **Handbook of family therapy**, Vol. II. New York: Brunner/Mazel. 1991

MAESIMA, G. M.; BARRETO, M.; BEIRAS, A. O conceito de Ressonâncias no processo de formação do terapeuta: descobrindo potencialidades e limitações na prática terapêutica. **Nova Perspectiva Sistêmica**, [S. l.], v. 28, n. 64, p. 105–118, 2019. Disponível em: <https://revistanps.com.br/nps/article/view/501>. Acesso em: 28 maio. 2025.

MAGNUSSON, D.; CAIRNS, R. Developmental science: Toward a unified framework. *In*: CAIRNS, R. B.; ELDER JR., G. H.; COSTELLO, E. J. (Eds.), **Developmental Science**, New York: Cambridge University Press, 1996, p. 7-30.

MANDELLI, M. T.; SOARES, D. H. P.; LISBOA, M. D. Juventude e projeto de vida: novas perspectivas em orientação profissional. **Arq. Bras. psic.**, Rio de Janeiro, v. 63, n. spe, p. 49-57, 2011. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672011000300006&lng=pt&nrm=iso. acesso em: 31 jul 2024.

MARIN, A. H. *et al.* Transmissão Intergeracional de Práticas Educativas Parentais: Evidências Empíricas. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 29 n. 2, p. 123-132, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-37722013000200001>. Acesso em: 25 mai 2025.

MASSAD, D. O. *et al.* **Contribuições da teoria geral de sistemas para a mudança sistêmica da inovação social**. In: Anais do 14º Congresso Brasileiro de Sistemas, 2018.

MATHEUS, M. S.; BOLZE, S. D. A. Michael White: marcos teóricos da Prática Narrativa. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 34, v. e28539, p. 1-9, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/1984-0292/2022/v34/28539>. Acesso em: 24 nov 2024.

MATOS, M. G. de. A saúde do adolescente: O que se sabe e quais são os novos desafios. **Análise Psicológica**, v. 26, n. 2, p. 251-263, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.14417/ap.492>. Acesso em: 13 mar 2024.

MCGOLDRICK, M. **The Genogram Casebook: A clinical companion to genograms: assessment and intervention**. New York: W. W. Norton & Company, 2016.

MCGOLDRICK, M.; GARCIA-PRETO, N.; CARTER, B. A. **Expanded family life cycle: Individual, family, and social perspectives**, 5. ed., Boston: Pearson. 2016.

MCGOLDRICK, M.; SHIBUSAWA, T. O Ciclo Vital Familiar. In: WALSH, F. (Ed.). **Processos normativos da família: Diversidade e complexidade**. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2016, p. 375-398.

MEAD, M. **Coming of age in Samoa: A psychological study of primitive youth for Western civilization**. New York: Norton, 1928.

MEEUS, W. *et al.* Separation-individuation revisited: On the interplay of parent-adolescent relations, identity and emotional adjustment in adolescence. **Journal of Adolescence**, v.28, n.1, p. 89-106, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.adolescence.2004.07.003>. Acesso em: 18 mai 2025.

MELO, O.; MOTA, C. P. Vinculação amorosa e bem-estar em jovens de diferentes configurações familiares. **Psicologia em Estudo**, v.18, n.4, p.587-597, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pe/a/yzW7Sfrgfdrp4dSY4gjWwKt/>. Acesso em: 25 set 2024.

MELO, V. de A. A.; RIBEIRO, M.A. Epistemologias sistêmicas e suas repercussões para a clínica da terapia familiar. **Pensando fam.**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 149-161, dez., 2016. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2016000200011&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 28 mai. 2025.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed., São Paulo: Hucitec, 2014, 407 p.

MINAYO, M. C. S. (Org.); DESLANDES, S. F.; GOMES, R. **Pesquisa social: Teoria, método criatividade**. Petrópolis-RJ: Ed. Vozes, 108p., 2015.

MINUCHIN, S. **Famílias: funcionamento & tratamento**. Trad. J. A. Cunha, Porto Alegre: Artes Médicas, 1982

MINUCHIN, P. Families and individual development: provocations from the field of family therapy. **Child Development**, v. 56, n. 2, p. 289-302, 1985. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/1129720>. Acesso em: 23 out 2024.

MONTEIRO, M. F. G. Saúde reprodutiva. *In*: KALOUSTIAN, S. M. (Org.). **Família brasileira: a base de tudo..** São Paulo: Cortez. 1998, p. 172-183.

MOREIRA, L. V. C.; CARVALHO, A. M. A. (org.). **Família e educação: olhares da Psicologia**. 3. ed. São Paulo: Paulinas, 2012.

MORGAN, A. **O que é a terapia narrativa?: Uma introdução de fácil leitura**. Porto Alegre: Editora Pacartes, 2007.

NASCIMENTO, A. M. do. População e família brasileira: ontem e hoje. *In*: ANAIS DO XV ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS. 2006, Caxambú. **Anais eletrônicos[...]**: ABEP, 2006. Disponível em: <https://proceedings.science/encontro-abep/abep-2006/trabalhos/populacao-e-familia-brasileira-ontem-e-hoje?lang=pt-br>. Acesso em: 22 mar 2024.

NEDER, G. Ajustando o foco das lentes: um novo olhar sobre a organização das famílias no Brasil. *In*: KALOUSTIAN, S. M. (Org.). **Família brasileira: a base de tudo**. São Paulo: Cortez. 1998, p. 26-46.

NERY, I. S. *et al.* Abordagem da sexualidade no diálogo entre pais e adolescentes. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 28, n. 3, p. 287-292, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-0194201500048>. Acesso em: 19 jul 2025.

NEVES, L.; SOARES, I.; SILVA, M. C. Inventário da vinculação na adolescência – I.P.P.A. *In*: ALMEIDA, L., GONÇALVES, M. M.; SIMÕES, M. (Eds.). **Testes e provas psicológicas em Portugal**: v. 2. Braga, Portugal: Associação dos Psicólogos Portugueses. 1999, p. 37-48.

NICHOLS, M. P.; SCHWARTZ R. C. **Terapia familiar: conceitos e métodos**. Trad. Maria Adriana Veríssimo Veronese, 7. ed., Porto Alegre: Artmed, 2007.

NOLLER, P.; BAGI, S. Parent—adolescent communication. *Journal of Adolescence*. V. 8, n. 2, p. 125–144, 1985. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0140197185800427>. . Acesso em: 09 abr 2024.

OLIVEIRA, J. L. A. P.; CREPALDI, M. A. A epistemologia do pensamento sistêmico e as contribuições de Humberto Maturana. **Psicologia em Estudo**, v. 22, n. 3, p. 325-334, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.4025/psicoestud.v22i3.33944>. Acesso em: 28 ago 2024.

OLIVEIRA, M. A.; MARTURANO, E. M. Práticas educativas, relacionamento conjugal e problemas de comportamento em escolares. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 23, n. 3, p. 593–601, 2010.

OLIVEIRA, M. C. S. L. de. Identidade, narrativa e desenvolvimento na adolescência: uma revisão crítica. **Psicologia em Estudo**, v. 11, n. 2, p. 427-436, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-73722006000200022>. Acesso em: 10 set 2024.

OLIVEIRA, M. C. S. L. de; PINTO, R. G.; SOUZA, A. S. Perspectivas de futuro entre adolescentes: universidade, trabalho e relacionamentos na transição para a vida adulta. **Temas em psicologia**, Ribeirão Preto, v. 11, n. 1, p. 16-27, 2003. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2003000100003&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 23 set 2024.

OLIVEIRA, M. N. de. **O desemprego em jovens recém-graduados: uma leitura fenomenológica hermenêutica heideggeriana**. 2018. 138f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Centro de Ciências Humanas Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018

OLSON, D. H. Circumplex model of marital and family systems. **Journal of Family Therapy**, v. 22, p. 144–167, 2000. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/pdf/10.1111/1467-6427.00144>. Acesso em: 26 jan 2024.

ORTEGA ALLUÉ, F. El adolescente sin atributos. La construcción de la identidad en un mundo complejo. In: PEREIRA, R. (ed). **Adolescentes em el siglo XXI: entre impotencia, resiliencia y poder**. Madrid: Ediciones Morata. 2011, cap. 1, p. 23-50.

ORTEGÓN, D. L. V.; BOTERO, M. O. Crisis en el ciclo vital de la pareja y sus principales implicaciones en los niños y adolescentes. **Revista Académica e Institucional de la UCPR**, n. 99, pp. 143-154, ene. 2016. Disponível em: <https://revistas.ucp.edu.co/index.php/paginas/article/view/1877>. Acesso em: 05 mai 2024.

OSORIO, L. C.; DO VALLE, M. E. P. (Orgs.). **Manual de terapia familiar**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

OTTO, A. F. N.; RIBEIRO, M. A. Contribuições de Murray Bowen à terapia familiar sistêmica. **Pensando Fam.**, Porto Alegre, v. 24, n. 1, p. 79-95, jun., 2020. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php>. Acessos em: 20 mai. 2025.

OZELLA, S.; AGUIAR, W. M. J. de. Desmistificando a concepção de adolescência. **Cadernos de Pesquisa**, v. 38, n. 133, p. 97-125, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0100-15742008000100005>. Acesso em: 12 mai 2024.

PALAZZOLI, M. S. *et al.* **Paradoja y contraparadoja: un nuevo modelo en la terapia de la familia de transacción esquizofrénica**. Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica, 1986.

PASCHOAL, V. N.; GRANDESSO, M. O uso de metáforas em terapia narrativa: facilitando a construção de novos significados. **Nova Perspectiva Sistêmica**, v. 23, n. 48, p. 24-43, 2014. Disponível em: <https://www.revistanps.com.br/nps/article/view/48>. Acesso em: 04 jun 2024.

PASCHOAL, V. N.; MOFARREJ, G. J. C., MEDINA, G. B. K. Práticas Colaborativas e Dialógicas como Recursos para a Promoção da Saúde Mental: uma Entrevista com Harlene Anderson. **Revista Pluralidades em Saúde Mental**, v. 09, n. 2, p. 9-18, 2020. Disponível em: <https://revistapsicofae.fae.edu/psico/article/view/326>. Acesso em: 10 jun 2024.

PATTERSON, J. M.; MCCUBBIN, H. I.; WARWICK, W. J. The impact of family functioning on health changes in children with cystic fibrosis. *Social Science & Medicine*, v. 31, n. 2, p. 159–164, 1990. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/2389151/>. Acesso em: 17 out 2024

PAULA, L. P. P.; STENGEL, M. A vivência de ser pais e mães de adolescente na atualidade. *Rev. Abordagem Gestalt*, Goiânia, v. 28, n. 1, p. 01-13, 2022. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-68672022000100002&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 20 nov 2024.

PAULA-RAVAGNANI, G. S. *et al.* O discurso construcionista social na prática clínica de terapeutas familiares. *Psicologia em Estudo*, v. 2, n. 21, p. 267-278, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.4025/psicoestud.v21i2.28651>. Acesso em: 28 mai. 2025.

PELLEGRINI, P. G. *et al.* Diferenciação do adulto jovem: Um estudo de caso em atendimento familiar. *Pensando Fam.*, Porto Alegre. V. 19, n.1, p. 114-129, jun 2015. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2015000100010&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 20 fev 2024.

PEREIRA, P. A nova família. *Revista Época*. São Paulo, n. 293, dez. 2003. Disponível em: <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EDG619526014,00-A+NOVA+FAMILIA.htm>. Acesso em: 23 mar 2024.

PETRÔNIO, S. **Boundaries of Privacy: Dialectics of Disclosure** New York, NY: Suny Press, 2002.

PETZOLD, M. The psychological definition of the Family. CUSINATO, M. (ed.). **Research Family: Resources and needs across the world**. Milão: LED-Edizioni Universitarie, 1996, p. 25-44.

PICCININI, C. A.; TUDGE, J. A figura paterna no contexto familiar: transformações e permanências. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, v.26, n.2, p.233–242. 2010.

PINQUART, M. Associations of parenting dimensions and styles with internalizing symptoms in children and adolescents: A meta-analysis. *Marriage & Family Review*, v.53, n.7, p.613–640, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/01494929.2016.1247761>. Acesso em: 31 jul 2025.

PORTUGAL, A. P. M. **O papel da comunicação no exercício da parentalidade: avaliação da comunicação em famílias pós-divórcio**. 2013. 249 f. Tese (Doutorado em Psicologia da Família e Intervenção Familiar) – Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2013.

PRATIVA, S.; DEEBA, F. Relationship between parenting styles and depression in adolescents. *Journal of Biological Sciences*, v.28, n.1, p.49-59, 2019. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/330839276>. Acesso em: 28 jul 2025.

RABELLO, E. T.; PASSOS, J. S. **Personalidade: estrutura, dinâmica e formação** – um recorte eriksoniano. 2001. (Monografia). Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2001.

RABINOVICH, E. P. *et al.* **Autoetnografia colaborativa e investigação autobiográfica**. 1.ed. São Paulo: Juruá Editora, p. 381, 2016.

RIBAS, J. C., LION, C. M. SOUZA, L.V. E. Práticas Narrativas no Brasil: Panorama e Difusão. **Psicologia: Ciência e Profissão**. v. 44, p. e269019, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003269019>. Acesso em: 28 mai. 2025.

RÍOS GONZÁLEZ, J. A. R. **Los ciclos vitales de la familia y la pareja: Crisis u oportunidades?**. Madrid: Editorial CCS, 2005.

ROHDE, J.; ZACHARIAS, D. G. Estudo de caso: um olhar sistêmico para a psicoterapia individual. **PSI UNISC**, Santa Cruz do Sul, v. 1, n. 1, p. 154-164, dez. 2017. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/322320407_Estudo_de_caso_um_olhar_sistmico_para_a_psicoterapia_individual. Acesso em: 25 abr 2025.

ROSSATO, M. L. Terapia familiar como um espaço de ressignificação das relações. **Pensando fam.**, Porto Alegre , v. 21, n. 1, p. 137-145, jul. 2017 . Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2017000100011&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 19 abr 2025

SANTOS, A. D.; CAMPOS, M. P. A.; SANTOS, A.M.D. Sexualidade na adolescência: entre o desejo e o medo. **Scientia Plena**, v. 8, n. 9, 2012. Disponível em: <https://scientiaplena.emnuvens.com.br/sp/article/view/853>. Acesso em: 26 mar 2024.

SANTOS, N. E. B. **A triangulação e seus múltiplos aspectos no contexto familiar: um olhar relacional-sistêmico**. 2008. 33p. Trabalho de Conclusão de Curso de (Especialização em Terapia Relacional Sistêmica) – Familiare Instituto Sistêmico, Florianópolis, 2008.

SARAMAGO, J. A jangada de Pedra. São Paulo: Companhia das Letras, 1988

SATIR, V. **The new peoplemaking**. 2.ed. Califórnia: Science and Behavior Book Editor, 1988.

SAVEGNAGO, S. Dal O.; ARPINI, D. M. A abordagem do tema sexualidade no contexto familiar: o ponto de vista de mães de adolescentes. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 36, n. 1, p. 130-144, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703001252014>. Acesso em: 18 jun 2025.

SCAPINI, A. I. N.; LUNA, I. J. Mudanças na comunicação ao longo da terapia de abordagem sistêmica: um estudo de caso. **Est. Inter. Psicol.**, Londrina, v. 10, n. 2, ago., p. 210-225, 2019. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2236-64072019000200013&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 04 abr 2025.

SCHAVAREM, L. do N.; TONI, C. G. de S. A relação entre as práticas educativas parentais e a autoestima da criança. **Pensando Família.**, Porto Alegre, v. 23, n. 2, p. 147-161, dez., 2019. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php>. Acesso em: 02 jun. 2025.

- SCHMIDT, B. *et al.* Impactos na saúde mental e intervenções psicológicas diante da pandemia do novo coronavírus (COVID-19). **Scielo Preprints**, p. 1-26, 2020. Disponível em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/58/69>. Acesso em: 03 mar 2025.
- SCHNEIDER, A. M. A.; RAMIRES, V. R. R. A percepção de pais e filhos adolescentes sobre a comunicação familiar. **Psicologia em Estudo**, v. 12, n. 3, p. 543-552, 2007.
- SCHOEN-FERREIRA, T. H.; AZNAR-FARIAS, M.; SILVARES, E. F. M. Adolescência através dos séculos. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 26, n. 2, p. 227-234, abr. 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-37722010000200004>. Acesso em: 15 set 2024.
- SEGRIN, C.; FLORA, J. *Family communication*. London: Editora Routledge, 2004.
- SEIKKULA, J.; ARNKIL, T. E. *Open Dialogues and Anticipations: Respecting Otherness in the Present Moment*. Helsinki: **National Institute for Health and Welfare**, 2014.
- SEIKKULA, J.; TRIMBLE, D. Healing elements of therapeutic conversation: Dialogue as an embodiment of love. **Family Process**, v.44, n.4, p.461-475, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1545-5300.2005.00072.x>. Acesso em: 19 nov 2025.
- SENNA, S. R. C. M. **Transição para adolescência do primogênito em famílias de classe média**: padrões relacionais e intergeracionais. 2011. 292 f., Tese (Doutorado em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde). Universidade de Brasília, Brasília, 2011.
- SENNA, S. R. C. M.; DESSEN, M. A. A comunicação na família durante a adolescência dos filhos. In: DESSEN, M. A. (org.). **Família no curso de vida**: Compreendendo a família e seus desafios na contemporaneidade. Curitiba: Juruá. 2019, v. 1, p. 89-122.
- SHANNON, C.; WEAVER, W. **The Mathematical Theory of Communication**. Urbana: University of Illinois Press, 1998.
- SHOTTER, J. Momentos de Referência Comum na Comunicação Dialógica: Uma base para colaboração clara em contextos únicos. **Nova Perspectiva Sistêmica**, [S. l.], v. 26, n. 57, p. 9–20, 2017. Disponível em: <https://www.revistanps.com.br/nps/article/view/274>. Acesso em: 23 mai 2025
- SIFUENTES, T. R.; DESSEN, M. A.; OLIVEIRA, M. C. S. L de. Desenvolvimento humano: Desafios para a compreensão das trajetórias probabilísticas. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v, 4, p. 379-386, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-37722007000400003>. Acesso em: 02 fev 2024.
- SILVA, D. G. V.; TRENTINI, M. Narrativas como técnica de pesquisa em enfermagem. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, São Paulo, v. 10 n. 3, p. 423-432, mai./ jun. 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-11692002000300017>. Acesso em: 16 mai 2025.
- SILVA, E.; FREIRE, T. Regulação emocional em adolescentes e seus pais: Da psicopatologia ao funcionamento ótimo. **Análise Psicológica**, v.32, n.2, p.187-198, 2014. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/263932551>. Acesso em: 28 mai 2025.

SILVA, F. de A.; FORNASIER, R. C. Fundamentos Epistemológicos da ‘Família em Processo de Mudança’ na Sociedade Contemporânea: conceitos e características. **Veredas - Revista Interdisciplinar de Humanidades**, v. 5, n. 9, p. 116-138, jan./jun., 2022. Disponível em: <https://periodicos.unisa.br/index.php/veredas/article/view/296>. Acesso em: 05 mai 2025.

SILVEIRA, L. M. de O. B. *et al.* Estratégias educativas desejáveis e indesejáveis: Uma comparação entre a percepção de pais e de mães de adolescentes. **Alethéia**, Canoas, n. 21, p.31-42, 2005. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-03942005000100004&lng=pt&nrm=iso . Acesso em: 17 jun 2025.

SIMIONATO-TOZO, S. M. P.; BIASOLI-ALVES, Z. M. M. O cotidiano e as relações familiares em duas gerações. **Paidéia** (Ribeirão Preto), v. 8, n. 14-15, p. 137-150, 1998. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-863X1998000100011> . Acesso em: 15 abr 2024.

SKINNER, H. A.; STEINHAEUER, P. D.; SANTA BÁRBARA, J. The Family Assessment Measure. **Can. J. Comm. Mental Health**, v. 2, p. 91, 1983. Disponível em: <https://doi.org/10.7870/cjcmh-1983-0018>. Acesso em: 15 nov 2023.

SKINNER, H. A.; STEINHAEUER, P. D.; SITARENIOS, G. Family Assessment Measure (FAM) and Process Model of Family Functioning. **Journal of Family Therapy**, v. 2, n.2, p. 190–210, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/1467-6427.00146>. Acesso em: 20 jan. 2025.

SMETANA, J. G.; CAPIONE-BARR, N.; METZGER A. Adolescent Development in Interpersonal and Societal Contexts. **Annu. Rev. Psychol.**, v. 57, p. 255-84, 2006. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/16318596/>. Acesso em: 21 ago 2024.

SMETANA, J. G. *et al.* Disclosure and secrecy in adolescent–parent relationships. **Child development**, v. 77, n. 1, p. 201-217, 2006. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/3696699>. Acesso em: 25 nov 2023.

SNYDER, I. Ame-os ou deixe-os: navegando no panorama de letramentos em tempos digitais. In: ARAÚJO, J. C.; DIEB, M. (Org.). **Letramentos na Web**: gêneros, interação e ensino. Fortaleza: Edições UFC, 2009, p. 23-46.

SOUZA, C. de; PAIVA, I. L de. Faces da juventude brasileira: entre o ideal e o real. **Estudos de Psicologia**, v. 17, n. 3, p. 353-360, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-294X2012000300002>. Acesso em: 19 mai 2024.

SOUZA, L. K. A.; HUTZ, C. S. Relacionamento entre pais e filhos: perspectivas dos filhos adolescentes. **Psicologia em Estudo**, v. 12, n. 2, p. 301–309, 2007.

STEINBERG, L.; MORRIS, A. S. Adolescent development. **Annual Review of Psychology**, v. 52, p. 83-110, 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.1146/annurev.psych.52.1.83>. Acesso em: 24 mai 2024.

STENGEL, M.; MOREIRA, J. O.; LIMA, N. L. O amor na internet: Um encontro amoroso de um adolescente. **Psicol. Estud.**, v. 20, n. 2, p. 319-330, 2015. Disponível em: https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/PsicoEstud/article/view/27407/pdf_54. Acesso em: 08 jun 2024.

SZYMANSKI, H. Entrevista reflexiva: Um olhar psicológico para a entrevista em pesquisa. **Revista Psicologia da Educação**, n.10/11, p.193-215, 2000. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/psicoeduca/article/view/41414>. Acesso em: 10 jun 2024.

TEODORO, M. L. M. Afetividade e conflito em díades familiares: Avaliação com o familograma. **Revista Interamericana de Psicologia**, v.40, n.3, p.395-390, 2006. Disponível em: <https://psycnet.apa.org/record/2007-02579-011>. Acesso em: 23 mai 2025.

TEODORO, M. L. M. *et al.* Protective factors related to smoking among Brazilian Youth. **Univ. Psychol**, Bogota, Colombia, v. 7, n. 1, p. 139-147, 2007. Disponível em: <https://pepsic.bvsalud.org/pdf/up/v7n1/v7n1a11.pdf>. Acesso em: 09 n ov 2023.

TERUYA, M. T. A Família na Historiografia Brasileira: Bases e Perspectivas de Análise. *In: ANAIS DO XV ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS*, 2000, Caxambú. **Anais eletrônicos[...]**: ABEP, 2000. Disponível em: <https://proceedings.science/encontro-abep/abep-2000/trabalhos/a-familia-na-historiografia-brasileira-bases-e-perspectivas-teoricas?lang=pt-br>. Acesso em: 03 out 2023.

THEOKAS, C.; LERNER, R. M. Observed Ecological Assets in Families, Schools, and Neighborhoods: Conceptualization, Measurement, and Relations With Positive and Negative Developmental Outcomes **Applied Developmental Science**. v. 10, p. 61-74, 2006. Disponível em https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1207/s1532480xads1002_2. Acesso em: 03 fev 2024

TORRES, C.; DESSEN, M. A. The Brazilian *jeitinho*: Brazil's sub-cultures, its diversity of social contexts, and its Family structures. *In: GEORGAS, J. et al. (Eds.). Families across cultures: A 30-nation psychological study*. Cambridge: Cambridge University Press. 2007, cap 11, p. 259-266.

TRINDADE, H. As universidades frente a estratégia do governo. *In: TRINDADE, H. (Org.). Universidade em ruínas: na república dos professores*. Petrópolis, RJ: Vozes. 2001, p. 27-37.

TUDGE, J. A teoria de Urie Bronfenbrenner: uma teoria contextualista (1979-1996). *In: MOREIRA, L.; CARVALHO, A.M.A. (orgs.). Família e educação: olhares da Psicologia*. 3. ed., São Paulo: Paulinas, 2008, p. 211-231.

UNESCO. **Políticas públicas de/para/com juventudes**. Brasília: UNESCO,| 2004.

VALSINER, J. Structure and dynamics of family/kinship groups, and marriage forms. *In: VALSINER, J. (Org.). Culture and human development: An Introduction*, London/ California/ New Delhi: Sage, Cap 6, p. 86-117, 2000.

VEIGA, C. L. O que é Psicoterapia Estratégicas? E sua inserção no Serviço de Psicologia Aplicada (SPA) da UERJ. **IGT na rede**, v. 1, halen. 1, p. 1-7, 2004.

VILLELA, W. V.; DORETO, D. T. Sobre a experiência sexual dos jovens. **Caderno de Saúde Pública**, v.22, n.11, p. 2467-2472, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2006001100021>. Acesso em: 28 jun 2025.

VIOLA, D. T. D.; VORCARO, A. M. R. A adolescência em perspectiva: Um exame da variabilidade da passagem à idade adulta entre diferentes sociedades. **Psicologia Teoria e Pesquisa**, v.34, p. e3448, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102.3772e3448>. Acesso em: 04 abr 2024.

VITÓRIA, P. Uma análise evolutiva da obra de Jay Haley. **Psicologia**, v. 9, n. 1, p. 25–32, 1993. Disponível em: <https://revista.appsicologia.org/index.php/rpsicologia/article/view/673>. Acesso em: 20 nov 2023.

VOGEL, A. Um breve histórico da terapia familiar sistêmica. **Revista IGT na Rede**, v. 8, n. 14, p. 118, 2011. Disponível em: <http://www.igt.psc.br/ojs/viewissue.php?id=14> . Acesso em: 16 mai. 2018.

WALSH, F. **Fortalecendo a resiliência familiar**. São Paulo: Roca; 2005 .

WALSH, F. **Processos normativos da família: diversidade e complexidade**. 4.ed. Porto Alegre: Artmed. 2016.

WATZLAWICK, P.; BEAVIN, J. B.; JACKSON, D. D. **Pragmática da Comunicação Humana: Um Estudo de Padrões Interacionais, Patologias e Paradoxos**. São Paulo; Cultrix, 1973.

WEBER, L.; DESSEN, M. A. **Pesquisando a família: instrumentos para coleta e análise de dados**, São Paulo: Juruá, 2011

WEBER, L. N. D. *et al.* Construção e confiabilidade das escalas de qualidade na interação familiar. **Psicologia Argumento**, v.26, n.52, p.55-65, 2008. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/psicologiaargumento/article/view/20005>. Acesso em: 19 mar 2024.

WHITE, M. **Maps of narrative practice**. New York, NY: WW. Norton, 2007.

WHITE, M.; EPSTON, D. **Medios narrativos para fines terapeuticos**. Barcelona, Espanha: Paidós, 1993.

WHITE, M.; EPSTON, D. **Narrative Means to Therapeutic Ends**. New York: WW. Norton. 1990.

WILKINSON, I. *et al.* Family assessment: developing a formal assessment system in clinical practice. **Journal of Family Therapy**, p. 17-32, 1988. Disponível em: <https://doi.org/10.1046/j.1988.00297.x>. Acesso em: 24 jan 2024.

WILTGEN TISSOT, D.; FALCKE, D. A conjugalidade nas diferentes etapas do ciclo vital familiar. **Quaderns de Psicologia**, [S. l.], v. 19, n. 3, p. 265–276, 2017. Disponível em: <https://quadernsdepsicologia.cat/article/view/v19-n3-wiltgen-falcke>. Acesso em: 02 jun 2025.

WINKIN, Y. **A Nova Comunicação:** da teoria ao trabalho de campo. Editora: Papyrus, p. 216, 1998.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **Mental Health of Adolescents.** Genebra: WHO, set 2025. Disponível em: <https://www.who.int/news-room/factsheets/detail/adolescent-mental-health>. Acesso em: 10 set 2025.

ZAMBERLAN, M. A. T. (Org.); BIASOLI-ALVES, Z. M. M. Detecção de níveis de riscos psicossociais através do Inventário *Home* em ambientes de populações urbanas de baixa renda. In: ZAMBERLAN, M. A. T. (Orgs.); BIASOLI-ALVES, Z. M. M.. **Interações familiares:** teoria, pesquisa e subsídios e intervenção. Londrina: Editora da UEL, 1997, p.143-161.

ZORDAN, E. P.; DELLATORRE, R.; WIECZOREK, L. A entrevista na terapia familiar sistêmica: pressupostos teóricos, modelos e técnicas de intervenção. **Perspectiva**, v. 36, n. 136, p. 133-142, dez., 2012.

APÊNDICE A

SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA A REALIZAÇÃO DE PESQUISA

Prezados diretores,

Estamos desenvolvendo um projeto de pesquisa realizado pelo programa de pós-graduação da Universidade Católica do Salvador (UCSAL), que tem por objetivo investigar os modos de comunicação parento filial e suas repercussões nas relações familiares entre pais e filhos adolescentes. Trata-se de um tema de real importância para a compreensão das relações familiares e do desenvolvimento da criança/adolescente na sociedade brasileira.

Este estudo prevê a participação de adolescentes entre as idades de 15 e 18 anos, de ambos os sexos, membros de famílias nucleares tradicionais. Gostaríamos de solicitar a autorização dos senhores responsáveis para entrada da pesquisadora à instituição como campo de pesquisa, o acesso aos dados dos alunos que preencherem os requisitos para participação no projeto e das suas famílias para a formalização do convite.

A coleta dos dados dar-se-á mediante a autorização de todos e ocorrerá em duas etapas: a) durante um encontro agendado previamente com as famílias na Escola, no qual serão feitas a apresentação da proposta do estudo, apresentação e assinaturas dos termos que efetivam a participação, o preenchimento do questionário sociodemográfico e do questionário de identificação do adolescente participante; b) entrevistas com os adolescentes e seus pais separadamente, em espaço privativo na escola com o apoio dos professores, em data e horários combinados entre todos os envolvidos.

É importante destacar que os dados obtidos neste estudo serão confidenciais e mantidos em sigilo, de acordo com os princípios éticos em pesquisas. Somente a pesquisadora terá acesso direto às informações, sendo garantida a não identificação dos participantes em qualquer apresentação em congressos científicos ou publicações.

Esta pesquisadora estará disponível para esclarecimentos e orientações necessárias à família e, ao final do estudo, a instituição poderá ter acesso aos resultados e à síntese do mesmo, a partir de palestra informativa aos pais e/ou aos professores.

Atenciosamente,

Lyege de Lima Borges Bastos
Pesquisadora

Lyege de Lima Borges Bastos – Pesquisadora. Telefone: (75) 99977-6020. Universidade Católica do Salvador (UCSAL) – Programa de Pós-graduação em Família na Sociedade Contemporânea. Av. Pinto de Aguiar, nº 2589– Pituaçu, Salvador -BA. Comitê de ética da UCSal, Email: cep@ucsal.br, Tel.: 71 3206-7830.

Salvador, _____

APÊNDICE B

CARTA-CONVITE PARA PARTICIPAÇÃO NA PESQUISA (FAMÍLIAS)

Prezadas Senhores,

A sua família está sendo convidada a participar de um estudo realizado pelo Programa de pós-graduação da Universidade Católica do Salvador, que objetiva compreender os modos de comunicação parento filial e suas repercussões na qualidade das relações familiares entre pais e filhos adolescentes. Para isso, gostaríamos de solicitar a sua autorização para a participação do seu(sua) filho(a) neste estudo, pois ele (a) poderá trazer contribuições valiosas para a compreensão das relações familiares e do desenvolvimento da criança/adolescente na sociedade brasileira.

Este estudo prevê a participação de adolescentes entre as idades de 15 e 18 anos, de ambos os sexos, membros de famílias nucleares tradicionais e seus respectivos pais. A coleta dos dados dar-se-á mediante a autorização de todos e ocorrerá em duas etapas: a) durante um encontro agendado previamente com as famílias na Escola, nas quais serão feitas a apresentação da proposta do estudo, sua justificativa, a relevância social, seus objetivos, os riscos e benefícios, garantias de proteção e sigilo para os participantes, além do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (APÊNDICE D) e o Termo de Assentimento (APÊNDICE E) que deverão ser assinados para efetivar a participação na pesquisa, conforme exigido pelo Comitê de Ética em Pesquisa com seres humanos; b) entrevistas com os adolescentes e seus pais separadamente, em espaço privativo na escola com o apoio dos professores, em data e horários combinados entre todos os envolvidos.

As informações obtidas neste estudo serão CONFIDENCIAIS e nossa conduta será fiel aos princípios éticos que regem a profissão de psicólogo. Somente a pesquisadora terá acesso às informações. Informamos, ainda, que, na sua publicação em congressos científicos, não será feita a identificação dos participantes.

Agradecemos, antecipadamente, a colaboração de toda a família, aguardando a resposta com a confirmação abaixo para nosso primeiro contato telefônico e marcação do encontro.

Lyege de Lima Borges Bastos
(Doutoranda - pesquisadora)

Sumaia Midlej Pimentel Sá
(Orientadora)

Estou de acordo em participar do encontro com a pesquisadora para maiores esclarecimentos da pesquisa.

Local e data: _____

Filho(a): _____ Assinatura: _____

Pai: _____ Assinatura: _____

Mãe: _____ Assinatura: _____

Telefones para contato: _____

APÊNDICE C

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Os senhores e o(a) seu(sua) filho(a) estão sendo convidados a participar, como voluntários, de uma pesquisa intitulada: **Narrativas de vida: relatos de pais e filhos adolescentes sobre os modos de comunicação em família**, que será desenvolvida pela pesquisadora Lyege de Lima Borges Bastos, doutoranda do programa de Pós-graduação em família na Sociedade Contemporânea da Pontifícia Universidade Católica do Salvador.

Esta pesquisa tem por objetivo geral: **Compreender os modos de comunicação parento filial e suas repercussões na qualidade das relações familiares entre pais e filhos adolescentes**. O estudo prevê a participação de adolescentes entre as idades de 15 e 18 anos, de ambos os sexos, membros de famílias nucleares tradicionais e seus pais. Para a coleta de dados/informações, será realizada uma entrevista aberta, não diretiva com os senhores e com o(a) seu(sua) filho(a) separadamente, contendo temas relacionados às vivências familiares e os modos de comunicação experimentados por vocês. A qualquer momento, os senhores e o(a) seu(sua) filho(a) poderão desistir de participar e os senhores poderão retirar o consentimento, sem que haja qualquer penalização ou prejuízo para a família.

Ao decidir participar deste estudo esclareço que:

- Caso os senhores e o(a) seu(sua) filho(a) não se sintam à vontade com alguma questão da entrevista, poderão deixar de respondê-la, sem que isso implique em qualquer prejuízo.
- As informações fornecidas poderão, mais tarde, ser utilizadas para trabalhos científicos e as suas identificações serão mantidas em sigilo, isto é, não haverá chance de os nomes de vocês serem identificados, assegurando-lhes completo anonimato.
- Devido ao caráter confidencial, essas informações serão utilizadas apenas para os objetivos de estudo.
- A participação dos senhores e do(a) seu(sua) filho(a) não implica em nenhum custo financeiro.
- O estudo apresenta benefícios conforme o CNS RES 466/12 e 510/2016. Dessa forma, este estudo poderá ajudar os senhores e o(a) seu(sua) filho(a) a refletirem sobre as suas relações familiares e a compreenderem a família na qual estão inseridos.

Pretende-se, em termos de retorno social, contribuir para a produção científica na área de desenvolvimento humano e família, quanto para o campo de formulação e avaliação de políticas públicas voltadas para a adolescência.

- Em caso de desconforto em decorrência da abordagem de conteúdos familiares íntimos, a entrevista será interrompida e, caso desejem, os senhores e o(a) seu(sua) filho(a) receberão apoio especializado.
- Este documento deverá ser replicado em duas vias: uma assinada pelo pai, outra assinada pela mãe, ambos autorizando a participação de seu(sua) filho(a) na pesquisa.

Em caso de dúvida ou desejo por maiores informações a respeito desse estudo, poderá entrar em contato com a pesquisadora Lyege de Lima Borges Bastos – Pesquisadora. Telefone: (75) 99977-6020. Caso sinta necessidade de esclarecimentos éticos, favor entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da UCSAL, por meio do e-mail: cep@ucsal.br ou telefone: 71 3206-7830.

Universidade Católica do Salvador (UCSAL) – Programa de Pós-graduação em Família na Sociedade Contemporânea. Av. Pinto de Aguiar, nº 2589– Pituaçu, Salvador -BA.

Salvador, _____

Eu, _____, aceito, voluntariamente, o convite para participar desta pesquisa e autorizo a participação do(a) meu(minha) filho(a) menor neste estudo, estando ciente de que estamos livres para, a qualquer momento, desistir de colaborar com a pesquisa, sem que isso acarrete qualquer prejuízo para a nossa família.

Local e data: _____

Assinatura do participante e responsável pelo adolescente participante

Assinatura do pesquisador

APÊNDICE D

TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), de uma pesquisa intitulada: **Narrativas de vida: relatos de pais e filhos adolescentes sobre os modos de comunicação em família**, que será desenvolvida pela pesquisadora Lyege de Lima Borges Bastos, doutoranda do programa de Pós-graduação em Família na Sociedade Contemporânea da Universidade Católica do Salvador.

Esta pesquisa tem por objetivo geral: **Compreender os modos de comunicação parento filial e suas repercussões na qualidade das relações familiares entre pais e filhos adolescentes**. O estudo prevê a participação de adolescentes entre as idades de 15 e 18 anos, de ambos os sexos, membros de famílias nucleares tradicionais e seus pais. A sua participação nesse estudo consiste em participar de uma entrevista aberta, não diretiva, contendo temas relacionados às vivências familiares e os modos de comunicação experimentados. A qualquer momento, você poderá desistir de participar, sem que haja qualquer penalização ou prejuízo pessoal.

Ao decidir participar deste estudo esclareço que:

- Caso não se sinta à vontade com alguma questão da entrevista, você poderá deixar de respondê-la, sem que isso implique em qualquer prejuízo.
- As informações fornecidas poderão, mais tarde, ser utilizadas para trabalhos científicos e a sua identificação será mantida em sigilo, isto é, não haverá chance de seu nome ser identificado, assegurando-lhe completo anonimato.
- Devido ao caráter confidencial, essas informações serão utilizadas apenas para os objetivos de estudo.
- Sua participação não implica em nenhum custo financeiro.
- O estudo apresenta benefícios conforme o CNS RES 466/12 e 510/2016. Dessa forma, este estudo poderá ajudá-lo a refletir sobre as suas relações familiares e a compreender as influências dessas relações no seu desenvolvimento. Pretende-se, em termos de retorno social, contribuir tanto para a produção científica quanto para o campo de formulação e avaliação de políticas públicas voltadas para a adolescência.

- Em caso de desconforto em decorrência da abordagem de conteúdos familiares íntimos, a entrevista será interrompida e, caso deseje, você receberá apoio especializado.
- Este documento deverá ser replicado em duas vias: uma ficará com você e a outra com a pesquisadora.

Em caso de dúvida ou desejo por maiores informações a respeito desse estudo, poderá entrar em contato com a pesquisadora Lyege de Lima Borges Bastos – Pesquisadora. Telefone: (75) 99977-6020. Caso sinta necessidade de esclarecimentos éticos, favor entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da UCSAL, por meio do e-mail: cep@ucsal.br ou telefone: 71 3206-7830.

Lyege de Lima Borges Bastos – Pesquisadora. Telefone: (75) 99977-6020. Universidade Católica do Salvador (UCSAL) – Programa de Pós-graduação em Família na Sociedade Contemporânea. Av. Pinto de Aguiar, nº 2589–Pituaçu, Salvador -BA.

Salvador, _____

Eu, _____, aceito, voluntariamente, o convite de participar deste estudo, estando ciente de que estou livre para, a qualquer momento, desistir de colaborar com a pesquisa, sem que isso acarrete qualquer prejuízo.

Local e data: _____

Assinatura do participante: _____

Assinatura do pesquisador: _____

APÊNDICE E**QUESTIONÁRIO SOCIODEMOGRÁFICO – PESQUISA COM PAI, MÃE E FILHO****DADOS DO PAI**

Nome completo: _____

Idade: _____

Estado civil: _____

1. ESCOLARIDADE:

- Sem instrução
- Ensino fundamental incompleto
- Ensino fundamental completo
- Ensino médio incompleto
- Ensino médio completo
- Ensino superior incompleto
- Ensino superior completo
- Pós-graduação

2. PROFISSÃO: _____**3. SITUAÇÃO DE TRABALHO:**

- Trabalha com carteira assinada
- Autônomo
- Funcionário pública
- Desempregado
- Aposentado
- Do lar
- Outros: _____

4. RENDA MENSAL INDIVIDUAL (APROXIMADA):

- Sem renda
- Até 1 salário mínimo
- 1 a 2 salários mínimos
- 2 a 5 salários mínimos
- Mais de 5 salários mínimos

5. RELIGIÃO:

- Católica
- Evangélica
- Islâmica
- Judaica
- Espírita
- Sem religião
- Outra: _____

DADOS DA MÃE

Nome completo: _____

Idade: _____

Estado civil: _____

1 ESCOLARIDADE:

- Sem instrução
- Ensino fundamental incompleto
- Ensino fundamental completo
- Ensino médio incompleto
- Ensino médio completo
- Ensino superior incompleto
- Ensino superior completo
- Pós-graduação

2 PROFISSÃO: _____

3 SITUAÇÃO DE TRABALHO:

- Trabalha com carteira assinada
- Autônoma
- Funcionária pública
- Desempregada
- Aposentada
- Do lar
- Outros: _____

4 RENDA MENSAL INDIVIDUAL (APROXIMADA):

- Sem renda
- Até 1 salário mínimo
- 1 a 2 salários mínimos
- 2 a 5 salários mínimos
- Mais de 5 salários mínimos

5 RELIGIÃO:

- Católica

- Evangélica
 Islâmica
 Judaica
 Espírita
 Sem religião
 Outra: _____

DADOS DO FILHO

Nome completo: _____

Idade: _____

Sexo: Masculino Feminino Outro

1. LUGAR NA PROLE:

- Filho(a) único(a)
 Primogênito(a)
 Filho(a) do meio
 Caçula
 Gêmeo(a)
 Outro: _____

2. PROBLEMAS DE SAÚDE DIAGNOSTICADOS:

Sim (especificar): _____ Não

3. PRÁTICA ATIVIDADES EXTRACURRICULARES?

Sim (especificar): _____ Não

4. RELIGIÃO:

- Católica
 Evangélica
 Islâmica
 Judaica
 Espírita
 Sem religião
 Outra: _____

5. COM QUEM RESIDE ATUALMENTE:

- Pai
- Mãe
- Ambos
- Outros familiares (especificar): _____
- Instituição

COMPOSIÇÃO FAMILIAR E RESIDÊNCIA

1. QUANTAS PESSOAS VIVEM ATUALMENTE NA RESIDÊNCIA? _____

2. QUEM MORA NA RESIDÊNCIA (ASSINALE AS OPÇÕES VÁLIDAS)

- Pai
- Mãe
- Filho(s)
- Avós
- Tios/tias
- Primos
- Outros (especificar): _____

3. TIPO DE MORADIA:

- Casa própria
- Casa arrendada
- Apartamento próprio
- Apartamento arrendado
- Moradia partilhada
- Outro: _____

4. EXISTE ALGUMA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA RESIDÊNCIA?

- Sim (especificar): _____ Não

APÊNDICE F

QUESTIONÁRIO PARA IDENTIFICAÇÃO DOS ADOLESCENTES PARTICIPANTES

Data: ____/____/____ Início: _____ Fim: _____

Aplicador _____

I - DADOS PESSOAIS

1. Iniciais _____
2. N° de matrícula: _____
3. Idade: _____
4. Data do Nascimento: ____/____/____
5. Cidade do nascimento: _____
6. Sexo: _____
7. Etnia/cor: _____
8. Escola: _____
9. Série em que estuda: _____
10. Bairro em que reside: _____
11. Religião: _____

II – DADOS FAMILIARES

1. Iniciais do Pai: _____
- 1.1 Profissão do Pai: _____
- 1.2 Celular: _____
2. Iniciais da mãe: _____
- 2.1 Profissão da Mãe: _____
- 2.2 Celular: _____
3. Quem mora na sua casa? _____

III - INFORMAÇÕES GERAIS

1. Endereço: _____
2. Bairro: _____
3. Telefone 1: _____
4. Telefone 2: _____

APÊNDICE G

EIXOS ANALÍTICOS DE INTERESSE DA PESQUISA

1. PERGUNTA NORTEADORA

- Como você percebe a comunicação estabelecida com [seu pai/sua mãe, seu(sua) filho(a)]?

2. EIXOS ANALÍTICOS

- a) Percepções dos membros sobre ser pai, mãe e filho na família que fazem parte;
- b) Narrativas sobre o sentimento de pertença à família
- c) Relatos sobre a expressão das trocas afetivas entre os membros
- d) Narrativas sobre atitudes parentais e filiais diante das situações de conflitos;
- e) Relatos sobre os sentimentos gerados na partilha de situações problemáticas
- f) Percepções sobre as práticas educativas experimentadas no cotidiano da família;

ANEXO A

PARECER CONSUBSTANCIADO DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE
SALVADOR - UCSAL



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: NARRATIVAS DE VIDA: RELATOS DE PAIS E FILHOS ADOLESCENTES SOBRE OS MODOS DE COMUNICAÇÃO EM FAMÍLIA.

Pesquisador: LYEGE DE LIMA BORGES BASTOS

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 86955125.5.0000.5628

Instituição Proponente: Universidade Católica do Salvador

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 7.451.259

Apresentação do Projeto:

Projeto de doutorado do Programa de Família na Sociedade Contemporânea da Universidade Católica do Salvador, a pesquisadora elucida que a pesquisa é direcionada para a narrativa de vida que é um recurso importante para o desvelamento dos fenômenos psicológicos e sociais, considerando que os participantes estão inseridos em contextos sociais, históricos e culturais mais amplos, evidenciando as interações entre o indivíduo e a sociedade. A abordagem metodológica desta pesquisa está orientada pela técnica de pesquisa qualitativa descritiva denominada narrativa de vida caracterizada por enfatizar a coleta e análise de dados extraídos a partir das histórias e experiências narradas pelos indivíduos que dela participam. Esse estudo será realizado com a participação de cinco adolescentes e seus pais (n=15), pertencentes à tipologia nuclear, todos residentes no município de Feira de Santana, localizado no interior da Bahia. Os adolescentes deverão ter idades entre 15 e 18 anos. Não será critério para o recrutamento o adolescente ter ou não ter irmãos, sejam mais velhos ou mais novos. A amostra deverá incluir adolescentes de ambos os sexos, distribuídos nas faixas etárias de 15 a 16 anos e de 17 a 18 anos. Essa composição permitirá a análise das semelhanças e diferenças nos modos de comunicação com os pais, considerando a variável de gênero. Todos os genitores entrevistados e seus filhos deverão ser brasileiros, baianos residentes no município de Feira de Santana e/ou região. Participarão da coleta de dados os três membros da família: o pai, a mãe e o filho (a) adolescente. Os adolescentes serão recrutados em um Colégio de

Endereço: Av. Prof. Pinto de Aguiar, 2589 Universidade Católica do Salvador.Campus Pituauçu, Comitê de Ética, Prédio
Bairro: PITUAÇU **CEP:** 41.740-090
UF: BA **Município:** SALVADOR
Telefone: (71)3206-7830 **E-mail:** cep@ucsal.br

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE
SALVADOR - UCSAL



Continuação do Parecer: 7.451.259

grande porte que atende, atualmente, mais de dois mil alunos que estão experimentando a adolescência em idades entre 13 e 18 anos. A instituição está localizada na área urbana de Feira de Santana - BA., pertencente à rede pública estadual, contemplando as séries referentes ao Ensino Médio da Educação Básica (EMEB) no Brasil.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário: Compreender como pais e filhos adolescentes percebem e narram a qualidade das interações familiares a partir dos seus modos de comunicação, identificando a co-construção dos sentidos e significados atribuídos aos processos comunicacionais na dinâmica relacional.

Objetivos Secundários:

- 1- Compreender as percepções dos participantes sobre seus papéis dentro da família, enquanto pai, mãe e filho (a) e como esses papéis influenciam a comunicação familiar;
- 2- Identificar as narrativas de pais e filhos sobre expressão das trocas afetivas entre eles;
- 3- Conhecer as percepções de pais e filhos sobre as atitudes parentais e filiais diante das situações de conflitos; identificar as narrativas sobre os sentimentos gerados entre os membros da família com relação à partilha de situações problemáticas;
- 4- Explorar como pais e filhos percebem as práticas educativas experimentados no cotidiano da família.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos: Durante a entrevista, existe a possibilidade de que o participante experimente sentimentos de angústia ou desânimo ao relatar suas experiências pessoais. Caso isso aconteça, ele terá total liberdade para interromper a entrevista ou optar por não continuar no estudo. Além disso, se desejar, poderá ser encaminhado para um atendimento com a psicóloga Clafylla Luiza Cruz de Oliveira (CRP nº03/15534), sem qualquer custo. Para garantir o anonimato dos participantes, todas as informações serão exclusivamente manuseadas e armazenadas pela pesquisadora principal, em um computador pessoal protegido por senha. Os participantes serão identificados por codinomes, e as transcrições das entrevistas serão realizadas unicamente pela pesquisadora responsável.

Benefícios: A presente pesquisa, que busca compreender os modos de comunicação familiar a partir das narrativas de vida de pais e filhos adolescentes, traz importantes benefícios tanto

Endereço: Av. Prof. Pinto de Aguiar, 2589 Universidade Católica do Salvador. Campus Pituáçu, Comitê de Ética, Prédio
Bairro: PITUAÇU **CEP:** 41.740-090
UF: BA **Município:** SALVADOR
Telefone: (71)3206-7830 **E-mail:** cep@ucsal.br

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE
SALVADOR - UCSAL



Continuação do Parecer: 7.451.259

para os participantes quanto para a sociedade em geral. Embora não envolva intervenções terapêuticas diretas, seus resultados podem gerar impactos significativos ao fornecer uma visão aprofundada sobre as dinâmicas comunicacionais dentro do ambiente familiar. Os achados deste estudo poderão contribuir para a ampliação do conhecimento sobre como as interações entre pais e filhos influenciam o desenvolvimento emocional, social e psicológico dos adolescentes. Além disso, poderão embasar futuras estratégias de intervenção, auxiliando profissionais da saúde, da educação e das ciências sociais na promoção de relações familiares mais saudáveis e efetivas. A divulgação dos resultados em diferentes meios científicos e acadêmicos permitirá que outras famílias, educadores e formuladores de políticas públicas tenham acesso a informações valiosas para fortalecer o diálogo e a compreensão mútua entre gerações. Dessa forma, a pesquisa poderá colaborar para o desenvolvimento de ações que promovam um ambiente familiar mais acolhedor, prevenindo conflitos e fortalecendo os laços afetivos.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Projeto bem estruturado, com boas possibilidades de produzir conhecimento oportuno ao desenvolvimento do que a pesquisa se propõe a buscar.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Foram apresentadas todos as documentações necessários para avaliação do projeto proposto tais como: Folha de rosto gerada na PB; TCLE, TALE, pois, na metodologia é detalhado contato com melhores de 18 anos; anuência da instituição assinada pelo/a responsável legal, Declaração de psicólogo se comprometendo a atender os/as participantes de pesquisar sem onerá-los; Roteiro de entrevista, cronograma e orçamento detalhados; Termo de confidencialidade assinado pela pesquisadora e orientadora.

Recomendações:

Nenhuma.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Concluo que o projeto está bem estruturado, com boas possibilidades de produzir conhecimento oportuno ao desenvolvimento do que a pesquisa se propõe a buscar.

Endereço: Av. Prof. Pinto de Aguiar, 2589 Universidade Católica do Salvador.Campus Pituauçu.Comitê de Ética,Prédio
Bairro: PITUAÇU **CEP:** 41.740-090
UF: BA **Município:** SALVADOR
Telefone: (71)3206-7830 **E-mail:** cep@ucsal.br

Continuação do Parecer: 7.451.259

Considerações Finais a critério do CEP:

O Colegiado acata o parecer do relator e alerta que cabe ao pesquisador responsável encaminhar os relatórios parciais e o relatório final da pesquisa por meio da Plataforma Brasil para que sejam apreciados pelo CEP, em conformidade com a Norma Operacional nº 01/13, Item XI.2.d.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2512543.pdf	12/03/2025 11:31:45		Aceito
Folha de Rosto	FOLHA_DE_ROSTO_DA_PLATAFORMA_BRASIL_ASSINADA_SILVANA.pdf	12/03/2025 11:31:18	LYEGE DE LIMA BORGES BASTOS	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA_ATUALIZADO.docx	11/03/2025 13:31:00	LYEGE DE LIMA BORGES BASTOS	Aceito
Declaração de concordância	CARTA_DE_ANUENCIA_COLEGIO_GASTAO_ASSINADA.pdf	11/03/2025 13:29:29	LYEGE DE LIMA BORGES BASTOS	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	CEP_PROJETO_PESQUISA.docx	10/03/2025 12:53:45	LYEGE DE LIMA BORGES BASTOS	Aceito
Orçamento	ORCAMENTO.DOCX	10/03/2025 12:44:19	LYEGE DE LIMA BORGES BASTOS	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TALE.docx	10/03/2025 12:33:16	LYEGE DE LIMA BORGES BASTOS	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.docx	10/03/2025 12:33:04	LYEGE DE LIMA BORGES BASTOS	Aceito
Declaração de Pesquisadores	TERMO_DE_COMPROMISSO_PESQUISADORA.pdf	10/03/2025 12:32:08	LYEGE DE LIMA BORGES BASTOS	Aceito
Declaração de Pesquisadores	TERMO_DE_COMPROMISSO_ORIENTADORA.pdf	10/03/2025 12:31:50	LYEGE DE LIMA BORGES BASTOS	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Endereço: Av. Prof. Pinto de Aguiar, 2589 Universidade Católica do Salvador, Campus Pituáçu, Comitê de Ética, Prédio
Bairro: PITUAÇU **CEP:** 41.740-090
UF: BA **Município:** SALVADOR
Telefone: (71)3206-7830 **E-mail:** cep@ucsal.br

Página 04 de 05

Continuação do Parecer: 7.451.259

SALVADOR, 19 de Março de 2025

Assinado por:
Verena Loureiro Galvão
 (Coordenador(a))

ANEXO B**DECLARAÇÃO DA PSICÓLOGA****DECLARAÇÃO DE ANUÊNCIA**

Eu, Clafylla Luiza Cruz de Oliveira, psicóloga devidamente inscrita no Conselho Regional de Psicologia sob o número CRP nº 03/15534, venho por meio desta manifestar minha anuência em prestar suporte psicológico, caso necessário, aos participantes da pesquisa intitulada "***Narrativas de vida: relatos de pais e filhos adolescentes sobre os modos de comunicação***", conduzida sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Sumaia Midlej Pimentel Sá. Compreendo a relevância da referida pesquisa e estou disponível para oferecer acolhimento e suporte psicológico aos participantes que, durante ou após a participação no estudo, necessitarem de acompanhamento devido a possíveis desconfortos emocionais que possam emergir. Ressalto que o atendimento será realizado conforme a ética profissional e os princípios do Conselho Federal de Psicologia, garantindo sigilo e respeito aos envolvidos.

Coloco-me à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais.

Atenciosamente,



Clafylla Luiza Cruz de Oliveira
CRP nº 03/15534